



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

ANA

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABHA	Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADESE	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGB	Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas
AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
AUD	Auditoria Interna
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CEF	Caixa Econômica Federal
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CGU	Controladoria-Geral da União
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPATIVA	Cooperativa Popular de Coleta Seletiva de Produtos Recicláveis com Formação e Educação Ambiental
COOPERNOES	Cooperativa de Material Reciclado e de Educação Ambiental Nova Esperança
COR	Corregedoria
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
CTPI	<u>Câmara Técnica de Planejamento Institucional</u>
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica
DBO	Demanda Bioquímica de Oxigênio
DBR	Declaração de Bens e Renda
DIREC	Diretoria Colegiada
DN	Decisão Normativa
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas

DPVAT	Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GEEFI	Gerência de Execução Orçamentária e Financeira
GEGEP	Gerência de Gestão de Pessoas
GND	Grupo de Natureza de Despesa
GQ	Gratificação de Qualificação
IBio	Instituto BioAtlântica
IEA	Indicador de Eficiência Agrupado
IEEF	Índice de Eficácia da Execução Física
IEG	Índice de Eficácia do Gasto
IEI	Indicador de Eficiência Individual
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTERÁGUAS	Programa de Desenvolvimento do Setor Água
ISO	International Organization for Standardization
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MF	Ministério da Fazenda
MFE	Meta Física Executada
MFP	Meta Física Prevista
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério do Planejamento
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
OCI	Órgão de Controle Interno
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programação de Aceleração do Crescimento
PAD	Programa Água Doce

PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PAP	Plano Plurianual de Aplicação
PCD	Plataforma de Coleta de Dados
PCJ	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PCPV	Plano de Controle de Poluição Veicular
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEG	Programa de Eficiência do Gasto
PGE	Procuradoria-Geral
PGI	Plano Gerencial Interno
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNQA	Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PO	Plano Orçamentário
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público Privada
Procel EPP	Programa Coleta Seletiva Solidária e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos
PRODES	Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAF	Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
SAG	Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
SANASA	Sociedade de Abastecimento e Saneamento
SBPV	Sociedade Brasileira de Preservação e Promoção da Vida
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SFI	Superintendência de Fiscalização
SGE	Secretaria Geral da Agência Nacional de Águas
SGH	Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica
SGI	Superintendência de Gestão da Informação
SIA	Setor de Indústria e Abastecimento
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAUDI	Sistema de Auditoria Interna

SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIP	Superintendência de Implementação de Programas e Projetos
SISAC	Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão
SISPLANA	Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da Agência Nacional de Águas
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
SNISB	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPR	Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
SRE	Superintendência de Regulação
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUM	Superintendência de Usos Múltiplos
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO	Unidade Orçamentária
UORG	Unidade Organizacional

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

- Quadro 1 – Identificação da UJ
- Quadro 2 – Identificação dos administradores
- Quadro 3 – Normas relacionadas à UJ
- Quadro 4 – Caracterização das Regiões Hidrográficas
- Quadro 5 – Acompanhamento da Arrecadação de Multas
- Quadro 6 – Estruturas de governança e macroprocessos
- Quadro 7 – Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos
- Quadro 8 – Força de Trabalho da UJ
- Quadro 9 – Distribuição da lotação efetiva
- Quadro 10 – Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas
- Quadro 11 – Público-alvo do plano anual de capacitação (servidores em exercício na ANA)
- Quadro 12 – Custos do pessoal
- Quadro 13 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
- Quadro 14 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional
- Quadro 15 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ
- Quadro 16 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
- Quadro 17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
- Quadro 18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
- Quadro 19 – Acesso à Informação
- Quadro 20 – Deliberações pendentes do TCU
- Quadro 21 – Situação de atendimento das demandas do TCU
- Quadro 22 – Recomendações pendentes da CGU
- Quadro 23 – Situação de atendimento das demandas da CGU
- Quadro 24 – Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
- Quadro 25 – Ação: 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica
- Quadro 26 – Ação: 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
- Quadro 27 – Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas
- Quadro 28 – Programação da despesa
- Quadro 29 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores
- Quadro 30 – LOA/2017 – Por Grupos de Despesas
- Quadro 31 – Comparação percentual: LOA/2017 e LOA/2016 – Por Grupos de Despesas
- Quadro 32 - Fontes de Recursos 2017 (Lei + Créditos)
- Quadro 33 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro 34 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa
- Quadro 35 – Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos originários – Total
- Quadro 36 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários
- Quadro 37 – Despesas por Grupo e Elementos de Despesas – Créditos Originários – Total
- Quadro 38 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários
- Quadro 39 – Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
- Quadro 40 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Crédito de Movimentação
- Quadro 41 – Despesas com Publicidade
- Quadro 42 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício Referência
- Quadro 43 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro 44 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contrato de Repasse.

Quadro 45 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Quadro 46 – Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 47 – Utilização de suprimento de fundos

Quadro 48 – classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício referência

Quadro 49 – PO 0000 – Administração da Unidade – Despesas Diversas – 8º Fórum Mundial das Águas

Quadro 50 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH

Quadro 51 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

Quadro 52 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas

Quadro 53 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

Quadro 54 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

Quadro 55 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

Quadro 56 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

Quadro 57 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

Quadro 58 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

Quadro 59 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais – PNQA

Quadro 60 – PO 000E – Cooperação Nacional e Internacional em recursos hídricos

Quadro 61 – PO 0001 – Modernização e operação da Rede Hidrometeorológica

Quadro 62 – PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Quadro 63 – PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

Quadro 64 – PO 0003 – Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água

Quadro 65 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Quadro 66 – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Quadro 67 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Quadro 68 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Quadro 69 – Ação/PO 2000-0000 – Administração da Unidade

Quadro 70 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos

Quadro 71 – PO 0001 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Quadro 72 – PO 0003 – Implementação do Programa de Pró-equidade de gênero na Agência Nacional de Águas

Quadro 73 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs das Rubricas Orçamentárias

Quadro 74 - Consultores Contratados Na Modalidade “Produto” No Âmbito Dos Projetos De Cooperação Técnica Com Organismos Internacionais

Tabela 1 – Principais Receitas

Tabela 2 – Principais Despesas da ANA

Tabela 3 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Gráfico 1 – Principais Receitas da ANA

Gráfico 2 – Principais Despesas da ANA

Sumário

1- Apresentação	11
2- Visão geral da unidade prestadora de contas.....	13
2.1- Identificação da unidade.....	13
2.2- Finalidade e competências institucionais	14
2.3- Ambiente de atuação.....	15
3- Planejamento organizacional e resultados	30
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos (Resultado Esperado de Negócio).....	30
3.2- Informações sobre a gestão (Resultados Esperados de Governança).....	71
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	79
3.4 - Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização.....	80
4- Governança, gestão de riscos e controles internos.....	88
4.1- Descrição das Estruturas de governança	88
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	91
5- Áreas especiais da gestão	105
5.1 - Regulação	105
5.2 - Fiscalização.....	107
5.3 – 8º Fórum Mundial das Águas.	111
5.4 - Gestão de Pessoas	114
5.5- Gestão ambiental e sustentabilidade	120
5.6- Gestão de tecnologia da Informação.....	126
5.7- Gestão de patrimônio e infraestrutura.....	148
-6- Relacionamento com a sociedade	160
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	160
6.2- Carta de serviços ao cidadão	160
6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	161
6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	161
7- Desempenho financeiro e informações contábeis	162
7.1- Desempenho financeiro do exercício	162
7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	164
7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	165
7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	166
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.....	188
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	189
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	190
8.3 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993	196

8.4 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário	196
8.5 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna	196
9- Anexos e Apêndices	198
9.1- QUADROS, TABELAS E FIGURAS COMPLEMENTARES	198

1- Apresentação

O Relatório de Gestão da Agência Nacional de Águas – ANA reúne as principais informações sobre o desempenho da gestão institucional e os procedimentos afetos às responsabilidades da Agência no exercício de 2017. No âmbito do planejamento estratégico o posicionamento tático da Agência para o quadriênio 2016-2019 assume três pontos: promover a segurança hídrica; fortalecer os entes do SINGREH e; priorizar a atuação em bacias críticas.

Ao longo do exercício de 2017 dentre as ações que se destacam na promoção da segurança hídrica está a instalação das Salas de Crise. Essas salas reúnem semanalmente os atores envolvidos em situações de acentuada escassez hídrica com o objetivo de alinhar as informações e articular as ações necessárias à implementação de medidas de adaptação, em especial aquelas voltadas para a manutenção do abastecimento das cidades. No caso do São Francisco, a crise se estende desde 2013 e tem havido contínua redução da vazão de retirada resultando num número três vezes menor que naquele período, caiu de 1600 m³/s em 2013 para 550m³/s em 2017. A partir dessa experiência e com o agravamento das crises em outras localidades outras salas de crise ou grupos de trabalho foram criados, como no caso da região do Tocantins-Araguaia e da Hidrovia Tietê-Paraná.

Outras ações realizadas no intuito de prover o abastecimento humano foram a manutenção de restrições de usos para a irrigação e a aquicultura nos trechos do rio Piancó, a jusante (abaixo) do açude Curema, e no Piranhas-Açu, as ações emergenciais na Bacia do rio Piranhas-Açu que garantiram a perenidade do abastecimento urbano para os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte e a conclusão do processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira que abastece a região metropolitana de São Paulo.

As realizações voltadas para o fortalecimento dos entes que ganham relevo são a continuidade da celebração de contratos com os Estados para a implantação do Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacias-PROCOMITÊS; do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas – QUALIÁGUA; a conclusão da avaliação da implantação do Programa de Fortalecimento dos Órgãos Gestores Estaduais-PROGESTÃO, bem como o início da celebração dos contratos do PROGESTÃO II e a ampliação do ProgÁgua de seis para quatorze universidades. O ProfÁgua é um programa financiado pela ANA que visa proporcionar a formação continuada dos profissionais que atuam em órgãos gestores de recursos hídricos (em nível federal, estadual e municipal), agências de água, comitês de bacia

hidrográfica ou conselhos de recursos hídricos, seja participando desses órgãos ou submetendo pedidos ou projetos de utilização e controle de recursos hídricos.

Em relação à priorização da atuação em bacias críticas foram estabelecidos 10 Marcos Regulatório na Bahia e em Minas Gerais e realizadas alocações negociada de água em 29 açudes e barragens nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; 34 campanhas de fiscalização de usos e segurança de barragens, que resultaram em 549 autos de infração e meio milhão de reais em multas; a aprovação dos planos de recursos hídricos das bacias do Paranapanema, da Região Hidrográfica do Paraguai e do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Grande.

A principal dificuldade encontrada pela Agência para cumprir sua missão institucional foi o reduzido quantitativo de pessoal para a realização das atividades de fiscalização de usos, segurança de barragens e Tecnologia da Informação. Embora a Agência tenha realocado pessoal para essa atividade prioritária de fiscalização e constituído força tarefa para as situações de crise, o quantitativo de cargos providos atualmente impõe dificuldades nas operações das demais funções da ANA, especialmente nas atividades de campo.

O processo de elaboração e formatação deste Relatório atendeu à ata que formaliza o processo de customização do Relatório de Gestão celebrada entre a ANA e o Tribunal de Contas da União – TCU, ao disposto nos Normativos da Egrégia Corte de Contas (Instrução Normativa nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa nº 72/2013; Decisão Normativa TCU nº 161, de 2017; Decisão Normativa TCU nº 163/2017; e Portaria TCU nº 65/2018) e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (Portaria CGU nº 500/2016, que aprovou a Norma de Execução e as Definições destinadas a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal sobre os procedimentos relacionados à prestação de contas anual a ser apresentada ao Tribunal de Contas da União, na forma prevista na Instrução Normativa TCU nº 63/2010).

As informações foram levantadas e consolidadas com base em consultas feitas, em especial, nos seguintes sistemas: i) Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP; ii) Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI; iii) Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão da ANA – SISPLANA; e iv) Sistema do Tesouro Gerencial, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, além de informações complementares dos Coordenadores-Executivos de Ação do Plano Plurianual, dentre outros sistemas de governo.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

ANA - Agência Nacional de Águas

Quadro 1 – Identificação da UJ

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Meio Ambiente - MMA		Código SIORG: 1927
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia Especial – Administração Indireta		CNPJ: 04.204.444/0001-08
Principal atividade: Regulação das atividades econômicas		Código CNAE: 8413-2
Código SIORG: 46876	Código LOA: 44205	Código SIAFI: 44205
Contatos		
Telefones/fax: 61 2109-5400 / 61 2109-5252		
Endereço postal: Setor Policial – SPO, Área 5 Quadra 3, Blocos B, L e M, 70.610-200, Brasília - DF		
Endereço eletrônico: saf@ana.gov.br		
Página na internet: http://www.ana.gov.br		
Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
443001	Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	
443004	Superintendência de Implantação de Programas e Projetos – SIP/ANA	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
44205	Agência Nacional de Águas	

Quadro 2 – Identificação dos administradores

Identificação dos administradores*				
Cargo	Nome		CPF	Período de gestão
Diretor Presidente	Vicente	Andreu	990.937.408-06	2014/2018
	Guillo			
Diretor da Área de Hidrologia	Ney Maranhão		027.889.007-59	2015/2019
Diretor da Área de Gestão	Paulo Lopes Varella		136.777.214-15	2013/2017*
	Neto			
Diretora da Área de Planejamento	Gisela	Damm	450.261.147-68	2014/2018
	Forattini			
Diretor da Área de Regulação	João	Gilberto	610.794.488-53	2014/2018
	Lotufo	Conejo		
Diretor da Área de Gestão	Ricardo	Medeiros	303.949.454-68	2017/2021
	de Andrade			

* O mandato se encerrou em maio de 2017.

A Diretoria Colegiada funcionou com todos os diretores ao longo do exercício.

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão	Visão de futuro	Valores
Implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações	Ser reconhecida pela sociedade como referência em gestão e regulação dos recursos hídricos e na promoção do uso sustentável da água	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso • Transparência • Excelência Técnica • Proatividade • Espírito público

Quadro 3 – Normas relacionadas à UJ

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 21, XIX	www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
Lei 9.984, de 17/07/2000	www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9984.htm
Lei 9.433, de 8/01/1997	www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm
Lei 12.058, de 13/10/2009	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12058.htm
Lei 12.334, de 20/09/2010	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12334.htm
Decreto 3.692, de 19/12/2000	www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3692.htm
Lei 10.768, de 19/11/2003	www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.768.htm
Lei 10.871, de 20/05/2004	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.871.htm
Lei 10.881, de 9/07/2004	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.881.htm
Decreto 7.402, de 22/12/2010	www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7402.htm
Regimento interno	http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2014/2020-2014.pdf
Outros documentos	Endereço para acesso
Organograma	http://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/Organograma_INTERNET.pdf

2.3- Ambiente de atuação

2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O cumprimento do conjunto de atribuições e papéis da ANA na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e na coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH constitui tarefa complexa, que envolve interações das mais diversas com todos os atores envolvidos – tanto dos setores público e privado, como de usuários –, além de atividades de naturezas distintas, que vão desde a regulação e fiscalização de serviços já implementados até a promoção, desenvolvimento e estímulo de políticas públicas. Para conciliar esse grupo heterogêneo de responsabilidades e deveres a cargo da Agência, a solução institucional encontrada foi organizar sua atuação em três dimensões ou vertentes:

- **VERTENTE DE REGULAÇÃO:** regulação do uso de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União, dos serviços públicos de irrigação e de adução de água bruta, das condições de operação de reservatórios e segurança de barragens, bem como a fiscalização do cumprimento das respectivas regras de uso, concessão de serviços e acesso;
- **VERTENTE DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS:** implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, por meio de seus instrumentos, bem como apoio e fortalecimento do SINGREH;
- **VERTENTE DE INDUÇÃO:** ações de fomento a programas e projetos indutores que visam a estimular o uso racional da água e o aumento da disponibilidade hídrica e a redução da poluição de mananciais.

Na vertente da Regulação, o ambiente caracteriza-se por: regiões em situação de escassez hídrica (na qual as demandas por recursos hídricos são maiores que a disponibilidade), especialmente as regiões Nordeste e Sudeste do país; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficiente em determinadas regiões; exposição crescente a riscos climáticos (seja em decorrência da variabilidade natural ou de mudanças climáticas); crescimento das demandas por água em diferentes setores usuários; assimetria entre as capacidades dos entes do SINGREH diante de um arranjo de governança das águas complexo, especialmente no que se refere ao duplo domínio das águas (gestão compartilhada entre União e Estados); e a necessidade de ampliação das capacidades de fiscalização.

Na vertente de Gestão, verifica-se assimetria entre as capacidades dos entes do SINGREH e o complexo arranjo de governança das águas. Há forte necessidade de articulação vertical (entre os níveis da federação) e horizontal (entre os setores usuários de recursos hídricos: agricultura, indústria, saneamento, energia, navegação, entre outros), para implementar os instrumentos da PNRH, ampliar as capacidades dos entes do SINGREH e garantir participação representativa da sociedade nesses entes, além de integrar dados, informações e sistemas de monitoramento hidrometeorológicos. Uma série de estudos e ações encontra-se em curso para garantir efetiva articulação entre os atores envolvidos.

Na vertente de indução, verifica-se a necessidade de regulamentação do instrumento Pagamento por Serviços Ambientais - PSA (esse instrumento previsto no Código Florestal permanece sem regulamentação), bem assim de aporte de recursos humanos e financeiros para dar capilaridade ou atuar especificamente em áreas especiais para a gestão de recursos hídricos. Notam-se, ainda, dificuldades operacionais para o estabelecimento de parcerias no setor público que propiciem o desenvolvimento dos projetos em âmbito municipal (como exemplo, é possível citar a reduzida assistência técnica para acompanhamento dos projetos).

2.3.2- Ambiente de negócios por Regiões Hidrográficas

Na caracterização do ambiente de negócios por regiões hidrográficas, foram consideradas as informações dos relatórios de Conjuntura de Recursos Hídricos e os riscos indicados pela Portaria ANA nº 62/2013, que declara trechos de Especial Interesse para a Gestão de Recursos Hídricos, segundo o balanço hídrico quali-quantitativo e a base de dados do Atlas de Vulnerabilidade à Inundações.

Quadro 4 – Caracterização das Regiões Hidrográficas

Região Hidrográfica Amazônica
Descrição geral Divide-se em 29 unidades hidrográficas e se estende por sete Estados (Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso), cuja população aproximada é de 9,7 milhões de habitantes e abrange 45% do território nacional. Essa região é caracterizada por extensa rede hidrográfica, grande disponibilidade hídrica, incidência de chuvas 25% superior à média anual nacional, vazão de retirada correspondente a apenas 3% da retirada nacional e volume máximo de reservação menor que a média per capita nacional. Trata-se de uma região de grande importância no cenário hidroenergético brasileiro, em médio e longo prazos. Os usos preponderantes na região são a geração de energia elétrica e navegação, em maior grau, seguidos do abastecimento público, a dessedentação animal e a irrigação, num grau menor. Em relação a eventos extremos observados na última década, cabe apontar que em 30% dos Municípios foram decretados eventos de seca e em 61%, eventos de cheias.
Adversidades Aproveitamentos hidrelétricos instalados e os previstos no Plano Decenal de Energia Elétrica na região do Rio Tapajós; conversão das áreas nativas para a implantação de atividades agropecuárias, especialmente nas bacias dos Rios Xingu, Tapajós e Madeira; expansão da irrigação nos Municípios do Alto Tapajós e Alto Xingu; alguns igarapés e cursos d'água de menor vazão próximos a regiões urbanas podem apresentar qualidade de água ruim em função dos lançamentos de efluentes domésticos; e eventos de cheia na bacia do rio Madeira.
Riscos Caso o processo de planejamento do setor elétrico para a instalação dos aproveitamentos hidrelétricos não considere a garantia dos usos múltiplos das águas e não se construam eclusas para regularização dos níveis d'água, a navegação fluvial pode ser prejudicada e comprometer o desenvolvimento regional. Em 2017 registrou-se evento de cheia na bacia do rio Madeira, que permanece em curso, atingindo os Estados do Acre e Rondônia e colocando em risco o funcionamento da rodovia BR-364, que liga o Acre ao restante do Brasil.
Estratégia de enfrentamento Inicialmente, foi editada a Resolução ANA nº 463, de 3 de setembro de 2012, que estabelece as exigências dos projetos das eclusas a serem examinados por ocasião dos processos de emissão de Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH para os empreendimentos hidroenergéticos. Posteriormente, foi editada a Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a construção e a operação de eclusas ou de outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis em vias navegáveis e potencialmente navegáveis. A respeito do evento de cheia no rio Madeira, a Agência tem atuado na definição de novas regras de operação dos reservatórios de geração hidrelétrica, como Jirau e Santo Antônio, de forma a minimizar os impactos sobre a rede de transportes da região e o acesso ao Estado do Acre. Em 2017 foi lançado o Atlas Esgotos – Despoluição de Bacias Hidrográficas (http://atlasesgotos.ana.gov.br/), que identificou uma necessidade de investimento em redes de coleta e tratamento de esgotos de R\$ 11,6 bilhões na Região Amazônica, que apesar de ser uma região de pequeno contingente populacional e com boa capacidade de diluição nos corpos hídricos receptores dos efluentes, tem índices de cobertura desses serviços significativamente inferiores à média nacional.
Mudanças ocorridas Houve o aperfeiçoamento do processo de trabalho das concessões de DRDH's, que passou a exigir que os projetos de construção das eclusas fossem examinados conjuntamente com hídricas análises para fins de emissão de DRDHs. Posteriormente, a lei definiu a quem compete a construção e operação das

eclusas, permitindo à Agência determinar, também, a condicionante de construção da obra ao setor elétrico ou ao setor de transporte.

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir a melhoria das condições das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Região Hidrográfica Atlântico Leste

Descrição geral

Divide-se em 8 unidades hidrográficas costeiras e se estende por quatro Estados (Bahia, Minas Gerais, Sergipe e Espírito Santo), cuja população aproximada é de 15,1 milhões de habitantes e abrange 3,9% do território nacional. Grande parte da RH está situada na região do semiárido brasileiro, caracterizada por apresentar períodos críticos de prolongadas estiagens, resultado de baixa pluviosidade e alta evapotranspiração. A precipitação média anual é 58% menor do que a média nacional, sua disponibilidade hídrica é 0,3% da disponibilidade nacional e tem volume máximo de reservação bem menor que a média per capita nacional (945/m³ - 3.607/m³). A vazão de retirada corresponde a 5% da demanda nacional e os usos preponderantes na região são a irrigação (47%) e abastecimento urbano (31%). No que se refere ao balanço hídrico quali-quantitativo, aproximadamente 49% da extensão de seus principais rios encontram-se em situação de criticidade quantitativa (32%), qualitativa (3%) ou quali-quantitativa (14%), o que demanda ações de gestão para reverter esse quadro. Em relação a eventos extremos, em 58% dos Municípios, houve reconhecidas situação de emergência ou estado de calamidade pública, em decorrência de seca, e, em 4%, em razão de chuvas intensas.

Adversidades

As cabeceiras e o alto curso da maior parte de seus rios estão situadas em região semiárida, há baixa disponibilidade hídrica e grande quantidade de rios intermitentes.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias do Córrego da Cruz e seus afluentes, Jequitinhonha e São Mateus.

Estratégia de enfrentamento

De acordo com dados do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010), para atendimento satisfatório até o ano de 2025, 10% dos Municípios da RH Atlântico Leste requerem ampliação do sistema de abastecimento atualmente existente e 63% requerem novo manancial para complementar o abastecimento de água. Segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em de 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), em 33% dos municípios os corpos hídricos receptores têm capacidade nula de diluição de esgotos e 30% têm capacidade ruim ou péssima, havendo uma demanda de investimentos da ordem de R\$ 11,2 bilhões em ações de coleta e tratamento de esgoto. Nos conflitos de uso instalados, consolidaram-se processos de edição de marcos regulatórios e alocação negociada de água. Os marcos regulatórios são instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos complementares ao arcabouço legal existente, por meio dos quais são estabelecidos condições e critérios para os usos da água em um sistema hídrico específico. Tais condições e critérios, de natureza mais perene, orientam e delimitam as alocações de água realizadas anualmente, bem como processos de regularização de usuários. Nesse sentido, foram editados 6 marcos regulatórios em sistemas hídricos dos Estados da Bahia e Minas Gerais, e realizadas alocações de água em 9 sistemas hídricos da RH. Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias hidrográficas consideradas críticas, contemplando os temas demandas hídricas, oferta hídrica e qualidade de água. Também foram desenvolvidos esforços para refinamento da Base Ottocodificada multiescala.

Mudanças ocorridas

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, o balanço hídrico quali-quantitativo foi aprimorado, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos, as quais são refletidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

A implementação dos processos de alocação de água tem contribuído claramente para mitigar conflitos existentes e melhorar a convivência dos usuários de água nos diversos sistemas hídricos. Acredita-se que tais benefícios decorrem, além da presença sistemática do estado e de entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, também da transparência dedicada ao processo, que pode ser traduzida no compartilhamento de informações e na participação dos interessados nas decisões acerca do gerenciamento dos recursos hídricos locais.

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental

Descrição geral

Divide-se em 5 unidades hidrográficas e é composta pelo Estado do Maranhão e pequena parcela do Pará, abrangendo 3% do território nacional e com população aproximada de 6,2 milhões de habitantes. A precipitação média anual é pouco menor que a média nacional (1.700 mm/1.761 mm) e a vazão de retirada corresponde a 1% da demanda nacional. A RH se caracteriza pelo uso urbano da água, preponderante em relação aos demais usos (48%), no qual se destaca a região metropolitana de São Luís como uma das principais responsáveis por essa demanda. Apesar de pequena (7%), a demanda do setor industrial tem importância na RH em função da existência do Distrito Industrial de São Luís e dos projetos minero-metalúrgicos da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD - e da Alumínio do Maranhão - Alumar. A RH apresenta uma situação confortável quanto ao balanço hídrico quali-quantitativo, com 84% da extensão de seus rios em situação satisfatória e com problemas qualitativos localizados, principalmente, na Região Metropolitana de São Luís e em núcleos ribeirinhos, devido ao lançamento de esgotos sem o devido tratamento.

Adversidades

A RH apresenta um dos menores índices de coleta de esgoto dentre todas as regiões hidrográficas. Na RH, apenas cerca de 28% do esgoto são coletados, sendo que, de todo o esgoto gerado, cerca de 8% são tratados antes de serem lançados nos corpos d'água.

Riscos

Não foi identificado trecho de rio com balanço hídrico crítico nessa região que justificasse sua inserção nas Áreas de Especial Interesse para Gestão.

As bacias dos rios Mearim e Itapicuru foram identificadas no Atlas de Vulnerabilidade às Cheias do Brasil (ANA, 2012) como prioritárias para o controle de inundações.

Estratégia de enfrentamento

Essas duas bacias estão sendo analisadas no Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH, que se encontra em fase de conclusão pela ANA e tem como objetivo a identificação das intervenções cruciais para a solução de problemas relacionados à garantia de oferta de água e ao controle de cheias.

De acordo com os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), em 51% dos municípios os corpos hídricos receptores têm capacidade ruim ou péssima de diluição, o que requer investimentos da ordem de R\$ 6,5 bilhões em ações de coleta e tratamento de esgoto.

Mudanças ocorridas

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental

Descrição geral

Divide-se em 13 unidades hidrográficas e se estende por seis Estados (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas), abrangendo 3,4% do território nacional e com população aproximada de 24,1 milhões de habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 84 hab./km², cerca de 4 vezes maior que a média do país. Essa RH conta com 5 regiões metropolitanas (Fortaleza, Recife, Maceió, Natal e João Pessoa) e localiza-se, em sua quase totalidade, na região do semiárido nordestino, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa

pluviosidade e alta evaporação. A precipitação média anual é 40% menor que a média nacional, a disponibilidade hídrica superficial corresponde a 0,1% da disponibilidade superficial do país e tem volume máximo de reservação per capita 3 vezes menor que a média nacional (1080/m³ - 3.607/m³). A vazão de retirada corresponde a 11% da demanda nacional. A RH apresenta situação crítica com relação ao balanço hídrico quali-quantitativa, pois 90% da extensão dos seus rios federais estão assim classificados. Em relação a eventos extremos, entre 2003 e 2013, cerca de 47% dos municípios da RH registraram Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública mais de 10 vezes devido a eventos de seca ou estiagens. A principal obra para mitigar os efeitos da seca na RH é o PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco, por meio de dois eixos de integração de bacias.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; localizada na região semiárida, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias Papoca, Jacuípe, Tracunhaém, entre outras.

A escassez hídrica combinada com a intermitência dos rios e a sazonalidade da estação chuvosa e do período de seca intensificam os potenciais conflitos na região. São focos de conflitos atualmente: Rio Piranhas-Açu, Complexo Estuarino-Lagunas Mundaú-Manguaba (CELMM) em Alagoas.

Estratégia de enfrentamento

Para garantir a duração dos estoques e otimizar o uso da água durante a seca, a Agência realizou alocações negociadas de água em 8 sistemas hídricos do semiárido: reservatórios Armando Ribeiro Gonçalves, Cruzeta, Itans, Santo Antônio e rios Açu e Sabugi (RN); Lagoa do Arroz, Engenheiro Ávidos e São Gonçalo (PB) e Bitury e Belo Jardim (PE). Tais medidas foram pactuadas com órgãos gestores dos Estados envolvidos, usuários de recursos hídricos, representantes dos comitês de bacia hidrográfica das regiões e demais interessados, sempre com o objetivo principal de garantir o abastecimento público e a dessedentação animal.

Foram realizadas campanhas de fiscalização na bacia dos rios Piancó e Piranhas-Açu (PB e RN) e no entorno do Açude Boqueirão (PB).

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se o estudo “Reservatórios do Semiárido: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação”, publicado em novembro de 2017, contemplando um refinamento de dados de 204 reservatórios no semiárido brasileiro, que representam 80% da capacidade de armazenamento existente no Semiárido, e atendem a mais de 10 milhões de habitantes. A publicação apresenta uma revisão do estado da arte sobre os principais açudes e sistemas hídricos do Semiárido, para os quais foram reunidos e atualizados todos os dados hidrometeorológicos existentes, com vistas ao estabelecimento do balanço hídrico atual e a indicação de regras de operação. O Monitor de Secas é uma iniciativa que envolve ferramentas de gestão proativa da seca no Nordeste. Ele acompanha periodicamente a situação da seca e consolida e divulga os resultados mensalmente por meio de um mapa que apresenta a severidade da seca, sua evolução espacial e no tempo, e seus impactos sobre os diferentes setores envolvidos.

Segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em de 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), em 53% dos municípios os corpos hídricos receptores têm capacidade nula de diluição por estarem localizados no semiárido, o que requer tratamento de esgotos com elevada remoção de patógenos (processos com eficiência entre 60% e 80%) ou com disposição no solo, uma vez que o efluente tratado será, em muitos casos, a única água disponível para uso a jusante. A RH é a segunda em demanda de investimentos, estimados em R\$ 25,3 bilhões em ações de coleta (R\$ 16,8 bilhões) e tratamento de esgotos (R\$ 8,5 bilhões).

Mudanças ocorridas

Apesar da restrição de uso para a irrigação, o abastecimento urbano tem sido preservado.

O Sistema de Acompanhamento de Reservatórios, disponível no site da ANA, permite o acompanhamento, pela sociedade, dos níveis e auxilia na transparência do processo decisório da Agência.

Para subsidiar ações nas Áreas de Especial Interesse para Gestão, foram disponibilizadas informações refinadas de balanço hídrico quali-quantitativo em reservatórios da região.

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam

a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Tendo em vista o início da operação do Eixo Leste do PISF, foi publicada a Resolução ANA nº 2.333, de 27 de dezembro de 2017, que tem o objetivo estabelecer competências, direitos e deveres das partes; elencar categorias de usuários do projeto e condições de acesso; especificar os pontos de entrega das águas do PISF; estabelecer regras para possíveis interrupções no abastecimento, bem como procedimentos de medição de consumo, faturas e pagamentos de tarifa.

Região Hidrográfica Atlântico Sudeste

Descrição geral

Divide-se em 5 unidades hidrográficas e se estende por cinco Estados (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), ocupando 2,5% do território brasileiro e com população aproximada é de 28,2 milhões de habitantes, o que representa uma alta densidade demográfica, chegando a 131,6 hab./km², seis vezes maior que a média brasileira (22,4 hab./km²). Apresenta alta diversidade de atividades econômicas e significativo parque industrial, constituindo uma das mais desenvolvidas regiões do país. A precipitação média anual é de 1.401 mm, menor que a média nacional de 1.761 mm, a vazão de retirada corresponde a 9% da demanda nacional e o volume máximo de reservação é dez vezes menor que a média per capita nacional (372 m³/hab - 3.607m³/hab). Quanto ao balanço hídrico quali-quantitativo, 85% da extensão dos seus principais rios encontram-se em situação satisfatória. Em relação a eventos extremos, as cheias são os eventos mais comuns, especialmente nas bacias do Rio Doce e no Rio Paraíba do Sul. Os usos preponderantes na região são o abastecimento urbano (49%), a irrigação (27%) e a indústria (20%).

Adversidades

Grande concentração populacional que aumenta a demanda por abastecimento urbano e industrial; baixos índices de tratamento de esgotos provenientes de áreas densamente povoadas, o que inclui mananciais importantes; poluição industrial em razão do elevado número de indústrias, tanto de grande como de pequeno porte, distribuídas por toda RH; perda de cobertura vegetal, sobretudo nos principais mananciais da bacia, o que aumenta sua vulnerabilidade em relação à poluição difusa e à eutrofização; maiores chances de acidentes ambientais, em virtude do intenso fluxo de insumos com potencial poluidor nas principais rodovias da RH.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: trechos das bacias do Ribeira do Iguaçu, Itabapoana, Doce e Paraíba do Sul.

Acidente na barragem de Fundão em Mariana/MG, localizada na bacia do rio Doce, ocorrido em 2015, cujos efeitos ainda operam.

Estratégia de enfrentamento

Em relação ao acidente ambiental na barragem de Fundão em Mariana/MG, uma série de estudos e avaliações dos efeitos do desastre concluiu pela necessidade de um conjunto de ações envolvendo recuperação de nascentes, ampliação do esgotamento sanitário, implantação de sistemas alternativos de abastecimento de água e adequação do monitoramento quali-quantitativo das águas e sedimentos dos cursos d'água afetados, incluindo a avaliação de riscos toxicológicos e ecotoxicológicos. Firmou-se um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta entre o governo federal, dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, que prevê uma série de ações para a recuperação da bacia, visando recuperar o estado anterior ao rompimento da barragem e medidas de compensação nos casos em que o estado anterior não puder ser alcançado.

De acordo com dados do Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010), para atendimento satisfatório até o ano de 2025, 236 (47%) dos Municípios da RH requerem ampliação do sistema de abastecimento atualmente existente e 12 (2%), incluindo as Regiões Metropolitanas de Vitória, Rio de Janeiro e da Baixada Santista, requerem novo manancial para complementar o abastecimento de água. Segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas (ANA, 2017) (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), a RH requer investimentos da ordem de R\$ 18,6 bilhões em ações de coleta e tratamento de esgoto, grande parte em coleta de esgotos (R\$ 10,3 bilhões) e em processos de maior complexidade (eficiência superior a 80% - R\$ 5,2 bilhões), devido à presença de 2 capitais (Rio de Janeiro e Vitória) e concentração de aglomerados urbanos nas regiões metropolitanas.

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias hidrográficas consideradas críticas, contemplando os temas demandas hídricas, oferta hídrica e qualidade de água. Também foram desenvolvidos esforços para refinamento da Base Ottocodificada multiescala.

Mudanças ocorridas

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Os boletins emitidos e disponibilizados na internet, permitem à sociedade acompanhar a situação das condições das águas do rio Doce. A recuperação da qualidade das águas será um processo longo e persistente, que deverá ser acompanhada por monitoramento quali-quantitativo consistente e investigação minuciosa dos vários aspectos envolvidos. Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, o balanço hídrico quali-quantitativo foi aprimorado, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos, as quais são refletidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

Região Hidrográfica Atlântico Sul

Descrição geral

Divide-se em 3 unidades hidrográficas e se estende por quatro Estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), ocupando 2,2% do território nacional e com população aproximada de 13 milhões de habitantes e alta densidade demográfica, 70 hab./km², que é 3 vezes superior à média brasileira (22 hab./km²). A Região Hidrográfica do Atlântico Sul tem grande importância para o país, em razão do expressivo contingente populacional e pelo desenvolvimento econômico, além de sua importância turística. A precipitação média anual é próxima à média nacional (1.644 mm/ 1.761 mm) e a vazão de retirada corresponde a 12% da demanda nacional. O volume máximo de reservação é três vezes maior que a média per capita nacional (11304/m³ - 3.607/m³). Os usos preponderantes são a irrigação (66%) e a indústria (19%). Apesar de apresentar algumas questões importantes de qualidade da água, o maior problema da RH é quantitativo, com 61% da demanda/disponibilidade hídrica por extensão de rios em situação preocupante, crítica ou muito crítica. Em relação a eventos extremos, os mais comuns são as cheias.

Adversidades

Elevada concentração populacional em Porto Alegre, além do lançamento de efluentes nas regiões de Joinville/SC, Região Metropolitana de Florianópolis/SC, Pelotas/RS e Porto Alegre/RS e nos vales de Gravataí, Sinos e Caí comprometem significativamente os mananciais superficiais; bem como elevadas cargas poluentes dos efluentes de suinocultura no vale do Itajaí e nos rios Pardo e Taquari; a densidade demográfica é superior a três vezes a média brasileira; alta frequência de cheias nos municípios de SC e elevada demanda para irrigação na Lagoa dos Patos, na lagoa Mirim e no Rio Guaíba.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias Mampituba e Mirim/São Gonçalo.

Estratégia de enfrentamento

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias hidrográficas consideradas críticas, contemplando os temas demandas hídricas, oferta hídrica e qualidade de água. Também foram desenvolvidos esforços para refinamento da Base Ottocodificada multiescala.

Segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas (ANA, 2017) (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), a RH requer investimentos da ordem de R\$ 12,3 bilhões em ações de coleta e tratamento de esgoto, sendo a maior parte em coleta (R\$ 8,5 bilhões). Quanto ao tratamento, há necessidade de mais investimentos (R\$ 2,7 bilhões) em processos de maior complexidade (eficiência superior a 80%), devido a uma condição de excessiva degradação dos mananciais que atravessam áreas urbanas em que ocorre lançamento de esgotos domésticos *in natura*. Como há presença de 4 relevantes polos consolidados de irrigação (Mampituba, Jacuí/Camaquã, Mirim/São Gonçalo e Negro), foram realizados estudos no âmbito do Atlas Irrigação para refinamento das demandas de água atuais e futuras em áreas especiais para a gestão, que são importante subsídio para atualização dos

respectivos balanços hídricos, de forma a auxiliar nas análises de capacidade de suporte e na definição de políticas de reservação.

Mudanças ocorridas

Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, o balanço hídrico quali-quantitativo foi aprimorado, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos, as quais são refletidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil. Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Região Hidrográfica Paraguai

Descrição geral

Divide-se em 13 unidades hidrográficas e se estende por dois Estados (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), abrangendo 4,3% do território nacional e com população aproximada de 2,16 milhões de habitantes. Essa RH tem baixa densidade demográfica (6,0 hab./km²), sendo aproximadamente 3,5 vezes inferior à média nacional. A precipitação média anual é menor que a média nacional (1.359 mm/1.761mm), a vazão de retirada é cerca de 1% da demanda nacional e o volume máximo de reservação per capita é um pouco menor que média nacional (3449 m³/hab - 3.607 m³/hab). A agropecuária é a principal atividade econômica. No pantanal, a pecuária extensiva foi a grande responsável por sua ocupação e ainda é a base da economia da região. O potencial hidrelétrico aproveitado da RH Paraguai é de aprox. 1,4 GW, o que corresponde a 1,3% do total instalado no país. A RH já possui quase a metade de seu potencial hidrelétrico aproveitado (usinas em operação), restando aprox. 925 MW de potencial inventariado para aproveitamentos futuros. Os eventos hidrológicos extremos mais comuns são as cheias.

Adversidades

Susceptibilidade natural à erosão; aumento da deposição de sedimentos na planície pantaneira e o consequente assoreamento dos rios; obras de melhorias na hidrovia do Paraguai tem gerado debates sobre os impactos ambientais.

O principal debate em torno dos empreendimentos hidrelétricos na RH-Paraguai diz respeito aos possíveis impactos de alteração do regime hidrológico e comprometimento da qualidade das águas, de alteração de rotas migratórias de peixes e socioeconômicos (em especial na pesca e no turismo), gerando dificuldades para assegurar os usos múltiplos da água.

Embora haja problemas de poluição hídrica ocasionadas pelo lançamento de agrotóxicos e fertilizantes em algumas culturas agrícolas, o lançamento de esgotos ainda é o principal problema de poluição hídrica.

Riscos

Áreas com situação crítica em relação a quantidade de água:

- Cabeceira do rio Paraguai, na UPG P3 - Alto Paraguai Superior (Municípios de Alto Paraguai e Diamantino): caracterizada por baixa disponibilidade hídrica e demandas para mineração, abastecimento industrial e irrigação;
- Dois clusters ao longo dos trechos mais altos dos rios Areial (Municípios de Pedra Preta, Guiratinga e Alto Garças) e Poxoréu (Município de Poxoréu);
- UPG P5- São Lourenço: caracterizados por baixa disponibilidade hídrica e demandas mineração, irrigação, dessedentação animal;
- Porção central da UPG II.1 - Correntes (Município de Sonora): em que se localiza importante polo agrícola da RH, com importantes demandas para irrigação;
- Região ao sul dos municípios de Corumbá e Ladário, na UPG II.2 – Taquari: com presença significativa de demandas de mineração (próximo ao Maciço do Urucum) e abastecimento de comunidades rurais;
- Cabeceira do rio Bento Gomes (UPG P7 - Paraguai Pantanal/ Municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento), Cabeceiras do rio Negro (UPG II.4 – Negro/ Municípios de Rio Verde do Mato Grosso, Rio Negro, Corguinho e Aquidauana) e bacia do rio Perdido (UPG II.6 – Apa/ Municípios de Caracol e Porto Murtinho): regiões de baixa disponibilidade hídrica, em que predominam os usos difusos rurais (abastecimento da população rural e dessedentação animal).

- Outras áreas: Cabeceira do rio Vermelho, na UPG P2 – Alto Paraguai Médio (Municípios de Salto do Céu e Lambari d'Oeste); Cabeceira do rio Cuiabá, na UPG P4 – Alto Rio Cuiabá (Municípios de Nobres); Curso médio do rio Miranda, na UPG II.3 – Miranda (Município de Miranda); Porção nordeste da UPG II.5 - Nabileque (Município de Corumbá, próximo à fronteira com Porto Murtinho, Bodoquena e Miranda).

Áreas com situação crítica em relação quanto à qualidade de poluentes orgânicos:

- Extremo oeste da P7 Paraguai-Pantanal, na fronteira do território nacional com a Bolívia;
- Planície pantaneira ao longo da porção norte a noroeste e leste a sudeste da UPG II.4 Negro;
- Parte da UPG II.3 Miranda;
- Porções norte e sul da UPG II.5 Nabileque;
- Área ao sul da sede urbana de Ladário e Corumbá (até a sede do distrito de Albuquerque)

Áreas com situação crítica em relação quanto ao Fósforo:

- manchas espalhadas pelo sudeste, leste e noroeste da região de planalto, adentrando também em diversos pontos da planície pantaneira, como ao sul da UPG P1 - Jauru e na maior porção do território da UPG II.4 – Negro.

Estratégia de enfrentamento

O Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Paraguai (PRH Paraguai) foi concluído pela ANA em 2017, aprovado no âmbito do Grupo de Acompanhamento (GAP) da elaboração do Plano e encaminhado para aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Estudos em cursos pela ANA para avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na RH-Paraguai, de forma que suas conclusões atendam aos anseios da sociedade proporcionando, ao mesmo tempo, o melhor aproveitamento energético possível na RH-Paraguai.

Dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas (ANA, 2017) (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>) indicam que essa RH é a que requer menor montante de investimento, R\$ 2,4 bilhões, por se tratar de uma região de pequeno contingente populacional e com boa capacidade de diluição nos corpos receptores.

Mudanças ocorridas

A conclusão do Plano de Recursos Hídricos dessa Região Hidrográfica oferece elementos para orientar as ações de gestão e regulação dos recursos hídricos e subsidiar os processos decisórios relacionados ao uso da água, bem como o Atlas Esgoto oferece informações para orientar a alocação de recursos e seleção de investimentos.

Região Hidrográfica Paraná

Descrição geral

Divide-se em 11 unidades hidrográficas e se estende por sete Estados (São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e Distrito Federal), ocupando 10% do território nacional e com população aproximada de 61,3 milhões de habitantes. É a RH mais populosa e tem densidade demográfica três vezes superior à média nacional. A precipitação média anual é menor que a nacional (1.543 mm/1.761 mm), a vazão de retirada corresponde a 31% da demanda nacional e o volume máximo de reservação é maior que a média per capita nacional (4047/m³ - 3.607/m³). O balanço hídrico quali-quantitativo aponta que 20% da extensão dos rios foram classificados com qualidade “razoável, ruim ou péssima”. Apresenta grande importância no contexto nacional, pois representa a região de maior desenvolvimento econômico do país, bem como possui as maiores demandas por recursos hídricos. Os usos preponderantes são irrigação (42%), industrial (28%) e urbano (24%).

Adversidades

Problemas de qualidade da água devido ao lançamento de esgotos pelos principais centros urbanos, os mananciais têm sofrido intenso processo de ocupação, elevada demanda de água para a irrigação, potencial conflito entre a geração de energia e a irrigação e entre a geração de energia e a navegação. Há vulnerabilidade a cheias e inundações na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões vertentes do rio Grande.

Riscos

Áreas com situação crítica em relação a quantidade de água:

- As seguintes sub-bacias foram consideradas críticas em 2017, devido ao uso elevado da água na irrigação: Rio Taquari, Ribeirões das Posses, Santa Helena e Indaiatuba (Bacia do Rio Paranapanema); Alto Ribeirão da Onça; Alto Rio Turvo; Baixo-Médio Jaguari-Mirim; Baixo Rio da Itupeva; Baixo-Médio

Rio Grande; Baixo-Médio Rio Pardo; Alto Córrego Rico; Baixo Rio Sapucaí (Bacia do Rio Grande); Alto São Marcos e Baixo São Marcos (Bacia do Rio Paranaíba);

Áreas com situação crítica do ponto de vista quali-quantitativo:

- Problemas relacionados a áreas urbanas: Alto Paranapanema M.E. (no entorno da sede de Itapetininga); Pardo (no entorno de Ourinhos); Pari/Novo (a jusante de Assis); Santo Anastácio (a jusante de Presidente Prudente); Pirapó (no entorno de Maringá); Baixo Tibagi (no entorno de Londrina); Alto Tibagi (no entorno de Ponta Grossa); UGRHI 15 (no entorno de São José do Rio Preto e Catanduva); UGRHI 9 (no entorno de Mogi Guaçu e Águas de Lindóia); GD 02 (no entorno de Barbacena); GD 4 (no entorno de São Lourenço); GD 6 (no entorno de Poços de Caldas).

Cabe ressaltar a condição especial da bacia do rio das Cinzas, afluente do Rio Paranapanema, como área sujeita a restrições de usos que se utilizem de barramentos em seu curso natural devido a possíveis impactos em seu trecho lótico. Alguns aspectos importantes considerados nesta análise, são: Importância dos tributários do rio das Cinzas para manutenção da diversidade das espécies de peixes na UGRH Paranapanema; As Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade (CP-506), sendo a bacia do rio das Cinzas considerada com prioridade muito alta e recomendação para criação de Unidade de Conservação; A baixa disponibilidade hídrica de alguns cursos d'água da bacia; A qualidade das águas; Demandas atuais e futuras (onde se destacam projetos de PCH's); Balanços hídricos; Ocorrência de eventos extremos.

Estratégia de enfrentamento

Foram realizadas campanhas de fiscalização nas bacias dos rios Pardo (MG e BA) e São Marcos (MG e DF) e arredores do DF.

A ANA é responsável por manter atualizado o balanço hídrico nacional nas bacias e rios no território brasileiro e tem atuado no refinamento e na atualização dessas informações por meio de contratações de estudos específicos e esforços internos que culminam na consolidação da base de dados do Conjuntura. Esse refinamento é essencial para o direcionamento das ações de gestão e regulação, como por exemplo, os procedimentos de outorga de uso da água em rios de domínio da União. Nesse contexto, destaca-se a elaboração do Atlas Irrigação com melhoria principalmente da identificação de áreas irrigadas por pivôs, o Atlas Esgotos com diagnóstico da capacidade de diluição dos corpos hídricos e identificação de soluções necessárias, o estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas e a Base Ottocodificada multiescala.

Os Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Paranapanema e Grande foram aprovados entre o final de 2016 e meados de 2017. E está sendo elaborando projeto básico para estimativa da capacidade de armazenamento de pequenos reservatórios em regiões com intensa irrigação identificadas nos planos das bacias do Paranaíba, Paranapanema e Grande. Em 2017, no âmbito do Atlas de Irrigação foram mapeados 4278 pivôs centrais em sub-bacias desta região, que apresentaram uma área irrigada de quase 236 mil hectares, com 5.548 pequenos reservatórios artificiais, sendo que a maioria faz parte do sistema de irrigação por pivôs centrais.

Segundo informações do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas (ANA, 2017) (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), a RH Paraná destaca-se como a de maior número de municípios (592) e maior contingente populacional com vazão de diluição ruim/péssima. Ou seja, é a RH que revela a maior necessidade de tratamento avançado de esgotos (eficiência superior a 80%) ou de soluções complementares para melhorar a condição de seus recursos hídricos, sendo necessários R\$ 10,5 bilhões em tratamento avançado de um total de R\$ 12,3 bilhões em tratamento. Identificou-se ainda a necessidade de investimento de R\$ 22,5 bilhões em ações de coleta, o que resulta em demanda de R\$ 34,8 bilhões em investimentos em saneamento na RH Paraná.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas. Nesse sentido foi instalada pela Agência a Sala de Crise da Hidrovia Tietê-Paraná, e apesar dos baixos níveis de armazenamento observados nos reservatórios das bacias dos rios Grande e Paranaíba, foi possível garantir a cota mínima de 325,4 m nos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, evitando-se assim a interrupção na navegação da hidrovia a exemplo do que aconteceu em 2014.

Assim como a redução nas vazões liberadas para abastecimento público, regras de restrição para os demais usos e suspensão da concessão de outorgas foram instituídas pela ANA em conjunto com os órgãos gestores de São Paulo e Minas Gerais. Foi intensificada a fiscalização no entorno dos reservatórios e demais mananciais das bacias PCJ, incluindo sobrevoos e identificação de usos e barramentos irregulares em imagens de satélite, e vistorias em campo de níveis e vazões em pontos de monitoramento.

O processo de renovação da outorga e de definição das condições de operação do Sistema Cantareira envolveu um amplo e inédito processo de discussão entre as entidades e a sociedade civil das bacias afetadas, assegurando transparência e envolvimento dos diversos setores. Foram definidas faixas de operação do sistema e as vazões máximas de retirada pela SABESP e as destinadas às bacias PCJ, podendo variar sazonalmente, sendo maior a restrição quanto menor for o volume, sinalizando gradativamente o agravamento da situação e sugerindo medidas adicionais de gestão da demanda.

O estudo Água na Indústria: Uso e Coeficientes Técnicos, publicado pela ANA em 2017, aprimorou os métodos e bases de dados associados à demanda hídrica por tipologia industrial, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), em todo o país. A demanda industrial da RH Paraná é a maior do país.

Foram elaborados planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas do Paranaíba, Paranapanema e Grande. Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, o balanço hídrico quali-quantitativo foi aprimorado, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos, as quais são refletidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da ANA.

Região Hidrográfica Parnaíba

Descrição geral

Divide-se em 3 unidades hidrográficas e se estende por três Estados (Ceará, Piauí e Maranhão), abrangendo 293 Municípios, cuja população aproximada é de 4,15 milhões de habitantes. Essa RH tem baixa densidade demográfica (12,5 hab./km²), inferior à média brasileira, que é de 22,4 hab./km². A RH caracteriza-se pela intermitência das chuvas e tem média de precipitação muito abaixo da média nacional. A disponibilidade hídrica superficial corresponde a menos de 0,5% da disponibilidade hídrica nacional e a vazão de retirada corresponde a 2% da retirada nacional. O volume máximo de reservação corresponde à metade da reservação per capita nacional (1795/m³ - 3.607/m³). Há distribuição desigual dos recursos hídricos superficiais da bacia, pois a maioria dos afluentes da margem direita do Parnaíba, na região do Médio Parnaíba, tem caráter temporário, especialmente os rios Canindé e Piauí, Poti e cabeceiras do rio Gurguéia (Serra de Bom Jesus do Gurguéia), que drenam grandes áreas localizadas no semiárido. O principal uso da água na região é a irrigação, responsável por 73% da demanda hídrica, seguida pelo uso urbano, com 16%. A criticidade qualitativa na região de Teresina decorre da degradação da qualidade da água, em função do lançamento de efluentes domésticos e práticas inadequadas de disposição de lixo urbano. Situações de escassez de água são frequentes na região durante o prolongado período seco, característico do semiárido brasileiro.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; RH com boa parte da área localizada na região semiárida, caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões. Há grande incidência de eventos críticos de seca.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Bacias Longa e Poti.

Estratégia de enfrentamento

Segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em de 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), em 33% dos municípios os corpos hídricos receptores têm capacidade nula de diluição de esgotos, o que requer nesses municípios um tratamento de esgotos com elevada remoção de patógenos ou com disposição no solo, uma vez que o efluente tratado será, em muitos casos, a única água disponível para uso a jusante. Foi identificada uma necessidade de investimentos da ordem de R\$ 4,1 bilhões na RH, sendo R\$ 3,3 milhões em coleta e R\$ 0,8 bilhão em tratamento.

Nos conflitos de uso instalados, consolidaram-se processos de edição de marcos regulatórios e alocação negociada de água. Os marcos regulatórios são instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos complementares ao arcabouço legal existente, por meio dos quais são estabelecidos condições e critérios para os usos da água em um sistema hídrico específico. Tais condições e critérios, de natureza mais perene, orientam e delimitam as alocações de água realizadas anualmente, bem como processos de regularização de

usuários. Nesse sentido, foram realizadas alocações de água em 3 sistemas hídricos da RH, Bocaina e rio Guaribas, Ingazeiras e Piaus, no Estado do Piauí.

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se o estudo “Reservatórios do Semiárido: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação”, publicado em novembro de 2017, contemplando um refinamento de dados utilizados para o cálculo do balanço quali-quantitativo em 204 reservatórios no semiárido brasileiro.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, houve aprimoramento no balanço hídrico quali-quantitativo em mananciais da região, contemplando informações mais precisas para a gestão e regulação dos recursos hídricos.

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da Agência.

Região Hidrográfica São Francisco

Descrição geral

Divide-se em 4 unidades hidrográficas e se estende por sete unidades da Federação (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal), abrangendo 7,5% do território do país e com população aproximada de 14,3 milhões de habitantes, que corresponde a uma densidade demográfica de 22,4 hab./km², igual à média nacional. Caracteriza-se pela intermitência das chuvas e tem precipitação média anual de 1.003 mm, significativamente inferior à média nacional de 1.761 mm, e a vazão de retirada corresponde a 9,8% da demanda nacional. O volume máximo de reservação é maior que a média per capita nacional (5.183/m³ - 3.607/m³). A região do São Francisco caracteriza-se pelo predomínio das vazões de retirada para irrigação (213,7 m³/s) em relação aos demais usos, representando 77% do total de demandas. Em seguida, vem a demanda urbana, com 31,3 m³/s (11%), concentrada principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e a demanda industrial, com 19,8 m³/s (7%). Situações de escassez de água são frequentes na região durante o prolongado período seco, característico do semiárido brasileiro. Entre 2003 e 2013, 206 Municípios apresentaram mais de 10 eventos de seca e alguns Municípios, como por exemplo, Belém do São Francisco, Santa Cruz e Afrânio, vêm sendo repetidamente afetados pela seca, apresentando mais de 20 eventos de situação de emergência ou estado de calamidade pública. O aproveitamento hidrelétrico do rio São Francisco representa a base de suprimento de energia da Região Nordeste.

Adversidades

Baixa disponibilidade hídrica; 58% dessa RH está localizada na região semiárida que é caracterizada por apresentar períodos críticos de estiagens, resultado da baixa pluviosidade e alta evaporação; grande quantidade de rios intermitentes; baixos índices de coleta e tratamento de esgoto; infraestrutura hídrica insuficiente ou deficitária; grande dependência dos reservatórios para regularização das vazões; alta demanda de irrigação; há grande incidência de eventos críticos de seca.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias dos rios Preto, Urucuia e Verde Grande.

Estratégia de enfrentamento

Os conflitos na região foram potencializados pela situação de seca enfrentada pela região desde 2012.

Além das regras específicas de uso da água, cabe mencionar a definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água em situações de conflito de uso e escassez hídrica. Com o objetivo de promover o acompanhamento sistemático dos impactos sobre os usos da água em estreita articulação com os diferentes usuários, órgãos gestores da bacia e outras instituições interessadas, a Agência Nacional de Águas instalou desde 2013 e opera semanalmente a Sala de Crise, que tem sido fundamental para subsidiar a elaboração das sucessivas resoluções que definem a vazão mínima liberada pelos reservatórios. Atualmente encontra-se em vigor a Resolução nº 1.943, de 6 de novembro de 2017, que autoriza, até 30 de abril de 2018, a redução da vazão mínima liberada dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para média diária de 550 m³/s e instantânea de até 523 m³/s.

Nos conflitos de uso instalados, consolidaram-se processos de edição de marcos regulatórios e alocação negociada de água. Os marcos regulatórios são instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos

complementares ao arcabouço legal existente, por meio dos quais são estabelecidos condições e critérios para os usos da água em um sistema hídrico específico. Tais condições e critérios, de natureza mais perene, orientam e delimitam as alocações de água realizadas anualmente, bem como processos de regularização de usuários. Nesse sentido, em 2017 foram editados 4 marcos regulatórios em sistemas hídricos dos Estados da Bahia e Minas Gerais, e realizadas alocações de água em 9 sistemas hídricos da RH (BA, MG e PE). Foram ainda realizadas campanhas de fiscalização nas bacias dos rios Verde Grande (MG e BA) e São Francisco (MG, BA, PE, Se e AL).

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias hidrográficas consideradas críticas e foram desenvolvidos esforços para refinamento da Base Ottocodificada multiescala. Também foi concluído o estudo “Reservatórios do Semiárido: Hidrologia, Balanço Hídrico e Operação”, publicado em novembro de 2017, contemplando um refinamento de dados utilizados para o cálculo do balanço quali-quantitativo em 204 reservatórios no semiárido brasileiro.

Tendo em vista a relevância da irrigação na Região, com a presença de 5 relevantes polos consolidados de irrigação (São Francisco – jusante de Sobradinho, Mundaú/Manguaba/Coruripe, Verde/Jacaré, Verde Grande/São Francisco e Grande/Correntes), foram realizados estudos no âmbito do Atlas Irrigação para refinamento das demandas de água atuais e futuras em áreas especiais para a gestão, que são importante subsídio para atualização dos respectivos balanços hídricos, de forma a auxiliar nas análises de capacidade de suporte e na definição de políticas de reservação.

Por fim, segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em de 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), em 39% dos municípios da região os corpos hídricos receptores têm capacidade nula de diluição de esgotos, o que requer nesses municípios um tratamento de esgotos com elevada remoção de patógenos ou com disposição no solo, uma vez que o efluente tratado será, em muitos casos, a única água disponível para uso a jusante. Foi identificada uma necessidade de investimentos da ordem de R\$ 9,3 bilhões na RH, sendo R\$ 6,3 milhões em coleta e R\$ 3,0 bilhões em tratamento.

Mudanças ocorridas

Em diversos períodos de 2013 a 2017, as vazões naturais foram bem inferiores às defluências praticadas. Caso não houvesse o efeito da regularização proporcionado pelos reservatórios, as vazões observadas entre Sobradinho e a foz teriam sido consideravelmente inferiores às verificadas, colocando em risco ainda mais os usos da água. As vazões defluentes liberadas, mesmo reduzidas, vem sendo suficientes para atender às demandas outorgadas no rio, da ordem de 120 m³/s, incluídas as vazões para o PISF. Entretanto, as progressivas reduções de vazões acarretaram dificuldades de operação, relacionadas ao nível d'água para captação, que demandaram adequações das tomadas d'água, com soluções de engenharia, tais como a implantação de sistemas flutuantes de captação.

Em junho de 2017 foi instituído o Dia do Rio, um dia fixo na semana, correspondente às quartas-feiras, em que as captações nos cursos d'água federais na bacia foram suspensas, exceto para os usos prioritários.

Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, houve aprimoramento do balanço hídrico quali-quantitativo de mananciais, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos. Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da Agência

Região Hidrográfica Tocantins Araguaia

Descrição geral

Divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por seis unidades da Federação (Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4 %), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%)), abrangendo 10,8% do território nacional e com população aproximada de 8,6 milhões de habitantes, o que representa uma densidade demográfica de 9,3 hab./km², sendo 2,5 vezes inferior à média nacional. É importante no contexto nacional, pois se caracteriza pela expansão da fronteira agrícola, principalmente no que se refere ao cultivo de grãos, e pelo potencial hidroenergético. A precipitação média anual é 1.774 mm, bem próxima a média nacional de 1.761 mm, e a vazão de retirada corresponde a 1% da demanda nacional. O volume máximo de reservação é bem maior que a reservação per capita nacional (13.508/m³ - 3.607/m³). Há um significativo crescimento de demanda de água para irrigação que já é o uso preponderante, representando 62% da demanda total.

Adversidades

Baixo índice da cobertura dos serviços de saneamento.

A bacia do rio do Sono e o trecho médio do rio Araguaia são áreas sensíveis, do ponto de vista hídrico e ambiental.

A navegação no rio Tocantins é impossibilitada pela ausência de eclusas em alguns dos barramentos existentes (UHEs Tucuruí, Lajeado e Estreito).

A operação dos reservatórios a partir da UHE de Peixe-Angical influencia o turismo nas praias do rio Tocantins. Ocorrência de processos erosivos, devido ao desmatamento, que estão concentrados na Unidade Hidrográfica Alto Tocantins e, em especial, no Alto Araguaia. O estabelecimento de novos usuários nas UHs Alto Médio Araguaia, Médio Araguaia, Alto Tocantins e Itacaiúnas deverá pressionar ainda mais os corpos d'água da região. A expansão da irrigação no Médio Araguaia é particularmente importante nesse aspecto.

Desde 2015, a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. As baixas precipitações e vazões ao longo de 2016 e 2017 impossibilitaram a recuperação dos reservatórios de acumulação, em particular Serra da Mesa, concebido para regularizar a cascata de geração hidrelétrica na bacia.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: Itacaiúnas, Javaés, Paranã.

Estratégia de enfrentamento

No rio Javaés (TO) foi estabelecido Marco Regulatório e realizadas campanhas de fiscalização.

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias hidrográficas consideradas críticas e também foram desenvolvidos esforços para refinamento da Base Ottocodificada multiescala.

A ANA instituiu, em agosto de 2017, a Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins para acompanhamento sistemático dos eventuais impactos acarretados pela escassez hídrica com estreita articulação com os diferentes usuários da bacia. As reuniões da Sala de Crise ocorrem quinzenalmente e visam debater as condições de operação dos reservatórios da calha do rio, como Serra da Mesa e Estreito, com o intuito de preservar os estoques de água da bacia e garantir a continuidade do atendimento aos usos múltiplos do recurso. Dos encaminhamentos oriundos da Sala de Crise, destaca-se a garantia de atendimento de uma vazão mínima de 744 m³/s a jusante da UHE Estreito com vistas a manutenção da captação da cidade de Imperatriz/MA.

Tendo em vista a relevância da irrigação na Região, com a presença de 3 relevantes polos emergentes de irrigação com potencial de expansão (Formoso/Javaés/Araguaia, Alto das Mortes e Alto Araguaia), foram realizados estudos no âmbito do Atlas Irrigação para refinamento das demandas de água atuais e futuras em áreas especiais para a gestão, que são importante subsídio para atualização dos respectivos balanços hídricos, de forma a auxiliar nas análises de capacidade de suporte e na definição de políticas de reservação.

Por fim, segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em de 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), devido ao baixo nível de atendimento de coleta e tratamento de esgotos na região, foi identificada uma necessidade de investimentos da ordem de R\$ 9,8 bilhões, sendo R\$ 7,8 milhões em coleta e R\$ 2,0 bilhões em tratamento.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, o balanço hídrico quali-quantitativo foi aprimorado, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos, as quais são refletidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região, bem como os usos múltiplos. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da Agência.

Região Hidrográfica Uruguai

Descrição geral

Divide-se em 2 unidades hidrográficas e se estende por dois Estados (Rio Grande do Sul (74%) e Santa Catarina (26%)), abrangendo 3% do território e com população aproximada de 6,2 milhões de habitantes, que corresponde a uma densidade demográfica de 22,8 hab./km², valor similar à média nacional de 22,4 hab./km². A RH tem relevância no contexto nacional em função das atividades agroindustriais desenvolvidas e do seu

potencial hidrelétrico. A incidência de chuvas é distribuída ao longo do ano e a precipitação média anual é de 1.623mm, inferior à média nacional de 1.761mm. A vazão de retirada corresponde a 7% da demanda nacional e o volume máximo de reservação per capita é um pouco inferior à média nacional (3.388/m³ - 3.607/m³). Há significativo crescimento da demanda de água para irrigação, que já é o uso preponderante, representando 82% da demanda total dessa RH, seguida pelo uso para abastecimento público e pelo uso industrial, que representam 6% cada (ano-base2010).

Adversidades

Alta concentração de aproveitamentos hidrelétricos no trecho médio/alto Uruguai; alta demanda para irrigação no trecho médio/baixo Uruguai; alta demanda para abastecimento e baixos índices de saneamento. Grande aporte de cargas poluidoras nos corpos hídricos provenientes de atividades agroindustriais.

Riscos

Área de Especial Interesse para a Gestão: bacias dos rios Negro e Quaraí.

Estratégia de enfrentamento

Em relação às Áreas de Especial Interesse para a Gestão, concluiu-se estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias hidrográficas consideradas críticas, contemplando os temas demandas hídricas, oferta hídrica e qualidade de água. Também foram desenvolvidos esforços para refinamento da Base Ottocodificada multiescala.

Tendo em vista a relevância da irrigação na Região, com a presença de 2 relevantes polos consolidados de irrigação (Negro e Uruguai/Ibicuí/Quaraí), foram realizados estudos no âmbito do Atlas Irrigação para refinamento das demandas de água atuais e futuras em áreas especiais para a gestão, que são importante subsídio para atualização dos respectivos balanços hídricos, de forma a auxiliar nas análises de capacidade de suporte e na definição de políticas de reservação.

Por fim, segundo os dados do Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas, lançado em de 2017 (<http://atlasesgotos.ana.gov.br/>), devido ao baixo nível de atendimento de coleta e tratamento de esgotos na região, foi identificada uma necessidade de investimentos da ordem de R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 2,7 milhões em coleta e R\$ 0,9 bilhão em tratamento.

Mudanças ocorridas

Os conflitos têm sido solucionados por meio de negociação e mediação e têm resultado na definição de restrições de usos e fiscalização, sempre com o intuito de garantir os usos múltiplos das águas.

Em relação às áreas de especial interesse para a gestão, o balanço hídrico quali-quantitativo foi aprimorado, trazendo informações mais precisas para a gestão e regulação dos corpos hídricos, as quais são refletidas no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil.

Com os estudos desenvolvidos pela ANA, há mais elementos para auxiliar o processo decisório de investimentos, bem como seleção, contratação e construção de empreendimentos. Essas obras visam a garantir o abastecimento urbano de água e a melhoria da qualidade das águas na região, bem como os usos múltiplos. Registre-se que essas intervenções não estão entre as competências da Agência.

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos (Resultado Esperado de Negócio)

Já em 2010, ao observar que os objetivos estratégicos correspondiam aos objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos, a Diretoria Colegiada da Agência fez a opção de inserir nível tático em sua estratégia a fim de buscar maior efetividade em suas ações. A ANA estabeleceu, como meio para melhorar seu desempenho, a definição de Resultados Esperados, que correspondem às mudanças que se esperava obter entre os cenários analisados.

O planejamento estratégico da Agência, concluído em 2011 após amplo processo de reflexão conjunta, definiu suas linhas gerais de ação até 2020, com previsão de revisões periódicas.

Desde sua implementação, muito se avançou, em termos de implementação do planejamento, especialmente no que diz respeito aos esforços para que atuação da ANA se pautasse sempre pelos seus objetivos, respeitando o mapeamento de processos e eventuais atualizações. Esses avanços contribuíram para que se identificasse a necessidade de aperfeiçoamento da gestão e desempenho.

As revisões de planejamento estratégico coincidem com a elaboração do Planejamento Plurianual (PPA) do Governo Federal e pretendem, além de buscar alinhamento com as orientações do PPA, refletir os desafios identificados e as mudanças das condições de atuação, além do progresso verificado e da necessidade de novas mudanças, notada a partir do processo natural de evolução das instituições.

Nesse sentido, a revisão realizada para começar a operar em 2016 manteve os fundamentos do nível estratégico, mas reformulou o nível tático a partir dos resultados esperados para o ciclo 2016-2019. O objetivo foi orientar a execução de programas, projetos e atividades, além de contribuir para a integração e convergência de esforços institucionais, de forma a se obter efetivo ganho nas entregas da Agência ao SINGREH, bem assim à sociedade como um todo.

Os resultados esperados constituem referência para o nível tático do planejamento estratégico e fornecem as diretrizes para a atuação da agência nos próximos quatro anos. A revisão quadrienal do instrumento é construída com base na avaliação dos avanços obtidos no período anterior, considerados novos cenários, perspectivas e adversidades, bem como o planejamento do governo federal.

A natureza transversal e multidisciplinar dos resultados esperados impede que sejam associados às atribuições de UORGs isoladas. Bem ao contrário, o êxito no seu cumprimento depende da atuação integrada das diferentes áreas. Nesse sentido, os resultados esperados deverão nortear a definição de atividades, programas e projetos articulados, bem assim orientar a elaboração de metas institucionais, planejamento orçamentário, dentre outros.

3.1.1- RESULTADOS ESPERADOS

EVENTOS CRÍTICOS PREVENIDOS E SEUS IMPACTOS MINIMIZADOS.

Nos últimos anos, houve uma elevação no número de registros de eventos de secas e inundações, bem assim nos seus efeitos sobre a população brasileira, o que reforçou a necessidade de intervenções mais efetivas da Agência. Destacam-se a implantação do Monitor de Secas do Nordeste - MSNE; a instalação das Salas de Crise e; a definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos; e a coordenação com outros entes do SINGREH.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado consistem em melhorar a articulação com outras entidades e níveis de governo no âmbito do SINPDEC e do SINGREH, incluindo-se os setores usuários e desenvolver estudos, sistemas e ferramentas de previsão de eventos hidrológicos críticos, especialmente no âmbito das Salas de Situação estaduais.

Responsáveis: Superintendência de Operações e Eventos Críticos e Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica (Joaquim Guedes Gondim Correa Filho e Marcelo Jorge Medeiros)

a- *Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.*

O Monitor de Secas do Nordeste - MSNE é uma iniciativa realizada em conjunto com os órgãos federais e estaduais, que visa ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação associadas. Trata-se de um processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca na região, cujos resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor de Secas. O projeto promove a integração dos conhecimentos disponíveis em diversas instituições de governo e acadêmicas, que elaboram informações, estudos e produtos para a evolução constante e aumento do impacto do MSNE em políticas públicas. O site do MSNE (<http://monitordesecas.ana.gov.br/>) permite o acesso da população às informações e mapas gerados, além de consultas comparativas e outras funcionalidades. Em 2017, foi lançado o aplicativo do MSNE para smartphones, disponível gratuitamente para os sistemas Android e iOS. O trabalho responde a uma necessidade histórica de melhoria no monitoramento e gerenciamento das secas no Brasil e representa o primeiro de muitos passos necessários para uma mudança de abordagem – da gestão emergencial e reativa à preparação e gerenciamento proativos - que permita lidar com a seca desde os seus primeiros sinais, definindo 'gatilhos' para lidar com estágios de severidade crescente da seca e reconhecendo tratar-se de um evento progressivo que se instala lentamente.

Em março de 2017 foi realizado o Workshop de Acompanhamento e Fortalecimento das Salas de Situação Estaduais, que promoveu uma melhor articulação entre os entes do SINGREH e do SINPDEC, com o envolvimento de atores da universidade e órgãos de meteorologia, ao trazer para discussão temas como a importância do estabelecimento de cotas de referência como base para a emissão e compreensão dos alertas.

Além da geração de informações, há ainda a definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água em situações de conflito de uso e escassez hídrica, como ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Com o objetivo de promover o acompanhamento sistemático dos impactos sobre os usos da água em estreita articulação com os diferentes usuários, órgãos gestores da bacia e outras instituições interessadas, a Agência Nacional de Águas instalou e opera periodicamente Salas de Crise, que têm sido fundamentais para subsidiar a elaboração das sucessivas resoluções que definem a vazão mínima liberada pelos reservatórios. Informações sobre cada Sala de Crise em funcionamento são apresentadas a seguir:

Sistema Hidráulico Paraíba do Sul

Em 2017, o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul foi operado em conformidade com as condições estabelecidas na Resolução Conjunta nº 1382/2015. E desde junho de 2017, o Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul – GAOPS, criado por exigência da Resolução Conjunta nº 1382/2015, passou a realizar reuniões mensais com o objetivo de promover o acompanhamento permanente da operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul a fim de possibilitar o cumprimento das condições de operação estabelecidas na Resolução Conjunta. O GAOPS é composto por representantes da ANA, que o coordena, do DAAE, IGAM, INEA, ONS e CEIVAP.

Bacia do rio São Francisco

A bacia do rio São Francisco vem enfrentando, desde 2012, condições hidrológicas adversas, com vazões e chuvas abaixo da média. A necessidade de preservar o estoque de água disponível nos reservatórios da bacia, face sua importância para o atendimento dos usos múltiplos, em particular ao abastecimento de várias cidades, tem levado à emissão de sucessivas resoluções que autorizam a redução das vazões mínimas defluentes dos reservatórios Sobradinho e Xingó.

A ANA instalou a Sala de Crise em 2013 e em 2017 realizou reuniões semanais, reunindo representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, de Alagoas e de Sergipe, do Setor Elétrico (Ministério das Minas e Energia - MME, ONS, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, CHESF e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG), do Setor de Navegação (Ministério dos Transportes - MT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e Marinha do Brasil), da Agricultura Irrigada (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, Distrito de Irrigação Tourão, Distrito de Irrigação Jaíba e Distrito de Irrigação Nilo Coelho), do IBAMA, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden, e com a participação franqueada ao Ministério Público.

Atualmente encontra-se em vigor a Resolução nº 1.943, de 6 de novembro de 2017, que autoriza, até 30 de abril de 2018, a redução da vazão mínima liberada dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para média diária de 550 m³/s e instantânea de até 523 m³/s.

A necessidade de reformular as condições de operação dos reservatórios da bacia do rio São Francisco ficou latente durante o processo de gestão dos efeitos adversos da atual seca na bacia. Ficou claro que o aumento da resiliência da bacia para o enfrentamento de períodos críticos demandava uma revisão nas condições de operação então estabelecidas, com o objetivo de, no longo prazo, aumentar a segurança hídrica para toda a área de influência do rio São Francisco. Isto posto, em 4 de dezembro de 2017, a ANA publicou a Resolução nº 2.081 estabelecendo novas condições para a operação do Sistema Hídrico do Rio São Francisco, que compreende os reservatórios de Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Paulo Afonso I, II, III, IV e Xingó.

Entre as condições estabelecidas na Resolução, destacam-se a adoção de condições de operação distintas para os períodos úmido e seco, possibilitando que o rio tenha vazões mais aderentes à sazonalidade da estação, e o estabelecimento de condições de contorno para a realização de pulsos de vazão dos reservatórios de Três Marias e Xingó para alimentar as lagoas marginais, importantes para a manutenção da biodiversidade na bacia. Para que essa Resolução passe a vigorar é necessário que a ANA emita um comunicado, o que, por sua vez, será feito assim que o Sistema recuperar níveis de armazenamento que permitam a aplicação das novas condições.

Sistema Cantareira

Formado por reservatórios, túneis e canais que captam e desviam água de cursos de água da bacia do rio Piracicaba para a bacia do rio Juqueri, realizando a transposição de águas para a bacia do Alto Tietê, o Sistema Cantareira constitui o maior sistema produtor de água da Região Metropolitana de São Paulo

(RMSP). Em 2017, ANA e DAEE, reconhecendo a importância dos impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, especialmente no agravamento de eventos hidrológicos críticos, e visando à segurança hídrica, emitiram a Resolução Conjunta ANA/DAEE N° 925 que estabelece novas condições de operação para o Sistema Cantareira.

Sustentabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná

Em consequência do atraso no início do período úmido 2017/2018, dos baixos níveis de armazenamento observados nos reservatórios do Sistema Interligado Nacional – SIN em outubro de 2017, com destaque para os reservatórios das bacias dos rios Grande e Paranaíba, assim como das expectativas de precipitações abaixo da média para o último trimestre de 2017, a ANA, com o objetivo de discutir a sustentabilidade da navegação comercial na hidrovia Tietê-Paraná, passou a coordenar reuniões com os atores envolvidos com a temática.

Com os entendimentos alcançados nessas reuniões e informações sobre previsões climáticas estendidas de até 15 ou 30 dias, foi possível garantir a cota mínima de 325,4 m nos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, evitando-se assim a interrupção na navegação da hidrovia Tietê-Paraná a exemplo do que aconteceu em 2014.

Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins

Desde 2015, a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. As baixas precipitações e vazões na bacia do rio Tocantins ao longo de 2016 e 2017 impossibilitaram a recuperação dos reservatórios de acumulação, em particular Serra da Mesa, concebido para regularizar a cascata de geração hidrelétrica na bacia.

Tendo como exemplo a gestão da crise hídrica que vem sendo enfrentada na bacia do rio São Francisco, a ANA instituiu, em agosto de 2017, a Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins para acompanhamento sistemático dos eventuais impactos acarretados pela escassez hídrica com estreita articulação com os diferentes usuários da bacia.

As reuniões da Sala de Crise ocorrem quinzenalmente e visam debater as condições de operação dos reservatórios da calha do rio Tocantins, como Serra da Mesa e Estreito, com o intuito de preservar os estoques de água da bacia e garantir a continuidade do atendimento aos usos múltiplos do recurso. Dos encaminhamentos oriundos da Sala de Crise, destaca-se a garantia de atendimento de uma vazão mínima de 744 m³/s a jusante da UHE Estreito com vistas a manutenção da captação da cidade de Imperatriz/MA.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

Em 2010, o cenário para a gestão de recursos hídricos apresentava reiterada ocorrência de eventos extremos climáticos, em especial nos estados de Santa Catarina, Região Serrana e Centro Sul do Rio de Janeiro e Regiões Norte e Nordeste. Os desafios que se apresentavam à ANA, em sua esfera de competência, naquele momento eram mapear as situações de vulnerabilidade das bacias brasileiras e cheias e inundações, além de incrementar o monitoramento permanente das bacias, principalmente em situações de secas e cheias; definir e acompanhar regras de operação de reservatórios, por agentes públicos e privados, para garantir os usos múltiplos das águas.

Os desafios foram adequadamente vencidos ao longo do período com a implantação das Salas de Situação em todos os Estados e a elaboração do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações, em anos anteriores, e em 2017 por meio das iniciativas de monitoramento e gestão de secas, como a operação do Monitor de Secas do Nordeste, das Salas de Crise e definição e acompanhamento das regras de operação de reservatórios estratégicos.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

EVENTO CRÍTICO PREVENIDO E SEUS IMPACTOS MINIMIZADOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO		
	2015	2016	2017
Nº de estados com a classificação de vulnerabilidade dos trechos de rios finalizada, na escala 1:1. 000.000	27	27	27
Nº salas de situação instaladas nos estados e em instituições parceiras	28	28	28
Nº de salas de situação operando nos estados e em instituições parceiras	27	28	28
Nº de visitas realizadas para diagnóstico, acompanhamento e apoio às salas de situação	11	27	15

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Atlas de Vulnerabilidade; Apoio a operação das salas de situação estaduais; operação da sala de situação da ANA; atuação em crises.
	Regulação	Definição de Regras de operação de reservatórios	Geração de boletins mensais e diários sobre os reservatórios, definição das condições de operação desses visando a garantir os usos múltiplos .
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Monitoramento Hidrológico	Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	Planejamento, implantação e operação das redes nos estados para o funcionamento adequado das salas de situação

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance do resultado esperado para o exercício de 2017. Registra-se, entretanto que tal desempenho orçamentário e financeiro contribuiu, também, para o alcance de outros resultados.

PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

FINALIDADE	FINALIDADE: Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	

Unidade/Boletim Emitido	120	115	95,83	1.120.000	1.035.465	92,45	1,03
-------------------------	-----	-----	-------	-----------	-----------	-------	------

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

PO 0001 – Modernização e operação da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE		Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações qualitativas sobre recursos hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/ Estação implantada	4500	4655	103,44	68.783.757	66.479.361	96,64	1,07

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

e- Principais desafios para 2017.

Estão sendo elaborados, desde meados de 2016, novos Acordos de Cooperação entre a ANA e os estados do Nordeste para apoio ao planejamento e à promoção de ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações em rios e reservatórios, por meio da cooperação mútua na implementação de ações de integração e modernização das redes hidrometeorológicas situadas em cada estado, visando à inclusão de novos projetos destinados à gestão de secas na região: Monitor de Secas do Nordeste e Monitoramento de Açudes do Nordeste. A partir desses novos Acordos e projetos, poderão ser elaborados, após as etapas iniciais de cada um, como medidas de gestão associadas, planos de contingência para a gestão de secas e escassez hídrica.

Encontra-se em andamento um Convênio com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) no qual estão previstos a elaboração de planos de contingência às secas para o abastecimento de água das cidades de Caicó/RN e Campina Grande/PB e para os sistemas hídricos formados pelos reservatórios de Curemas e Mãe D'água e Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, todos eles no Estado da Paraíba.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 os principais desafios serão alcançados com sucesso. Atualmente há mudança para melhor, na realidade da prevenção de eventos críticos. Encerrou-se o ciclo de implantação das Salas de Situação e realizaram-se visitas técnicas que permitiram fosse realizado diagnóstico de seu funcionamento. Em relação a chuvas, estão identificadas as áreas vulneráveis a cheias e inundações para todos os municípios brasileiros e realiza-se o monitoramento permanente e em âmbito local dos índices pluviométricos e fluviométricos, o que permite o acionamento tempestivo dos sistemas de alerta a desastres naturais. Em relação à seca, foram desenvolvidas ferramentas e mecanismos que permitiram ter uma base de dados satisfatória para avançar em termos de monitoramento e desenvolvimento de ações preventivas.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; manutenção do não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); capacitação de recursos humanos para negociação e mediação de conflitos e formulação de parcerias com os demais entes do sistema e setores usuários, além de outras políticas públicas.

ÁGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE MONITORADA.

A obtenção de informações pertinentes, confiáveis e em tempo adequado é a base para qualquer sistema de gestão de recursos hídricos. Dessa forma, a RHN subsidia não somente a atuação da ANA no cumprimento de suas atribuições legais, mas de todos os órgãos gestores e atores relacionados ao SINGREH. Nesse sentido, destacam-se os avanços obtidos na modernização da rede, que permite obter dados em curtos intervalos de tempo e monitorar inclusive eventos hidrológicos críticos, e os esforços para a ampliação das informações de qualidade de água, por meio do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água (PNQA), da Rede Nacional de Monitoramento de Qualidade das Águas (RNQA) e do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (Qualiágua). Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado dizem respeito a garantir a qualidade dos dados hidrológicos; obter e disponibilizar dados de quantidade e qualidade de água; avançar na modernização dos equipamentos da RHN; obter e disponibilizar informações sobre reservatórios; definir critérios para a modernização e operação da rede e avançar no monitoramento diferenciado de trechos identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos (Portaria ANA nº 62, de 26 de março de 2013).

Responsável: Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional (Marcelo Jorge Medeiros)

[a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.](#)

Estão sendo ampliadas as estações de hidrometria dotadas de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, que auxiliam no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. Em 2017 alcançou-se a modernização de 29% das estações da RHN, com a instalação de sensores automáticos e Plataformas de Coleta de Dados – PCDs com transmissão de dados por satélite ou celular e foram instaladas réguas em torno de 500 açudes. Em 2017, a ANA deu continuidade a disponibilização, com intervalo horário, de dados hidrológicos de nível, chuva e vazão de 4.655 estações fluviométricas e pluviométricas.

Nas bacias em que o processo de modernização encontra-se mais avançado, é possível o acompanhamento em tempo real de eventos hidrológicos críticos, a fiscalização do cumprimento das regras definidas em outorga para uso de recursos hídricos e pactuadas em marcos regulatórios, bem assim da operação de reservatórios utilizados pelo setor elétrico, com possibilidade de interação com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além do monitoramento do volume armazenado e da qualidade da água nos açudes do Semiárido brasileiro.

Foi ainda realizada a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas Cota x Área x Volume de 30 açudes da região do semiárido. A justificativa para a atualização das curvas Cota x Área x Volume é que atualmente não se sabe exatamente qual é o volume disponível de água nesses reservatórios, uma vez que o fenômeno do assoreamento acarreta a redução do volume disponível, comprometendo a confiabilidade das simulações matemáticas e projeções de deplecionamento, o que pode comprometer o processo de tomada de decisão, inerente à gestão dos recursos hídricos. Desses 30 açudes, em 22 foram realizados os levantamentos aerofotogramétricos e batimétricos em 2017, assim como foram calculadas as curvas atualizadas, a saber: Coremas, Mãe d'Água, Engenheiro Ávidos, São Gonçalo, Epitácio Pessoa (Boqueirão), Lagoa do Arroz, Pilões, Santa Inês, Jatobá II, Armando Ribeiro Gonçalves, Mendubim, Itans, Sabugi, Estreito, Zabumbão, Champrão, Truvisco, Ceraíma, Engenheiro Severino Guerra (Bituri), Belo Jardim, Rosário e Bocaina. Restando ainda oito açudes, que são: Cocorobó, Cova da Mandioca, Anagé, Luís Vieira (Brumado), Bico da Pedra, Jucazinho, Poço da Cruz e Pedra Redonda.

No âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados da Qualidade da Água – QUALIÁGUA, foram assinados mais 5 contratos, alcançando 20 estados integrantes do Programa (AC, AL, BA, CE, ES, MA, MS, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RS, RO, RR, SP, SE e TO) e com dados de qualidade da água disponibilizados no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH (<http://www.snirh.gov.br/>). Realizaram-se visitas técnicas e campanhas de monitoramento da qualidade de água na bacia do rio Doce, na região do Município de Mariana.

A partir da identificação da necessidade de se aprimorar o monitoramento realizado no âmbito da RHN, firmou-se Memorando de Entendimento entre a ANA, CPRM e USGS, com o objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de uma Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência – RHNR, a partir da revisão estruturada da rede fluviométrica nacional em operação, considerando as demandas de interesse da União. No ano de 2017 foram implementadas 105 estações da RHNR, adotando premissas de excelência na operação da rede e uso de modernas tecnologias de monitoramento. Todos os dados podem ser verificados no Sistema GESTORPCD – www.snirh.gov.br/gestorPCD. Em 2017 esse projeto foi estendido para mais três anos.

E em 2017 foi dada continuidade à fabricação de duas embarcações para uso nas atividades relacionadas à RHN, com o objetivo de garantir deslocamento eficiente e seguro das equipes de campo e transporte de material durante as medições e operações técnicas. A previsão que as embarcações sejam entregues no primeiro semestre de 2018.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

Ao longo desse ciclo de planejamento, cerca de 29% das estações sob responsabilidade da ANA foram modernizadas, o que contribuiu para a melhoria da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN. Ampliou-se com isso o número de equipamentos de hidrometria dotados de sensores automáticos, registradores magnéticos e de sistema de transmissão de dados, o que auxilia no aperfeiçoamento dos processos de coleta, tratamento e disponibilização de dados. A celebração de contratos com mais 5 estados no âmbito do QUALIAGUA demonstra o desenvolvimento do arranjo institucional planejado no início do ciclo, em parceria com os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos, para a operação da RNQA.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE MONITORADA	EVOLUÇÃO NO PERÍODO		
	Até 2015	2016	2017
Nº de Estações Automáticas na Rede da ANA em operação	1579	1800	1844
Nº de estações do Setor Elétrico com dados incorporados ao SNIRH (Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 3)	3165	3164	3595
% de estações com dados consistidos e incorporados a base de dados da ANA e disponibilizados na internet	11,20%	45%	83%
Nº de Estados que celebraram Acordo de Cooperação Técnica visando a implantação da Rede de Monitoramento de Alerta	27	27	27
Nº de Estados que celebraram Acordo de Cooperação Técnica aderindo ao Programa Qualiágua (Programa Nacional de Qualidade das Águas)	12	21	27
Nº de Estados que celebraram Contratos para operar a RNQA no âmbito do programa QUALIÁGUA (Rede Nacional de Qualidade das Águas)	0	15	20

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica	Monitoramento Hidrológico	Gestão da Rede Hidrometeorológica Nacional	Planejamento e Modernização da RHN, operação e fiscalização das entidades operadoras em relação a obtenção e consistência de dados, disponibilização de informações no hidroweb, e operação da sala de situação da ANA
		Gestão da Rede Nacional de Qualidade da Água	Estruturação da RNQA, formulação do QUALIÁGUA e celebração de acordos e contratos com os Estados para a obtenção, certificação e disponibilização de dados sobre qualidade de água. Instalação de réguas e realização de batimetria em açudes.

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentam-se os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance do resultado esperado no exercício de 2017. Registra-se, entretanto, que tal desempenho orçamentário e financeiro contribuiu, também, para o alcance de outros resultados.

PO 0001 – Modernização e operação da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE	Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações quali-quantitativas sobre recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/ Estação implantada	4500	4655	103,44	68.783.757	66.479.361	96,64	1,07

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA

FINALIDADE	FINALIDADE: Implantar um sistema de avaliação sistemático e adequado da situação da qualidade das águas superficiais brasileiras, subsidiando a elaboração de políticas públicas que visem reverter o quadro de poluição encontrado nas bacias hidrográficas brasileiras.		
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)			
Meta Física	Execução Orçamentária/Financeira R\$		IEI (h) = d/g

Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	14	22	1,57	14.446.058	14.136.077	97,85	1,60

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

e- Principais desafios para 2018.

As entregas previstas para o exercício de 2018 são ampliação e integração do monitoramento de qualidade de água em rios e reservatórios do país, que, historicamente, tem sido realizado de forma fragmentada e independente por entidades estaduais e federais, tais como órgãos ambientais, companhias de abastecimento público e empresas do setor elétrico, além disso, deve estimular a associação de dados de qualidade e de quantidade. A ANA tem, portanto, o desafio de coordenar os esforços de monitoramento existentes pelo país, tornando os dados acessíveis e comparáveis.

Espera-se que a Agência disponibilize à sociedade a batimetria de cerca de 119 reservatórios associados a Usinas Hidrelétricas despachadas pelo ONS, bem como de 30 açudes situados Região Nordeste auxiliando o uso dos recursos hídricos daquela Região. Os principais desafios do Projeto de Monitoramento pelo Setor Elétrico são disponibilizar à sociedade os dados de medições realizadas em campo, do tipo convencionais, e pelas empresas nas 3.595 estações que hoje enviam dados em tempo real à ANA.

No âmbito do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados da Qualidade da Água – QUALIÁGUA, os principais desafios referem-se à ampliação da participação dos estados no programa; estruturação das rotinas do projeto, além da organização e disponibilização de uma grade de cursos de capacitação e treinamento técnico dos estados; realização do quarto Ensaio de Proficiência por Comparação Interlaboratorial, a ser realizado em duas etapas, nos meses de setembro e novembro.

Em relação à disponibilização de dados hidrológicos para a sociedade, os principais desafios são receber, de forma automática, os dados de operações em campo das operadoras da RHN; disponibilizar dados pluviométricos e fluviométricos consistentes; elaborar curva de descarga para todas as estações telemétricas e atualizá-las anualmente; manter os sistemas atualizados e capacitar as operadoras da Rede na operação dos sistemas.

No tocante ao custeio da Rede, o desafio para 2018 é aplicar de forma eficiente os recursos disponibilizados para a operação da RHN e da RNQA, tendo em vista possíveis restrições orçamentárias.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 os principais desafios serão alcançados com sucesso. A necessidade de racionalizar o monitoramento hidrometeorológico e prepará-lo para fornecer dados e informações necessários para a solução de problemas de gestão cada vez mais complexos torna a otimização da RHN uma questão estratégica para o país. A Agência manteve índice de modernização da Rede que está sob sua responsabilidade e buscou estruturar processos de

trabalho e procedimentos que têm o objetivo de dar corpo à RNQA para a disponibilização de dados sobre qualidade de água com parâmetros estabelecidos em âmbito nacional.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; manutenção do não contingenciamento de recursos da rede de monitoramento; capacitação de recursos humanos para operação e manutenção de redes de monitoramento, processamento de dado e uso de novas tecnologias de aquisição de dados, além de outras políticas públicas e coordenação com outras entidades, com o objetivo de aprimorar o arranjo institucional da operação da RHN.

PRÁTICAS DE USO RACIONAL E DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ESTIMULADAS

A “utilização racional e integrada dos recursos hídricos... com vistas ao desenvolvimento sustentável” constitui um dos objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997). Nesse sentido, como órgão responsável por sua implementação, a ANA tem desempenhado um papel de indução de boas práticas, com iniciativas que visam a estimular a recuperação e a utilização racional dos recursos hídricos.

Para tanto, são utilizados mecanismos de incentivos e de financiamento a programas e projetos demonstrativos, com potencial de multiplicação de seus resultados. Destacam-se o sucesso e o reconhecimento obtidos no Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que paga pelos resultados obtidos na remoção de carga poluidora em estações de tratamento de esgotos; e o Programa Produtor de Água, que orienta e financia a recuperação e conservação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes para a redução da erosão e do assoreamento de mananciais no meio rural. Ambos permitem a integração com demais entes do SINGREH e atores relacionados para a replicação e alcance de escala das metodologias e seus resultados. Os principais desafios relativos a esse resultado esperado são: melhorar os procedimentos e modalidades de contratação dos programas de indução para ganhar escala; envolver outras instituições relacionadas à implementação dos programas de indução; avaliar os programas de indução executados pela ANA; e focar a implementação dos programas em trechos identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos (Portaria ANA nº 62, de 26 de março de 2013).

Responsável: Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Tibério Magalhães Pinheiro)

[a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.](#)

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas.

São apoiados financeiramente, ou por meio de assistência técnica, a implantação de projetos como um todo ou em partes. De modo geral, os projetos são implantados em trechos de bacias hidrográficas, normalmente microbacias com representatividade municipal, mas conforme suas possibilidades, podem alcançar regiões maiores ou avançar para a dimensão política estadual. Trata-se da organização de um arranjo de instituições de atuação local voltadas para realização de ações em áreas de produtores rurais que se proponham, voluntariamente, a permitir e adotar práticas e manejos conservacionistas em suas propriedades com vistas à conservação de solo e água.

O Programa prevê que os projetos contemplem o pagamento por serviço ambiental – PSA aos produtores rurais em função das suas ações que favoreçam os serviços ecossistêmicos e que gerem externalidades positivas à sociedade. Resulta na melhoria do manejo da propriedade e conservação dos recursos hídricos consequentes à adoção de boas práticas pelos produtores rurais, tais como: práticas mecânicas, recomposição da vegetação natural e agropecuária sustentável que, deste modo, contribuem para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação e aumento da infiltração de água na bacia hidrográfica.

Os projetos podem ser desenvolvidos por arranjos organizacionais compostos por estados, municípios, comitês de bacia, companhias de abastecimento e geração de energia, dentre outras instituições públicas ou privadas. Os pagamentos são feitos por entidades que compõe o arranjo organizacional, durante ou após a implantação de cada projeto individual da propriedade. Os valores são definidos

com base em estudos econômicos desenvolvidos para a região onde ele se insere e na sua eficácia no abatimento da erosão. Para tanto, contratos são celebrados entre a entidade responsável por repassar os recursos dos agentes financiadores e os produtores participantes. Para mais detalhes, consultar a Portaria ANA nº 196, de 30 de agosto de 2013, que aprova o Manual Operativo do Programa Produtor de Água.

O apoio da ANA na forma de aporte de recursos financeiros visa, prioritariamente, a implantação de práticas conservacionistas de recursos hídricos. Os mecanismos de transferência são convênios ou contratos de repasse para execução de práticas mecânicas, proteção e recuperação florestal, atividades de capacitação e saneamento de habitações rurais. Em 2017 foram celebrados 14 repasses, a saber: Brasil Novo - PA; Lajeado – SP; Santa Teresa – ES; Resende – RJ; São José dos Campos – SP; Piracaia – SP; São Joaquim de Bicas – MG; Consórcio Intermunicipal Rio Guandu – ES; Passos – MG; Serviço de Água e Esgoto de Piumhi – MG; Capitólio – MG; Nova Serrana – MG; Formiga – MG; Frei Gaspar – MG. Até o momento os seguintes marcos foram alcançados: 1.150,50 ha de recuperação florestal, 4.251 ha de conservação de solo e 276,9 km de readequação de estradas.

O Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES consiste na concessão de estímulo financeiro, na forma de pagamento por esgoto tratado, desde que cumpridas as condições previstas em contrato, aos prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs. São elegíveis no âmbito do PRODES aquelas ETEs ainda não iniciadas; em fase de construção com, no máximo, 70% do orçamento executado e ampliações ou melhorias que signifiquem aumento da capacidade de tratamento e/ou da eficiência de tratamento. No ano de 2017 não houve novas contratações no PRODES e foram removidas 27.532 toneladas de DBO por 15 ETEs participantes do programa.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

Para os dois programas, há metas específicas no âmbito do PPA 2016/2019, que permitem aferir o seu alcance e que estão com andamento adequado. Os programas em questão contribuem para a conservação dos recursos hídricos, além de indicar a possibilidade de se realizar, no âmbito da Administração Pública, contratos com pagamento por resultados.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

PRÁTICAS DE USO RACIONAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS ESTIMULADAS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO		
	2015	2016	2017
Nº de projetos contratados no âmbito do Programa Produtor de Águas	9	8	14
Nº de projetos contratados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacia (PRODES)	3	2	0
Valor Contratado (R\$) no âmbito do PRODES	14.793.302,63	14.392.273,00	0
Remoção certificada/ Meta Pactuada (%)	121,46%	88%	92%
% da quantidade de dbo-kg/dia de esgoto certificado-retirado em relação a quantidade de dbo-kg/contratada	65,2	68,7	71
% de projetos que não foram concluídos (relação entre quantidade cancelado, denunciado ou instaurado Tomada de Contas Especial-TCE) e o contratado (PRODES/PRODUTOR DE ÁGUA)	8,33	0	0

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Fomento a Conservação e Recuperação dos Recursos Hídricos	Fomento a Conservação e uso racional dos recursos hídricos	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do Programa Produtor de Água
		Fomento a recuperação dos recursos hídricos	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do Programa de Despoluição das Bacias - PRODES

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2017. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

FINALIDADE	Apoiar o desenvolvimento de projetos, que visem a aumentar a oferta e a melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas, voltados à adoção das práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo no meio rural, a readequação de estradas vicinais e a recuperação da cobertura vegetal em áreas prioritárias para preservação, promovendo a infiltração e permanência da água no solo, a redução do escoamento superficial e os processos erosivos, o assoreamento, a poluição de mananciais e o risco de inundações, gerando significativo incremento na oferta de água com qualidade para os múltiplos usos. Promover a adoção de medidas que visem minimizar perdas e maximizar a eficiência no uso da água, tendo como base o uso racional, o reúso de águas servidas e a identificação de fontes alternativas de água para o abastecimento.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Apoiado	2	14	7	25.033.914	24.898.804	99,46	7,03

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

e- Principais desafios para 2018.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado dizem respeito a melhorar os procedimentos e modalidades de contratação dos programas de indução, para que ganhem escala; envolver outras instituições relacionadas à implementação dos programas de indução; avaliar os programas de indução executados pela ANA; e focar na implementação dos programas em trechos identificados como de especial interesse para a gestão de recursos hídricos.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 os principais desafios serão alcançados com sucesso. Os dois principais programas que contribuem para o resultado esperado estão em adequado andamento, além de terem sido selecionados novos projetos para dar continuidade e ampliar as áreas conservadas e recuperadas, e que demonstram a viabilidade da metodologia de pagamento por resultados.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar indicadores para o resultado esperado; manter o não contingenciamento de recursos do SINGREH (fonte 183 recursos pelo pagamento do setor elétrico); formular parcerias com os demais entes do sistema, dos setores usuários, de outras políticas públicas e outras entidades visando dar maior capilaridade aos programas.

USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS E SERVIÇOS REGULADOS E FISCALIZADOS

A regulação e a fiscalização têm objetivo de garantir o exercício dos direitos de acesso à água, por meio da alocação da água disponível entre os diferentes usuários e do controle do cumprimento das condições estabelecidas para o acesso ao recurso. O crescimento da demanda e a redução da disponibilidade deverão aumentar regiões e períodos em que a demanda supera a oferta de água. Esse Resultado Esperado compreende o estabelecimento de Marcos Regulatórios e regras para o uso da água, a resolução de conflitos e incentivo do uso racional, além do acompanhamento, controle e fiscalização dos usos de recursos hídricos em corpos d'água de domínio da União. Envolve, ainda, a regulação e fiscalização, quando se tratar de corpos d'água de domínio da União, da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e a adução de água bruta, que inclui, dentre outras responsabilidades, a fixação de padrões de eficiência e o estabelecimento de tarifas. Nesse resultado, também é esperada a regulamentação e coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens. Os principais desafios são: definição de critérios de outorga que estimulem a eficiência do uso da água, notadamente em bacias e sistemas críticos; aperfeiçoamento dos critérios para a alocação de água (prioridades de uso definidas em planos de recursos hídricos, flexibilização por meio do aumento de vazões de referência e riscos associados, níveis de risco diferenciados por tipo de uso, incorporação de incertezas crescentes e critérios econômicos); harmonização de critérios de alocação de água para superar entraves relativos ao duplo domínio em rios e reservatórios, inclusive pela pactuação de condições de entrega; monitorar o cumprimento de regras de alocação de água, em bacias críticas e compartilhadas por mais de um Estado; estabelecimento de regras gerais de regulação e gestão em bacias compartilhadas e mecanismos de controle de cumprimento (condições de entrega); definição de protocolos de atuação em regiões/situações críticas; estabelecimento de marcos regulatórios e alocação negociada de água em regiões/situações críticas; ampliação da capacidade de fiscalização, do cadastro, monitoramento e controle de usos da água (por meio de tecnologias, inclusive de monitoramento remoto, e parcerias); SNISB operacional e alimentado; definição de estratégias de atuação em barragens consideradas críticas; definição de parceiro em âmbito federal que atuará prontamente junto à ANA em caso de emergência envolvendo barragens no território nacional; e definição de critérios e normas de eficiência, sustentabilidade, operação e manutenção de serviços de adução de água bruta e perímetros irrigados públicos para apoio à regulação de serviços.

Responsáveis: Superintendência de Regulação, Superintendência de Fiscalização, Superintendência de Operações e Eventos Críticos (Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Flávia Gomes de Barros e Joaquim Guedes Gondim Correa Filho)

[a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.](#)

A outorga de direito de uso dos recursos hídricos é o instrumento de gestão por meio do qual o Poder Público autoriza, concede ou permite o usuário a utilizar determinado volume de água sob seu domínio por período pré-determinado, nos termos e nas condições expressas em ato administrativo. No ano de 2017, foram regularizados 2.547 usuários de recursos hídricos em corpos hídricos no domínio da União, sendo: 2.142 usuários outorgados diretamente pela ANA; 379 usos ou interferências que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, incluindo usos insignificantes, assim manifestadas pela ANA nos termos da Resolução ANA nº 1.175/2013, alterada pela Resolução ANA nº 1.403/2013 e, a partir de 30 de outubro de 2017, nos termos da Resolução ANA nº 1.940/2017; 26 usuários outorgados por órgãos delegatórios, ressaltando-se que, em 2017, apenas o Departamento

de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE/SP encaminhou relatório de outorgas emitidas para a ANA.

Houve ainda a renovação da outorga do Sistema Cantareira (Resolução Conjunta ANA/DEAA nº 926/2017) e definição das condições de operação desse sistema (Resolução Conjunta ANA/DEAA nº 925/2017). E foi criado o Dia do Rio (Resolução Nº 1043/2017) com o objetivo de estabelecer medida de restrição de uso para captações em corpos d'água superficiais perenes de domínio da União na bacia hidrográfica do rio São Francisco, tendo em vista a situação de escassez hídrica na bacia.

Por fim, entrou em operação em 06 de novembro de 2017 o Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, que simplifica o processo de solicitação de outorga, que passa a ser totalmente eletrônico e exige um conjunto mínimo de informações necessárias para a realização da análise, bem como também automatiza parte do processo de análise, o que reduz o prazo para emissão das outorgas.

Em 2017, foram emitidas 20 DRDH pela ANA, sendo 18 declarações de reserva para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e 2 para Usinas Hidrelétricas - UHE. Em relação às outorgas de direito de uso de recursos hídricos para o setor elétrico, em 2017 foram emitidos 7 desses atos para aproveitamentos hidrelétricos, sendo 1 conversão de DRDH em outorga, referente à PCH Tamboril; 1 renovação de outorga, da PCH Pery; e, 5 outorgas de direito para Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH.

Os Marco Regulatórios são instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos complementares ao arcabouço legal existente, por meio dos quais são estabelecidos condições e critérios para os usos da água em um sistema hídrico específico. Tais condições e critérios, de natureza mais perene, orientam e delimitam as alocações de água realizadas anualmente. Em 2017 foram editados 10 marcos regulatórios em sistemas hídricos dos estados da Bahia e de Minas Gerais e foram realizadas Alocações de Água em 29 sistemas hídricos nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Como muitos dos sistemas hídricos são compostos por corpos d'água de domínios diversos – estaduais e federal –, a maioria dos Marcos Regulatórios foram editados por meio de resoluções conjuntas da ANA e dos respectivos Estado.

Em relação à regulamentação da Lei nº 12.334/2010, a ANA publicou a Resolução ANA nº 236/2017 (disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/236-2017.pdf>), de 30 de janeiro de 2017, que estabeleceu a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, conforme os artigos 8º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

Em 2017 foi elaborado o Relatório de Segurança de Barragens, que consolidou informações encaminhadas por 36 entidades fiscalizadoras de barragens e entrou em operação o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), que é um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens - [Lei nº 12.334/2010](#). O sistema fechou o ano de 2017 com 1.730 barragens cadastradas. Foram emitidas 105 resoluções de classificação de barragens quanto ao dano potencial associado.

A ANA, desempenhando sua função de articuladora dos órgãos e entidades fiscalizadoras de segurança de Barragem, promoveu 6 eventos de capacitação tratando dos seguintes temas: exigências da nova Resolução ANA 236/2017; avaliação de segurança de barragens, análise de risco e respostas em situações de emergência; inspeções regulares e especiais, e elaboração do plano de operação e manutenção da barragem; desafios da regulamentação e da fiscalização; e Metodologia Simplificada para Definição da Mancha de Inundação e Classificação do Dano Potencial Associado (DPA) da Barragem.

Em relação à regulação do serviço de adução de água bruta, foi concluída a nova metodologia de cálculo das tarifas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. E publicou a Resolução ANA nº 2.333, de 27 de dezembro de 2017, que estabelece competências, direitos e deveres das partes; elenca categorias de usuários do projeto e condições de acesso; especifica os pontos de entrega das águas do PISF; estabelece regras para possíveis interrupções no abastecimento, bem como procedimentos de medição de consumo, faturas e pagamentos de tarifa.

Os procedimentos de fiscalização de uso de águas estão estabelecidos em normativos internos (Resolução ANA nº 662/2010 e Portaria nº 30/2011) e visam a verificação do cumprimento de termos e condições previstas na outorga e/ou em regulamentos concernentes ao uso dos recursos hídricos, a identificação e autuação de usuários irregulares e a garantia do uso múltiplo das águas. Têm caráter preventivo e corretivo/repressivo, visando estimular o cumprimento da legislação pelos usuários e, ao mesmo tempo, informar sobre os preceitos legais e os procedimentos administrativos necessários para sua regularização.

A ANA vem testando novas tecnologias que possibilitam o monitoramento do uso das águas e o apoio as ações de fiscalização, que são: imagens de satélites de alta resolução, sobrevoos utilizando aeronaves de asa alta e helicópteros, e Veículos Aéreos Não tripulados -VANTs, que permitem a identificação e caracterização de áreas irrigáveis e possíveis usuários irregulares, otimizando o planejamento e a execução das ações de fiscalização em campo. Para viabilizar esta atividade a ANA celebra parceria e contratos com instituições e empresas especializadas.

Neste ano, foram realizadas 34 campanhas de fiscalização de uso dos recursos hídricos e vistoriados 510 usuários, nas bacias hidrográficas dos Rios São Marcos (estados MG e DF), Verde Grande (estados MG e BA), São Francisco (estados de MG, BA, PE, SE e AL), Piranhas Açú (estados da PB e RN), Pardo (estados de MG e BA), Javaés (estados de TO e GO), Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão/PB) e do entorno do DF. O principal uso fiscalizado nas mencionadas bacias foi a irrigação. Além das campanhas em campo, foram realizados 03 (três) sobrevoos, dois na bacia hidrográfica do Rio Piranhas açú (incluindo o reservatório Epitácio Pessoa- Boqueirão/PB), e um na região do Rio Descoberto/DF, para reconhecimento das regiões e dos usos da água e possibilitando o direcionamento de ações de fiscalização nas regiões.

Outro procedimento de fiscalização adotado pela ANA é o monitoramento do uso das águas por meio da Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos – DAURH em bacias críticas. Nestas bacias é solicitado aos grandes usuários a instalação de sistema de monitoramento dos volumes captados. A DAURH possibilita conhecer o real uso de recursos hídricos nas bacias ou regiões hidrográficas especificadas e foi regulamentada pela Resolução ANA nº 632/2015. A atuação contínua desta Agência na orientação ao usuário sobre a necessidade de controle efetivo das vazões captadas por meio da instalação dos sistemas de medição de vazões e envio da DAURH, possibilitou observar uma evolução nos dados de volumes medidos pelos usuários enviados à ANA

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

Considerando os desafios estabelecidos em 2010, o resultado esperado foi devidamente alcançado. O desafio de fiscalização foi materializado na Superintendência de Fiscalização, hoje estabelecida e consolidada. Regulamentou-se a Política Nacional de Segurança de Barragens, e definiram-se os procedimentos e processos de trabalho da área.

Em relação à regulação dos usos, foi implementado o Regla, que automatiza parte do processo de emissão de outorgas, reduzindo o tempo do processo. Quanto à regulação dos serviços de adução de

água bruta, todos os procedimentos e regulamentações encontram-se definidos e a ANA tem participado de todo o processo de discussão acerca de operação do PISF.

A implementação dos processos de alocação de água tem contribuído claramente para mitigar conflitos existentes e melhorar a convivência dos usuários de água nos diversos sistemas hídricos. Acredita-se que tais benefícios decorrem, além da presença sistemática do estado e de entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, também da transparência dedicada ao processo, que pode ser traduzida no compartilhamento de informações e na participação dos interessados nas decisões acerca do gerenciamento dos recursos hídricos locais.

c- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.](#)

USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS E SERVIÇOS REGULADOS E FISCALIZADOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO		
	2015	2016	2017
Nº de usuários regularizados	16097	17.884	20431
Nº de Marcos Regulatório E Alocações Negociadas de Água estabelecidos	21	33	39
nº de barragens cadastradas no âmbito da implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens	17.259	17.259	1730
nº de campanhas de fiscalização de usos de recursos hídricos	57	43	34
nº de campanhas de fiscalização de segurança de barragens	19	6	7
nº de autos de infração ou Ajuste de Conduta emitidos de fiscalização de usos de recursos hídricos	253	339	145
nº de autos de infração ou Ajuste de Conduta emitidos de fiscalização de segurança de barragens	5	21	0
Valor total de multas aplicadas por uso irregular de recursos hídricos	176.800	449.128,50	398.502,28
Valor total de multas aplicadas por descumprimento das normas relativas a fiscalização de segurança de barragens	0	9.000,00	52.000,00

*Nos termos da Resolução CNRH Nº 178, de 21 de junho de 2016, os órgãos fiscalizadores passaram a ter até 30 de abril de cada ano para enviar à ANA as informações necessárias para elaboração do Relatório de Barragens.

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Concessão de Outorga, DRDH, CERTOH, definição de Marcos Regulatórios e Alocação Negociada de água e propor restrições de uso
		Regulação de Segurança de Barragens	Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens e definição de procedimentos e protocolos
		Regulação de PPP e Adução de Água Bruta	Regulamentação dos serviços e edição de normativos que regulamentem a adução de água bruta em perímetros de irrigação
		Definição de Regras de operação de reservatórios	Definição de regras de restrição de usos que têm impactos em outorgas já concedidas
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Regulação	Definição de Regras de operação de reservatórios	Geração de boletins mensais e diários sobre os reservatórios, definição das condições de operação dos reservatórios
Superintendência de Fiscalização	Regulação	Fiscalização de Usos	Realizar campanhas de fiscalização de usos, especialmente em áreas com baixa disponibilidade hídrica e conflitos instalados
	Regulação	Fiscalização de Segurança de Barragens	Realizar campanhas de fiscalização de segurança de barragens, considerando as devidas classificações de risco.
	Regulação	Regulação de Segurança de Barragens	Regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens, definição de procedimentos e protocolos
	Regulação	Fiscalização de PPP e Adução de Água Bruta	Regulamentação dos serviços e edição de normativos que regulamentam a adução de água bruta em perímetros de irrigação

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

A seguir apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2017. Registra-se, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.500	2.547	1,69	2.993.750	2.831.482	94,57	1,79

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	46	41	0,89	6.142.643	4.994.958	81,31	1,09

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0003 – Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água

FINALIDADE	Intervenção em Sistemas hídricos assolados por estiagens intensas, por situações de emergência ou forte potencial de conflito pelo uso da água, notadamente aqueles situados no semiárido brasileiro. Atendimento à alocação negociada de água viabilizado por meio de ajustes na vazão descarregada para o curso d'água a jusante ou mesmo por outro mecanismo/alternativa. Garantir o funcionamento das estruturas hidráulicas, elétricas e mecânicas de controle, medição e monitoramento de reservatórios e sistemas hídricos para que estejam em perfeitas condições de funcionamento, visando a minimização das consequências negativas de secas e também em situações de cheias, e garantir a integridade e a segurança de barragens. Necessidade de manutenção das condições de escoamento dos cursos d'água, seja via intervenções de limpeza e desobstrução, seja via outra alternativa. Intervenções emergenciais necessárias a tornar efetivos os processos de alocação negociada de água.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Sistema Atendido	0	0	0,00	3.626.249	2.375.977	65,52	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP (*) PO sem Meta Física

e- Principais desafios para 2018.

Os desafios previstos são reavaliar a adequação de critérios de alocação de água (considerar eventuais prioridades de uso estabelecidas em planos de recursos hídricos, critérios para revisão de outorga, reavaliação de vazões de referência, possibilidade de customização a diferentes realidades, avaliação de incertezas relacionadas às mudanças climáticas); incorporar aspectos econômicos nos critérios de alocação de água; ampliar a capacidade de fiscalização; ampliar o monitoramento e controle de usos da água, notadamente em bacias/situações críticas; implementar o SNISB; buscar parcerias e definir mecanismos para atuação em caso de emergência envolvendo segurança de barragens; e definir o modelo e procedimentos para a regulação de serviços.

A Agência deverá, ainda, cumprir a extensa agenda de alocações de água na região semiárida e estabelecer os marcos regulatórios dos sistemas hídricos Epitácio Pessoa (PB), Piranhas-Açu (PB-RN), rio verde Grande (MG), reservatório Zabumbão (BA), reservatório Poço Branco (RN), rio Pardo (MG) e rio Quaraí (RS), além de revisar o marco regulatório dos rios Poti e Longá (CE-PI).

Por fim, deve consolidar o SNISB como instrumento de gestão de segurança de barragem, o que significa melhorar a qualidade e a quantidade dos dados; estabelecer a tarifa para o primeiro ano de operação de acordo com a metodologia já definida; e estabelecer os indicadores de desempenho da Operadora Federal.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 os principais desafios serão alcançados com sucesso. Diversos avanços são verificados na estruturação organizacional da fiscalização da segurança de barragens, da regulação dos serviços, dos marcos regulatórios e alocação negociada; do número de usuários regularizados; na simplificação e automatização da outorga; em função da regulamentação dos quatro instrumentos da Política Nacional de Segurança de Barragens.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado e ampliar as capacidades de fiscalização, seja pelo aumento do número de servidores ou pela utilização de novas tecnologias e metodologias; aprofundar as informações acerca das bacias de especial interesse para gestão; e consolidar e aperfeiçoar os procedimentos de estabelecimentos de marcos regulatórios e alocação negociada de água.

INSTRUMENTOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NA BACIA

A ANA disciplina a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. É responsável pela implementação dos instrumentos de outorga do direito de uso de recursos hídricos e a cobrança, em bacias de rios de domínio da União, e pela coordenação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Também contribui com a elaboração de planos de recursos hídricos e os estudos e a proposição do enquadramento dos corpos d'água conforme seus usos preponderantes. Os principais desafios enfrentados para o alcance desse resultado são: aperfeiçoamento de planos de recursos hídricos de modo a incluir ordem de prioridades e/ou diretrizes para a alocação negociadas no âmbito dos comitês de bacia e considerar, no que for possível, a integração do planejamento nacional e local; tornar os procedimentos de outorga mais ágeis, simples e acessíveis ao usuário; promover condições para que a cobrança e outros instrumentos econômicos reflitam as condições de criticidade da bacia; definir estratégia para implementação do enquadramento; disponibilizar informações sobre recursos hídricos em tempo hábil e formato adequado ao tomador de decisão; implementar as capacidades e procedimentos necessários para a integração dos instrumentos em bacias interestaduais e promover a gestão integrada de recursos hídricos entre União e Estados.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Tibério Magalhães Pinheiro)

[a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.](#)

Em 2017, foram emitidas 2.168 outorgas. Consolidou-se a ampliação da agenda da ANA no âmbito dos planos de recursos hídricos, com a aprovação de dois planos de bacias do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da Região Hidrográfica do Paraguai. Com relação à Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema aprovado em 2016, foram elaborados termos de referência para contratação de estudos previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, nos seguintes temas: avaliação do impacto da variação do regime operacional dos reservatórios; elaboração de proposta de enquadramento de cursos d'água federais; estimativa da carga poluidora gerada pela indústria; caracterização do perfil de uso da água na indústria; realização de inventário de reservatórios de água e identificação de novas alternativas de reservação de água. Desse conjunto de planos aprovados são esperados desdobramentos em torno da implementação de suas ações, como já iniciado no Paranapanema, a fim de trazer consequências regulatórias e de gestão para essas bacias em 2018.

Além dos planos, um conjunto de estudos de refinamento do balanço hídrico e informações sobre os usos foram concluídos ao longo do ano passado: estudo de modelagem quali-quantitativa em bacias críticas; estudo de reservatórios do semiárido; e estudo sobre mudanças climáticas e alocação de água na bacia do rio São Francisco.

Sobre os estudos setoriais conduzidos pela ANA, os quais contribuem para a integração do planejamento dos setores usuários com a gestão de recursos hídricos, ressalta-se a manutenção da parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Integração e Ministério das Cidades nos temas de irrigação, operação de reservatórios, infraestrutura hídrica e saneamento. Foram concluídos e estão disponíveis na internet os estudos Atlas esgoto: Despoluição de Bacias Hidrográficas e Atlas Irrigação: Uso da água na agricultura irrigada, além da continuidade dos trabalhos de elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica-PNSH.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

A despeito das dificuldades apresentadas pela escassez hídrica, a devida implantação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos segue avançando. A implementação integrada, entretanto, permanece um desafio: ainda que a Agência tenha aperfeiçoado metodologias e formas de atuação, o único mecanismo de orientação comum para assegurar a integração e articulação da gestão de recursos hídricos é a decisão da Diretoria Colegiada. Não há outros mecanismos que vinculem os demais entes do sistema.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS IMPLEMENTADOS DE FORMA INTEGRADA NAS BACIAS		EVOLUÇÃO NO PERÍODO		
		2015	2016	2017
Nº de usuários cadastrados no CNARH (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos)		13.115	17.418	
Nº de estados com sistema de cadastro de usuários integrados ao CNARH		23	23	27
% de usuários regularizados em relação à quantidade total de pedidos		88%	93%	95%
Nº de outorgas em rios de domínio da União emitidas		14.416	15.798	17.986
Nº de Comitês de bacia interestaduais com a cobrança aprovada e entidade delegatária indicada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos		4	4	4
% de cobertura nacional de Planos de Recursos Hídricos (em bacias interestaduais)		54%	55%	62%

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos de Recursos Hídricos	Concessão de outorga, DRDH, CERTOH, definição de marcos regulatórios e alocação negociada de água, restrições de usos
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Cadastrar usuários e manter a base de dados nacional/estadual integrada.
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Cobrança	Cobrança pelo uso de recursos hídricos	Realizou os estudos de estimativa de arrecadação e fomentou a cobrança nas bacias.
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Desenvolveu os módulos do sistema para disponibilizar as informações
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Planos de recursos hídricos
		Estudos setoriais para recursos hídricos	Atlas de Esgoto; Atlas de Irrigação: Estudo sobre cana de açúcar, Áreas de Especial interesse para a Gestão, entre outros.

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

A seguir apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2017. Registra-se, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

FINALIDADE		Organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	4	4	100,00	35.090.361	34.339.560	97,86	1,00

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

INALIDADE	Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	3	3	100	17.811.617	17.559.248	98,58	1,01

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Dispor de dados sobre todos os usuários desse recurso, tanto nos rios de domínio da União, quanto de domínio dos estados e do Distrito Federal, para propiciar o controle de oferta e demanda dos recursos hídricos; propiciar as condições para implementação da cobrança e subsidiar a formulação de diretrizes de gestão de recursos hídricos e de outorga, notadamente nas áreas de conflito potencial e de conflito efetivo pelo uso desordenado dos recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	5000	12.197	2,43	634.870	479.199	75,47	3,23

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.500	2.547	1,69	2.993.750	2.831.482	94,57	1,79

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	46	41	0,89	6.142.643	4.994.958	81,31	1,09

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

e- Principais desafios para 2018.

Os principais desafios para esse resultado esperado são aperfeiçoar Planos de Recursos Hídricos, de modo a incluir ordem de prioridades e/ou diretrizes para usos e alocação negociada no âmbito dos comitês de bacia e considerar, no que for possível, a integração entre planejamento nacional e local; promover condições para que a cobrança e outros instrumentos econômicos reflitam as condições de criticidade da bacia; definir estratégia para implementação do enquadramento; disponibilizar informações sobre recursos hídricos em tempo hábil e formato adequado ao tomador de decisão; implementar as capacidades e procedimentos necessários para a integração dos instrumentos em bacias interestaduais; e promover a gestão integrada de recursos hídricos entre União e Estados.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 seus principais desafios serão alcançados com sucesso.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado e avançar mecanismos orientadores para a integração do processo de implementação dos instrumentos.

ATUAÇÃO ARTICULADA COM POLÍTICAS E PLANEJAMENTOS DOS SETORES USUÁRIOS E DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos tem, como diretriz de ação, a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários, em âmbito estadual e nacional. Como instrumentos de direcionamento, os Planos de Recursos Hídricos têm papel norteador para o fortalecimento da integração da atuação dos setores usuários, com vistas ao desenvolvimento sustentável, considerando-se, aí, as leis do setor elétrico e de saneamento como instrumentos de referência para o planejamento desses setores usuários. Nesse contexto, insere-se ainda o Programa Interáguas que se constitui numa importante ferramenta de articulação institucional e financeira para a implementação integrada de ações. Os desafios são: definição de arranjos institucionais adequados para implementação dos planos junto aos diversos atores, dentro de suas competências necessárias, com capacidade de articulação com os setores usuários e mobilização em níveis estadual e federal; superação de dificuldades políticas e financeiras dos órgãos gestores e comitês, para assegurar a viabilidade dos projetos e ações definidas nos planos, orientando a destinação de recursos públicos e privados para esse fim; e implementação, em rios de domínio da União, do enquadramento dos corpos d'água, sob uma visão de planejamento e de metas acordadas com os diversos setores usuários da água.

Responsáveis: Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos, Superintendência de Apoio ao SINGREH e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos; Superintendência de Regulação (Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Humberto Cardoso Gonçalves, Tibério Magalhães Pinheiro e Rodrigo Flecha Ferreira Alves)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

Foram consolidadas importantes parcerias com as políticas públicas setoriais e com os mais diversos usuários. A parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com vistas a aprimorar o conhecimento sobre irrigação resultou na elaboração e publicação do estudo estratégico: Atlas Irrigação: Uso da água na agricultura irrigada; A ANA lançou em parceria com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) do Ministério das Cidades, o Atlas Esgoto: despoluição de bacias hidrográficas. Esse trabalho contou ainda com apoio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O Programa Interáguas contribuiu para a articulação institucional entre a ANA e o Ministério da Integração Nacional (MIN) que estão desenvolvendo conjuntamente o Plano Nacional de Segurança Hídrica-PNSH que apresentará critérios, Seleção e Detalhamento de Intervenções Estratégicas com vistas à promoção da segurança hídrica. Ainda no âmbito do Programa Interáguas, que tem por função primordial a integração, outros trabalhos foram concluídos como a Avaliação Hidrogeológica dos Sistemas Aquíferos Cársticos, e Fissuro-Cársticos na Região Hidrográfica do São Francisco; Estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa de trechos de rio em Bacias Hidrográficas consideradas críticas; Serviços de avaliação de processos pedagógicos para analisar o impacto das ações de capacitação e educação realizadas diretamente ou fomentadas pela ANA para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Há ainda estudos que estão em execução e têm previsão de conclusão em 2018 como o Desenvolvimento de metodologia para estimar o custeio administrativo de Entidades Delegatárias (EDs) de funções de Agência de Água e o Estudo sobre alternativas e mecanismos de indução e apoio do poder público para os setores industrial e agroindustrial, que tem como foco a redução do consumo de água e da geração de efluentes e a ampliação do reúso de água. A promoção da integração de setores também pode ser observada direta e efetivamente nos processos de alocação de água no semiárido, onde foram efetivados 10 marcos regulatórios nos estados da Bahia e Minas

Gerais e outras 11 alocações negociadas nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

A Agência vem se estruturando para tornar a relação com os setores usuários e as políticas públicas setoriais mais efetiva. Essas ações vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Interáguas como ferramenta integradora das ações do setor água e em parcerias setoriais específicas. Também em 2017, todas as reuniões públicas de alocação de água foram realizadas em conjunto com os respectivos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais e com os respectivos comitês de bacias hidrográficas, o que contribuiu positivamente para maior aproximação e estreitamento das relações com os setores, especialmente em regiões de escassez hídrica.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

Trata-se de processo novo para o qual não há estruturação adequada para demonstrar a evolução no período.

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Planos de recursos hídricos
		Estudos setoriais para recursos hídricos	Plano Nacional de Segurança Hídrica, o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas, estudo sobre a irrigação.
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Integração Federativa do SINGREH	Articulação e negociação com os Estados
		Integração dos setores usuários	Realizou os estudos de estimativa de arrecadação e fomentou a cobrança nas bacias.
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Programas Integradores	Seleção e implementação dos projetos no âmbito do INTERÁGUAS
Superintendência de Regulação	Regulação	Regulação de Usos	Realizou acordos de alocação negociada de águas e os marcos regulatórios

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

A seguir apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2017. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

INALIDADE	Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	3	3	100	17.811.617	17.559.248	98,58	1,01

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interágua

FINALIDADE	Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo deseconomias causadas por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	2	2	100,00	5.218.284	2.464.402	47,22	47,22

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

e- Principais desafios para 2018.

Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado consistem em consolidar e intensificar as atividades da Coordenação de Articulação com os Setores Usuários de Recursos Hídricos (CAURH), coordenadoria criada para facilitar o diálogo ANA-setores usuários, bem assim definir novas estratégias e arranjos institucionais para integrar a atuação da Agência com outros setores; mobilizar e capacitar setores usuários para o diálogo; e promover articulação entre os conselhos estaduais e comitês de bacia. As principais entregas em 2018 serão o Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH;

o estudo Estimativas de demandas e usos consuntivos de água para o Brasil e “Contas Econômicas Ambientais da Água (CEAA) no Brasil”, em parceria com IBGE e SRHQ/MMA.

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Trata-se de processo mais recente da Agência e que vem rapidamente se desenvolvendo e implementando novas estratégias. As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado para um período inicial de maturação de atividades de integração. A articulação com os setores usuários, seja por meio das parcerias para apresentar informações consolidadas e para propor investimentos estratégicos ou pelas alocações de água realizadas no último exercício, logrou significativo avanço nas atividades da Agência relacionadas a integração vertical e horizontal no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos.

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado. Definir estratégias e arranjos institucionais para integrar a atuação da ANA com outros setores, especialmente por meio de implementação de planos de recursos hídricos; mobilizar e capacitar setores usuários para o diálogo; e promover articulação entre os conselhos estaduais e comitês de bacia.

ENTES DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS FORTALECIDOS

A ANA tem a competência de coordenar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Essa implementação passa pela ampliação das capacidades dos entes que compõem o sistema. Considerando a complexidade do arranjo institucional configurado pelo SINGREH, alguns desafios emergem como fundamentais para assegurar a efetividade dos resultados e a integração do sistema de gestão: fortalecimento da capacidade técnica e do poder decisório dos entes do SINGREH, e da sua representatividade, com vistas à efetiva influência no processo de gestão; ampliação da sustentabilidade institucional e financeira do SINGREH, por meio do permanente estímulo à maior contribuição dos Estados e Municípios para o financiamento e apoio à consolidação dos entes sob suas esferas de responsabilidades, envolvidos com a gestão dos recursos hídricos; aprimoramento do modelo de operacionalização e aplicação dos recursos da cobrança, com vistas ao ganho de eficiência na efetivação dos resultados.

Responsáveis: Superintendência de Apoio ao SINGREH, Superintendência de Regulação, Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos e Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (Humberto Cardoso Gonçalves, Rodrigo Flecha Ferreira Alves, Sergio Rodrigues Ayrimoraes, Sergio Augusto Barbosa e Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

O PROGESTÃO, regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013, baseia-se no princípio do pagamento por alcance de resultados, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. É desenvolvido pela ANA em apoio aos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGREHs, que integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Em 2017, foram alcançados os seguintes resultados: (i) Capacitação setorial: avanços em 9 estados (AC, AM, CE, ES, MG, MS, RO, RR e RS) sendo que no AC, ES e MS foi ultrapassada a meta contratual; (ii) Cadastro de usuários: avanços em 12 estados (AC, AM, BA, CE, ES, MA, MT, PR, PI, RO, RS e SC) sendo que no AC, BA, CE, MT, PI, RO, RS e SC foi ultrapassada a meta contratual; (iii) Monitoramento hidrometeorológico: avanços em 5 estados (AM, CE, MA, RR e RS) sendo que no CE, MA, RR e RS foi ultrapassada a meta contratual; (iv) Monitoramento da qualidade da água: avanços em 8 estados (AC, CE, MS, PA, PI, PR, RO e RR) sendo que no AC, CE, MS, PR e RO foi ultrapassada a meta contratual; (v) Outorga: avanços em 9 estados (AC, AM, MG, MS, PE, PR, RR, RS e SE) sendo que no AC, PR, RR e RS foi ultrapassada a meta contratual. Desse modo, até 2016 (porque as certificações se referem ao ano anterior), houve avanço das metas selecionadas do Programa em 17 unidades da federação: AC, AM, BA, CE, ES, MA, MG, MS, MT, PA, PI, PR, RO, RR, RS, SC e SE.

Também com o mesmo conceito de pagamento por alcance de resultados, o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA busca a padronização dos critérios e métodos de monitoramento de qualidade de água no país, bem como contribuir para a gestão sistemática de recursos hídricos por meio da divulgação de dados sobre qualidade das águas superficiais no Brasil a toda a sociedade. O programa estabelece metas mínimas a serem cumpridas por três grupos de unidades da federação, estabelecidos de acordo com a estrutura e capacidade de operação dos estados. Em 2017, foram celebrados 5 novos contratos com estados, tendo sido alcançada abrangência de 20 unidades da federação até o momento. A divulgação dos dados de qualidade da água dos 20 estados está disponível no portal do SNIRH, disponível no sítio <http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx> e <http://www.snirh.gov.br/>.

A ANA deu continuidade ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS. O Programa prevê o repasse de recursos financeiros aos estados, para aplicação no fortalecimento dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, sendo o repasse condicionado ao cumprimento de um conjunto de metas negociadas e cujo alcance será aferido pelos respectivos CERH.

Até o momento, 14 estados firmaram contrato (somando 111 comitês estaduais), havendo a previsão de desembolsos de até R\$ 24,9 milhões até o final do Programa, cujo ciclo é de cinco anos.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

Em 2010, as ações de fortalecimento e gestão compartilhada com os demais entes do sistema eram fragmentadas. Desde 2011, a partir do não contingenciamento de recursos, uma série de projetos vem sendo realizados em parceria com os estados da federação. Desde o PROGESTÃO, cuja a cobertura alcançou todas as unidades da federação, passando pelas Salas de Situação estaduais presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, o PROCOMITÊS, com aporte de recursos para os estados viabilizarem as ações dos CBH, o QUALIÁGUA, para divulgação de dados, entre outras. Os produtos de 2017 demonstram consistência dessas ações realizadas nos últimos anos de ampliação das capacidades dos entes, sejam eles Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos - OGERH, Comitês de Bacias Hidrográficas- CBH, entidades delegatárias - ED ou conselhos. Além desses programas de caráter nacional, outras atividades como a oficina de fiscalização de uso das águas, negociação da Agenda de Alocações em áreas de escassez hídrica e a II Oficina dos Fiscalizadores da Segurança de Barragens são ações que visam transferir conhecimentos e tecnologias existentes na ANA para ampliar as capacidades dos estados.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

ENTES DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS FORTALECIDOS	EVOLUÇÃO NO PERÍODO		
	2015	2016	2017
Nº de estados que aderiram ao programa PROGESTÃO de fortalecimento dos Órgãos Gestores Estaduais de Recursos Hídricos II	0	0	
Nº de estados que assinaram os contratos do programa PROGESTÃO II			2
Nº de Estados que aderiram ao Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacias - PROCOMITÊS	0	15	5
Nº de Agências de Bacia (entidade delegatárias) com Contrato de Gestão pactuado e funcionando	5	5	5
número de vagas oferecidas em cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos	77.417	33.924	
número de inscritos em cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos	172.788	52.124	
% de atendimento de demanda por cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos	45%	65%	
% de atendimento da demanda por cursos de capacitação para atuação em recurso hídricos na plataforma Educação a Distância - EAD sobre o total	44%	46%	
nº de pessoas que foram aprovadas nos cursos de capacitação oferecidos pela ANA	35.296	14.210	
número de horas de capacitação oferecidas nos cursos de capacitação para atuação no SINGREH	11.238	5.292	
nº de turmas oferecidas nos cursos de capacitação para atuação em recursos hídricos	463	410	

SUPERINTENDÊNCIA	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Apoio a estruturação dos entes do SINGREH	Articulação e negociação, avaliação do alcance das metas e autorização para pagamento
	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Formulação, desenvolvimento e implementação de plataformas e meios de educação para a gestão de recursos hídricos, parceria com a CAPES
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Articulação com políticas setoriais	Parcerias com a CAPES e CNPq
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Integração da Gestão de Recursos Hídricos	Programas Integradores	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Gestão Integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Elaboração de avaliações hidrogeológicas.
Superintendência de Fiscalização	Cadastro	Cadastro de Usuários	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	Planos e estudos de recursos hídricos.	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Operações e Eventos Críticos	Eventos Críticos	Prevenção a eventos hidrológicos críticos	Avaliação das metas federativas
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Avaliação das metas federativas

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Abaixo apresentamos os índices de eficiência dos Planos Orçamentários que contribuíram para o alcance desse resultado esperado no exercício de 2017. Registramos, entretanto, que esse desempenho orçamentário e financeiro contribuiu também para o alcance outros resultados esperados.

PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

FINALIDADE	Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação, instalação e consolidação de comitês de bacias hidrográficas e das agências de águas, bem como a estruturação dos órgãos e das entidades do SINGREH para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	38	38	1,00	38.514.615	38.186.525	99,40	1,00

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Promover a capacitação de recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade civil, para atuarem na gestão, na proteção, no uso racional e na conservação dos recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Pessoa Capacitada	1.500	16.000	1066%	9.160.333	8.951.682	97,72	1091

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

FINALIDADE	Promover condições técnicas, legais e de geração de conhecimento hidrogeológico para implementar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, com vistas a obter condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica para o uso desses recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	2	3	1,5	3.641.240	3.461.772	95,07	1,57

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Instit. de Plan.do Setor Água – Interáguas

FINALIDADE	Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo desperdícios causados por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	2	2	100,00	5.218.284	2.464.402	47,22	47,22

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

e- Principais desafios para 2018.

Os principais desafios consistem em fortalecer a capacidade de atuação de comitês e entidades delegatárias, bem como a atuação dos órgãos gestores estaduais; ampliar as capacidades dos sistemas estaduais e federal de gestão de recursos hídricos (PROGESTÃO II); discutir a revisão da PNRH, inclusive a partir do projeto Legado.

Conclusão**a- Avaliação do resultado**

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 seus principais desafios serão alcançados com sucesso. Atualmente há recursos técnicos e financeiros que permitem o desenvolvimento de projetos e ações com os entes do sistema, e que proporcionam o fortalecimento e a ampliação de suas capacidades. Cumpre registrar que os avanços a serem alcançados nesse Resultado Esperado correm risco caso não seja mantido o descontingencimento dos recursos oriundos do setor elétrico (fonte 183).

b- Ações para melhoria de desempenho

Pactuar os indicadores do resultado esperado. As entregas geradas nas ações vinculadas a esse resultado estão adequadamente estruturadas em programas nacionais, que têm metas próprias e específicas para dois níveis de governo, cujos produtos são certificados pela ANA e que o pagamento aos parceiros decorre do alcance desses resultados previamente pactuados.

RELACIONAMENTO E COMUNICAÇÃO COM O SINGREH E ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL IMPLEMENTADOS E FORTALECIDOS

As funções da ANA, como entidade de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de regulação do uso da água, impõem a necessidade de relacionamento coordenado com diversos atores integrantes do SINGREH, com a sociedade, e com atores internacionais, quando cabível, que atuem com políticas relacionadas ao uso da água, de forma a propiciar a convergência e coerência das ações e aumentar a conscientização sobre o tema. Demanda também a promoção de espaços para a interação com entidades técnicas e com a academia, com o objetivo de incentivar a produção de conhecimento relevante para a gestão de recursos hídricos. Dessa forma, os desafios que a ANA deve enfrentar são: transmitir posicionamentos institucionais e comunicar a atuação da ANA para a sociedade; melhorar a comunicação e a prestação de contas aos entes do SINGREH; planejar e organizar a atuação junto a entidades internacionais, considerando os interesses e prioridades para a gestão dos recursos; apoiar a implementação de uma rede de monitoramento hidrometeorológico e de qualidade de água compartilhada entre os países da Bacia Amazônica e entre os países da Bacia do Prata; e apoiar a iniciativa do Governo do Distrito Federal de sediar o 8º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Brasília em 2018.

Responsáveis: Gerência Geral de Articulação e Comunicação (Antônio Felix Domingues) Comitê Executivo do 8º Fórum Mundial (Ricardo Medeiros de Andrade)

a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

As principais ações desse resultado esperado voltaram-se para a preparação do 8º Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Brasília, em março de 2018. Ganham destaque a realização do *2nd Stakeholders Meeting* em Brasília, evento preparatório que reuniu 1000 pessoas de todo o mundo no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em Brasília; apoio ao Ministério das Relações Exteriores – MRE para a reunião preparatória do processo político; a contratação de empresa de Comunicação para o Fórum, a contratação da Empresa Brasileira de Comunicação – EBC para a cobertura do evento; patrocínio do Projeto Green Move Festival, tendo a água como tema central; apoio a participação de instituições relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos da América Latina e Caribe (ação preparatória); apoio à participação de Estados membros da CPLP; e apoio e participação no encontro dos Organismos de Bacia da América Latina – RELOB. O 8º Fórum foi apresentado formalmente em 122 eventos, sendo 84 nacionais e 38 internacionais ao longo de 2017 para um público aproximado de 73.700 pessoas, mobilizadas e sensibilizadas sobre o evento. Foram iniciados processos licitatórios de materiais e equipamentos que serão utilizados na elaboração e construção de espaços nos quais serão realizados o evento. Além disso, houve a participação em inúmeras reuniões do Comitê Organizador Nacional (CON), do International Steering Committee (ISC) e reuniões estruturantes do evento.

b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico da ANA em 2010 e aos avanços alcançados no exercício de 2017.

A estruturação da Coordenação de Eventos e Cerimonial – COECE e a definição de manuais e procedimentos para a realização de eventos consolidaram uma estratégia maior para a comunicação da Agência. Paralelamente a isso, a entrega da política de comunicação, o aprimoramento da comunicação interna, especialmente com o BIA, o lançamento do novo site da ANA e estruturação de informações sobre o SINGREH otimizaram e deram uma dinâmica mais proativa da comunicação da ANA. A Agenda Internacional também está melhor estruturada tendo seus projetos e estratégias aprovadas previamente na Diretoria Colegiada. As ações de preparação para o 8º Fórum Mundial da Água estão em conformidade com o planejado e transcorrendo normalmente.

c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

UORG	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Gerência Geral de Articulação e Comunicação	Relações Institucionais	Comunicação, Gestão de Eventos, Relacionamento com o Congresso Nacional e Gestão da Cooperação Internacional	Plano de Comunicação, revisão do Manual de eventos, aprovação de eventos e acordos internacionais prioritários.
Comitê Executivo do 8º Fórum Mundial da Água		Realização do 8º Fórum Mundial da Água	Articulação interinstitucional para organizar e promover a realização do Fórum

d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

PO 0000 – Administração da Unidade – Despesas Diversas

FINALIDADE		Apoiar a realização do 8º Fórum Mundial da Água.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado				13.691.890	4.053.889	29,60	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP (*) PO sem Meta Física

Quadro 53 – PO 000E – Cooperação Nacional e Internacional em recursos hídricos

FINALIDADE	FINALIDADE: Apoio a projetos, iniciativas e eventos que visam à conservação e gestão de recursos hídricos, com a participação de setores usuários de água e instituições internacionais de interesse comum, por meio de ações de: comunicação, capacitação de recursos humanos, intercâmbio de informações e experiências relativas à gestão de recursos hídricos, participação em fóruns e eventos, relacionamento com agências do Sistema ONU, organismos multilaterais, tratados e blocos governamentais, além de iniciativas bilaterais que contribuem para o cumprimento do papel institucional da Agência. Esses projetos possibilitam a qualificação dos servidores da ANA, ao permitir o intercâmbio de conhecimentos e de experiências com outras instituições similares e com desafios semelhantes.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Cooperação realizada	8	17	2,12	6.649.755	6.054.208	97,78	2,17

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Conclusão**a- Avaliação do resultado**

As entregas apresentadas evidenciam que o resultado está se desenvolvendo conforme o esperado. Mantidas as condições e operações, ao final de 2019 seus principais desafios serão alcançados com sucesso.

b- Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver processos mais qualificados de comunicação com os entes do SINGREH e com a sociedade e qualificar a comunicação interna.

3.2- Informações sobre a gestão (Resultados Esperados de Governança)

MODELO DE GESTÃO DA AGÊNCIA FOCADO EM RESULTADOS ESTRATÉGICO E ESTRUTURADO POR PROCESSOS

Nos últimos anos a Agência tem realizado esforços para o aperfeiçoamento do seu sistema de governança: conquistou o não contingenciamento dos recursos provenientes do pagamento pelo uso da água para geração de energia elétrica, realizou o mapeamento e a remodelagem dos processos de trabalho, implementou uma reestruturação organizacional, consolidou o sistema de planejamento institucional, implementou sistema digital de gestão documental, aperfeiçoou os mecanismos de participação da sociedade por meio das audiências públicas e avançou nos índices de governança aferidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU em tecnologia da informação, em gestão de pessoas e em aquisições. Os principais desafios são: ampliar a transparência e a prestação de contas do processo decisório, das ações e dos projetos desenvolvidos pela ANA; melhorar os índices atuais de governança do TCU em tecnologia da informação, gestão de pessoas e das aquisições; desenvolver os mecanismos de monitoramento, avaliação de desempenho e gestão de riscos.

Responsáveis: Gerência Geral de Estratégia (Bruno Pagnoccheschi)

a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

Em 2017 procedeu-se à revisão da Resolução ANA nº 1.042, de 21 de julho de 2014, que aprova os fluxos de tramitação de processos administrativos da Agência para a deliberação da Diretoria Colegiada. Foi estruturado e documentado o novo SISPLANA com informações gerenciais mais completas e disponibilizadas na internet de maneira ágil e de fácil compreensão. Também foram realizadas adequações ao texto regimental em atendimento às recomendações da Auditoria Interna-AUD.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

UORG	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Revisão de normativos, acompanhamento e gestão orçamentária, conformidade orçamento x estratégia
Secretaria Geral	Gestão de documentos e publicações	Gestão de documentos e publicações	"Projeto Papel Zero" ; revisão de normativos e manuais, gestão documental e memória institucional da ANA
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Administração de Pessoal	Readequação de cargos, nomeações, exonerações e apostilamentos

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado não foi satisfatoriamente alcançado. Houve avanços apenas na atualização do normativo que dispõe sobre fluxo de processos administrativos na Agência. Há outros desafios que precisam ser

implementados para a ampliação da governança da ANA, como por exemplo, o monitoramento do Desempenho Institucional, a formulação da Agenda Regulatória, da Avaliação de Impacto Regulatório, a análise do estoque regulatório, entre outros.

b- Ações para melhoria de desempenho

Revisar os normativos internos e ampliar as capacidades de monitoramento de desempenho e preparar a Agência o modelo de governança proposto no âmbito do Projeto de Lei das Agências Reguladoras – PL 6621/2017.

COMPETÊNCIA CAPACIDADE TÉCNICA INSTITUCIONAL DESENVOLVIDA E EFETIVA.

O crescimento do número e da complexidade dos desafios para a gestão dos recursos hídricos requer que a ANA amplie as suas capacidades de dar respostas. A forma de alcançar essa ampliação passa pela adequada compreensão e utilização das competências instaladas, do desenvolvimento das atuais e o incremento de novas habilidades e atitudes. Nos últimos anos, a ANA formulou e vem implementando exitosa política de capacitação de seus servidores, por meio da qual foram alcançados resultados expressivos, como a média anual de 100 horas de capacitação por servidor (formação essencial, técnica especializada e gerencial) e o reconhecimento e destaque formais dados pela Controladoria Geral da União – CGU e por mais de 15 outros órgãos federais que vieram conhecer essa prática da Agência para replicação. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado dizem respeito a desenvolver mecanismos para avaliar a produtividade dos servidores, para o dimensionamento do quadro da Agência e para preparação para futuras alterações no quadro de servidores em virtude, principalmente, de aposentadorias; implementar o mapeamento e a gestão por competências e avançar na política de capacitação dos servidores com o intuito de fazer a gestão do conhecimento.

Responsáveis: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Luis Andre Muniz) Gerência Geral de Estratégia (Bruno Pagnoccheschi) Superintendência de Apoio ao SINGREH (Humberto Cardoso Gonçalves).

a- Avaliação do resultado

Foram capacitados 312 servidores em 190 eventos de capacitação. Em média cada servidor da ANA fez 90,21 horas de capacitação no ano, totalizando 30.943 horas para toda a Agência. Foram autorizados afastamentos para a realização de dois mestrados. Além disso, foi desenvolvido o projeto DesenvolveRH que é o projeto de gestão por competências. Todas as capacidades e entregas de todas as áreas de ANA foram avaliadas e é possível fazer diagnóstico das lacunas de conhecimentos existentes na Agência. A partir de 2018 os Planos Anuais de Capacitação já devem considerar os resultados desses projetos. Importa registrar ainda a continuidade de intercâmbio de formação entre a ANA e o USACE (United States Corps of Engineers) para atuação em eventos críticos e o USGS (United States Geological Survey) para o monitoramento hidrológico.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

UORG	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Gestão de Pessoas	Capacitação e desenvolvimento de pessoal	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória). Planejamento, contratação e execução dos cursos.
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória)
Superintendência de Apoio ao SINGREH	Fortalecimento dos Entes do SINGREH	Capacitação dos entes do SINGREH	Participação no Grupo de Formulação do Plano Anual de Capacitação e no Grupo Gestor de Capacitação (instância decisória)

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado tem desempenho satisfatório. O projeto DesenvolveRH avançou e as capacidades e entregas de cada servidor da ANA já são conhecidas. Com isso é possível realizar a programação de cursos dos servidores a partir das lacunas de conhecimento encontradas. Nos próximos anos deve-se

também buscar desenvolver mecanismos para avaliar a produtividade dos servidores, dimensionar o quadro da Agência e preparar futuras alterações no quadro em virtude, principalmente, de aposentadorias e /ou mudanças no negócio da Agência, como por exemplo inserção da incumbência de dar diretrizes regulatórias para o saneamento.

b- Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver mecanismo de avaliação de produtividade e manter a implementação da Política de Capacitação para o ciclo 2016/2019.

CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS GARANTIDA E EFETIVA

O Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em sua concepção, definiu a destinação de recursos para assegurar sua implementação, constituídos pelas receitas da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, tanto aquelas oriundas do setor elétrico, alocadas na ANA, como as dos demais usuários de águas, alocados nos orçamentos da União e dos Estados, conforme a dominialidade dos rios. Em relação às receitas da ANA, a cobrança do setor elétrico representa a maior fonte de recursos para sustentação das atividades de competência da Agência.

A partir dos esforços empreendidos pela ANA, no sentido de esclarecer a natureza dessa receita, o quadro foi alterado. As disposições do Decreto nº 7.402, de 22 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 7.445, de 01 de março de 2011, reconheceram a receita mencionada, correspondente ao pagamento pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico, como obrigação legal e, portanto, não sujeita ao contingenciamento dos limites para empenho no exercício.

As receitas arrecadadas diretamente dos demais usuários outorgáveis em rios de domínio da União são integralmente transferidas para as Agências de Bacias em que foram arrecadadas, por meio de Contratos de Gestão firmados com a ANA, para aplicação em projetos definidos pelos respectivos comitês. Alguns desafios se mostram presentes para a efetiva implementação desses recursos: consolidar o não contingenciamento dos recursos da cobrança do setor elétrico; desenvolver mecanismos mais ágeis e efetivos para a formulação de projetos; e reduzir os tempos de trâmites processuais para as contratações (elaboração de termo de referência, análise jurídica, análise de conformidade orçamentária e processo decisório).

Responsáveis: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Luis Andre Muniz)

a- Avaliação do resultado

Em 2017, foi desenvolvida internamente e entregue, pela Superintendência de Tecnologia da Informação, nova versão do Sistema de Planejamento da ANA – SISPLANA.

A Agência realizou treinamentos e começou a implementar os módulos de monitoramento de projetos.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

UORG	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Administração e Finanças	Orçamento e finanças	Programação orçamentária
		Execução orçamentária e financeira	Programação e execução orçamentária e financeira
		Licitações, contratos e convênios	Licitações, contratos e convênios
Gerência Geral de Estratégia	Gestão Estratégica	Planejamento e Gestão	Planejamento Estratégico e orçamentário

Conclusão

a- Avaliação do resultado

O resultado tem desempenho satisfatório. Em relação à consolidação do não contingenciamento de recursos da fonte 183 (pagamento pelos usos dos recursos hídricos – cobrança do setor elétrico) em 2017 tivemos mais um ano sem contingenciamento. Embora os instrumentos que garantem esse não contingenciamento sejam precários, aparentemente a própria Secretaria de Orçamento Federal-SOF/MPDG vem encaminhando ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária – PLDO já considerando como não passível de contingenciamento. Quanto aos avanços relativos à gestão mais ágil de projetos e redução de tempo de licitações foi iniciado o cadastramento de projetos estratégicos na ferramenta Channel para monitoramento do andamento dos projetos, entretanto, essa ferramenta não resolve o problema das contratações e celebração de parcerias, onde pouco se avançou, constituindo assim importante desafio para os exercícios vindouros.

b- Ações para melhoria de desempenho

Continuar as negociações com a Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP, para a manutenção do entendimento legal acerca da obrigatoriedade de repasse integral dos recursos oriundos da cobrança e traçar estratégia para dar maior celeridade aos processos licitatórios e de celebração de parcerias.

INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA ADEQUADAS E GERENCIADAS COM EFICIÊNCIA

A consolidação e o desenvolvimento institucional da ANA dependem de boas condições para a realização das atividades do dia a dia. Um ambiente agradável e propício ao incremento da produtividade é formado a partir de edificações seguras, estações de trabalho em boas condições ergonômicas, disponibilização de ferramentas tecnológicas adequadas e interação entre seus servidores, dirigentes e colaboradores e desses com os parceiros do SINGREH e da sociedade. Desde a sua criação, a Agência vem buscando estruturar-se com recursos humanos e tecnológicos de excelência para manter a credibilidade e obter patamares mais elevados na qualidade dos seus serviços. Embora haja avanços significativos em relação à tecnologia da informação e às ferramentas para a execução das atividades cotidianas, pouco se avançou em relação às condições das edificações e à qualidade das estações de trabalho. Os principais desafios relacionados ao alcance do resultado esperado dizem respeito a consolidar a sede da Agência com um ambiente agradável e propício ao trabalho, aumento da produtividade e desenvolvimento dos servidores e manter o alto padrão tecnológico existente na Agência.

Responsáveis: Superintendência de Tecnologia da Informação e Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (Sérgio Augusto Barbosa e Luis André Muniz)

a- Avaliação do resultado

Em 2017 inúmeros avanços foram obtidos nesse resultado esperado. Destacam-se a conclusão da obra dos “blocos “N” e “O” da sede da Agência e a adequação de estações de trabalho para duas superintendências no bloco “L”; a publicação da Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC); o processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação; a atribuição regimental para a Coordenação da Equipe de Tratamento à Incidentes em Redes, foi elaborado o Guia de Processos de Gestão de Incidentes que já vem sendo aplicado; o Catálogo de Serviços de TI está sendo atualizado regularmente e os acordos dos níveis de serviços de TI estão estabelecidos e sendo monitorados. Os dados divulgados acerca da evolução do Índice de Governança de TI apurado pelo TCU aponta que embora tenha havido significativa evolução de 0,18 para 0,58 entre 2010 e 2016, a Agência ainda permanece em nível intermediário de maturidade nesse processo.

b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada Superintendência para os resultados obtidos.

UORG	MACROPROCESSO	PROCESSO	CONTRIBUIÇÃO
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Administração e Finanças	Gestão de Logística	Manutenção do condomínio, dos prédios da Agência, das estações de trabalho, das obras e construções, e do suporte aos processos finalísticos
Superintendência de Tecnologia da Informação	Planejamento e Informações de Recursos Hídricos	SNIRH	Desenvolvimento de Sistemas, infraestrutura de TI e Governança de TI

Conclusão

a- Avaliação do resultado

Esse resultado obteve desempenho satisfatório, os avanços em TI são inegáveis e podem ser atestados por meio de comparação com a média verificada na Administração Pública e a construção dos prédios da sede da ANA podem contribuir para melhoria do ambiente de trabalho.

b- Ações para melhoria de desempenho

Esse resultado tem mecanismos de governança avançados no que diz respeito à Tecnologia da informação, entretanto, precisa ser aperfeiçoado no que diz respeito à gestão e manutenção dos prédios mais antigos.

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O Planejamento Estratégico da ANA 2009/2020 está consolidado e internalizado, pois atualmente todos os gastos e ações devem estar vinculados ao alcance de algum dos resultados esperados. Foi tempestivamente revisado em 2015 e os mecanismos de monitoramento estão sendo implementados gradualmente. De forma geral, as entregas dos últimos dois anos, período tático, estão em conformidade com os desafios estabelecidos em 2015 e demonstram a evolução na gestão da Agência.

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A Agência tem, por princípio, debater e construir as estratégias com participação efetiva de servidores, chefes de UORG e Diretores. A construção do planejamento foi customizada a partir de um conjunto de técnicas que considera desde a árvore de problemas e o ZOPP até o *Balanced Score Card*, sem preponderância de nenhuma em relação às demais. O nível tático (resultados esperados), como previsto em 2010, foi avaliado e adequado para o cenário vigente, numa revisão realizada no final do exercício de 2015 e cujo produto “Cartilha de Planejamento Estratégico 2016/2019” foi publicado no início do exercício de 2016, conforme aprovação da Diretoria Colegiada.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

A construção do modelo de planejamento da Agência já condiciona as suas revisões ao mesmo período de mudanças do PPA e com mecanismos que possibilitem a adequação aos instrumentos de planejamento governamental, inclusive a lei orçamentária anual.

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Uma das principais dificuldades encontradas pela Agência é a formulação e a pactuação dos indicadores relacionados aos resultados esperados. Quando da revisão para o ciclo 2016/2019, vários cuidados foram adotados já no primeiro período de implantação, para incorporá-los à Agenda Estratégica. Os indicadores estão sendo formulados e pactuados com as áreas a fim aferir resultados e não o adequado funcionamento de processos.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

De acordo com o modelo definido, as revisões devem acontecer a cada 4 anos (2015 e 2019), para que coincidam com as revisões do PPA e haja conformidade entre o planejamento institucional e o de governo, uma vez que uma das vertentes da ANA é de implementação de política pública, e que depende dos recursos destinados na LOA para o alcance dos resultados esperados.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores e Superintendentes)

A revisão do planejamento estratégico com a adequação do nível tático durou 5 meses e foi realizada em várias etapas e reuniões, das quais participaram os diretores e superintendentes. O texto final da “Cartilha de Planejamento Estratégico 2016/2019 – revisão” foi discutido e apresentado aos superintendentes e diretores, que determinaram adequações, principalmente em função do relatório da OCDE “Governança de Recursos Hídricos no Brasil” que, entre outras coisas, propôs um conjunto de medidas para aperfeiçoar o SINGREH. Feitas as alterações, o documento foi novamente apresentado pela Gerência Geral de Estratégia a superintendentes e diretores e, posteriormente, submetido à apreciação da Diretoria Colegiada, que deliberou pela aprovação do texto final.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

A partir do texto estratégico aprovado, as unidades organizacionais apresentaram suas entregas para o período de 2016/2019, em conformidade com as diretrizes e linhas de atuação da Agência, indicando, também, para qual resultado esperado contribuem. Esse conjunto de entregas será norteador de orçamento e de níveis de integração necessários para o alcance dos resultados esperados. Do ponto de vista operacional, qualquer gasto da Agência deve ser precedido de registro no Sistema de Planejamento da ANA – SISPLANA. Trata-se de um sistema de informações que obriga a vinculação daquele gasto ou projeto a um resultado esperado, e no qual há a obrigatoriedade de

manifestação formal da Gerência Geral de Estratégia quanto a quanto à conformidade do projeto com os resultados esperados (nos termos estabelecidos pela Portaria ANA nº 105/2010 e pela Resolução ANA nº 1042/2014). Dessa forma, reduz-se a possibilidade de que ações ou projetos não se alinhem à estratégia, bem assim aos resultados esperados.

Superintendências

Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos; Superintendência de Tecnologia da Informação; Superintendência de Fiscalização; Superintendência de Regulação; Superintendência de Operações e Eventos Críticos; Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica; Superintendência de Apoio ao SINGREH; Superintendência de Implementação de Programas e Projetos.

Diretorias	
Área de Hidrologia – AH	
Área de Gestão - AG	
Área de Administração - AA	
Área de Planejamento – AP	
Área de Regulação - AR	
Legenda	
	Conforme o planejado
	Merece atenção
	Desconforme

3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

As principais dificuldades relativas à implementação do planejamento estratégico estão na falta de mecanismos que facilitem a aplicação de ferramentas tradicionais de regulação à regulação de recursos hídricos e na baixa governabilidade da Agência para a atuação integrada dos setores usuários e política setoriais para dar consequência regulatória aos produtos entregues pela Agência, especialmente os Planos de Recursos Hídricos.

3.4 - Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

A seguir segue informativo acerca do acompanhamento da Arrecadação de Multas.

RELATÓRIO DE MULTAS APLICADAS

Quantidade de multas aplicadas e o montante financeiro associado*:

2013		2014		2015		2016		2017		Multas Aplicadas Período: 2013 a 2017	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante Financeiro
40	166.509,52	45	858.585,45	40	272.179,16	100	575.525,07	131	574.764,40	356	2.447.563,60

* Considerando apenas as multas aplicadas dentro dos exercícios solicitados, independente do pagamento.

Quantidade de multas canceladas administrativamente e o montante financeiro associado:*

2013		2014		2015		2016		2017		Multas Aplicadas Período: 2013 a 2017	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante Financeiro
7	15.000,00	5	64.400,00	6	24.400,00	14	55.200,00	17	72.600,00	49	231.600,00

* Considerando apenas as multas aplicadas dentro do período de 2011 a 2016

Quantidade de multas pagas e o montante financeiro efetivamente arrecadado*:

2013		2014		2015		2016		2017		Multas Aplicadas Período: 2013 a 2017	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante Financeiro
32	150.911,53	29	175.526,70	26	124.206,59	61	271.426,46	46	174.000,00	194	896.071,28

* Considerando apenas as multas aplicadas dentro do período de 2011 a 2016

Quantidade de devedores inscritos no CADIN e o montante financeiro associado às inscrições realizadas*:

2013		2014		2015		2016		2017		Multas Aplicadas Período: 2013 a 2017	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante Financeiro
0	-	0	-	1	3.000,00	3	11.800,00	1	5.000,00	5	19.800,00

* Considerando apenas as multas aplicadas dentro do período de 2011 a 2016

Quantidade de devedores inscritos na Dívida Ativa da União e o montante financeiro associado às inscrições realizadas*:

2013		2014		2015		2016		2017		Multas Aplicadas Período: 2013 a 2017	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante Financeiro
0	-	11	618.658,75	7	120.572,57	4	19.568,58	0	-	22	758.799,90

* Considerando apenas as multas aplicadas dentro do período de 2011 a 2015

Quantidade de multas em cobrança judicial e o montante financeiro associado às cobranças em curso**:

2013		2014		2015		2016		2017		Multas Aplicadas Período: 2013 a 2017	
Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante	Quant.	Montante Financeiro
0	-	11	618.658,75	7	120.572,57	4	19.568,58	0	-	22	758.799,90

** Consideramos as multas em cobrança judicial, as mesmas inscritas em Dívida Ativa.

**INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS
À ARRECADAÇÃO DAS MULTAS APLICADAS**

a) Demonstração da estrutura de controles da atividade de arrecadação das multas aplicadas:

i. estrutura orgânica de controle e sistema para o gerenciamento;

O acompanhamento dos pagamentos referentes à infração das normas de recursos hídricos é feito através de sistema próprio, após o cadastramento do usuário, a medida que é liquidado o boleto bancário o mesmo é baixado automaticamente. Através do mesmo sistema, é possível a emissão de relatórios de adimplência e de inadimplência, de usuários inscritos no CADIN e Dívida Ativa.

ii. Indicação sobre a estrutura para arrecadar as multas aplicadas, se própria ou terceirizada;

Toda a estrutura referente a cobrança das multas, é própria, inclusive de pessoal.

iii. Indicação da área responsável pela cobrança e pela inclusão dos inadimplentes no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e na Dívida Ativa;

CADIN = Divisão de Arrecadação e Cobrança - DIARR/GEEFI/SAF-ANA

DÍVIDA ATIVA = Procuradoria Geral da ANA

iv. Demonstração das principais medidas gerenciais adotadas no exercício para a melhoria da gestão da arrecadação das multas aplicadas;

Modernização dos sistemas de controle e sistematização dos procedimentos de notificação e inscrição no cadastro de inadimplentes.

b) Pessoas Físicas Pendentes de Inscrição no CADIN

Exercícios	A Notificar		Notificado	
	Nº	%	Nº	%
2015	0	0%	0	0%
2016	0	0%	17	17%
2017	65	50%	2	2%

c) Processos com Riscos de Prescrição

Exercícios	Processos com Riscos de Prescrição		Motivo
	Nº	%	
-	0	0,00%	

d) Multas Canceladas ou Suspensas

Exercícios	Multas Canceladas ou Suspensas	
	Nº	%
2015	6	15%
2016	14	14%
2017	17	13%

e) Recolhimento de Multas

Exercícios	Recolhimento de Multas		
	Quantidade	Valores	%
2015	26	R\$124.206,59	46%
2016	61	R\$271.426,49	47%
2017	46	R\$180.164,40	31%

% - Em relação ao valor pago.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECAÇÃO DE MULTAS

QUANTIDADES DE MULTAS

Multas Aplicadas		Arrecadadas			Processo Administrativo (Não Arrecadadas)																					Validação		
					Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas												Demais Situações					
											Multas não inscritas no CADIN			Multas com Risco de Prescrição Executória			Outras			Total das Multas Exigíveis e Definitiv.								
Período de Competência	Quant.	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período Competência		
		2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
2017	131	46	-	-	17	-	-	0	-	-	67	-	-	0	-	-	0	-	-	67	-	-	1	-	-	131	-	-
2016	100	7	54	-	1	13	-	0	1	-	0	17	-	0	-	-	0	-	-	0	17	-	4	3	-	-	100	-
2015	40	0	6	20	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3	4	-	-	40
TOTAL	271	53	60	20	18	17	2	0	1	0	67	17	0	0	0	1	0	0	0	67	17	1	5	6	4	131	100	40

Observações:

a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;

b) Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;

c) Quantitativos relativos aos exercícios 2013, 2012 ou 2011 de acordo com o período de competência;

d) Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;

e) A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;

f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;

g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada.

Dúvidas: ligar para o Auditor Cláudio Correia (61) 3316-5125, ou Marcio Sueth (61) 3316-7287.

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS

MONTANTE FINANCEIRO (R\$)

Multas Aplicadas		Descontos			Arrecadadas			Processo Administrativo (Não Arrecadadas)												Validação		
								Canceladas Administrativamente			Suspensas Administrativamente			Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas			Demais Situações					
Período de Competência	Valores	Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Exercícios			Período de Competência		
		2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015	2017	2016	2015
2017	574.764,40	-	-	-	180.164,40	-	-	72.600,00	-	-	1.000,00	-	-	317.000,00	-	-	5.000,00	-	-	574.764,40	-	-
2016	575.525,07	-	-	-	45.005,40	226.421,09	-	3.600,00	51.600,00	-	-	-	-	0,00	216.530,00	-	19.568,58	11.800,00	-	-	575.525,07	-
2015	272.179,16	-	-	-	-	21.275,48	102.931,11	-	16.200,00	8.200,00	-	-	-	0,00	0,00	3.000,00	0,00	57.590,00	62.982,57	-	-	272.179,16
TOTAL	#####	-	-	-	225.169,80	247.696,57	102.931,11	76.200,00	67.800,00	8.200,00	1.000,00	-	-	317.000,00	216.530,00	3.000,00	24.568,58	69.390,00	62.982,57	574.764,40	575.525,07	272.179,16

Observações:

- a) Informações com vistas ao atendimento às determinações contidas no item 9.6 do Acórdão 482/2012-TCU-Plenário;
- b) Nos quadros acima, os campos devem ser preenchidos apenas com quantitativos, ou seja, não devem ser inseridos valores monetários;
- c) Quantitativos relativos aos exercícios 2015, 2014 ou 2013 de acordo com o período de competência;
- d) Quantitativos consolidados referentes aos números globais da Agência/Entidade fiscalizadora;
- e) A coluna "Validação" representa a confirmação das quantidades inseridas na coluna "Aplicadas" distribuídas pelas demais colunas;
- f) A coluna "Demais Situações" refere-se aos casos em que as multas não foram canceladas ou suspensas administrativamente, não estão exigíveis e definitivamente constituídas e não foram arrecadadas;
- g) Nos casos de parcelamentos, deve-se considerar a multa como arrecadada.
- Dúvidas: ligar para o Auditor Cláudio Correia (61) 3316-5125, ou Marcio Sueth (61) 3316-7287.

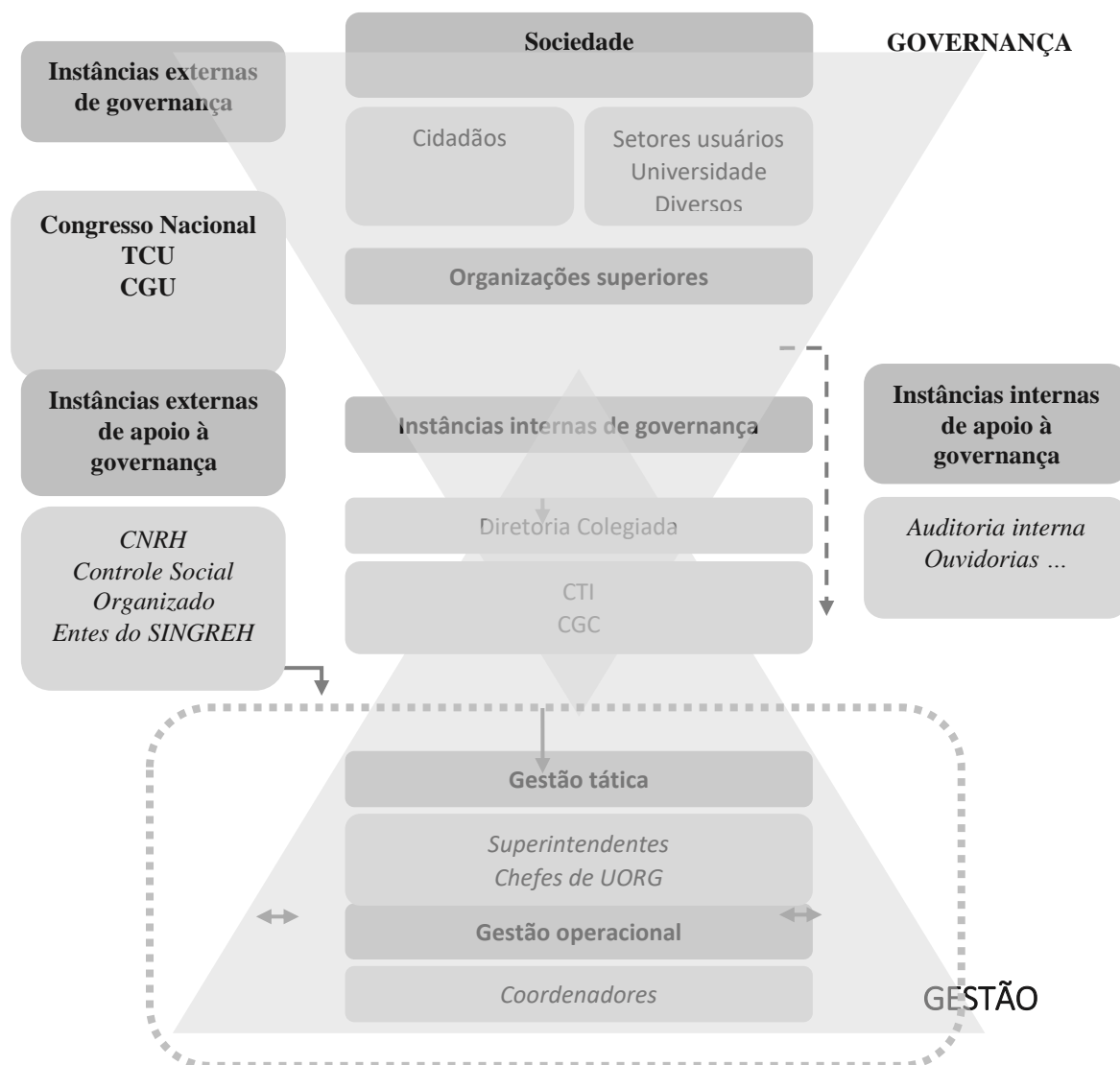
Esses demonstrativos cumprem os termos do Acórdão nº 1.970/2017 – TCU – PLENÁRIO, cabendo informar ainda que o alto índice de multas pendentes de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal – CADIN, pois todos eles já se encontram em processo de cobrança judicial.

Nos exercícios mencionados pelo TCU existiam duas pendências que representavam 68% do total de débitos chegando ao montante de R\$ 502.582,74, que pertenciam a apenas dois empreendimentos, não causando, portanto, impacto no índice quantitativo do relatório.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Descrição das Estruturas de governança

Quadro 6 – Estruturas de governança e macroprocessos



A ANA é uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, conduzida por uma Diretoria Colegiada composta por cinco membros: um diretor-presidente e quatro diretores, todos nomeados pelo Presidente da República, com mandatos não coincidentes de quatro anos.

Além da Diretoria Colegiada, constituem sua estrutura organizacional e regimental: uma Secretaria-Geral (SGE), uma Procuradoria Federal junto à ANA, uma Chefia de Gabinete (GAB), uma Auditoria Interna (AUD), uma Corregedoria (COR), uma Gerência Geral de Articulação e Comunicação (GGAC), uma Gerência Geral de Estratégia (GGES) e nove Superintendências.

Como unidade de apoio, consultoria e avaliação no que tange aos processos de governança, controles internos e gestão de riscos, a ANA conta com a Auditoria Interna – AUD, com independência técnica de atuação e vinculação direta à Diretoria Colegiada.

A AUD está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU e dos órgãos setoriais de Controle Interno.

Tem como competência multidisciplinar prestar serviços à Agência na forma de assessoramento e consultoria interna, no intuito de agregar valor à gestão e a melhorar as operações, propondo ações preventivas e saneadoras, de forma a assistir a ANA na consecução de seus objetivos

estratégicos, mediante abordagem sistematizada e disciplinada no Manual de Auditoria Interna, com ênfase para a avaliação da gestão de riscos operacionais, dos controles internos administrativos e do processo de governança corporativa. No exercício de suas atribuições institucionais é assegurado ao Auditor Interno o livre acesso a todos os documentos e informações para o fiel cumprimento de suas atribuições.

A Agência Nacional de Águas – ANA, possui uma unidade de correção, cuja existência e atribuições foram instituídas por intermédio do Decreto nº 3.692, de 19/12/2000, no seu art.9º, incisos I a IV. No Regimento Interno da Agência vigente em 2015, aprovado pela Resolução ANA nº 2020, de 15/12/2014, a unidade de Correção foi incumbida, também, das atividades de ouvidoria, conforme o art. 31, incisos I a IX, daquele normativo.

A Corregedoria, também, está sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU. Com o advento da Lei de Acesso a Informação – LAI – Lei nº 12.527, de 18/11/2011, o Corregedor da ANA foi designado autoridade de monitoramento para os fins previstos no art. 40 daquela norma legal (Portaria ANA nº 63, de 22/03/2012, publicada no DOU de 23/03/2012). Foi também incumbido de supervisionar o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/ANA, exigido no art. 9º, inciso I, da LAI, conforme a Resolução ANA nº 465, de 03/04/2012.

Como instância externa de apoio à governança, destacamos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, criado pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é o órgão mais expressivo da hierarquia do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, de caráter normativo e deliberativo, com atribuições de: promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regionais, estaduais e dos setores usuários; deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos; acompanhar a execução do plano nacional de recursos hídricos; estabelecer critérios gerais para a outorga de direito de uso dos recursos hídricos e para a cobrança pelo seu uso.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

Quadro 7 – Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.		X			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

A definição de controle interno, segundo o COSO , é a de um processo “conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade”.

Pela Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10/05/2016, os controles internos da gestão – controles internos primários – são operados por todos os agentes públicos responsáveis pela condução das atividades e tarefas finalísticas e de apoio pertinentes, constituindo-se na primeira linha de defesa. Objetiva identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos

destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e objetivos da organização.

Já a segunda linha de defesa objetiva apoiar o desenvolvimento dos controles internos da gestão e realizar atividades de supervisão e monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito da primeira linha de defesa, que incluem gerenciamento de riscos, conformidade, verificação de qualidade, controle financeiro, orientação e treinamento. Sua operação fica a cargo dos assessores e assessorias especiais de controle interno, ou estruturas específicas definidas pelas próprias organizações.

A terceira linha de defesa cabe à Auditoria Interna governamental, visando a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e a atuação das organizações que as gerenciam. As unidades de Auditoria Interna devem apoiar os órgãos na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha de defesa da gestão, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Para melhor exemplificar, o Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA, em sua Declaração de Posicionamento, apresenta figura com modelo de três linhas de defesa do gerenciamento eficaz de riscos e controles:

Dessa forma no exercício de 2017, a Auditoria Interna (AUD) da Agência Nacional de Águas (ANA) realizou levantamento para avaliar a maturidade dos controles internos da Agência, por meio da aplicação de questionários junto aos gestores das nove superintendências, englobando os superintendentes, superintendentes adjuntos, coordenadores e chefes de divisão, sendo estes últimos presentes apenas na Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF).

MODELO DE TRÊS LINHAS DE DEFESA

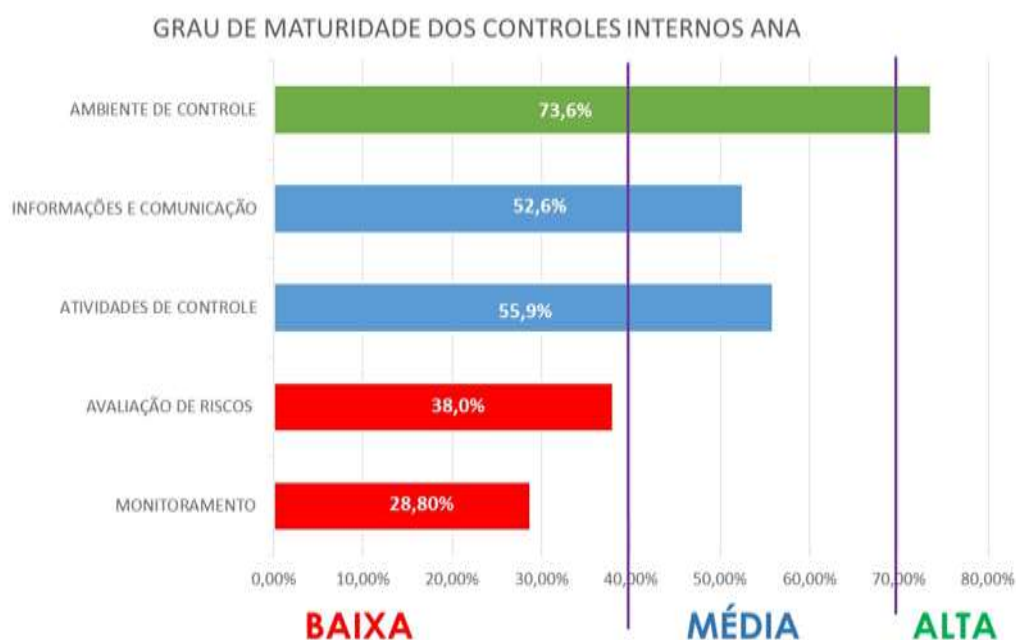


No segundo semestre de 2017, a AUD aplicou questionário de avaliação de controles internos no âmbito da ANA, com a finalidade avaliar o grau de maturidade dos controles internos das UORGs da ANA, propiciando assim a elaboração de planos de melhoria de gestão nos quesitos subavaliados, com a finalidade de alcançar maior efetividade nos resultados da instituição.

Foram aplicados questionários em todas as UORGs da ANA. A partir dos resultados verificados para cada uma delas nas dimensões ambiente de controle, informações e comunicação, atividades de controle, avaliação de riscos e monitoramento, foi discutido e elaborado um Plano de Melhoria de Gestão – PMG com todas as Unidades Organizacionais perfazendo um total de 09 PMG's. As ações para melhoria dos controles serão executadas em 2018 e monitoradas por esta AUD/ANA.

O questionário aplicado baseou-se na estrutura apresentada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, compreendendo as cinco dimensões: ambiente de controle, avaliação de riscos, atividades de controle, informação e comunicação e atividades de monitoramento. A partir da consolidação das respostas, apresentadas no gráfico a seguir, chama atenção o intervalo da variação na avaliação das dimensões 'ambiente de controle' e 'monitoramento', apontando para oportunidades de melhoria no processo de gestão das unidades organizacionais da Agência.

O Gráfico 1 apresentado a seguir, apresenta a média da ANA, em cada uma das dimensões de controle. Gráfico 1 – Grau de Maturidade dos Controles Internos da ANA



Conforme se verifica, o resultado geral apresentou uma média de 49,78% e desvio padrão de 17,3%, evidenciando uma grande divergência na média das maturidades dos controles internos da Agência e indicando a necessidade de um aperfeiçoamento nos controles de uma forma geral. Cabe ressaltar que adotamos os seguintes intervalos para classificação do grau de maturidade da ANA, refletindo a aderência às boas práticas de controle interno propostas pelo modelo COSO, em cada dimensão avaliada:

Observou-se que o melhor desempenho se deu na dimensão 'ambiente de controle', responsável pela avaliação da integridade, valores éticos, delegação de autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional, políticas e práticas de recursos humanos.

No que se refere às demais dimensões, percebe-se que a ANA possui ainda média ou baixa maturidade, destacando-se a necessidade de revisão do planejamento estratégico, da implementação de indicadores para medir os resultados esperados e da implantação do processo de gerenciamento de riscos. Sobre o último assunto, ressalta-se que a política de gestão de riscos da Agência encontra-se em discussões internas visando à sua aprovação.

Cabe ressaltar que os três intervalos para classificação do grau de maturidade foram determinados pela Auditoria Interna da ANA, conforme quadro abaixo, refletindo a aderência às boas práticas de controle interno propostas pelo modelo COSO, em cada dimensão avaliada.

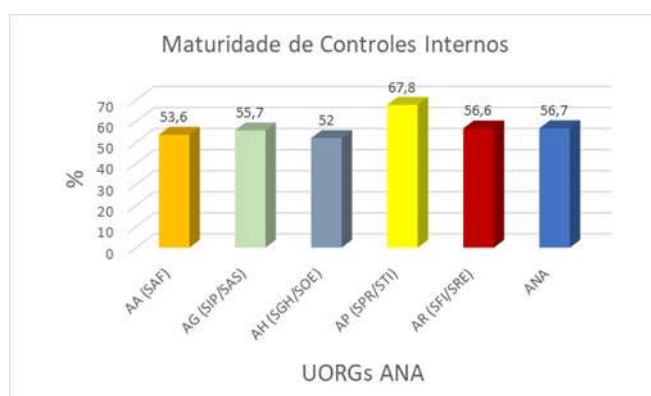
Grau de Maturidade	
Alta	>70 %
Média	40% ≥ MÉDIA ≤ 70
Baixa	< 40%

Ainda no âmbito do questionário de avaliação dos controles internos da ANA, verificou-se a necessidade de se avançar nos aspectos da política de substituição de servidores e resguardo do conhecimento organizacional, da implementação e divulgação da Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, bem como das normas que envolvem o acesso de pessoas externas e o uso de bens patrimoniais.

Ainda no âmbito do questionário de avaliação dos controles internos da ANA, verificou-se a necessidade de se avançar nos aspectos da política de substituição de servidores e resguardo do conhecimento organizacional, da implementação e divulgação da Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, bem como das normas que envolvem o acesso de pessoas externas e o uso de bens patrimoniais.

No Gráfico 2 a seguir apresenta-se o resultado geral médio por área da Agência:

Gráfico 2



Noutra senda, é de suma importância registrar a boa avaliação quanto aos aspectos de infraestrutura e controles para minimizar os principais riscos inerentes à área de TI, além do grau de normatização dos procedimentos internos e mapeamento dos processos das atividades-meio e finalísticas. Ressalta-se o lançamento do novo site da ANA em novembro de 2017, facilitando o acesso do público externo, inclusive com acessibilidade, às informações produzidas pela Agência.

No que tange aos exames realizados pela Auditoria Interna, a partir da implementação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017, os trabalhos, executados de forma amostral nos processos selecionados, objetivaram avaliar a conformidade dos atos administrativos e a eficácia dos controles internos adotados. Diante das constatações registradas, ficou demonstrada a necessidade de melhorias em alguns dos controles internos instituídos, tais como aperfeiçoamento dos controles executados na gestão dos contratos de prestação de serviços continuados; necessidade de imperiosa observância ao princípio da segregação de funções na área administrativa da Agência; capacitação contínua de gestores de contratos

celebrados pela ANA; continuidade no processo de modernização da gestão, a partir da revisão de normativos e manuais internos; aprimoramento da política de recursos humanos, envolvendo a recomposição quantitativa da força de trabalho e a redistribuição de pessoal; além de melhorias pontuais nos controles instituídos nos programas auditados, tais como o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA.

Tratamento de deliberações do TCU (posição 31/12/2017)

A Portaria ANA nº 313, de 02/10/2017, estabelece, no âmbito da Agência Nacional de Águas, o fluxo de tramitação da documentação proveniente dos órgãos de controle interno e externo, atribuindo à Auditoria Interna o papel de receber e examinar, preliminarmente, as demandas, como também proceder ao encaminhamento das providências aos demandantes, tanto as de sua competência quanto das outras Unidades Organizacionais da ANA.

No que se refere ao Tribunal de Contas da União (TCU), foi registrado no exercício de 2017 o encaminhamento de seis Acórdãos à Agência, com os respectivos relatórios e votos que os fundamentam. Desses, dois Acórdãos incluem determinações à ANA, enquanto quatro referem-se ao conhecimento de representações ou assuntos relacionados às suas atividades. Ressalva-se que as deliberações foram observadas e disseminadas às Unidades Organizacionais competentes, tratando-se em maior parte de ações a serem executadas ao longo dos próximos exercícios.

Outrossim, cabe salientar que a Agência recebe, periodicamente, ofícios diversos do TCU solicitando informações para subsidiar trabalhos de auditoria e fiscalização, representações feitas àquele órgão, como também visando ao monitoramento das providências tomadas a respeito de Acórdãos emitidos por aquela Corte. A esse respeito, em 2017, todas as solicitações de informações foram tempestivamente respondidas pela ANA. Entre os assuntos, apontam-se licitações e contratos, tecnologia da informação, multas administrativas aplicadas pela Agência, governança e gestão das organizações públicas federais, assim como temas relacionados à gestão hídrica nacional.

Deliberações do TCU pendentes de atendimento	
Unidade / Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
Gerência-Geral de Estratégia (GGES), Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF) e Superintendência de Fiscalização (SFI)	02*

*Referem-se aos Acórdãos TCU nº 1970/2017-Plenário e 2328/2017-Plenário, que tratam da consolidação das análises sobre a arrecadação de multas nos Relatórios de Gestão. Até 31/12/2017 não haviam sido ainda implementadas, pois tais informações só poderiam ser consignadas no presente Relatório de Gestão, elaborado no exercício de 2018.

Quadro da situação das deliberações do TCU de maior impacto*				
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Situação até 31/12/2017	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 1.970/2017 - TCU Plenário	9.1	Determina à ANA e outros órgãos que passe a incluir, em definitivo, nos Relatórios Anuais de Gestão informações relacionadas ao acompanhamento de multas aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas.	Em atendimento	As informações são consignadas no Relatório de Gestão que é elaborado a partir de janeiro/2018, resultando no

				presente documento.
Acórdão 2328/2017-TCU Plenário	1.6.1 e 1.6.3	Reitera a determinação do AC 482/2012-Plenário, para que a ANA inclua as planilhas padronizadas relativas à arrecadação de multas em seu respectivo Relatório de Gestão do exercício de 2016. Recomenda também à ANA que esclareça no Relatório de Gestão informações sobre multas pendentes de inscrição no Cadin e o elevado percentual de multas canceladas relativas ao exercício de 2015.	Em atendimento	As informações são consignadas no Relatório de Gestão que é elaborado a partir de janeiro/2018, resultando no presente documento.
Ofício 1014/2017-TCU/SEFTI (TC 014.448/2017-3)	12	Em despacho de 18/7/2017 (peça 23), o Ministro Augusto Nardes determinou cautelarmente ao Ministério da Integração que se abstinhasse de permitir novas adesões à ARP decorrente do PE SRP 19/2016. Determinou também à ANA e outros órgãos que se abstinhassem de firmar contratos decorrentes do aludido pregão, conduzido pelo MI, se ainda não o tivessem feito.	Atendido	A Superintendência de Tecnologia da Informação da ANA se absteve de aderir à Ata de Registros de Preços decorrente do PE SRP 19/2016, em atenção ao Ofício 1014/2017 do TCU (documento referência 88007/2017).

Tratamento de recomendações da CGU (posição 31/12/2017)

No que se refere às recomendações oriundas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), esse órgão de Controle Interno dispõe de um sistema informatizado denominado Monitor, que acompanha o plano de providências dos relatórios de auditoria expedidos e realiza a interlocução entre as Unidades Gestoras auditadas e a CGU.

No exercício de 2017 foi expedido o Relatório de Auditoria nº 201604727, relativo aos exames realizados sobre o Acordo de Empréstimo nº 8074-BR (INTERÁGUAS), firmado entre a ANA e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Não há recomendações do citado relatório pendentes de atendimento no Sistema Monitor.

Ainda em 2017 a CGU iniciou cinco trabalhos de auditoria na ANA, que são: a) auditoria de acompanhamento de gestão referente aos contratos terceirizados; b) auditoria acerca da implementação da ferramenta de análise de impacto regulatório (AIR); c) auditoria nas contas do Projeto PNUD BRA/15/001; d) auditoria sobre os controles internos relacionados à execução do 8º Fórum Mundial da Água; e e) auditoria de acompanhamento no Acordo de Empréstimo nº 8074-BR. No âmbito dessas ações de controle foram expedidas Notas de Auditoria com recomendações à Agência, que estão em fase de implementação e monitoradas via Sistema Monitor.

Recomendações pendentes de atendimento	
Unidade / Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
Área de Administração / SAF	14
Área de Gestão / Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (SIP)	01
Área de Planejamento / Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	05

Quadro da situação de atendimento às demandas da CGU*			
Origem	Nº do item e descrição sucinta da recomendação	Situação	Providências adotadas / justificativas para o não atendimento
Relatório de Auditoria nº 201406828	66453 - Recomenda-se que a Unidade Examinada regularize a cessão de uso gratuito da área ocupada por esta Agência bem como realize os registros no sistema SPIUnet do bem imóvel próprio da União e locado de terceiro sob pena de configurar desídia no que diz respeito às recomendações exaradas por esta CGU.	Em atendimento	A ANA encaminhou o Ofício nº 846/2015/SAF-ANA, de 20/10/2015, para a Secretaria de Patrimônio de União (SPU) contendo: plantas dos blocos administrativos; layout das instalações e planta da situação do complexo, com a finalidade de requerer o Contrato de Cessão Gratuita. Aguarda-se manifestação da SPU, sendo prorrogado, pela CGU, o prazo de atendimento, pois a solução depende de terceiros.
Relatório de Auditoria nº 201406828	66455 - Recomenda-se que a Unidade Examinada crie e estabeleça rotinas de avaliações de seus bens imóveis de acordo com Orientação Normativa SPU ON-GEADE-004 tendo em vista o saldo na conta Edifícios (1.4.2.1.1.01.00) em conformidade com o art. 14 da Lei 10.180/2001.	Em atendimento	A ANA elaborou minuta de Portaria que dispõe sobre a gestão do patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade. Aguardam-se a apreciação e aprovação pela nova diretoria.
Relatório de Auditoria nº 201406828	66456 - Recomenda-se que a Unidade Examinada realize uma análise (e se for o caso um saneamento) dos registros contábeis nas contas de bens imóveis: Edifícios; Imóveis a Registrar; Obras em Andamento; Reg. de Exerc.; Estudos e Projetos; Obras em Andamento; e Instalações. E, posteriormente, aplique as rotinas das Macrofunções SIAFI 02.11.07 e 02.03.30 a fim de que as informações ali registradas apresentem confiabilidade e fidedignidade espelhando a realidade dos fatos.	Em atendimento	Considerando que as contas patrimoniais ainda se encontram pendentes de regularização, em função de que todo o imóvel está outorgado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), qualquer alteração dos registros contábeis poderia gerar duplicidade de lançamentos. Além disso, a ANA está em tratativas junto à SPU visando à obtenção de Termo de Cessão de Uso Gratuito e aguarda resposta daquela Secretaria.

Relatório de Auditoria nº 201406828	66457 - Recomenda-se que a Unidade Examinada reavalie as rotinas delineadas no Termo de Cooperação nº 002/ANA/2012 com o objetivo de evitar que despesas (como aquelas relativas ao Contrato nº 030/ANA/2013) de responsabilidade de outros órgãos públicos sejam apropriadas nos Demonstrativos Contábeis da Agência.	Pendente	A CGU assim analisou a última manifestação da ANA: “Considerando a justificativa da unidade no sentido da impossibilidade de implementar a solução de anulação de despesas mediante emissão de GRU, reiteramos a recomendação, solicitando que a unidade avalie e encaminhe a esta CGU uma outra solução que possibilite o cumprimento da presente recomendação”.
Relatório de Auditoria nº 201406828	66463 – Recomenda-se que a ANA – em atenção ao princípio constitucional da eficiência e ao que dispõe a IN 04/2010, Art. 15 e o Decreto 2.271/1997, Art. 3º - inicie, de imediato, os procedimentos necessários para licitação dos serviços atendidos atualmente por meio do Contrato nº 52/2013, com a finalidade de substituí-lo o mais breve possível.	Atendida	Foram enviados os documentos que demonstram que a ANA deixou de demandar serviços baseados exclusivamente nas horas executadas pela empresa e, para isso, ajustou seu catálogo de serviços a fim de definir, previamente à execução, o custo de cada item de serviço que não é passível de ser mensurado em pontos de função.
Relatório de Auditoria nº 201413164	149677 – Recomenda-se que a Unidade examinada realize o acompanhamento da execução do Projeto por meio do SIAFI tendo em vista que o sistema deve espelhar a realidade da execução financeira do Programa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162828 - Aprimorar, tendo em vista a Instrução Normativa nº 04/2014/SLTI/MPOG, o processo de alocação de gestores e fiscais técnicos para os contratos de tecnologia da informação e comunicação.	Atendida	Foi definida metodologia de alocação de gestores que está sendo implantada. Documento de referência: Nota Técnica nº 1/2017/STI. Aguarda manifestação da CGU a respeito das providências tomadas pela ANA.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162829 - Com base no processo formalizado, readequar o quadro atual de gestores e fiscais técnicos.	Atendida	Foi definida metodologia de alocação de gestores que está sendo implantada. Documento de referência: Nota Técnica nº 1/2017/STI. Aguarda manifestação da CGU a respeito das providências tomadas pela ANA.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162830 - Promover capacitação, interna e/ou externa, sobre gestão e fiscalização de contratos de TI para os servidores com perfil de gestão e fiscalização técnica, respectivamente.	Em atendimento	Foi informado à CGU quanto a realização de curso de fiscalização e gestão de contratos administrativos na Administração Pública Federal – IN 2/08 e 4/14, contando com a participação de quatro servidores da

			Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). A CGU solicitou informações adicionais.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162831 - Providenciar de imediato o planejamento de novas contratações, em separado, para os serviços de sustentação de infraestrutura de TI e de apoio à gestão e governança de TI, nos moldes da IN MPOG/SLTI nº 04/2014, atentando para prever no termo de referência os aperfeiçoamentos e aprimoramentos propostos no item 1.1.1.2 do Relatório, que trata das fragilidades e vulnerabilidades detectadas nos controles, artefatos e procedimentos de gestão do contrato nº 75/2013 firmado com a CENTRAL IT.	Em atendimento	Foi informado à CGU que, para os serviços de apoio à gestão e governança de TI, foi assinado o contrato nº 55/ANA/2016 com a empresa TS Consultoria Ltda., tendo como objeto: Implantação, treinamento e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas e projetos com o uso de Plataforma de Apoio à Gestão. A CGU solicitou informações adicionais.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162832 - Em consonância com o princípio da economicidade e da vinculação ao instrumento convocatório, abster-se de renovar o Contrato nº 75/2013 firmado com a CENTRAL IT e encaminhar as demandas de apoio à gestão e governança de TI à empresa C.P.M. Braxis (Capgemini), tendo em vista o fato de que estes serviços se encontram no escopo do contrato nº 72/2013 e são ofertados a um custo unitário inferior, e prorrogar o contrato nº 72/2013 somente pelo tempo necessário à conclusão dos procedimentos licitatórios afetos às novas contratações que serão planejadas em atendimento à recomendação anterior, nos termos da Lei nº 8.666/1993.	Atendida	Foi enviado documento evidenciando a ausência de renovação contratual.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162833 - Considerando o conjunto de falhas verificadas no processo de planejamento da contratação da CENTRAL IT (contrato nº 75/2013), em cuja execução houve demanda, autorização e ateste de serviços prestados, cuja natureza não está prevista no Contrato nº 75/2013, no valor de aproximadamente R\$ 5.476.427,00, e também inclusão de novas tarefas no catálogo de serviços, contrariando as previsões do Edital do Pregão nº 090/2013/INPE, aumentando o risco de prejuízo ao caráter isonômico da contratação; as diversas falhas identificadas nos controles e procedimentos de acompanhamento e fiscalização do contrato nº 75/2013; o impacto financeiro resultante do uso de um mesmo catálogo de serviços para soluções de TI distintas; e considerando ainda o dano ao erário, estimado em R\$ 1.809.732,90, e o risco de prejuízos advindos de eventual manutenção da vigência dos contratos 72 e 75/2013, apurar a responsabilidade dos agentes gestores pelos	Em atendimento	O processo Administrativo Disciplinar tinha o prazo de 15/11/2017 para encerramento dos trabalhos e posterior apreciação pela Diretoria Colegiada da ANA, Instância máxima de decisão na Agência. Ainda não foram enviadas à CGU novas manifestações.

	atos administrativos que deram causa a todo o conjunto de impropriedades e irregularidades		
Relatório de Auditoria nº 201505340	162836 - Encaminhar à CGU cópias dos documentos e outros produtos que evidenciem a prestação dos seguintes serviços: a) Contrato nº 75/2013 (firmado com CENTRAL IT): serviços prestados durante toda a vigência do contrato (tarefas do tipo A, C e P); b) Contrato nº 72/2013 (firmado com C.P.M. Braxis): serviços do tipo A relacionados somente a apoio à gestão e governança de TI prestados durante toda a vigência do contrato. Organizar a listagem desses documentos em planilhas contendo, no mínimo, os seguintes dados: número do contrato; número e data de emissão da ordem de serviço; código e descrição das tarefas/atividades executadas; produtos gerados (documentos produzidos em cada tarefa/atividade); quantidade e valor unitário pago por cada produto; quantidade e valor total de cada ordem de serviço.	Atendida	A ANA encaminhou os seguintes documentos: Relatório no 3/2017/SAF - Documento no 00000.029040/2017-90; Relatório no 4/2017/SAF - Documento no 00000.029529/2017-61 e anexo; Relatório no 5/2017/SAF - Documento no 00000.029530/2017-96 e anexo.
Nota de Auditoria nº 78/2017 / CGIMA-DIV1	174446 - Excluir da planilha de custos de todos os contratos de serviços prestados sob a forma dedicação exclusiva de mão de obra celebrados no âmbito da Agência Nacional de Águas (ANA) o valor referente ao pagamento de plano de saúde, em observância ao que dispõe o parágrafo único do art. 6º, da Instrução Normativa n. 05/2017, bem como ao que preceitua os Pareceres n.s 015/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e 012/2016 /CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU	Em atendimento	A (SAF)/ANA manifestou-se por meio da Comunicação Interna – CI nº 163/2017/SAF, de 21/11/2017, informando sobre a adoção das providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 78/2017 / CGIMA-DIV1	174447 - Avaliar, no caso concreto, a necessidade de promover o ressarcimento dos valores já pagos a título de plano de saúde, podendo valer-se das balizas traçadas do Parecer n. 012/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, apresentando as exposições de motivos para os casos em que não forem tomadas ações reparadoras dos valores pagos às empresas contratadas.	Em atendimento	A SAF/ANA manifestou-se por meio da CI nº 163/2017/SAF, de 21/11/2017, informando sobre a adoção das providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 78/2017 / CGIMA-DIV1	174448 - Incluir, em seus próximos editais de licitação, cláusula que expressamente vede cotação, nas planilhas de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública ou não abranjam toda a categoria.	Pendente	Sem manifestação da ANA.

Nota de Auditoria nº 80/2017 / CGIMA-DIV1	174450 - Adotar, em relação à fase de gestão do contrato, os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2017, de modo a resguardar o interesse público e atender ao que dispõe o Parecer nº 06/2017/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.	Em atendimento	A SAF/ANA manifestou-se por meio da CI nº 165/2017/SAF, de 30/11/2017, informando sobre adoção às providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 80/2017 / CGIMA-DIV1	174451 - Adotar, quando da renovação contratual ou da concessão da repactuação/reajuste à empresa contratada, as garantias contratuais ao trabalhador na execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades estabelecidas pela Portaria n.º 409/2016.	Em atendimento	A SAF/ANA manifestou-se por meio da CI nº 165/2017/SAF, de 30/11/2017, informando sobre adoção às providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174456 - Promover a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, adequando a alíquota do ISS a 2,0%, em observância ao que dispõe o Decreto n. 25.508, de 19 de janeiro de 2005, art. 38, inciso I, alínea 'g', subitem 7.05, e a base de cálculo do adicional de insalubridade ao valor do salário mínimo, promovendo junto à empresa Engemil, o ressarcimento dos valores pagos em desconformidade desde o início da execução contratual, concedendo à contratada o contraditório e ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174457 - Promover a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, para o caso de a empresa Engemil ser optante pelo regime da desoneração da folha de pagamento, substituindo na planilha de custos a aplicação da alíquota de 20% sobre a remuneração devida ao empregado pela aplicação da alíquota de 3,5% sobre o faturamento mensal da empresa, concedendo à contratada o contraditório e ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174458 - Verificar junto à Procuradoria Federal dessa Autarquia Especial a possibilidade de, ao promover a revisão contratual, recuperar os valores pagos em desconformidade à empresa Engemil em virtude da opção pelo regime da desoneração da folha de pagamento em contrapartida da indicação na planilha de custos da alíquota de 20% sobre a remuneração, retroagindo à data em que produziu efeitos no Contrato n. 030/2013.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria	174459 - Aplicar, em relação à planilha de materiais, equipamentos e mão de obra	Pendente	Sem manifestação da ANA.

nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	para os serviços eventuais, o índice de reajuste a partir da tabela SINAPI tendo como referência a data da sessão pública, 03/04/2013, contando a anualidade a partir dessa data, e calcular o valor pago a maior desde a primeira repactuação contratual, 2014, e promover a glosa nas faturas vincendas, depois de conceder o contraditório e ampla defesa à empresa Engemil.		
Nota de Auditoria nº 89/2017 / CGIMA-DIV1	175001 - Promover, junto ao Contrato n. 009/2013, a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, excluindo da planilha de custos valores referentes à Súmula TST n. 444 e ao pagamento de adicional noturno no período das 05 (cinco) às 07 (sete) horas, adequando o valor contratual ao que estabelece à Lei n. 13.467/2017, concedendo à contratada o contraditório e ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 89/2017 / CGIMA-DIV1	175002 - Adotar para os demais contratos cuja jornada de trabalho adotada seja 12 X 36, a exemplo de brigadistas, a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, excluindo da planilha de custos valores referentes à Súmula TST n. 444 e ao pagamento de adicional noturno no período das 05 (cinco) às 07 (sete) horas, adequando o valor contratual ao que estabelece à Lei nº 13.467/2017, concedendo à contratada o contraditório e a ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.

*Recomendações qualificadas no Sistema Monitor da CGU como: estruturantes, com indicativo de reposição ao erário ou apuração de responsabilidade.

Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Não foram realizados trabalhos de auditoria no exercício de 2017 contemplando o escopo deste item.

5- Áreas especiais da gestão

5.1 - Regulação

Salas de Crise

A partir de um conjunto de informações geradas sobre os usos da água há a definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água em situações de conflito de uso e escassez hídrica, como ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Com o objetivo de promover o acompanhamento sistemático dos impactos sobre os usos da água em estreita articulação com os diferentes usuários, órgãos gestores da bacia e outras instituições interessadas, a Agência Nacional de Águas instalou e opera periodicamente Salas de Crise, que têm sido fundamentais para subsidiar a elaboração das sucessivas resoluções que definem a vazão mínima liberada pelos reservatórios. Em 2017 funcionaram Salas de Crise para o Sistema Hidráulico Paraíba do Sul, Bacia do rio São Francisco, Sistema Cantareira, Sustentabilidade da Hidrovia Tietê-Paraná e a Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins

Outorgas

As principais ações relativas à outorga que contribuíram para a consolidação e melhoria regulatória da ANA foram:

- Renovação da outorga do Sistema Cantareira (Resolução Conjunta ANA/DEAA nº 926/2017) e definição das condições de operação desse sistema (Resolução Conjunta ANA/DEAA nº 925/2017).
- Criação do Dia do Rio (Resolução Nº 1043/2017) com o objetivo de estabelecer medida de restrição de uso para captações em corpos d'água superficiais perenes de domínio da União na bacia hidrográfica do rio São Francisco, tendo em vista a situação de escassez hídrica na bacia.
- Definição de procedimentos para análise e emissão de outorgas de uso de recursos hídricos para diluição de efluentes domésticos, com a finalidade de esgotamento sanitário, em corpos hídricos de domínio da União (Resolução 2079/2017).
- Revisão das outorgas dos perímetros irrigados da CODEVASF (Resoluções nos 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 351 e 356).
- Implantação, em 06 de novembro de 2017 do Sistema Federal de Regulação de Usos – Regla, que simplifica o processo de solicitação de outorga, que passa a ser totalmente eletrônico e exige um conjunto mínimo de informações necessárias para a realização da análise, bem como também automatiza parte do processo de análise, o que reduz o prazo para emissão das outorgas.
- Articulação entre a ANA e a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE/MG para implementar ações com o objetivo de induzir e melhorar a atuação das prestadoras de serviços de saneamento em relação ao aumento do índice de cobertura e de tratamento de esgotos domésticos.
- Proposta de revisão da Resolução ANA nº 131/2003: revisão da Resolução ANA nº 131/2003, bem como o aperfeiçoamento dos seus procedimentos, orientados no Manual de DRDH e seus adendos, com base na experiência de análises técnicas de

aproveitamentos hidrelétricos já avaliados pela ANA, a atualização de normativos regulatórios e legais correlatos ao tema, bem como estudos de consultorias sobre exigências previstas no Manual de DRDH.

No ano de 2017, foram regularizados 2.547 usuários de recursos hídricos em corpos hídricos no domínio da União, sendo: 2.142 usuários outorgados diretamente pela ANA; 379 usos ou interferências que independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos, incluindo usos insignificantes, assim manifestadas pela ANA nos termos da Resolução ANA nº 1.175/2013, alterada pela Resolução ANA nº 1.403/2013 e, a partir de 30 de outubro de 2017, nos termos da Resolução ANA nº 1.940/2017; 26 usuários outorgados por órgãos delegatórios. Entre dezembro de 2013 a dezembro de 2017, foi alcançado o patamar de 95,3% (dez/2017) de análises concluídas frente aos pedidos recebidos em toda história da ANA.

Também em 2017, foram emitidas 20 DRDH pela ANA, sendo 18 declarações de reserva para Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH e 2 para Usinas Hidrelétricas. Além disso foram emitidos 7 atos para aproveitamentos hidrelétricos, sendo 1 conversão de DRDH em outorga, referente à PCH Tamboril; 1 renovação de outorga, da PCH Pery; e, 5 outorgas de direito para Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGH. Ressalta-se que as CGH estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização da ANEEL, podendo o interessado receber a outorga de direito de uso de recursos hídricos diretamente da ANA, devendo apenas ser comunicado ao poder concedente do potencial de energia hidráulica. Enquadram-se nesses casos os aproveitamentos de potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 5.000 kW (5 MW), conforme a Lei nº 13.360, de 17/11/2016, que modificou o art. 8º da Lei nº 9.074, de 07/06/1995.

Marcos Regulatórios e Alocação Negociada

Os Marcos Regulatórios são instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos complementares ao arcabouço legal existente, por meio dos quais são estabelecidos condições e critérios para os usos da água em um sistema hídrico específico. Tais condições e critérios, de natureza mais perene, orientam e delimitam as alocações de água realizadas anualmente. Em 2017 foram editados 10 marcos regulatórios em sistemas hídricos dos estados da Bahia e de Minas Gerais, e outros 11 nos estados de Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Pernambuco.

Outra boa prática executada pela ANA são os processos de Alocação Negociada de Água. Em 2017 foram estabelecidos 29 termos de Alocações Negociadas. A seleção dos sistemas hídricos onde são realizadas essas alocações de água é definida anualmente a partir do monitoramento dos estados hidrológicos dos diversos sistemas hídricos, particularmente daqueles situados em bacias críticas (Portaria nº 62/2013). O estado hidrológico de um sistema hídrico é caracterizado pelo cotejo entre a disponibilidade de água ao final do período chuvoso e a demanda de água efetivamente estabelecida.

A implementação dos processos de Alocação de Água tem contribuído claramente para mitigar conflitos existentes e melhorar a convivência dos usuários de água nos diversos sistemas hídricos. Acredita-se que tais benefícios decorrem, além da presença sistemática do estado e de entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, também da transparência dedicada ao processo, que pode ser traduzida no compartilhamento de informações e na participação dos interessados nas decisões acerca do gerenciamento dos recursos hídricos locais.

Segurança de Barragens

Os principais destaques das regulamentações de segurança de barragens foram: o cadastro das barragens fiscalizáveis pela ANA, Resolução ANA nº 236/2017; Resolução ANA 132/2016, que

estabelece critérios complementares de classificação de barragens fiscalizáveis pela ANA quanto ao Dano Potencial Associado; Resolução ANA nº 236/2017, que estabeleceu a periodicidade de execução ou atualização, a qualificação dos responsáveis técnicos, o conteúdo mínimo e o nível de detalhamento do Plano de Segurança da Barragem, das Inspeções de Segurança Regular e Especial, da Revisão Periódica de Segurança de Barragem e do Plano de Ação de Emergência, conforme os artigos 8º, 9º, 10, 11 e 12 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

Além disso, houve publicação de 127 Resoluções de classificação de barragens quanto à Categoria de Risco e ao Dano Potencial Associado (22 em 2016 e 105 em 2017).

Foram elaborados os Relatórios de Segurança de Barragens de 2011, 2012/2013, 2014, 2015, 2016 e iniciou-se o processo de elaboração do RSB 2017.

Houve a entrada em operação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB (<http://www.snisb.gov.br/>).

Foi publicado o Manual do Empreendedor, composto pelos seguintes volumes: I – Instruções para apresentação do Plano de Segurança de Barragem; II – Guia de Orientação e Formulários para Inspeções de Segurança de Barragem; III – Guia de Revisão Periódica de Segurança de Barragem; IV – Guia de Orientação e Formulários dos Planos de Ação de Emergência; V – Diretrizes para a Elaboração de Projetos de Barragens; VI – Diretrizes para a Construção de Barragens; VII - Diretrizes para a Elaboração do Plano de Operação, Manutenção e Instrumentação de Barragens; VIII – Guia Prático de Pequenas Barragens. Além deste Manual, a ANA publicou o Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para Entidades Fiscalizadoras.

Os principais desafios para a regulação na ANA passam pela adequação de mecanismos tradicionais de regulação (Agenda Regulatória, Avaliação de Impacto Regulatório, Avaliação de Estoques Regulatórios) à regulação de usos num modelo de governança no qual a ANA não dispõe do poder decisório pleno (exemplo: dupla dominialidade das águas).

Em relação à regulação de segurança de barragens, todos os normativos previstos na legislação estão regulamentados, cabendo à Agência as melhorias decorrentes das avaliações *ex-post* dos impactos regulatórios ou regulamentar procedimentos que possam dar maior segurança regulatória aos empreendedores.

Sobre a regulação da adução de água bruta, como no caso da Operação do Plano Integrado do São Francisco – PISF há desafios muito significativos, principalmente em relação à complexidade do processo regulatório em si, que envolve entes federativos, e em relação às capacidades técnicas atualmente existentes na ANA, que apresenta um número muito reduzido de economistas, contadores, e especialistas em regulação tarifárias.

5.2 - Fiscalização

Os procedimentos de fiscalização de uso de águas estão estabelecidos em normativos internos (Resolução ANA nº 662/2010 e Portaria nº 30/2011) e visam a verificação do cumprimento de termos e condições previstas na outorga e/ou em regulamentos concernentes ao uso dos recursos hídricos, a identificação e autuação de usuários irregulares e a garantia do uso múltiplo das águas. Têm caráter preventivo e corretivo/repressivo, visando estimular o cumprimento da legislação pelos usuários e, ao mesmo tempo, informar sobre os preceitos legais e os procedimentos administrativos necessários para sua regularização.

Independentemente do planejamento anual para execução das ações de fiscalização, a ANA tem atuado de forma mais intensificada nas regiões atingidas pela crise hídrica, a exemplo do semiárido do Brasil.

Além disso, a ANA vem testando novas tecnologias que possibilite o monitoramento do uso das águas e o apoio as ações de fiscalização, que são: imagens de satélites de alta resolução,

sobrevoos utilizando aeronaves de asa alta e helicópteros, e Veículos Aéreos Não tripulados - VANTs, que permitem a identificação e caracterização de áreas irrigáveis e possíveis usuários irregulares, otimizando o planejamento e a execução das ações de fiscalização em campo. Para viabilizar esta atividade a ANA celebra parceria e contratos com instituições e empresas especializadas.

Visando fortalecer a execução das ações de regulação e gestão das águas na bacia hidrográfica do Rio Piranhas Açú, a ANA contratou Empresa que desenvolve ações como monitoramento e cadastro de usuários de água, medições de vazão em trechos de rio, acompanhamento de manobras de operação de reservatórios, identificação de obstruções em rios e visitas técnicas em barragens. O contrato tem apoiado significativamente as ações de fiscalização na bacia.

De 24 e 25 de maio de 2017, foi realizada, em Brasília/DF, oficina de fiscalização de uso das águas, com o objetivo de discutir e avaliar as ações desenvolvidas pelos estados e pela ANA com relação a fiscalização de uso de recursos hídricos, bem como proporcionar a integração de procedimentos e metodologias de fiscalização, e definição de estratégias conjuntas que orientem e otimizem as ações de fiscalização. Essa atividade proporcionou maior integração entre a ANA e os órgãos fiscalizadores dos Estados. Participaram 30 representantes de 26 Estados, 8 representantes de instituições federais convidadas e 13 representantes da ANA, totalizando 51 participantes.

Com o objetivo de regularizar o lançamento de efluentes de alguns municípios, a ANA firmou protocolos de Compromisso, nos quais são definidas metas a serem atingidas pelo usuário até a implementação de estações de tratamento de esgotos. Assim, estão sendo acompanhados 11 protocolos de compromissos (PCs), são eles: COPASA Pirapetinga/MG, SAAE de Barra Mansa/RJ, SEMASA Carangola/MG, Prefeitura Municipal de São José do Barreiro/SP, Prefeitura Municipal de Areias/SP, CEDAE de Itaperuna/RJ, Prefeitura Municipal de Natividade/RJ, Prefeitura Municipal de Porciúncula/RJ, COPASA Divino/MG; SANEPAR/ETE Santo Antônio do Sudoeste (Curitiba/PR); e Suzano Papel e Celulose S.A. (Mucuri/BA). A experiência com esses PCs contribuiu para a proposição de uma nova resolução de outorga para lançamento de efluentes domésticos, estabelecendo pré-condições para o sucesso de novos PCs, como a existência de serviços de saneamento institucionalizados e projetos.

A ANA aderiu a ATA de Registro de Preço nº 1.2/2017, Pregão Eletrônico nº SRP 2/2017, celebrada entre o Comando do 1º Grupamento de Engenharia/Exército Brasileiro/Ministério da Defesa e a empresa Two Táxi Aéreo, e após autorização, contratou a mencionada empresa para realização de transporte aéreo em apoio as ações de fiscalização desenvolvidas pela ANA, utilizando avião de asa alta.

Ainda para o apoio as atividades de fiscalização em campo e em caso de emergência, firmou parceria com o Comando Maior da Aeronáutica – COMAER por meio de Termo de Execução Descentralizada para realização de sobrevoos. Neste caso, com a possibilidade de utilizar diversos tipos de aeronaves.

A atuação continuada da ANA na região do semiárido brasileiro, nos últimos anos, possibilitou aumento no período de atendimento dos usos prioritários estabelecidos por lei até a chegada de novo período das chuvas na região.

Vale destacar, ainda, que as atividades de fiscalização de uso têm permitido reduzir a utilização dos recursos hídricos sem as devidas outorgas.

As principais entregas em 2017.

Neste ano, foram realizadas 34 campanhas de fiscalização de uso dos recursos hídricos e vistoriados 510 usuários, nas bacias hidrográficas dos Rios São Marcos (estados MG e DF), Verde Grande (estados MG e BA), São Francisco (estados de MG, BA, PE, SE e AL), Piranhas Açú (estados da PB e RN), Pardo (estados de MG e BA), Javaés (estados de TO e GO), Açude Epitácio Pessoa

(Boqueirão/PB) e do entorno do DF. O principal uso fiscalizado nas mencionadas bacias foi a irrigação. Com exceção, da Bacia do Rio Paraíba do Sul em que os principais usos são indústria e saneamento.

Além das campanhas em campo, foram realizados 03 (três) sobrevoos, dois na bacia hidrográfica do Rio Piranhas açú (incluindo o reservatório Epitácio Pessoa- Boqueirão/PB), e um na região do Rio Descoberto/DF, para reconhecimento das regiões e dos usos da água e possibilitando o direcionamento de ações de fiscalização nas regiões.

Outro procedimento de fiscalização adotado pela ANA é o monitoramento do uso das águas por meio da Declaração Anual de Uso dos Recursos Hídricos – DAURH em bacias críticas. Nestas bacias é solicitado aos grandes usuários a instalação de sistema de monitoramento dos volumes captados. A DAURH possibilita conhecer o real uso de recursos hídricos nas bacias ou regiões hidrográficas especificadas e foi regulamentada pela Resolução ANA nº 632/2015. A atuação contínua desta Agência na orientação ao usuário sobre a necessidade de controle efetivo das vazões captadas por meio da instalação dos sistemas de medição de vazões e envio da DAURH, possibilitou observar uma evolução nos dados de volumes medidos pelos usuários enviados à ANA.

As informações obtidas com a avaliação da DAURH são importantes no planejamento de ações de fiscalização e regularização de usuários de recursos hídricos.

No âmbito do contrato de empresa para apoio à execução de ações de regulação e gestão das águas na bacia do rio Piranhas Açú, foram realizados mais de 200 cadastros de usuários de água, monitorado o uso das águas de aproximadamente 100 usuários, além da realização de manobras para medidas de vazão e do nível d'água

O agravamento da crise hídrica

A ANA tem atuado de forma mais intensificada nas regiões atingidas pela crise hídrica, a exemplo do semiárido e sudeste do Brasil.

Piranhas Açú

A bacia hidrográfica do rio Piranhas Açú concentrou 44% das ações de fiscalização durante ano de 2017, em função da baixa disponibilidade hídrica dos açudes que perenizam o rio, provocando risco de abastecimento público nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além dos impactos negativos na agricultura familiar e pecuária.

Para preservar e prolongar a disponibilidade hídrica na região, garantindo os usos prioritários estabelecidos por lei, a ANA e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos vêm estabelecendo regras de restrição de uso da água na bacia. Para tanto, foram realizadas aproximadamente 300 vistorias para verificar o cumprimento dessas regras de restrição e aplicados mais de 100 Autos de Infração.

Para o Alto Piranhas, as ações foram realizadas em parceria com os órgãos gestores estaduais da Paraíba – AESA e do Rio Grande do Norte – IGARN, e contou com o apoio da Polícia Militar e da polícia Ambiental destes estados. Foram ações voltadas para apreensão de bombas de captação de água em cumprimento à suspensão da irrigação e aquicultura na região, a desobstrução do rio e fechamento de canais ao longo das margens, para melhorar o fluxo da água.

Como resultado das ações de fiscalização, foi possível manter o abastecimento de municípios e de comunidades - a água do rio Piranhas abastece o Sistema Curema-Sabugi, que leva água a Patos (PB), abastece ainda a cidades de Pombal (PB) e São Bento (PB), além das comunidades difusas ao longo do rio. Assim, foi possível reduzir a defluência dos reservatórios Curemas e Mãe d'Água, para cerca de 2.000 m³/s, adiando a chegada ao volume morto desses reservatórios, o que implicaria em desabastecimento de uma população de aproximadamente 300 mil pessoas.

Na região do Baixo Açu, também foram realizadas campanhas de fiscalização em conjunto com o órgão estadual do Rio Grande do Norte – IGARN, para averiguar o cumprimento das regras de restrição de uso estabelecidas no trecho a jusante do açude Armando Ribeiro Gonçalves, por meio da Resolução Conjunta ANA/IGARN 1202/2015, posteriormente substituída pela Resolução Conjunta ANA/IGARN 1932/2017. Nesse trecho da bacia hidrográfica pode-se, ainda, utilizar água para irrigação, sendo os usos dos maiores usuários acompanhados por meio do monitoramento dos sistemas de medição instalados (horímetros ou hidrômetros).

Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão)

As ações da fiscalização, no Açude Boqueirão, também foram realizadas em conjunto com a AESA, para averiguar o cumprimento da Resolução Conjunta ANA/AESA 1292/2017, que define restrições de uso da água. Cabe citar que usos não prioritários estavam suspensos, mas a reavaliação do cenário hídrico, com a chegada das águas da transposição do rio São Francisco, resultou na permissão de usos de subsistência (irrigação de 0,5 ha por propriedade) e suspensão do racionamento em Campina Grande.

São Francisco

Em função do agravamento da escassez hídrica na Bacia a ANA publicou a Resolução ANA nº 1043/2017 prorrogada pela Resolução 2219/2017 que estabeleceu a restrição de uso em dia específico “Dia do Rio”, sendo assim, a SFI vem acompanhando o cumprimento da referida restrição por meio das ações de fiscalização em campo e o monitoramento dos valores registrados nos medidores de energia de cada ponto de captação outorgado.

Além disso, foi realizada articulação com polícia ambiental e com os estados para parcerias e encaminhamento de denúncias qualificadas a ANA, no caso de constatarem flagrante de uso irregular de água no Dia do Rio.

Verde Grande

Nesta bacia hidrográfica, as ações de fiscalização em campo focaram na averiguação do cumprimento das restrições de vazões outorgadas e suspensão de uso, de acordo com o Nível do rio, com base nos normativos da ANA e no pactuado com os usuários nas reuniões de alocação negociada da água. Também foi realizado intenso acompanhamento do uso das águas, via escritório, por meio da avaliação de dados de leitura de hidrômetros e horímetros, enviados pelos usuários à ANA.

Acompanhamento da implementação e operação dos aproveitamentos hidroelétricos

Em relação aos aproveitamentos hidroelétricos, a ANA acompanha a implementação dos mesmos e a posterior operação com o objetivo de verificar o cumprimento das condicionantes de outorga. A exemplo das ações realizadas nos empreendimentos UHEs de Jirau, Santo Antonio e Tucuruí o acompanhamento das condicionantes de outorga gerou autuações para regularização. Quanto a UHE Belo Monte tem sido realizado acompanhamento sistemático do cumprimento das condicionantes da outorga e das condições de operação do empreendimento.

Principais desafios e entregas previstas para o exercício de 2018.

Entregas previstas no âmbito da de fiscalização de Uso de Recursos Hídricos:

- O desenvolvimento do sistema de Fiscalização o qual permitirá o registro e acompanhamento das ações de fiscalização bem como das notificações aplicadas aos usuários irregulares
- Revisão da Resolução 662/2010 que estabelece os procedimentos de fiscalização. – Com a aplicação dos procedimentos previsto nesta resolução foi possível identificar ajustes que estão sendo propostos para adequar a realidade vivenciada.
- Publicação do manual de fiscalização para publicidade dos procedimentos de fiscalização utilizados pela ANA.

- Adequações de procedimentos de fiscalização das condições de outorga e condições operativas dos aproveitamentos hidrelétricos.

Principal desafio

- O quantitativo reduzido de servidores na área para atuar em todo o País;

5.3 – 8º Fórum Mundial das Águas.

O Fórum Mundial da Água é o principal evento sobre recursos hídricos na agenda internacional e reúne chefes de estado e representantes de governos, representantes de empresas privadas, organizações não governamentais, academia, bem como instituições internacionais e sociedade civil para debates em sessões estruturadas, de forma a contribuir para o diálogo global sobre o uso racional e sustentável desse recurso. O evento é organizado a cada três anos pelo Conselho Mundial da Água e por um país/cidade anfitriã, e contribui para o diálogo do processo decisório sobre água em nível global, visando o uso racional e sustentável desse recurso. Sua primeira edição aconteceu em 1997, na cidade de Marrakesh, no Marrocos.

Em 2012, o Brasil, por meio do Governo Federal, do Governo do Distrito Federal, da Seção Brasil do Conselho Mundial da Água e da Agência Nacional de Águas (ANA), apresentou sua candidatura para sediar o 8º Fórum Mundial da Água em 2018, apontando Brasília como a cidade mais preparada para hospedar o evento. A proposta, apresentada durante o 6º Fórum Mundial da Água, na cidade de Marselha, França, foi aprovada em fevereiro de 2014, dando início ao planejamento do evento. O 8º Fórum será a primeira edição na história a realizar-se no hemisfério sul.

O país anfitrião do Fórum define e coordena, em articulação com o Conselho Mundial da Água, um amplo debate global sobre a água e, nessa condição, exerce um papel estratégico nas discussões sobre soluções e políticas para a gestão dos recursos hídricos no planeta. O evento reúne as mais altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico, usuários e a sociedade civil em um amplo processo de troca de experiências sobre o tema, subsidiando o aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos e sua inserção no desenvolvimento econômico e social em bases ambientalmente sustentáveis.

O Brasil assinou Memorando de Entendimentos (MoU) em abril de 2015 e esse documento definiu o modo pelo qual o Conselho Mundial da Água e o Brasil devem cooperar na preparação, organização e acompanhamento dos resultados desta edição. Posteriormente, em 2016, com a assinatura de uma nova versão do Memorando (processo ANA 02501.001794/2016), a ANA assumiu, juntamente com o Conselho Mundial da Água, o Governo do Distrito Federal e a ADASA, a corresponsabilidade pela organização e realização do evento, arcando com compromissos relevantes, inclusive financeiros.

Escopo dos Trabalhos

Uma das três fases do Fórum é a semana de diálogos e debates que acontecerá na cidade de Brasília entre os dias 18 e 23 de março de 2018 e que tem público estimado de 40.000 pessoas de todas as partes do mundo, dentre altas autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico e a sociedade civil. As atividades da oitava edição terão lugar no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, que abrigará as sessões técnicas, políticas e ministeriais, e no Estádio Nacional Mané Garrincha, onde serão montadas a Feira e a Expo, bem como a Vila Cidadã.

A Agência Nacional de Águas está diretamente envolvida no processo preparatório e de organização do 8º Fórum Mundial da Água, tanto no âmbito técnico quanto no operacional. Atualmente, o papel de Secretariado do 8º Fórum Mundial da Água está sob a incumbência da

ANA, o que à Agência uma série de atribuições e responsabilidades no que se refere à realização do evento.

Em novembro de 2016, foi instituído o Comitê Executivo (CE8F) da ANA para apoiar o 8º Fórum Mundial da Água, Portaria ANA nº 63/2017, posteriormente alterada pela Portaria nº 113/2017. O comitê é composto por servidores da ANA com dedicação parcial e integral.

Ações / Resultados

Para a consecução do 8º Fórum Mundial da Água, foram realizadas diversas ações ao longo do exercício em tela. No orçamento geral da ANA, foi destinado, com diárias e passagens, de servidores federais e/ou colaboradores, para a participação em eventos relacionados ao Fórum, conforme detalhamento no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Diárias	176.686,27
Passagens	191.820,19
TOTAL	368.506,46

Dentre os contratos firmados, destaca-se a contratação de empresa para prestação de serviços de apoio na realização do 2nd Stakeholders Meeting, realizado em Brasília, que se trata de um evento de preparação para a o 8º Fórum Mundial da Água. Durante o evento, as partes interessadas se reuniram para discutir os processos do Fórum, aspectos logísticos, arranjos institucionais e questões políticas e administrativas relevantes para a preparação do evento.

Outro destaque deve ser dado ao contrato firmado com a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC, para a prestação de serviços de comunicação que compreendem serviços de produção de conteúdo multimídia, veiculação e transmissão em televisão, rádio e internet, visando a promoção do 8º Fórum e buscando a sensibilização da população quanto ao tema água.

O quadro a seguir apresenta um detalhamento dos instrumentos que foram firmados no exercício em questão:

AÇÕES	VALOR (R\$)
Realização do 2nd Stakeholders Meeting em Brasília do 8º Fórum Mundial da Água – Peigon Produções Culturais Ltda. (evento para 1.000 pessoas no Centro de Convenções Ulysses Guimarães)	1.792.913,13
Patrocínio para o projeto Green Move Festival	100.000,00
Parceria com o Ministério das Relações Exteriores - MRE - (Apoio a reunião preparatória do processo político)	41.000,00
Comunicação para o 8º Fórum Mundial da Água (Monumenta Comunicação e Estratégias Sociais Ltda.)	693.769,21
Contratação da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC	1.799.750,93

Outras iniciativas foram desenvolvidas por meio dos Projetos de Cooperções com Organismos Internacionais, como PNUD e Unesco, de forma a viabilizar a realização e/ou participação em encontros das comissões, participação em eventos preparatórios, contratação de consultores etc. No quadro a seguir pode-se verificar os valores que foram executados no escopo de cada projeto:

PROJETO	ATIVIDADE	VALOR (R\$)
PNUD	Projeto de apoio a Agência Nacional de Águas em atividades relacionadas ao planejamento das ações da ANA para implementação do 8º Fórum; atividades relacionadas ao processo temático do Fórum; ações relacionadas a agenda de eventos associados e paralelos ao Fórum; ações voltadas ao desenho e dimensionamento da participação da ANA na estrutura temática dos eventos preparatórios do Fórum.	3.150.197,15
BRA/13/008-A121	Participação de Instituições Relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos da América Latina e Caribe nas Ações Preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água	588.896,16
BRA/13/008-A125	Participação de Instituições Relacionadas à Gestão de Recursos hídricos nos Estados Membros da CPLP em Ações Preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água de 2018 - "CPLP Rumo à Brasília"	471.518,40
586RLA2001	Serviços de consultoria de pessoa física para apoio à coordenação da comunicação do 8º Fórum Mundial da Água.	131.551,62
586RLA2001	Apoio e participação no Encontro dos Organismos de Bacia da América Latina – RELOB	388.786,45

Além disso, o 8º FMA foi apresentado formalmente em 122 eventos, sendo 84 nacionais e 38 internacionais ao longo de 2017 e com isso, foram cerca de 73.700 mil pessoas mobilizadas e sensibilizadas sobre o evento.

Observa-se também que foram investidos esforços na realização de diversas frentes de trabalho para viabilizar a realização do 8º Fórum. Como pode ser destacada a inicialização dos processos de licitação para contratação de materiais e equipamentos que serão utilizados na elaboração e construção dos espaços em que serão realizados o evento; a participação periódica em reuniões do Comitê Organizador Nacional (CON) e Internacional (ISC); reuniões estruturais de organização do evento etc.

Ademais, para o exercício 2018, estão em curso outros processos de contratações para organização, execução, divulgação e realização do 8º Fórum Mundial da Água, como por exemplo tendas, pisos, geradores, climatização, gradil e fechamento, banheiros, detectores de metal, aparelhos de raio X e o Espaço Brasil.

Todos os esforços do CE8F estão sendo direcionados para a realização do 8º Fórum Mundial da Água, com excelência e de forma que o Brasil seja referência

5.4 - Gestão de Pessoas

A Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003 e a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, definem um quadro efetivo de pessoal de 395 servidores na ANA, assim discriminados: 84 Analistas Administrativos, 239 Especialistas em Recursos Hídricos, 27 Especialistas em Geoprocessamento e 45 Técnicos Administrativos. O quadro a seguir demonstra a composição da força de trabalho da UJ, bem como os ingressos e egressos no exercício de 2017:

Quadro 8 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	399	339	21	12
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	399	339	21	12
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	399	307	14	7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		10		2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		5	2	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		17	5	2
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		34	3	6
4. Total de Servidores (1+2+3)		373	24	18

Quadro 9 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	104	235
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	104	235
1.1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	89	218
1.1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	5	5
1.1.3. Servidores de carreira em exercício provisório		5
1.1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	10	7
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	22	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	126	247

Obs: Os servidores cedidos e afastados foram considerados como atividade meio.

Quadro 10 – Detalhamento da Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	180	176	37	38
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	180	176	37	38
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		117	25	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		5		2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		17	6	3
1.2.4. Sem Vínculo		34	6	9
1.2.5. Servidores de Carreira em Exercício Provisório		3		
1.2.6. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	180	176	37	38

5.4.1 Qualificação e capacitação da força de trabalho

A política de capacitação e desenvolvimento dos servidores no âmbito da ANA visa oferecer os conhecimentos, as aptidões e o preparo resultantes desse processo, em sua maioria, para o desempenho de funções técnicas e gerenciais. Anualmente, os servidores participam de processo seletivo simplificado do Programa de Formação Avançada (pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*), tendo um número mínimo de candidatos inscritos, haja vista o alto nível de formação que eles apresentam.

A seguir os números referentes à capacitação de servidores no exercício de 2017:

Quadro 11 - Público-alvo do plano anual de capacitação (servidores em exercício na ANA):

Especialista em Recursos Hídricos	183
Especialista em Geoprocessamento	24
Analista Administrativo	40
Técnico Administrativo	23
Servidores sem vínculo	35
Outros (requisitados/redistribuídos/exercício provisório/exercício descentralizado)	34
Procuradores	4
TOTAL DE SERVIDORES	343

Obs.: Os servidores cedidos e afastados não foram considerados como público-alvo.

- **Pós-Graduação (Processo seletivo interno de 2016, para início do exercício em 2017):**
 - Especialização: 3
 - Mestrado: 2
 - Doutorado: 0
- **Dados Gerais da Capacitação dos servidores da ANA em 2017:**
 - Total de servidores capacitados: 312
 - Total de eventos de capacitação realizados: 190
 - Carga Horária média por servidor: 90,21 horas
 - Carga horaria total em eventos de capacitação: 30.943 horas
- **Cursos ofertados na formação essencial, técnica-especializada e gerencial:**
 - ANA – 140 eventos de capacitação foram ofertados pela Agência (858 participações);
 - Patrocínios da ANA – 10 eventos foram realizados por meio de patrocínios da ANA (74 participantes), com destaque do XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, realizado em Florianópolis/SC (18 participantes);
 - USACE – 1 cursos realizados pelo Exército Americano, ofertado pelo DNIT em parceria com a ANA (8 participantes);
 - USGS – 13 cursos realizados pelo U.S. Ecological Survey (8 participantes);
 - Casa Thomas Jefferson – capacitação em língua inglesa para os servidores da Casa (106 servidores capacitados).

Quadro 12 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017										
	2016										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017	59.634.817,33	3.730.249,93	5.318.220,37	1.795.890,79	1.893.066,46	650.949,11			2.374,80	73.025.568,79
	2016	53.634.308,73	3.365.920,39	5.051.443,62	1.700.214,40	1.864.265,79	637.169,39			2.374,80	66.255.697,12
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2017		1.266.017,52	144.576,20	47.965,70	14.514,36	6.519,80				1.479.593,58
	2016		1.246.733,78	107.428,29	29.672,71	24.963,00	6.321,51			3.724,43	1.418.843,72
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017		4.786.982,69	373.447,93	124.762,86	245.132,64	13.513,41			41.976,88	5.585.816,41
	2016		4.609.116,13	404.223,68	138.031,70	211.186,26	24.892,00				5.387.449,77
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	2.740.167,80		250.845,55	86.124,61	75.796,35	33.114,02				3.186.048,33
	2016	2.592.757,53		204.648,05	66.828,20	80.579,85	31.645,97				2.976.459,60
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017										0,00
	2016										0,00

Fonte: SIAPE

2017		62.374.985,13	9.783.250,14	6.087.090,05	2.054.743,96	2.228.509,81	704.096,34	0,00	0,00	44.351,68	83.277.027,11
2016		56.227.066,26	9.221.770,30	5.767.743,64	1.934.747,01	2.180.994,90	700.028,87	-	-	6.099,23	76.038.450,21

Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Não há, no âmbito da Agência, controles e ou mecanismos que visem detectar possíveis acumulações de cargos, funções ou empregos públicos. Para esse fim, são adotadas imediatas providências tão logo venham a ser apontadas irregularidades, seja por parte da Auditoria Interna – AUD/ANA ou oriundas de outros órgãos de controle externo: Secretaria de Federal Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República – SFCI/CGU/PR e Tribunal de Contas da União – TCU.

Ressaltamos que, quando da investidura de servidores nos cargos das carreiras da Agência, aprovados em concurso público, os mesmos declaram em formulário próprio a condição de não acumulação de cargos, funções ou empregos públicos, com vista a dar fiel cumprimento ao contido no art. 133 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

No mês de dezembro de 2015, uma nova forma de avaliar os servidores da ANA passou a ser desenvolvida em parceria com a Fundação Dom Cabral, através do Projeto DesenvolveRH, que teve por objetivo a implementação do modelo de desenvolvimento de pessoas com base em competências na agência. O projeto visa proporcionar à Agência desenvolver novas políticas e instrumentos de gestão de pessoas com base em competências.

A ANA deu continuidade à execução do Projeto DesenvolveRH nos anos de 2016 e 2017, visando a criação de um programa de desenvolvimento baseado na metodologia de gestão por competências. Para tanto, o contrato firmado com a Fundação Dom Cabral - FDC (Contrato nº 059/2015), foi prorrogado. O projeto avançou até a fase de Avaliação de Competências da ANA. A Agência entende que este programa representa um grande avanço para a instituição, tendo em vista que a utilização dessa metodologia identifica os pontos de excelência e os pontos de carência, suprimindo lacunas e agregando conhecimentos, com base em critérios mensuráveis para melhor aproveitamento e valorização das capacidades existentes.

Situação do cumprimento das obrigações impostas pela lei nº 8.730/93

Análise Crítica

A Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA veicula comunicado destinado aos servidores da Agência, com vista ao cumprimento da apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme aludem as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993.

A declaração deverá ser preenchida em formulário em papel, reproduzido a partir do modelo que constitui o ANEXO I da IN-TCU nº 67, de 6 de julho de 2011, devidamente assinada e entregue na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGEP/SAF, ou eles poderão apresentar autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei nº 8.429, de 1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei nº 8.730, de 1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do ANEXO II da IN-TCU.

No exercício de 2017, apenas 2 (dois) servidores apresentaram as declarações reproduzidas de acordo com o modelo do ANEXO I. Os demais servidores autorizaram o acesso aos dados de bens e rendas, mediante o preenchimento do formulário ANEXO II.

Quadro 13 - Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da uj, da obrigação de entregar a declaração de bens à Receita Federal.

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

5.5- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir, denominado Gestão Ambiental, está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Quadro 14 – Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço: http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outros/PlanodeGestãodeLogisticaSustentavel-PLS.pdf	X	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço: http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/outros/PlanodeGestaodeLogisticaSustentavel-PLS.pdf	X	
9	Relatório de Gestão Ambiental 2017, nominamos de Balanço Anual da Ações Sustentáveis 2017 e está disponibilizado. http://a3p.ana.gov.br/Paginas/A3PnaANA.aspx		

Considerações gerais:

Na Resolução nº 1.934, de 30 de outubro de 2017, foi aprovado o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Águas – ANA, a COSUS permanece subordinada ao Gabinete do Diretor Presidente da ANA, com o objetivo precípuo de propor e implementar práticas sustentáveis no âmbito da ANA em articulação com outros órgãos do Governo Federal. Em linhas gerais possui

entre os seus objetivos buscar a sustentabilidade socioambiental no ambiente de trabalho por meio da construção de uma nova cultura institucional, em que haja inserção de princípios e critérios socioambientais em atividades rotineiras e divulgação de boas práticas socioambientais à população de um modo geral, por meio da educação ambiental.

A COSUS coordena e monitora o Plano de Gestão de Logística Sustentável- PLS. Uma Ferramenta de Gestão Sustentável da Agência Nacional de Água – ANA, com o objetivo principal de estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística, visando reduzir impactos socioambientais negativos decorrentes das atividades do dia a dia. A seguir, estão descritos os Planos de Ação – PA propostos no PLS:

- Plano de Ação - Gestão dos Recursos Naturais: Água e Energia;
- Plano de Ação - Gestão de Telefonia;
- Plano de Ação - de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC;
- Plano de Ação - Gestão dos resíduos gerados;
- Plano de Ação - Gestão do copo descartável;
- Plano de Ação - Gestão do papel;
- Plano de Ação - Deslocamento de Pessoal - Meios de Transporte;
- Plano de Ação -Gestão das Compras (Equipamentos e Mobiliários Sustentáveis);
- Plano de Ação - Gestão do almoxarifado Sustentável;
- Plano de Ação - Gestão de licitações sustentáveis;
- Plano de Ação - Gestão de Contratações Sustentáveis;
- Plano de Ação – Qualidade de vida no Trabalho; e
- Plano de Ação – Iniciativas de Capacitação e Comunicação.

Em relação aos planos de ação propostos, acima elencados, relatam-se os seguintes resultados apresentados:

Gestão dos Recursos Naturais: Água e Energia

Com a permanência dos baixos níveis de acumulação de água nos reservatórios que abastecem o Distrito Federal e o agravamento da crise hídrica local, observada ao longo dos últimos anos, a Agência Nacional de Águas intensificou ações internas e conseguiu uma redução de 183 m³ no consumo de água do Complexo Administrativo do SPO, considerando somente os valores de consumo do mês de janeiro 2017, quando se deu o início ao racionamento de água no Distrito Federal e o mês subsequente.

A partir do levantamento de dados existentes desde agosto de 2013 sobre o consumo de água no Complexo, foi possível identificar os gargalos existentes e que impediam um melhor aproveitamento desses recursos.

Assim, desse apanhado de informações promovida pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF e das ações promovidas pela COSUS, surgiram campanhas internas visando tanto a redução no consumo de água, energia elétrica, papel, entre outros itens nas dependências da ANA, como também a estimulação de adoção de práticas de uso racional nos demais órgãos instalados no Complexo. Apenas no Complexo Administrativo do SPO - no qual a ANA atua como administradora do condomínio - a redução aferida até novembro de 2017 confirmou a eficácia das ações que estão sendo empreendidas desde o ano passado: o consumo médio de água passou 1.262,92 m³ em 2016 para 1.123 m³ em 2017.

Se consideramos o consumo médio dos dois últimos anos, a redução no consumo de água foi de 11,09%. Porém, se forem analisados os dados de consumo a partir de 2014, teremos uma redução 57,65%, o que representa 1.528,75 m³ de água.

Outra ação sustentável diz respeito à inauguração dos novos prédios da Agência, no complexo administrativo do SPO, com tecnologias que visam o consumo sustentável de energia elétrica por meio da utilização de placas fotovoltaicas para captação de energia solar, iluminação automática com sensor de presença e com lâmpadas de LED, além da instalação de ventilação cruzada no ar condicionado para a redução de energia e favorecimento da iluminação natural. Essas tecnologias empregadas prometem reduzir o consumo de energia elétrica no interior dos dois novos blocos, N e O.

Gestão de Telefonia

Com relação as manutenções, não houve mudanças significativas no processo em relação as contratações anteriores. Entretanto, foi celebrado o Contrato 39/2017/ANA cujo o objeto é realizar a manutenção preventiva e corretiva da central telefônica em uso na Agência, que incluiu a instalação de software de bilhetagem e tarifação telefônica o que permitirá uma evolução qualitativa no gerenciamento das informações. O software encontra-se em fase de instalação e deverá passar pelos estágios de testes e treinamento.

Plano de ação de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC

Com referência a este ponto foi implementado pela Agência a ação de adotar como opção padrão frente/verso para todas as impressoras instaladas na ANA .

Além disso, as contratações de equipamentos TI que proporcionem uso racional de energia e causem menos impacto ambiental é uma busca contínua da Agência, dessa maneira sempre que possível são incluídas cláusulas que adotam posicionamento ambientalmente responsável, a exemplo do processo de aquisição de *Desktops* e *Workstations*.

Gestão dos resíduos gerados

A gestão dos resíduos sólidos na ANA atende as diretrizes da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e Decreto nº 5940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, constituindo-se em exemplo na busca da inclusão social de expressivo contingente de cidadãos brasileiros.

A COSUS em parceria com a Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares/SAF iniciou no final de 2017 a elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos - PGRS. Esse plano tornou-se necessário uma vez que, em julho de 2017, a ANA foi oficializada a avaliar, responder e cumprir as diretrizes da Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016. Para isso, várias ações foram iniciadas para cumprimento das medidas, a começar pelo controle, monitoramento com a pesagem do lixo orgânico gerado dentro do Complexo do SPO.

No que diz respeito a Coleta Seletiva Solidária registra-se que no ano de 2017 foram doadas para cooperativas e organizações não governamentais o total de 7,873 toneladas de papel branco, papel misto, jornais, revistas, papelão, plásticos, metais e ferro. Foi identificado que houve um decréscimo de 76,94% em comparação às doações realizadas no ano de 2016 (34,150 toneladas).

Ademais, com o objetivo de proporcionar a continuidade do projeto da Coleta Seletiva Solidária, a ANA assinou um Termo de Compromisso com a Cooperativa de Trabalho dos Catadores e

Catadoras de Materiais Recicláveis de Resíduos Sólidos Esperança - COOPERANÇA e, ainda, a renovação do Termo de Adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Gestão do copo descartável

A COSUS realizou campanhas durante o ano inteiro objetivando desestimular o uso exagerado do copo descartável e, conseqüentemente, diminuir os gastos financeiros ao fomentar o cuidado com o meio ambiente e seus recursos. Contudo, após o levantamento da quantidade consumida no ano de 2017 em relação a quantidade consumida no ano de 2016, verificou-se que houve um aumento de 55% no consumo desse material. Por essa razão, a COSUS definiu que irá intensificar as campanhas contra o uso de copos descartáveis, bem como fazer gestão junto à SAF para viabilizar demais ações com intuito de reduzir o consumo desse tipo de material.

Gestão do papel

Neste exercício, houve uma redução de 11% no consumo de resma de papel comparado ao exercício de 2016, ocasionando uma contribuição satisfatória com o meio ambiente e com os gastos financeiros da ANA. Ao realizar uma comparação com o total consumido no ano de 2017 e no ano de 2011, registra-se que houve uma redução de 2.536 resmas, cerca de 67,46%.

Dessa forma, ao se relacionar o consumo de resmas de papel com a emissão de CO2 emitida na atmosfera durante o seu processo de fabricação, houve uma redução de 521 kg de CO2 entre o ano de 2016 e 2017 (1 resma de papel consome, aproximadamente, 3,5 Kg de CO2) e uma redução de 8.876 kg de CO2 ao compararmos o consumo no ano de 2011 com o ano de 2017.

Essa ação de sustentabilidade tem impactos no uso água e no uso de energia representando, também, a economia de 1.713,5kWh (1 tonelada consome 5.000 kwh) de energia elétrica utilizados no processo industrial. No ano de 2011, 187 árvores foram abatidas para atender a demanda de papel. Em 2017 foram necessárias 61 árvores para suprir essa demanda, ao compararmos esses dois anos houve uma redução de 126 árvores, lembrando que cada árvore leva cerca de 7 anos para estar pronta para corte para a produção de celulose. Além do ganho evidente, a redução no gasto de 74.500 folhas (149 resmas) em 2017.

Outra mudança perceptível decorrente do Programa “Papel Zero”, implementado na ANA desde 2015, consiste na redução do quantitativo de impressões na Agência ao longo dos últimos anos. Em 2016, foram 887.423 impressões e em 2017 a quantidade caiu para 785.329 ocasionando uma redução de 11,50% de um ano para outro.

Considerando-se o custo unitário de uma impressão de R\$ 0,15, a perspectiva de redução financeira foi de R\$ 15.314,10 no ano de 2017. A redução dos custos financeiros, juntamente com a melhoria do processo e redução dos impactos ambientais com a queda gradativa do consumo, mostra os resultados positivos da Implantação do referido Programa.

Deslocamento de Pessoal - Meios de Transporte

Em todos os processos de aquisição de veículos realizados no âmbito da Agência, solicitamos uma Declaração de Cumprimento da Legislação Ambiental que atenda aos critérios de sustentabilidade dispostos no art. 5º, da Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) de nº 1, de 19 de janeiro de 2010, especialmente, no que couber:

a) são constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT/NBR-15448-1 e 15448-2;

b) são observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) são preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d) não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Ademais, para o controle da poluição, é exigido um documento que demonstre que os veículos estão em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções).

Gestão das Compras (Equipamentos e Mobiliários Sustentáveis)

A aquisição dos bens móveis que foram adquiridos em 2017 observou o Certificado de Conformidade ABNT 13.962, emitido por uma OCP-Organismo Certificador de Produto, acreditado pelo IMETRO, Laudo de conformidade com a ABNT 8094/1983 corrosão por exposição à névoa salina; Laudo de conformidade NBR 8537 – Determinação da densidade da espuma; e Laudo de conformidade NBR 8797 – Determinação da deformação à compressão.

No que tange aos equipamentos de informática, como regra, as aquisições seguiram o mesmo padrão, observados à Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/ MP, contemplaram, preferencialmente, as especificações de bens citadas com configurações aderentes aos computadores sustentáveis, também chamados TI Verde, utilizando assim materiais que reduzam o impacto ambiental. Encontrando-se, assim, em conformidade com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, Portaria Nº 2, de 16 de março de 2010.

No ano de 2017 foi realizada a alienação de materiais, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinado com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

Gestão do almoxarifado Sustentável

No âmbito do Almoxarifado, em 2017 não houve mudanças para melhoria e atendimento no requisito - sustentabilidade no aspecto econômico e ambiental.

Gestão de licitações sustentáveis

A ANA tem incluído nos editais critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. A aquisição nos últimos tem levado em consideração os produtos que são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Ademais, aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora, bem como por materiais que não prejudicam a natureza.

Gestão de Contratações Sustentáveis

A construção dos novos prédios no Complexo do SPO, inaugurados em dezembro de 2017, atendem as recomendações dos eixos temáticos: Compras e licitações públicas sustentáveis e

Construções sustentáveis da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - Programa do MMA. Contemplam muitas tecnologias sustentáveis que visam a otimização dos recursos ambientais e a diminuição do impacto gerado com a construção, tais como:

- Captação de água da chuva para uso nos vasos sanitários e irrigação;
- Mictórios sustentáveis (enquanto se lava as mãos, a água é reutilizada para lavar o mictório localizado embaixo da pia. Isso economiza água, tempo e espaço);
- Utilização de placas fotovoltaicas para captação de energia solar, postes externos solares autônomos;
- Telhado verde para a diminuição da temperatura no interior da edificação;
- Iluminação automática (sensor de presença) e de LED para diminuição nos gastos energéticos;
- Ar condicionado: CAG - Central de água gelada, ventilação cruzada para a redução de energia, gás refrigerante R-410A não ataca a camada de ozônio e não é inflamável, automático (com sensor de presença);
- Janelas de vidro que contribuem com isolamento acústico, integração entre ambientes, ventilação e iluminação natural;
- Áreas para descompressão e convívio, de modo que o colaborador tenha maior contato com a natureza e reduza o estresse do trabalho; e
- Área verde na Praça Sustentável, como compensação ambiental.

Um marco importante na construção do novo prédio no Complexo do SPO foi a alteração do Projeto Executivo, elevar para 1,5m (um metro e meio) para respeitar os limites de desenvolvimento e não comprometer as raízes de uma das poucas árvores restantes do “Projeto Adote uma Árvore” promovido pela Coordenação de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - COSUS, naquele local. As árvores em estágio inicial de desenvolvimento foram sacrificadas durante a terraplanagem para construção do novo prédio do Complexo do SPO e em contrapartida à supressão vegetal necessária para a construção, a NOVACAP se prontificou a ceder novas mudas para essa compensação que se dará na Praça Sustentável.

Qualidade de vida no Trabalho

Para os servidores e colaboradores que são beneficiários do plano de saúde GEAP Autogestão em Saúde, foi instituído atendimento das especialidades de clínico geral, nutricionista e psicólogo dentro do Complexo do SPO. Este serviço faz parte da Política de Atenção Integral à Saúde (MAIS Saúde) da GEAP, cujo objetivo é oferecer aos beneficiários um acompanhamento integral em atividades de promoção à saúde, prevenção de doenças e incentivo à adoção de hábitos saudáveis.

Visando o melhor deslocamento dos servidores/colaboradores do Complexo do SPO, a ANA/SAF deu continuidade a construção de calçadas para quem pratica esportes e para a segurança dos pedestres que trafegam dentro do Complexo. Essa era uma reivindicação antiga objetivando dar mais segurança e estimular a prática esportiva dentro do Complexo.

A ANA em parceria com os demais órgãos do Complexo do SPO adquiriu bancos de concreto que servem de ponto de espera para os funcionários e servidores que aguardam o Transporte Sustentável.

A ASÁGUAS em parceria com a COSUS, realizou a campanha Agência Solidária, a campanha recebeu doações de roupas, brinquedos e alimentos não perecíveis até dia 31 de janeiro de 2017, parte integrante do TORNEIO INTERAGÊNCIAS, arrecadou aproximadamente 972 kg de mantimentos, além de roupas e brinquedos, sendo doados para três instituições de caridade.

E ainda, a COSUS e a ASÁGUAS promoveram mais uma Campanha Natal Solidário. O objetivo da iniciativa foi doar cestas natalinas para cerca de 251 colaboradores que prestam serviços de limpeza, jardinagem, segurança e coopeiragem nas instalações da Agência tanto no Complexo Administrativo do SPO quanto no SIA. Neste ano as arrecadações foram de R\$ 5.709,00 reais, podendo assim distribuir 106 cestas natalinas, 11 caixas de chocolate e 134 panetones. Tais doações foram com recursos dos servidores.

Iniciativas de Capacitação e Comunicação

Ao longo do exercício de 2017 a COSUS, realizou várias campanhas com foco na sensibilização, conscientização e todos os outros eixos temáticos. Para esse objetivo, realizou várias campanhas socioambientais que tem como foco os demais Planos de Ações tratados neste relatório. Essas campanhas e ações Educativas de gestão ambiental e sustentabilidade foram veiculadas por e-mail marketing, banner eletrônico e mural. Todo material publicitário foi desenvolvido pela Assessoria de Comunicação - ASCOM parceira da COSUS.

Por conta das capacitações, campanhas e participação efetiva dos servidores e colaboradores, a ANA vem conquistando resultados positivos e se tornando cada vez mais sustentável. Um exemplo disso é a gestão do papel e dos resíduos gerados pela Agência.

5.6- Gestão de tecnologia da Informação

As atividades executadas em Tecnologia da Informação (TI) na ANA estão concentradas em 3 grupos de atividades: 1 - desenvolvimento de sistemas, 2 - gestão da infraestrutura tecnológica de TI e 3 - serviço de atendimento ao usuário da rede de computadores interna da ANA (*service desk*).

1 - Desenvolvimento de Sistemas

As atividades relacionadas ao desenvolvimento de sistemas estão distribuídas em dois tipos de sistemas: sistemas finalísticos e institucionais (administrativos).

1.1 – Sistemas Finalísticos

Com relação aos sistemas finalísticos, foram executados em 2017 cerca de 25 projetos no âmbito do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), que é um instrumento de gestão definido na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97) como sendo um sistema de *“coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.”*

A maioria desses sistemas estão atualmente em operação na Agência e continuam sendo evoluídos com novas funcionalidades solicitadas pelas áreas gestoras dos sistemas.

Dentre os sistemas finalísticos, pode-se destacar o Sistema Federal de Regulação de Usos (REGLA e REGLA-ADM), com o objetivo de automatizar o pedido de outorga pelos usuários, o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH40 e CNARH Histórico), que visa atender aos órgãos gestores estaduais e ao Programa PROGESTÃO, o Sistema Digital de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (DIGICOB 2), Sistema de Gestão de Outorgas em Tanques Rede, Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SSDO), Sistema de Apoio a Gestão do Programa Produtor de

Água, Sistema de Apoio as Ações de Capacitação (SABERH) e Sistema de Gestão a Gestão do Programa PróComitês.

Também entre os sistemas finalísticos foram mantidos e evoluídos o conjunto de sistemas para recepção, armazenamento e análise de dados hidrológicos, dentre eles o **Sistema de Informações Hidrológicas (HIDRO)**, o Sistema Gestor PCD, Sistema de Monitoramento Via Satélite (Hidrosat), Sistemas de disponibilização de dados hidrológicos (HidroWeb), Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Hidrológico do Setor Elétrico (SAMSE), Sistema de Análise de Dados Hidrometeorológicos (SIADH), Sistema de Visualização de Dados Telemétricos (SVDT) e Sistema de Gestão de Dados Hidrológicos coletados por meio de SMS (GDH-SMS).

Outro sistema desenvolvido e mantido em 2017 foi o Sistema Nacional Informações sobre de Segurança de Barragens (SNISB), que é um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens, estabelecida pela Lei nº 12.334/2010. O SNISB constitui-se como um cadastro consolidado de informações sobre barragens, cuja inserção dos dados está sob a responsabilidade de cada entidade ou órgão fiscalizador de segurança de barragens no Brasil.

Ao todo foram executados 5.785 pontos de função de desenvolvimento e manutenção de sistemas, o que corresponde a aproximadamente um orçamento de R\$ 5.544.235,00.

1.2 – Sistemas Administrativos

Com relação aos sistemas institucionais (administrativos) foi dado continuidade a cerca de 5 projetos de desenvolvimento, evolução e manutenção dos sistemas existentes, além de melhorias e criação de novos portais. Foram evoluídos o Sistema de Planejamento da ANA (Sisplana), o Sistema de Arrecadação e Sistema de Boleto OnLine, além do Sistema de Gestão Documental (Próton).

Com relação aos portais, foi criado o novo portal da ANA, portal do Programa PróGestão, portal do Centro de Documentação, portal do Sisplana, entre outros.

Ao todo foram executados 1.113 pontos de função de desenvolvimento e manutenção desses sistemas, o que corresponde a aproximadamente um orçamento de R\$ 991.500,00.

2 - Gestão da infraestrutura tecnológica de TI

Relacionado à infraestrutura tecnológica de TI, os recursos financeiros para essa atividade foram usados para o pagamento de empresas especializadas em gestão de infraestrutura e para a aquisição de equipamentos. A contratação de empresa especializada em gestão de infraestrutura se torna indispensável, tendo em vista que a ANA não possui quadro de servidores específicos para área de TI.

Resumidamente, a infraestrutura de TI da ANA é formada por: 2 *datacenters*, mais de 300 servidores virtuais, 780 estações de trabalho, 100 *ultrabooks* e *tablets*, 200 bases de dados em operação, 3 *links* de dados e internet, 90 pontos de *Wi-Fi* e cerca de 125 sistemas/sites/portais operando na infraestrutura. Durante o ano de 2017, observou-se o fluxo de 10 milhões de *e-mails* (sendo 8 milhões de *spams* bloqueados pelos sistemas *antispams* da Agência). Além disso, foram realizadas cerca de 639 videoconferências em 2017, o que representa acréscimo de 31% em relação a 2016.

Por meio dos sistemas de proteção e segurança não foi verificado nos computadores da Agência nenhuma intrusão pelos ataques cibernéticos realizados no ano de 2017. Cerca de 30.060 infecções por vírus foram prevenidas nas estações de trabalho.

Em 2017, para complementar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), foi elaborado e publicado a Resolução nº 1099 de 26 de junho de 2017, que estabelece as regras para a implantação da POSIC. As regras no âmbito da TI, estão sendo implantadas de acordo com um planejamento definido pela STI.

Outro avanço em 2017 diz respeito à computação em nuvem. A comutação em nuvem vem sendo adotada nos últimos anos por empresas privadas com o objetivo de reduzir custos de ampliação, atualização e manutenção da infraestrutura física própria, além de simplificar a necessidade de gestão de múltiplos contratos. Essa tem sido a tendência de médio e longo prazo para o aumento da capacidade da infraestrutura de TI e redução de custos.

Para acompanhar essa tendência, garantindo a adequação da infraestrutura de TI atual às necessidades tecnológicas e de sistemas da ANA, no último ano a STI tem tomado iniciativas no sentido de preparar a infraestrutura atual para que possa ser operada na nuvem. Então, diversas ações como: visita a órgãos que já adotam a nuvem, virtualização de servidores que otimizou a gestão, o processamento e reduziu custos, elaboração de novo contrato de operação da infraestrutura, alteração de procedimentos de operação da infraestrutura, implementação de mecanismos na segurança cibernética do datacenter, entre outras.

3 - Serviço de atendimento ao usuário da rede de computadores interna da ANA (*service desk*).

As atividades relacionadas a este serviço são realizadas por meio de empresa especializada para suporte a usuários da rede de computadores (*service desk*). Foram atendidos cerca de 9.612 chamados em 2017, o que representa uma diminuição de 10% em relação ao ano anterior.

4 - Governança de TI

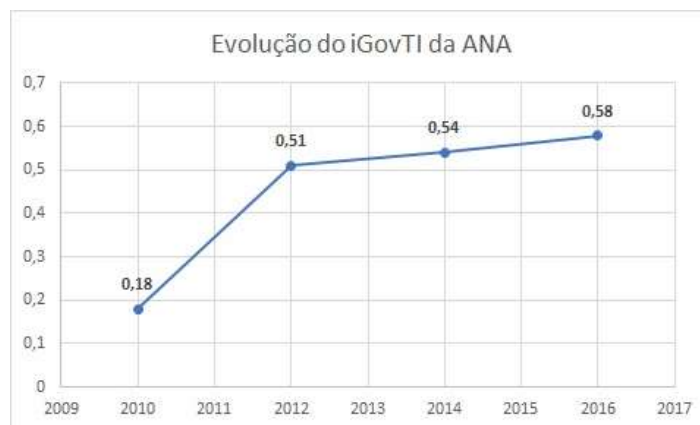
O principal indicador de governança de TI na administração pública federal é o Índice de Governança de TI (iGovTI). Criado em 2010 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TI. O índice também permite ao TCU avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TI na Administração Pública Federal. O iGovTI é o resultado da consolidação das respostas das organizações públicas ao questionário de governança de TI elaborado pelo TCU. O índice varia de 0,00 a 1,00 sendo que, os estágios de capacidade em governança de TI são classificados em:

Inicial - iGovTI entre 0,00 a 0,30

Básico - iGovTI entre 0,30 a 0,50

Intermediário - iGovTI entre 0,50 a 0,70

Aprimorado - iGovTI entre 0,70 a 1,00



No ranking das 11 agências reguladoras a ANA está em 5º lugar. No ranking dos 229 órgãos do poder executivo analisados, a ANA está na 56ª posição. Entre todos os 372 órgãos analisados a ANA se encontra na 114ª posição.

Os projetos e ações de TI foram mapeados e são geridos por meio de uma solução integrada de gestão estratégica, tática e operacional, o que garante o controle unificado do ciclo de planejamento e execução do portfólio de TI.

Especificamente, em 2017 foram realizadas as atividades de medição de indicadores do PETI, revisão do PDTI, revisão do PETI, elaboração de plano de governança de TI 2017, elaboração de processos de risco de infraestrutura de TI, ações de gestão de contratos, entre outras.

Em 2017 foram realizadas 3 reuniões do Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) sendo analisado e aprovado a nova metodologia de priorização de projetos de TI e também o Plano de Dados Abertos da ANA. O Plano de Dados Abertos (PDA) estabelece ações para a implementação e promoção de abertura de dados sob sua responsabilidade. Considera, em toda a sua estrutura, os princípios e diretrizes dos normativos referentes a tema e os deles decorrentes.

Em 2017 foi implantado um Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólio – Channel para apoio a gestão e governança de TI. O Channel é uma plataforma de software que integra ferramentas para a iniciação, planejamento, execução e controle de projetos, programas, e portfólios em um único ambiente. Permite a conexão entre os projetos e programas com os objetivos e indicadores estratégicos da TI (PETI) podendo também estar conectado ao planejamento estratégico institucional (PEI). O sistema permite o acompanhamento sistemático dos projetos e ações da área de TI.

As principais entregas em 2017.

Com relação aos sistemas finalístico, em 2017, podemos destacar as seguintes entregas:

- Sistema Federal de Regulação de Usos (REGLA)
- Sistema Federal Administrativo de Regulação de Usos (REGLA-ADM)
- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH40)
- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos Histórico
- Sistema de Gestão de Outorgas em Tanques Rede
- Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SSDO)
 - Sistema de Apoio as Ações de Capacitação (SABERH)
 - Sistema Nacional Informações sobre de Segurança de Barragens (SNISB)

Foram também entregues diversas novas funcionalidades nos sistemas que já estão em operação na Agência, entre eles podemos destacar:

- Sistema de Informações Hidrológicas (HIDRO)
- Sistema Gestor PCD, Sistema de Monitoramento Via Satélite (Hidrosat)
- Sistemas de disponibilização de dados hidrológicos (HidroWeb)
- Sistema de Acompanhamento e Monitoramento Hidrológico do Setor Elétrico (SAMSE)
- Sistema de Análise de Dados Hidrometeorológicos (SIADH)
- Sistema de Visualização de Dados Telemétricos (SVDT)
- Sistema de Gestão de Dados Hidrológicos coletados por meio de SMS (GDH-SMS).

Com relação aos sistemas institucionais (administrativos) e portais foram evoluídos e entregues os sistemas:

- Sistema de Planejamento da ANA (Sisplana)
- Sistema de Arrecadação
- Sistema de Boleto OnLine
- Sistema de Gestão Documental (Próton).
- Novo portal da ANA
- Portal do SNSIB
- Portal do Programa PróGestão
- Portal do Centro de Documentação (CEDOC)
- Portal do Sisplana

Além dos sistemas, em 2017 foram também entregues a área de TI:

- Melhoria do iGovTi de 0,54 para 0,58
- Office 365 implantado
- Disponibilidade de 99% dos serviços críticos de TI
- Nova metodologia de priorização de projetos de TI
- Plano de Dados Abertos da ANA
- 9.612 chamados do *servise-desk* atendidos
- 639 videoconferências realizadas
- 0 (zero) dispositivo da ANA infectado nos ataques cibernéticos realizados em 2017
- Índice de Satisfação do Usuário de TI com 78% dos usuários satisfeito ou muito satisfeito.
- Resolução nº 1099 de 26 de junho de 2017, que estabelece as regras para a implantação da POSIC

Principais desafios da TI para 2018 e próximos anos.

Comunicação com a Sociedade

A ANA gera e disponibiliza dados, informações e conhecimentos relevantes para a sociedade. Entretanto, essa busca deve ser constante, de modo que, cada vez mais, seja estreitado o relacionamento com a sociedade.

Neste sentido, alinhado aos pilares da Estratégia de Governança Digital – EGD do Governo Federal, a Agência tem como desafio expandir a geração e disponibilização de informações de

forma efetiva, de modo a propiciar o acesso à informação, a melhoria na prestação de serviços e a participação social.

Dos objetivos estratégicos da EGD, emerge como desafios para a TIC da ANA:

- Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos;
- Expandir e inovar a prestação de serviços digitais;
- Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos serviços digitais; e
- Aprimorar a interação direta entre governo e sociedade.

Agilidade na entrega de Valor

A entrega de valor de forma cada vez mais ágil é um dos principais desafios da TIC da ANA. A mútua compreensão de que a maior aproximação entre o negócio e a tecnologia da informação propiciará benefício para a Agência como um todo, torna este desafio suporte e alavanca para a busca de soluções que aumentem a produtividade, a velocidade e a capacidade de resposta às demandas de negócio.

Apesar de progressos relevantes nos últimos anos, não será mais possível que um sistema tenha sua concepção e entrega realizada em ciclos tão longos.

Desafios novos exigem abordagens novas. O aprimoramento da interação com usuários e a sociedade se faz necessário. Técnicas de design thinking ganham espaço, incorporando a criatividade e a intuição à prática de modelagem de negócio. Em processo criativo de construção de ideias, se começa com um objetivo ao invés de tentar resolver um problema específico.

A evolução contínua da governança (Governança Adaptativa), além de atendimento aos normativos do governo, busca abordar questões de agilidade, inovação e colaboração, remodelando o contexto para apoiar a inovação digital.

Transformação Digital

A transformação digital é uma abordagem de vanguarda, onde a TIC assume e desempenha um papel fundamental na transformação dos modelos de negócio, da estratégia organizacional, da estrutura, da cultura e dos processos de uma instituição, aproveitando o alcance e o poder da tecnologia/internet.

Não se trata de um desafio simples, requer planejamento e execução de ações que envolva dirigentes e servidores da ANA, de modo que a instituição embarque neste ciclo e usufrua das possibilidades que se abrem. Questões como computação em nuvem, mobilidade, big data, mídia social, e tantas outras tendências irão alicerçar a transformação digital.

É uma mudança do modelo mental, não é somente tecnologia. É saber como utilizar a tecnologia para obter melhores resultados, mais efetivos, é pensar diferente, se reinventar, visando sempre a criação de valor, com mais benefício, muito mais rápido, gastando menos, com transparência e conformidade.

Integração

Integrar processos, sistemas, serviços, dados, áreas e pessoas alinhados aos ciclos transformacionais advindo da TIC é sempre desafiador. A EGD – Estratégia de Governança Digital elenca alguns desafios que também foram evidenciados na revisão do PETI da ANA.

-
- Integrar processos, sistemas e serviços, reduzindo iniciativas de busca de soluções em silos;
 - Ampliar o compartilhamento de sistemas, serviços e dados, estimulando a integração e a interoperabilidade entre sistemas transversais e sistemas de informações do governo;
 - Orquestrar o reuso de sistemas administrativos, reduzindo a duplicidade de esforços e a geração de informações fragmentadas e não-padronizadas e, conseqüentemente, de desperdício de recursos e tempo; e
 - Otimizar o compartilhamento da infraestrutura governamental de TIC.

Este desafio poderia ser entendido sob dois enfoques: o primeiro sob o aspecto tecnológico propriamente dito, onde sistemas, processos, dados, serviços poderiam ser cada vez mais integrados, num esforço cada vez mais orquestrado pela tecnologia, como já vem sendo feito na ANA, particularmente com a integração de dados.

Registre-se que este desafio está alinhado com um dos princípios da EGD: o da simplicidade, entendida como “reduzir a complexidade, a fragmentação e a duplicação das informações e dos serviços públicos digitais, otimizando processos de negócio, com foco na eficiência da prestação de serviços à sociedade.”

O segundo enfoque, aborda a integração humana necessária para que a integração tecnológica possa ocorrer de forma mais efetiva. Neste enfoque

ênfata-se a integração, cada vez maior, inter-áreas na ANA, melhorando a interação, comunicação e cooperação, entre as áreas de negócio e a tecnologia da informação e, adicionalmente, a intra-áreas, dentro das próprias coordenações da STI, onde infraestrutura, desenvolvimento e governança possam atuar harmonicamente.

Governança e Gestão

Continuar o processo de elevação de maturidade da Governança e Gestão de TIC na ANA, alinhada aos padrões e atendendo a legislação é desafiador.

Este desafio está alinhado com direcionamentos da EGD: incrementar a capacidade de gestão, governança e inovação, bem como com um dos objetivos estratégicos da EGD: melhorar a governança e a gestão por meio do uso da tecnologia.

Adicionalmente, este desafio está em conformidade com a Portaria nº 19, de 29 de maio de 2017, que dispõe sobre a implantação da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal – SISP.

Inovação Tecnológica

Viabilizar inovações tecnológicas, sendo portadora do futuro para os negócios da ANA, em um contexto de uma organização pública é, definitivamente, desafiador!

A EGD contempla três princípios que abarcam este pilar. São eles:

- Inovação: devem ser buscadas soluções inovadoras que resultem em melhoria dos serviços públicos;

-
- Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital: sempre que possível, os serviços públicos serão oferecidos em meios digitais, sendo disponibilizados para o maior número possível de dispositivos e plataformas; e
 - Foco nas necessidades da sociedade: as necessidades da sociedade, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, são os principais insumos para o desenho e a entrega de serviços públicos digitais.

É mister que a inovação tecnológica é portadora de futuro e tem papel fundamental na transformação e evolução da sociedade.

Neste sentido, a viabilização de inovações tecnológicas é e será cada vez mais relevante para a própria sustentabilidade do negócio da ANA, visto a capilaridade da sua atuação como Agência Reguladora envolvendo um país da dimensão do Brasil.

Demanda Crescente por Serviços de TI

A demanda por serviços e sistemas tecnológicos é crescente, ao mesmo tempo, há carência de recursos humanos especializados.

Os desafios acima mencionados, para que tenham respostas efetivas, carecem da atuação de recursos humanos com a adequada especialização (competência, habilidade, atitude e experiência) para lidar com os novos tempos.

A velocidade e a complexidade das demandas por serviços, sistemas, processos, dados e informações só tendem a aumentar.

Estamos vivenciando tempos de restrições orçamentárias, notadamente voltadas à limitação de concursos público e contratações de novos servidores. É muito provável que este cenário não se modifique no curto ou médio prazo.

Desta forma, a resposta a este desafio exigirá criatividade para ser capaz de atender à crescente demanda e lidar com a carência de recursos humanos especializados, sem que a instituição assuma riscos que possam comprometer sua imagem ou reputação.

Relacionado com este desafio, a EGD preconiza a redução dos riscos em projetos de TIC, muitas vezes de longa duração e com poucos entregáveis até sua conclusão, levando muito tempo para percepção de retorno do investimento.

A Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10 de maio de 2016, também endereça essa preocupação, onde especificamente a questão da Gestão de Riscos é abordada e considerada com profundidade, em termos normativos. Embora tal dispositivo seja direcionado à instituição, como um todo, aplica-se, pela sua relevância, à atuação de TIC.

4. Relação dos sistemas de informação e função de cada um deles

Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
1	Aplicativo ImportaSIAGAS	Aplicativo para importação dos dados de poços do SIAGAS para a base de dados da ANA.
2	Sistema de Cadastro de Inspeções Regulares de Barragens	Sistema para o cadastro de inspeções regulares de segurança de barragens - Online
3	Novo Sistema do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH40 – Integração das bases de dados estaduais de usuários regularizados pelos Estados	Sistema que registra os dados dos usuários e dos usos de recursos hídricos em todo território nacional, baseado nos 40 campos da Resolução CNRH nº 126/2011.
4	Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SSDO)	Sistema de suporte a decisão para outorga permite avaliar a situação do corpo hídrico levando em consideração um pedido que está sendo avaliado, permitindo avaliar o grau de comprometimento da disponibilidade hídrica frente a esse pedido de outorga.
5	Sistema de Outorga em Tanques Rede	Sistema que registra os dados para análise e suporte a decisão para as outorgas em tanques rede
6	Sistema de Águas Subterrâneas	Sistema que atua como ferramenta de cadastro para usos de recursos hídricos subterrâneos e de análise técnica e suporte a decisão para outorgas deste tipo de interferência
7	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB	Sistema que registra as informações sobre a segurança de barragens
8	CNARH Histórico	Sistema que registra os dados históricos dos usuários de recursos hídricos em todo território nacional.
9	Sistema de Regulação de Federal (REGLA)	Sistema que registra os dados das outorgas emitidas pela ANA e implementa a automação do processo de outorga.
10	Sistema de Suporte a Decisão para Outorga (SSDO)	Sistema de suporte a decisão para outorga permite avaliar a situação do corpo hídrico levando em consideração um pedido que está sendo avaliado, permitindo avaliar o grau de comprometimento da disponibilidade hídrica frente a esse pedido de outorga.
11	Sistema Risk Manager	Sistema que armazena as informações do Cadastro Nacional de Barragens e informações relacionadas à segurança de barragens
12	Sistema do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH 1.0	Sistema que registra os dados dos usuários e dos usos de recursos hídricos em todo território nacional

Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
13	Sistema Digital de Cobrança – DIGICOB I	Sistema para operacionalizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997)
14	Sistema de Acompanhamento de Reservatórios (SAR)	Sistema que permite realizar o acompanhamento da operação dos reservatórios do Brasil. Atualmente o SAR contempla informações dos principais reservatórios da região Nordeste e Semiárido Brasileiro, assim com os reservatórios integrantes do Sistema Interligado Nacional.
15	Sistema HIDRO	O Hidro é um sistema que permitir o gerenciamento de uma base de dados Hidrometeorológica, armazenada centralizadamente em um banco de dados relacional, permitir a entrada de dados por parte das entidades que operam uma rede hidrometeorológica, cálculo de funções hidrometeorológicas básicas e visualização de dados (gráficos, imagens etc.).
16	Sistema para Análise de Dados Hidrológicos – SIADH	Sistema para Análise e Tratamento de dados Hidrológicos
17	Sistema de Acompanhamento do Monitoramento Hidrológico do Setor Elétrico – SAMSE	Sistema que permite gerenciar informações sobre empresas, usinas, técnicos, documentos (projetos de instalação, relatórios de instalação, relatório anual, relatório de proposta de batimetria, relatório de batimetria, ofícios, carta externas, etc.). Também permite realizar o relacionamento entre empresa e estação para o Webservice relacionado.
18	Sistema Conversor de <i>Retrieves</i>	Aplicativo para conversão de dados dos arquivos (retrieves) de Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) para o formato Hidro
19	Sistema HidroWeb II	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
20	Sistema para comparação de registros hidrometeorológicos	Sistema para comparação de registros hidrometeorológicos
21	Sistema para elaboração de diagramas de dados de ficha de campo	Sistema para visualizar as fichas de campo das estações hidrometeorológicas.
22	Sistema para visualizador de fichas de campo	Sistema para visualizador de fichas de campo das estações hidrometeorológicas.
23	Sistema para Apresentação de Estatísticas da Rede Hidrometeorológica – SiEst	Sistema para Apresentação de Estatísticas da Rede Hidrometeorológica Nacional
24	Sistema para Avaliação do Desempenho da Operação da Rede Hidrometeorológica – SiADORHA	Sistema para Avaliação do Desempenho da Operação da Rede Hidrometeorológica
25	Sistema para Visualização de Dados Telemétricos – SVDT	Sistema para Visualização de Dados Telemétricos
26	Ferramenta Computacional para intercâmbio de dados com outras entidades operadoras de redes hidrometeorológicas no País	Sistema para intercâmbio de dados com outras entidades operadoras de redes hidrometeorológicas no País

Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
27	Coletores de Dados Telemétricos	Sistema de coleta dos dados das estações telemétricas e inserção no banco de dados Hidro
28	Webservices do Telemetria 1.0	Sistema de disponibilização de dados do Hidro e HidroInfoAna via webservice
29	Sistema de Backup Telemetria I	Sistema para realização de backup e organização do histórico dos arquivos das estações telemétricas
30	HidroSat	Sistema para aquisição, processamento e disponibilização de dados hidrológicos, calculados a partir de sensores radiométricos e altimétricos embarcados em satélites ambientais.
31	Sistema InspeçãoPCD	Sistema consiste em disponibilizar fichas para preenchimento em campo e posterior disponibilização web da visita as Plataformas de Coleta de Dados - PCD's
32	Sistema Gestor PCD	Sistema tem por objetivo subsidiar o acompanhamento do status da transmissão dos dados hidrometeorológicos, das Plataformas Automáticas de Coleta de Dados – PCDs, recebidos, em tempo real, na sala de situação da ANA.
33	Sistema Balanço Hídrico	Sistema para divulgar diariamente o volume de água que entra pelas suas fronteiras na Amazônia e o volume que sai para outros países pelas principais bacias do território nacional, além do total que deságua no Oceano Atlântico.
34	Identidade Pluviométrica	Sistema para Visualização de Dados e Informações Pluviométricas
35	Sistema GDH-SMS - Sistema de Gestão de Dados Hidrológico Coletados por meio de SMS	Sistema de Gestão de Dados Hidrológico Coletados por meio de SMS
36	Sistema Hidro-PLU	Sistema para Análise e Tratamento de dados Pluviométricos
37	Sistema Hidro-FLU	Sistema para Análise e Tratamento de dados Fluvimétricos
38	Sistema Curva Chave 1.0	Sistema para Análise e Traçado de Curvas-chave
39	Sistema HidroWeb 1.0	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos em tempo real, da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
40	Sistema Telemetria 1.0	Sistema usado para disponibilização na internet para toda a sociedade dos dados hidrológicos em tempo real, da Rede Hidrometeorológica Nacional, gerida pela ANA.
41	Sistema de Sincronismo entre as bases (Hidro/HidroInfoANA)	O sistema possibilita a compatibilidade dos dados entres as duas bases de dados
42	Sistema para entrada de dados (cota, chuva e qualidade de água) coletados por equipamentos convencionais, enviados via celular - RMQA	Sistema para a entrada de dados (cota, chuva e qualidade de água) coletados por equipamentos convencionais.
43	Sistema CotaOnline	Sistema para facilitar a entrada de dados (cota, chuva, vazão e volume) coletados por equipamentos convencionais.
44	Sistema Gerador de Backups do Hidro	Sistema para gerador de backups do sistema Hidro

Nº	Nome do Sistema	Função do Sistema
45	Sistema SIG Conjuntura Desktop	Sistema para preparação e análise dos dados a serem publicados anualmente no Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil
46	Sistema de Previsão de Eventos Críticos da Bacia do rio Paraíba do Sul - SISPREC	Sistema computacional que realiza previsões do impacto das inundações, ruptura de barragens e de propagação de poluentes na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, com destaque aos rios Pomba, Muriaé, Carangola, Paraibuna e Paraíba do Sul. O sistema obtém dados automaticamente do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e da ANA para realizar as previsões de inundações.
47	Novo Sistema Digital de Cobrança - DIGICOB II	Sistema para operacionalizar a cobrança pelo uso de recursos hídricos, instrumento de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997)
48	Sistema SIG Atlas	Sistema para publicação dos resultados do trabalho de diagnóstico e planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País
49	Portal de Metadados	Sistema que disponibiliza os metadados geoespaciais da ANA
50	Portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH)	Sistema para publicação na internet de dados geográficos da ANA
51	Sistema para Controle de Eventos de Capacitação (SABERH)	Sistema para gerenciamento e operacionalização dos cursos de capacitação oferecidos aos membros do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).
52	Consumo de Energia na Irrigação e Aquicultura (CEIA)	Sistema para estimar o consumo de água na irrigação e aquicultura com base nos dados de consumo de energia disponibilizados pelo setor elétrico

Fonte: Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2019 – Versão 2017

5. Relação da necessidade de novos sistemas;

Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas
1	Sistema de Envio de Mensagens para celular por SMS	Nas situações de emergência de segurança de barragens a ANA poderia fazer uso de um sistema de emissão de avisos para entidades, órgãos e/ou servidores para alerta.	Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fábrica de testes e fábrica de métricas.
2	Sistema de Fiscalização	Sistema que integre as atividades de fiscalização, auxiliando no planejamento, gerenciamento e gestão das atividades de fiscalização	
3	Sistema de Acompanhamento do Programa PROGESTÃO que possibilite atualização das informações, dos gráficos, documentos e mapas publicados na página Internet do programa	Os dirigentes da ANA, além dos servidores envolvidos e das UFs integrantes do PROGESTÃO necessitam acesso a partir de qualquer local a dados gerenciais atualizados para uma adequada condução do programa.	
4	Sistema de apoio às ações de capacitação	Necessidade de sistema que permita: a. Administração de contratos/ parcerias; b. Gestão de conteúdos; c. Gestão de cursos; d. Processos automatizados de seleção, envios de mensagens de prazos (para inscritos); e. Gestão durante curso e gestão pós curso (avaliação) – definição de parâmetros; f. Tela para inscrição externa para usuários de cursos; g. Gestão de usuários; h. Acesso com login; j. Relatórios	
5	Sistema de Suporte à Operação da Sala de Situação da ANA - operacionalização do Manual da Sala de Situação da ANA	Por intermédio da Sala de Situação, que foi inaugurada em novembro de 2009, a ANA realiza o acompanhamento das condições hidrometeorológicas de bacias hidrográficas prioritárias e de armazenamento dos principais reservatórios do País, com vistas a subsidiar, em especial, a tomada de decisões no que se refere à minimização dos efeitos de secas e inundações. Em 2013, para orientar a operação da Sala, a ANA elaborou o “Manual de Operação da Sala de Situação da Ana e para apoio aos Estados” (doc. nº 028941/2013). Entretanto, para realizar suas atividades de forma mais eficiente, é necessário desenvolver ferramentas de apoio, tais como: automação na elaboração dos boletins e informes da Sala de Situação; página na internet com disponibilização de Diagramas Unifilares para apresentar a situação de rios e reservatórios em tempo real; automação de modelos hidrológicos para obtenção de dados e disponibilização de resultados em gráficos e tabelas, com saída para o Google Earth; aplicativo para realizar análises rotineiras da operação de reservatórios (elaboração de curvas-guia, alocação de volume de espera, prognóstico operacional); entre outras	Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA.

Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas
6	Sistema de informações dos projetos apoiados no âmbito do Programa Produtor de Água	Atualmente não existe um portal ou sistema instalado na ANA que possa centralizar as informações referentes aos projetos apoiados institucional e financeiramente através do Programa Produtor de Água. Tanto a direção da ANA quanto o corpo técnico e diversas instituições públicas nacionais e internacionais se ressentem de ter um canal com as informações atualizadas e acessíveis.	Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fábrica de testes e fábrica de métricas.
7	Sistema de Acompanhamento dos Projetos de Bacias Compartilhada	Atendimento dos acordos bilaterais e de cooperação técnica com países participantes da OTCA, Bacia do Prata e Dinagua	
8	Sistema para gerenciamento de entrada/saída e controle e equipamentos	Necessidade de controlar o uso e intervenções em equipamentos da RHN, bem como o estoque de itens sobressalentes. O sistema deverá estar integrado com o sistema ASI, ou seu sucessor, e também deverá viabilizar a consulta e registro de solicitações pelas operadoras parceiras	
9	Sistema para Acompanhamento e Gerenciamento da Operação da Rede Hidrometeorológica	<p>O sistema tem por objetivo auxiliar nas ações de gestão da operação da Rede Hidrometeorológica Nacional – RHN. Segue abaixo uma lista de algumas funcionalidades que deverão ser implementadas no sistema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar relatórios dos principais problemas ocorridos na operação da rede, tais como: falta de informações, falta de fichas de campo, inexecuções de atividades previstas, entre outros; - Registrar ações tomadas pelos gestores regionais para solucionar problemas enfrentados, classificando-os por tipos e acompanhando os resultados alcançados, considerando a temporalidade definida para cada tipo de problema; - Controlar as informações geradas por cada tipo de equipamento utilizado na RHN, visando validar seu uso; - Controlar a produção de relatórios e elaboração de Pareceres Técnicos. 	Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA

Nº	Sistema necessário	Justificativas	Medidas programadas
10	Sistema para visualização, comparação e correção de dados telemétricos armazenados no banco Telemetria e dados convencionais armazenados no banco Hidro	O sistema tem por objetivo servir de suporte para que o usuário possa identificar, visualizar e corrigir as séries de dados hidrológicos disponibilizadas no Hidro e HidroInfoAna. Para tal, deverão ser implementadas ferramentas de análise gráfica e estatística de séries temporais, bem como ferramentas para preenchimento e aplicação de correções lineares e não lineares em séries temporais. Deverá ser avaliado a possibilidade de integração com o Sistema GestorPCD e/ou SIADH	Contratação de empresas especializadas em desenvolvimento de sistemas, do tipo fábrica de software, fábrica de testes e fábrica de métricas. Os sistemas estão sendo priorizados pelo Comitê de Tecnologia da Informação da ANA
11	SGIH - Sistema de Gestão em Informações Hidrológicas	O SGIH – Sistema de Gestão em Informações Hidrológicas, desenvolvido pela CPRM, tem por objetivo principal auxiliar os técnicos de campo no preenchimento das informações relacionadas à operação da RHN. A proposta da SGH 'é internalizar o desenvolvimento do SGIH, aproveitando suas funcionalidades, e integrá-lo com sistemas já em uso na ANA. Esta proposta ainda necessita ser acordada com a CPRM	
12	Aplicativo Android/iOS de disponibilização de informações sobre abastecimento de água e tratamento de esgotos urbanos (App AGUA&ESGOTO).	Em virtude da popularidade no uso de celulares, é de extrema importância que dados e informações sobre recursos hídricos em smartphones. Em virtude da Crise Hídrica Nacional e dos problemas de poluição dos corpos d'água, vislumbra-se a oportunidade de implantar-se um app mobile com informações de forma sucinta e didática sobre abastecimento e tratamento de esgoto, provenientes dos estudos sobre abastecimento e tratamento de esgotos, e outras bases de dados da ANA.	
13	Sistema de Acompanhamento do Monitoramento de Qualidade de Água do RNQA	Com a implantação do Programa Qualiágua os dados de qualidade de água proveniente das redes estaduais de monitoramento serão incorporados à base de dados da ANA sendo necessário um sistema para análise e gestão desse dados.	

6. Relação dos contratos que vigoram no exercício de referência do relatório de gestão, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração dos custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor Desembolsado 2017 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
50/ANA/2016	Serviço de suporte técnico e upgrade de licenças da solução de virtualização de servidores de rede	23/09/2016 - a 23/09/2019	10.646.995/0001-16	ARROW	995.600,20	390.348,57
77/ANA/2015	Manutenção ASI	29/12/2015 a 28/12/2018	24.936.973/0001-03	LinkData	3.552.000,00	355.200,00
74/ANA/2015	Manutenção licenças ESRI ArcGIS	24/12/2015 a 24/12/2019	67.393.181/0001-34	Imagem	2.403.580,00	600.895,00
15/ANA/2013	Manutenção das licenças de uso de software de banco de dados	08/05/2013 a 07/05/2018	59.456.277/0003-38	Oracle	858.516,52	870.677,68
65/ANA/2014	Manutenção de licenças	03/10/2014 a 03/10/2018	59.456.277/0003-38	Oracle	355.930,08	357.000,00
70/ANA/2016	Upgrade licenças para vCloud	21/12/2016 a 21/12/2019	10.646.995/0001-16	ARROW	4.996.803,45	1.268.448,11
67/ANA/2015	Atualização de software de auditoria do ambiente de active directory VARONIS	17/12/2015 a 17/12/2018	00.710.799/0001-00	Allen Rio	636.765,00	90.720,00
52/ANA/2016	Solução Antivírus de Segurança proteção de dispositivos, computadores, tablets, notebooks e ultrabooks	27/09/2016 a 27/09/2018	01.707.536/0001-04	ISH Tecnologia	349.447,00	349.447,00
24/ANA/2016	Serviço de manutenção e suporte do software de gerenciamento de bibliotecas Sophia	31/05/2016 a 25/06/2018	69.112.514/0001-35	Primasoft	9.168,12	9.719,55
18/ANA/2016	Contratação de serviços especializados de informática	26/04/2016 a 25/04/2018	05.355.405/0001-66	IKHON	381.000,00	119.609,00
80/ANA/2017	Licenças de Uso de Softwares Microsoft	29/12/2017 a 29/12/2018	19.877.285/0003-33	LANLINK SOLUÇÕES	3.042.081,66	1.157.760,55
59/ANA/2016	Manutenção das licenças ERDAS	08/11/2016 a 08/11/2018	54.512.587/0001-47	SISGRAPH	138.636,02	124.971,74
42/ANA/2016	Serviço Middleware na plataforma Oracle	18/08/2016 a 18/08/2018	11.185.325/0001-02	Tarea	3.865.474,30	1.867.298,34

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor Desembolsado 2017 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
77/ANA/2014	Serviço de operação assistida para gestão de dados	18/11/2014 a 18/11/2018	04.989.440/0001-74	TVG	5.150.000,00	1.912.450,84
75/ANA/2015	Serviço especializado de informática	28/12/2015 a 28/12/2018	05.355.405/0001-66	IKHON	177.792,00	184.944,64
07/ANA/2017	Serviços técnicos de desenvolvimento, manutenção, e implantação de sistemas de informação, sítios e portais, na modalidade fábrica de software, utilizando a métrica de pontos por função (Ágil).	22/03/2017 a 22/03/2018	24.772.174/0001-30	PROTEC	11.661.000,00	5.995.492,56
13/ANA/2016	Contratação de serviço de suporte Qlilview	06/04/2016 a 06/04/2018	08.689.089/0001-57	TOCCATO	33.555,00	33.555,00
68/ANA/2017	Serviços especializados em desenvolvimento de aplicativos multiplataforma para dispositivos do tipo smartphones, tablets, smartwatches, smartTvs e sensores inteligentes IoT.	30/11/2017 a 30/11/2018	05.340.845/0001-40	MBA	2.823.000,00	600.000,00
52/ANA2013	Fábrica de software na modalidade Pontos por Função	23/08/2013 a 23/08/2017	01.644.731/0001-32	CTIS	13.448.760,00	3.508.805,13
14/ANA/2015	Serviços de aferição e validação dos quantitativos de pontos de função - Fabrica de Métrica	13/05/2015 a 13/05/2018	02.434.797/0001-60	FATTO	29.227,71	14.687,20
25/ANA/2014	Fábrica de Teste	17/06/2014 a 17/06/2018	72.827.405/0004-51	RSI	2.281.230,00	941.861,20
42/ANA/2014	InfoConv - Web Service	26/07/2014 a 25/07/2018	33.683.111/0002-80	SERPRO	28.928,60	28.928,60
31/ANA/2013	Serviços especializados de TI Service Desk	28/06/2013 a 28/06/2018	65.599.953/0004-06	CAPGEMINI BRASIL	923.378,08	934.257,22
46/ANA/2016	Serviço de suporte e manutenção equipamentos do DataCenter	05/10/2016 a 05/10/2018	20.115087/001-50	CHIP7	41.946,00	41.946,00
45/ANA/2016	Serviço de suporte e manutenção equipamentos DataCenter	13/09/2016 a 13/09/2018	72.645.872/0001-8	CTX TECNOLOGIA	64.177,68	64.177,68

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor Desembolsado 2017 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
71/ANA/2016	Serviço para solução Wireless	22/12/2016 a 22/12/2017	06.926.223/0001-60	AMÉRICA TECNOLOGIA	536.351,00	13.020,00
90/ANA/2013	Serviço de suporte Microsoft Premier	10/12/2013 a 10/12/2018	60.316.817/0001-03	MICROSOFT	338.757,05	330.637,26
28/ANA/2014	Manutenção de suporte técnico e garantia do appliance de banco de dados Exadata HW e SW	20/06/2014 a 20/06/2018	59.456.277/0003-38	ORACLE	397.535,46	387.372,94
33/ANA/2017	Contratação de serviços de renovação Garantia Storage	01/09/2017 a 01/09/2018	68.074.673/0001-20	HITACHI	728.705,04	242.901,68
32/ANA/2017	Contratação de Certificados Digitais	11/09/2017 a 11/09/2018	33.683.111/0001-07	SERPRO	190.072,00	100.072,00
Nota de Empenho	Certificados A1 MOBILE	03/06/2016 a 03/06/2019	14.578.945/0001-08	BM TECH DO BRASIL	7.999,00	7.750,00
72/ANA/2013	Prestação de serviço especializado em TI para Sustentação da Infraestrutura	21/10/2013 a 21/10/2018	65.599.953/0004-06	CAPGEMINI BRASIL	6.547.293,37	4.496.450,58
53/ANA/2014	Prestação de Serviços Técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento imparcial em TI	09/09/2014 a 09/09/2018	02.593.165/0001-40	GARTNER	252.521,30	266.125,00
55/ANA/2016	Contratação de serviços especializado em apoio as atividades de governança	28/09/2016 a 28/09/2018	06.033.739/0001-86	TS CONSULTORIA	3.785.072,20	4.267.828,50
65/ANA/2011	Serviço de comunicação de dados para acesso à internet	18/10/2011 a 18/10/2017	04.622.116/0001-13	ALGAR	242.704,80	107.208,32
62/ANA/2015	Serviço de link de dados SIA - SPO	07/12/2015 a 07/12/2018	04.202.019/0001-71	BSB TIC	548.299,80	547.903,68
63/ANA/2015	Serviço de link de telefonia tipo E1 SIA - SPO	07/12/2015 a 07/12/2018	04.622.116/0001-13	ALGAR	31.999,90	31.996,81
53/ANA/2016	Serviço link de internet com DDOS	27/09/2016 a 26/09/2018	00.336.701/0001-04	TELEBRAS	353.226,80	350.645,05
57/ANA/2016	Serviço link internet 200Mbps	21/10/2016 a 20/10/2019	72.843.212/0001-41	LEVEL3	348.843,90	139.537,56

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R\$)	Valor Desembolsado 2017 (R\$)
			CNPJ	Denominação		
Nota de Empenho	Contratação de licenças software Tempest	24/07/2017 a 24/07/2019	53.276.010/0001-10	HEXIS	67.798,53	67.798,53
31/ANA/2017	Contratação de 12 licenças do sistema de apoio a gestão Channel	25/08/2017 a 24/08/2018	06.033.739/0001-86	TS CONSULTORIA	119.880,00	119.880,00
Nota de Empenho	Aquisição de equipamento: workstations e estações de trabalho	06/10/2017 a 06/10/2018	03.236.975/0001-09	SYSTECH SISTEMAS	639.410,00	639.410,00,00

6. Informações Compartilhadas

a) Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

A ANA não possui nenhum contrato de locação de mão de obra.

b) Análise Crítica do item anterior

A ANA não possui nenhum contrato de locação de mão de obra.

7. Informações sobre os Planos de Ação do TCU

Este plano de ação foi ajustado de acordo com o Acórdão nº 1018/2014-TCU-Plenário de 25/04/2014 e contempla o cronograma macro de implementação das determinações e recomendações contidas no acórdão após a fiscalização da auditoria para avaliar a implementação dos controles de TI informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012 bem como verificar a adição de planos e estratégias para implementação de melhoria da governança de TI – objetivo da fase 1 da Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) no período de 13/06/2013 a 21/08/2013.

9.1. Recomendações TCU:

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável
9.1.3	166.8	Implemente processo de gestão de nível de serviço de TI, de forma a assegurar que níveis adequados de serviço sejam entregues para os clientes internos de TI.	360 dias	O processo de gestão de nível de serviço foi implementado para 4 serviços e será implementado para o restante dos serviços.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) revisou e os processos de Gestão de Nível de Serviço de TI já implantados, bem como dos acordos já estabelecidos.	SAF/DINFO e SGI UORG atual STI
9.1.4	165.1	Elabore, execute e teste periodicamente o plano de gestão de continuidade do negócio da organização.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do Plano de Gestão de Continuidade do Negócio da Organização.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. São realizados regularmente (no mínimo de 15 em 15 dias) testes de continuidade de TI relacionados à interrupção do fornecimento primário de energia elétrica. São acionados os procedimentos de fornecimento alternativo de energia (nobreaks e geradores) durante a interrupção. Os Nobreaks e Geradores do edifício são testados concomitantemente aos Geradores.	SAF/DINFO UORG atual STI
9.1.5	165.2	Elabore e execute o processo de gestão de ativos de informação do órgão.	360 dias	Será elaborado para posterior execução do processo de gestão de ativos de informação do órgão.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. Foi elaborado o Guia de Processo de Gestão de Ativos de TI, e implementados controles e melhorias ferramentais ao processo.	SAF/DINFO UORG atual STI

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável
9.1.6	165.3	Elabore e aprove formalmente a política de controle de acesso a informações e recursos de TI.	180 dias	Esse item é parte integrante da POSIC/ANA, que encontra-se em deliberação no CTI para posterior encaminhamento à DIREC.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida Foi publicada a Resolução ANA nº 1099, de 26 de junho de 2017 que estabelece as regras para a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) da ANA, onde estão previstas as regras de controle de acesso.	SAF/DINFO UORG atual STI
9.1.8	165.4	Elabore, aprove e implemente processo corporativo de gestão de riscos de segurança da informação.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do processo corporativo de Gestão de Risco de Segurança da Informação.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. Foi formalizado e está implementado o processo de gestão de riscos de segurança da informação.	SAF/DINFO UORG atual STI
9.1.7	165.5	Institua formalmente equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais.	180 dias	Conforme Norma Complementar no. 05 da IN01 do Gabinete de Segurança Institucional, a Equipe de Tratamento e Resposta à incidentes em redes computacionais deve ser coordenada por um Servidor Público. Este perfil deve ser definido para possibilitar a instituição da equipe.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	A coordenação da Equipe de Tratamento e Resposta à Incidentes em Redes (ETIR) foi atribuída à COINF que realiza os contatos com o CTIR.GOV, para alertar ameaças externas identificadas (em geral relacionadas à SPAM/PISHING) e responder aos comunicados e alertas recebidos (geralmente relacionados à indisponibilidade de sites e portais), porém a ETIR não foi formalizada.	SAF/DINFO UORG atual STI

Item Acórdão	Item Relatório Anterior	Determinação	Prazo de Atendimento	Ação	Responsável (nome, cargo e CPF)	Observações	UORG Responsável
9.1.9	165.6	Elabore e execute processo de gestão de incidentes de segurança da informação, bem como institua formalmente equipe específica para tratar dos incidentes dessa natureza.	360 dias	Contratação de empresa especializada para apoio na elaboração do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação. Quanto à equipe, seguir item anterior.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. Foi elaborado o Guia de Processos de Gestão de Incidentes que vem sendo executado.	SAF/DINFO UORG atual STI
9.1.12	166.9	Mantenha atualizado o catálogo de serviços de TI do órgão.	180 dias	O catálogo de serviços será implementado.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. O Catálogo de Serviços de TI vem sendo atualizado regularmente.	SAF/DINFO e SGI UORG atual STI
9.1.13	Não consta no relatório anterior	Estabeleça formalmente acordos de nível de serviço entre o setor de TI e as áreas internas da instituição, com fundamento nas orientações contidas na seção 6.1.2 da ABNT NBR ISO/IEC 20000-2:2008.	180 dias	Formalizar os acordos de nível de serviço.	Luis André Muniz, Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas, 116.852.711-20	Recomendação Atendida. Os acordos estabelecidos são acompanhados e estão sendo revisados pela STI.	SAF/DINFO e SGI UORG atual STI

5.7- Gestão de patrimônio e infraestrutura

A seguir informações acerca da gestão patrimonial e infraestrutura da ANA que se divide em informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância; Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros; Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da UJ e Imóveis locados de terceiros. A saber:

5.6.1 - Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros:

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 15 de maio de 2008 - Dispõe sobre a classificação, utilização, especificações, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

- Instrução Normativa SAF/ANA nº 1, de 16 de junho de 2010 – Disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da Agência Nacional de Águas –ANA.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Os veículos de propriedade da ANA são essenciais no apoio das atividades finalísticas, em especial, no monitoramento e fiscalização do uso dos recursos hídricos de responsabilidade da Superintendência da Gestão da Rede Hidrometeorológica - SGH e Superintendência de Fiscalização – SFI, respectivamente.

Além disso, alguns veículos são utilizados para apoio as atividades de logística na sede da ANA e no prédio localizado no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A gestão de frota de veículos de propriedade da ANA é dividida entre aqueles bens que estão localizados na sede da ANA, sob o controle da Divisão de Logística e Serviços Geais–DILOG da Coordenação de Logística-COREL, e os que estão cedidos as instituições parceiras nos estados, sob a responsabilidade da Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH.

Em relação aos veículos localizados na sede da ANA, estão registrados 3 (três) veículos sob a responsabilidade da COREL/SAF, conforme tabela a seguir:

Item	Patrimônio	Especificação do Veículo
1	022966	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8614 - CHASSI: WV1DB42H1EA032596 - RENAVAM: 01034074650 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA
2	013237	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4 - PLACA: HKU5923 - CHASSI: 8AFER13P49J245149 - RENAVAM: 151971706 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO
3	02346	CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC7540 - CHASSI: 9BFLF49P5FB003500 - RENAVAM: 01046421724 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Segue tabela com registros consolidados de km por veículo:

Veículo	Placa	Km
*Volkswagen/Amarok	OZW-8614	359
Ford/Ranger	HKU-5923	992
Caminhão Ford/F4000	PAC-7540	1.378

*Veículo passou o 1º semestre de 2017 sob a responsabilidade da CPRM-GO.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Considerando que a maioria dos veículos da ANA estão cedidos às instituições parceiras no país e sob controle da SGH, informo que DILOG/COREL possui os dados fornecidos pelo DIPAT/COREL, Anexos no item 9, evidenciando veículos de fabricação entre 2006 e 2017, o que indica que a idade média dos veículos é de 5 anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Com relação aos veículos localizados na ANA e de uso da DILOG, encaminho tabelas com os registros das despesas (manutenção e abastecimento).

Manutenção			
Veículo	Placa	NF	Valor
Volkswagen/Amarok	OZW 8614	34888	R\$ 524,00
		1385	R\$ 60,00
		1424	R\$ 60,00
		1443	R\$ 50,00
		386135	R\$ 11,00
		5228	R\$ 537,00
		220546	R\$ 300,00
Ford Ranger	HKU-5923	1424	R\$ 60,00
Ford F4000	PAC 7540	5186	R\$ 275,00
Abastecimento			
Veículo	Placa	QTD (litros)	Valor
Volkswagen/Amarok	OZW-8614	407,07	R\$ 1.410,22
Ford/Ranger	HKU-5923	251,58	R\$ 833,83
Caminhão Ford/F4000	PAC-7540	306,75	R\$ 1.048,94

g) Plano de substituição da frota;

O plano de substituição da frota é de responsabilidade da Superintendência de Gestão da Rede Hidrometeorológica – SGH, o qual foi apresentado argumentos por meio dos itens II, III e IV do Parecer Técnico nº 643/2017/SGH (Doc. Próton nº 78364/2017-51).

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Os veículos adquiridos e que são mantidos na sede da ANA, visam atender as demandas da SGH. Todavia, os veículos são utilizados também às atividades de apoio logístico, com deslocamentos no Complexo Administrativo SPO, ao prédio utilizado pela Agência, no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA e eventuais demandas de outras UORGs no âmbito do DF e Entorno.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A DILOG apresenta uma estrutura de 4 (quatro) colaboradores e o gestor do contrato, para executar atividades das quais destaco:

- Processo para emissão dos Certificados de Registro e Licenciamentos de Veículos – CRLV de todos os veículos de propriedade da ANA, incluindo carretas, quando for o caso;
- Controle de Notificações (penalidades e autuações) de todos os veículos de propriedade da ANA;
- Saneamento de pendências junto ao DETRAN-DF e DER;

- Operacionalização/fiscalização e gestão dos contratos de locação de veículos de frota terceirizada para atendimento às necessidades institucionais em todo o território nacional;
- Controle de pernoite e gestão do cadastro de veículo de servidores e colaboradores dos Órgãos do Complexo Administrativo SPO (ANA, MCTIC, AEB, CNPQ, INCRA, MI, SEFAL-MDA, SESGE-MJ, DPRF, CENSIPAM e MD).
- Desenvolvimento de outras atividades alheias às de transporte (ex: registro no SIASG de dispensa licitação, gestão do contrato de outsourcing de impressão da ANA, entre outros).

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte;

Não consta estudo técnico realizado nesta Agência pela opção por terceirização da frota e dos serviços de transporte. Entretanto, considerando a estrutura atual da Divisão de Logística e Serviços Gerais -DILOG e a característica das demandas atendidas nesta Agência, verifica-se que o modelo de frota de veículos automotores terceirizados e de forma contínua, atende adequadamente as demandas da Agência, uma vez que a empresa contratada é responsável pela manutenção dos veículos e demais despesas rotineiras, ex.: combustível, lavagem e manutenção.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;

EPIC Empreendimentos EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 07.244.760/0001-93

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

Segue tabela com o detalhamento:

Contrato nº 055/2015/ANA				
Tipo de Licitação	Nº do Contrato	Vigência	Valor total estimado do Contratado	Valor pago em 2017
Pregão Eletrônico	55/2015/ANA	1º/12/2018	R\$ 1.369.004,60	R\$ 1.054.609,34

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

Além das orientações contidas no Anexo I, Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 15/ANA/2015, a ANA possui a Instrução Normativa SAF Nº 1 de 16 de junho de 2010, que disciplina o uso dos serviços de veículos terceirizados e de veículos de propriedade da ANA, amparada na Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 3, de 15 de maio de 2008.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota terceirizada é fundamental para o desenvolvimento das atividades diárias, no deslocamento de servidores e colaboradores em ações institucionais externas.

Os veículos são utilizados em atividades de uso permanente pela Agência, no deslocamento de servidores para participar de reuniões em outras instituições, transporte de materiais entre a sede e o prédio utilizado pela ANA, localizado no Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, eventos institucionais, bem como no deslocamento de servidores para realização de campanhas de fiscalização de recursos hídricos e monitoramento da rede hidrometeorológica no Distrito Federal e Entorno.

f) **Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

Segue tabela com detalhamento da frota terceirizada, conforme contrato:

Contrato nº 055/2015/ANA				
Tipo de Veículo	QTD.	Marca/modelo	Placa	Atendimento
Serviços comuns	7	Renault/ Logan	PJS-1813; PJS-4980; PJS-9615; PJS-5676; PJS-4655; PJS-8986 e PJS-4943	Servidores e colaboradores
Institucional	4	Renault/Fluence	PJS-1243; PJS-8197; PJS-0626 e PJS-4735	Diretoria Colegiada

g) **Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;**

Contrato nº 055/2015/ANA

- Veículos de serviços comuns (Logan): 85.397 km.
- Veículos institucionais (Fluence): 48.485 km.

h) **Idade média anual, por grupo de veículos;**

Sobre os veículos disponibilizados pela Contratada, referente ao Contrato nº 55/2015/ANA, informo que todos são 2015, modelo 2016.

i) **Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;**

Os custos de manutenção da frota são de responsabilidade da contratada.

j) **Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.**

A ANA disponibiliza uma sala no bloco L aos motoristas e preposto da empresa Contratada para execução das atividades de transporte. A COREL, por meio da DILOG, supervisiona a execução do serviço com a participação de 4 (dois) colaboradores e o Gestor do contrato exercendo atividades, conforme detalhamento da letra “i” referente à frota propriedade da ANA.

5.6.2 - Gestão do Patrimônio Imobiliário:

A seguir apresenta-se a Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União, organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da ANA no final dos exercícios 2017 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 13 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	Brasília	11	09
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”		
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		11	09
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		11	09

Fonte: Esta autarquia está em contato com a SPU para regularização da situação. Edifícios M, L e parte dos Edifícios B, E, Q, R, T, U e Z, no Setor Policial, Área 5, Quadra 3.

O Quadro a seguir, denominado **Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional** relacionam-se todos os imóveis, exceto funcional, que, no final do exercício de referência do relatório, estavam sob a responsabilidade da UJ apresentadora do relatório de gestão e de UJ a ela consolidada.

Quadro 14 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regim e	Estado de Conservaçã o	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliaçã o	Valor Reavaliad o	Com Reforma s	Com Manutençã o
44300 1	970121123.50 0-0	10	Bom	R\$ 31.052.941,96 ^{(1) e (2)}	30/12/201 5			
Total								
Fonte: Edifícios L, M, N, O e parte dos Edifícios B, E, Q, R, T, U e Z, no Setor Policial, Área 5, Quadra 3 estão contidos na Matrícula 53872, registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal. (1) O terreno foi avaliado por R\$ 4.265.212,21 (quatro milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, duzentos e doze reais e vinte e um centavos) e as benfeitorias em R\$ 26.787.729,75 (vinte e seis milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos) em 30/12/2005, resultando no valor registrado na planilha. (2) O valor de R\$ 31.052.941,96 (trinta e um milhões, cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) refere-se à todas as benfeitorias existentes à época, não apenas aos edifícios hoje utilizados pela ANA. Esta autarquia já fez contato com a SPU para regularização da situação.								

Já o quadro a seguir caracteriza a cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União que esteja na responsabilidade da UJ, neste caso trata-se do restaurante que atende aos servidores dos órgãos que atuam no complexo administrativo do SPO, onde está localizada a ANA.

Quadro 15 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701 21123.500-0
	Endereço	Complexo Administrativo no SPO, área 5, quadra 3, bloco “q”, Brasília-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.308.233/0001-03
	Nome ou Razão Social	RBA COMÉRCIO DE REFEIÇÕES LTDA - ME.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Suprir as necessidades alimentares de servidores, colaboradores e visitantes dos órgãos partícipes que estão alocados no Complexo Administrativo no SPO.
	Prazo da Cessão	12 (doze) meses podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da lei nº 8.666, de 1993.
	Caracterização do espaço cedido	Área medindo 390 m ² (trezentos e noventa metros quadrados), contendo espaço para o serviço de “autoatendimento”, com capacidade para comportar aproximadamente duzentos lugares.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Taxa de utilização no valor mensal de R\$ 6.356,32 (seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	É feita anulação de despesas dos valores referentes à energia elétrica e água e esgoto. Os recursos referentes à despesas de telefone e taxa de utilização são direcionados ao caixa do tesouro nacional.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	A empresa ressarc 4,5% do total da parcela devida pela ANA referente à água, luz e 100% do valor gasto com telefone.

Análise Crítica:

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

A estrutura de controle e gestão do patrimônio imobiliário no âmbito da Agência Nacional de Águas, conforme inciso II, do art. 92, da Resolução nº 2020, de 15 de dezembro de 2014 (Regimento Interno), equivale à Coordenação de Administração Predial, Obras e Serviços Auxiliares – COAPO.

b) a distribuição geográfica dos imóveis da União;

Todos os imóveis de uso especial utilizados pela ANA estão localizados no Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, em Brasília, Distrito Federal.

c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

Esta Agência já fez contato com a SPU para providenciar a regularização dos imóveis do Complexo Administrativo do SPO.

Em relação ao imóvel locado (Contrato nº 020/ANA/2010, descrito no subitem “a” do item 8.3 deste relatório), tem-se que foi registrado, em 26 de maio de 2015, no SPIUnet, sob o RIP nº 970132987.500-2 e RIP de utilização nº 970132988.500-8.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade jurisdicionada, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

A ANA possui o Contrato nº 12/ANA/2014, firmado com a Empresa RBA – Comércio de Refeições Ltda. – ME, CNPJ 07.308.233/0001-03, vinculado ao processo nº 02501.002306/2013-16, que tem por objeto a concessão de uso de área pública, nas instalações do Complexo Administrativo no Setor Policial – SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco “Q”, em Brasília – DF, para exploração de restaurante com serviço do tipo self service e lanchonete.

A ANA recebe taxa de utilização mensal do espaço, atualmente no montante de R\$ 6.356,32 (seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), e reembolso total do valor gasto com o ramal telefônico instalado no local. Em relação aos valores de energia elétrica e água e esgoto, o locatário reembolsa 4,5% da cota da Agência nas faturas do Complexo.

No tocante à forma de contabilização, é feita anulação de despesas dos valores referentes à energia elétrica e água e esgoto. Os recursos referentes a despesas de telefone e taxa de utilização são direcionados ao caixa do tesouro nacional.

e) os custos de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis.

Os registros referentes à manutenção dos edifícios estão vinculados ao Contrato nº 030/ANA/2013, processo nº 02501.001497/2012-18, enquanto os pagamentos realizados estão registrados no processo nº 02501.001590/2013-03.

Em relação à área cedida no Contrato nº 12/ANA/2014, a RBA – Comércio de Refeições Ltda. é responsável pela manutenção do local.

No Quadro a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**, identificamos o quantitativo de imóveis que estavam locados de terceiros pela UJ no final dos exercícios de 2017 e 2016, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

Quadro 16 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2017	Exercício 2016
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1
	BRASÍLIA	1	1
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: Processo 02501.000709/2010-70			

Análise Crítica:

a) a distribuição geográfica dos imóveis locados;

A ANA possui o Contrato nº 020/ANA/2010, vinculado ao processo nº 02501.000709/2010-70, que tem por objeto a locação do prédio comercial situado no Setor e Indústria e Abastecimento – SIA, Trecho 04, Lote 370, incluindo as suas 167 (cento e sessenta e sete) vagas de garagem privativas, inclusive as do subsolo.

b) a finalidade de cada imóvel locado;

Acomodação de servidores da Agência e dos egressos do terceiro concurso da ANA.

c) os custos relacionados ao imóvel, discriminando os custos de locação e os de manutenção do imóvel.

Os custos de locação do imóvel estão registrados no processo nº 02501.001072/2011-10 e perfazem, atualmente, o valor mensal de R\$ 118.710,62 (cento e dezoito mil, setecentos e dez reais e sessenta e dois centavos). Os custos de IPTU estão registrados no processo 02501.001228/2011-62, e o valor referente à utilização no último período foi de R\$ 70.537,24 (setenta mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos).

A manutenção do edifício está vinculada ao Contrato nº 030/ANA/2013, processo nº 02501.001497/2012-18, enquanto os pagamentos realizados estão registrados no processo nº 02501.001590/2013-03.

5.6.3 – Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância:

O Quadro a seguir compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva em vigência no exercício de 2017, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2017, mesmo que não efetivados no exercício. Este quadro deve ser preenchido conforme a descrição:

Quadro 17 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2017	L	O	61/ANA ⁽²⁾	08.247.960/0001-62	01/12/2017	01/12/2018	81	81					A
2013	V	O	9/ANA ⁽²⁾	72.619.976/0001-58	01/04/2013	01/04/2018			47 ⁽¹⁾	46 ⁽¹⁾			P
2012	L	O	69/ANA ⁽²⁾	38.054.508/0001-45	21/09/2015	21/09/2017	67	67					E
Observações:													
(1) Quantitativo referente a postos de trabalho no regime de regime de 12 x 36 horas.													
(2) Contrato rateados entre os partícipes do Complexo.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

5.6.4 – Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância:

Por fim, o quadro a seguir compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em vigência no exercício de 2017, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2017, mesmo que não efetivados no exercício.

Quadro 18 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Situação
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2015	10	O	20/ANA ⁽¹⁾	37.077.716/0001-05	14/07/2015	14/07/2018	14 ⁽¹⁾	14	1 ⁽¹⁾	1			P
2013	9	O	30/ANA/ ⁽²⁾	04.768.702/0001-70	01/07/2013	01/07/2018			19	19	2	2	P
2017	4	O	22/ANA	08.247.960/0001-62	01/08/2017	01/08/2018	18	18					A
2012	4	O	37/ANA	08.247.960/0001-62	19/06/2012	19/06/2017	18	18					E
2015	12	O	07/ANA ⁽³⁾	26.972.885/0001-84	05/03/2015	05/03/2017			4	4	2	2	E
Observações:													
(1) Quantitativo de postos de trabalho no regime de 12 x 36 horas.													
(2) Contrato rateado com outros órgãos do Complexo.													
(3) Contrato referente à prestação de serviços de carregador.													
LEGENDA						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
Área:						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
1. Segurança;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
2. Transportes;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

-6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

A ANA disponibiliza acesso ao **Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)**, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação, que permite a qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhar pedidos de acesso à informação, acompanhar o prazo e receber a resposta da solicitação realizada.

Também disponível no site da ANA existe o **“Fale Conosco”**, onde existe (i) um campo com uma lista de respostas às perguntas mais frequentes, englobando diferentes temas de sua competência; (ii) informações sobre o e-SIC, com link de acesso; e (iii) um campo para as atividades de ouvidoria, onde as pessoas podem proceder a denúncias, queixas, reclamações ou elogios, com a indicação de telefones para o contato, se for o caso.

Não há notícias de dificuldades por parte do cidadão quanto ao uso desses canais.

No tocante ao monitoramento da implementação da Lei de Acesso a Informação – LAI, bem como às atividades de ouvidoria e de atendimento no serviço de informações ao cidadão, conforme levantamento feito com observância da periodicidade determinada pelo art. 30, inciso III, da Lei no 12.527, de 2011, no período de junho de 2016 a maio de 2017, a ANA recebeu 3466 solicitações de acesso a informação, que tiveram os seguintes encaminhamentos:

- a) 2952 pedidos foram atendidos pelo próprio SIC/ANA, com o fornecimento das informações solicitadas aos interessados;
- b) 136 pedidos foram redirecionados para atendimento diretamente por outros setores da ANA (tais como a ASCOM, o CEDOC e o Protocolo-Geral);
- c) 378 pedidos foram indeferidos.

Os cinco assuntos com maior quantitativo de demandas nos pedidos de informação foram, em ordem decrescente:

- Serviços de fornecimento de água e saneamento – 1408 pedidos;
- Dados da rede de monitoramento hidrometeorológica - 315 pedidos;
- Cursos e palestras oferecidos pela ANA – 230 pedidos;
- Elogios e sugestões – 153; e
- Outorga de direito de uso de recursos hídricos - 108 pedidos.

As demandas vieram principalmente por correio eletrônico. Não se registrou quantidade significativa de solicitações por via postal ou por telefone. E tampouco no comparecimento pessoal dos interessados nas dependências do serviço de informações da ANA - que se manteve instalado nas dependências da Corregedoria da ANA, na sala 216, Bloco B, da sede desta Agência.

6.2- Carta de serviços ao cidadão

A seção de “Acesso à Informação” - disponibilizada no sitio da ANA na internet (conforme exigido no seu art. 8o, § 1o, incisos I a VI, e § 2o da LAI), recebeu constante atualização e ampliação, em atenção ao princípio da “transparência ativa”, inspirador da Lei de Acesso a Informação.

Foi publicado, também, no sítio da ANA, em 15.12.2017, o Plano de Dados Abertos, conforme previsto no Decreto nº 8.777, de 11.05.2016, atendendo à política de publicação dos dados contidos na Agência, em forma de dados abertos, aprimorando a transparência pública e franqueando ao cidadão o acesso a esses dados.

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	Novo acesso: http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-gges/documento-carta-de-servicos-ao-cidadao-2012.pdf	Não definido

6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Não foram realizadas pesquisas de satisfação quanto ao atendimento da ANA.

6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Quadro 19 – Acesso à Informação

Acesso às informações da ANA		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-gges/planejamentoestrategico_2016_2019_cartilhaorientacoesgerais.pdf	10 anos
Planejamento estratégico	http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-gges/planejamentoestrategico_2016_2019_cartilhaorientacoesgerais.pdf	4 anos
Balanços financeiros e orçamentários	http://www2.ana.gov.br/Paginas/institucional/SobreAna/DemonstracoesContabeis.aspx	Anual
Relatórios de gestão	http://172.16.200.111:8080/portal/ANA/acesso-a-informacao/auditorias/busca-auditoria#reversed=on&c2=effective&b_start=0&c1=Relat%C3%B3rio+de+Gest%C3%A3o+da+ANA	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	http://172.16.200.111:8080/portal/ANA/acesso-a-informacao/auditorias/busca-auditoria#reversed=on&c2=effective&b_start=0&c1=Relat%C3%B3rio+Anual+de+Atividades+de+Auditoria+Interna+(RAINT)	Anual
Organograma	http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/todos-os-documentos-do-portal/documentos-sge/organogramacompleto.pdf	Não definido
Regimento interno	http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/1934-2017.pdf	Não definido

7- Desempenho financeiro e informações contábeis

7.1- Desempenho financeiro do exercício

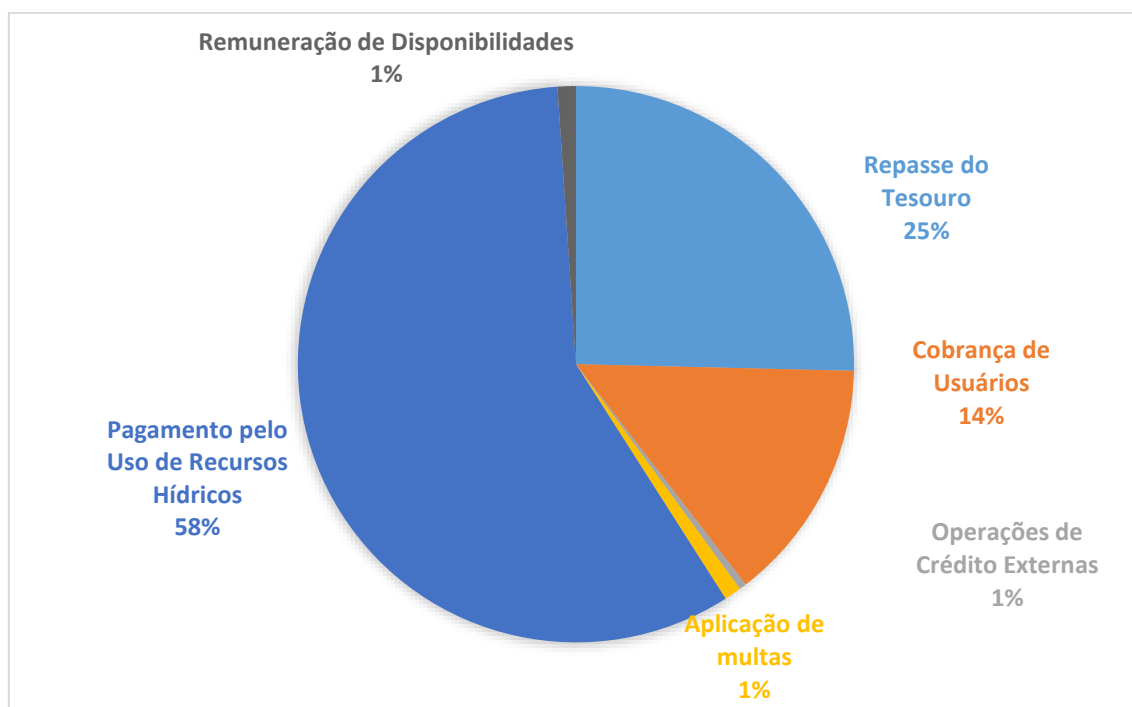


Gráfico 1 – Principais Receitas

Principais receitas (em milhares de reais)	2015	2016	2017
Repasse do Tesouro	117.943	123.880	121.407
Cobrança de Usuários	56.255	55.651	67.800
Operações de Crédito Externas	5.194	3.880	1.982
Aplicação de Multas	105	186	171
Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	271.181	-	277.380
Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos	-	170.875	-
Recursos Condicionados (fonte 900)*	-	68.180	-
Aplicação Financeira	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional			5.083,00
Total	450.678	422.466	473.823

Tabela 1 – Principais Receitas

Considerando-se a soma de todas as fontes de recursos (100 – Recursos Ordinários, 116 – Recursos da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, 144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, 148 – Operações de Crédito Externas, 174 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais e 183 – Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos) e uma dotação global de R\$ 473.823 (quatrocentos e setenta e três milhões, oitocentos e vinte três mil reais), sendo o maior percentual (58%) referente ao Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos.

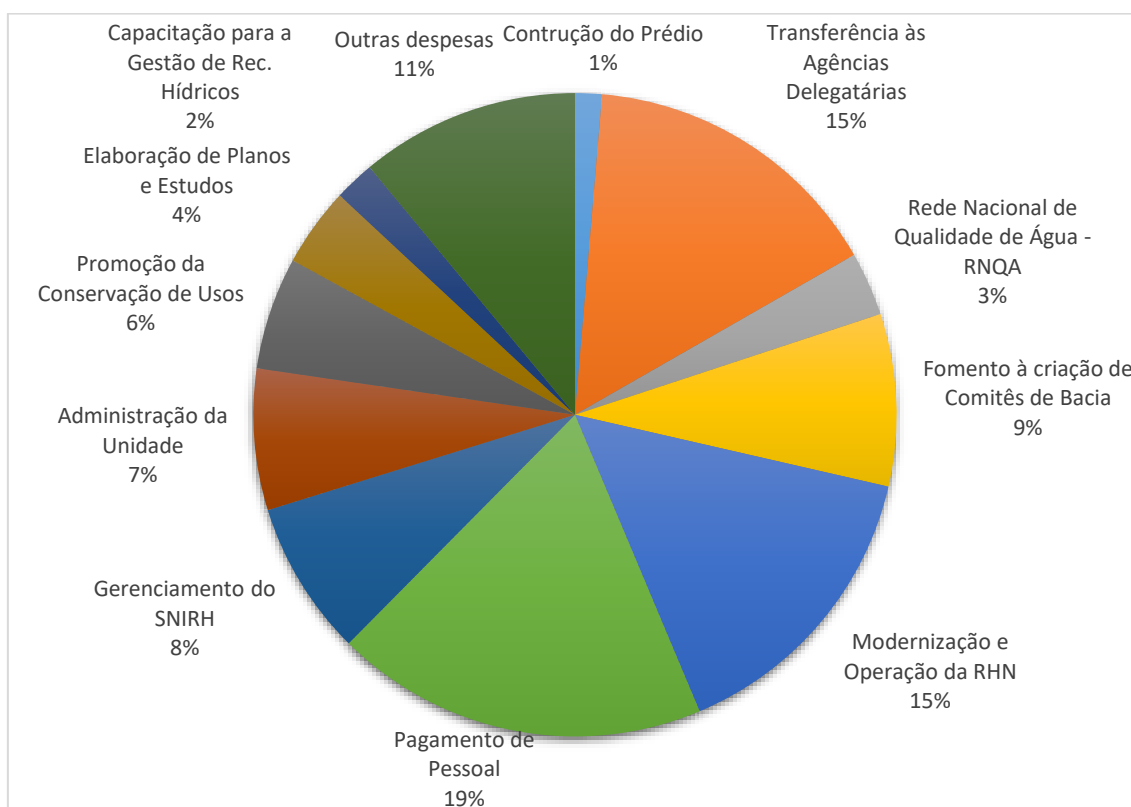


Gráfico 2 – Principais Despesas da ANA

Principais despesas <i>(em milhares de reais)</i>	2015	2016	2017
Construção do Prédio	8.000	3.848	5.937
Transferências às Agências de Bacia	56.255	55.651	67.800
Rede Nacional de Qualidade de Água – RNQA			14.136
Fomentos à Criação de Comitês de Bacia	33.022	24.143	38.186
Modernização e operação da RHN	15.673	14.741	66.479
Pagamento de Pessoal	70.203	76.253	82.694
Gerenciamento do SNIRH	35.404	30.232	34.339
Administração da Unidade	34.461	29.628	31.346
Elaboração de Planos e Estudos	13.963	20.006	17.559
Capacitação para Gestão de Rec Hídricos	17.842	7.038	8.951
Promoção da Conservação de usos	16.700	21.725	24.899
Outras despesas	3.727	18006	48.612
Total	305.250	301.271	440.938

Tabela 2 – Principais Despesas da ANA

Em 2017, foram empenhados R\$ 440.938 (quatrocentos e quarenta mil, novecentos e trinta e oito reais), o que equivale a um nível de execução orçamentária de 93%. Cabe destacar que a elevada execução orçamentária é fruto do esforço que todas as unidades organizacionais empreenderam para o alcance desse resultado, tendo em vista a disponibilização de R\$ 68.128.403 adicionais em meados de setembro, devido à aprovação da EC nº 93, e por consequência da publicação da Portaria SOF nº 99, em 15/09/16, que alterou a fonte dessa dotação de 900 –Recursos Condicionados para 134 -Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos.

7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

CONTA CONTÁBIL 12.381.0100 - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS

Os critérios e procedimentos adotados pela ANA para cálculos e registros da Depreciação, no SIAFI, encontram-se embasados no Manual SIAFI, da STN, na Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Como metodologia de cálculo da depreciação é utilizado o método de cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem. Não há no âmbito da Agência, até o momento, aplicação de metodologias de amortização e exaustão. As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são as definidas na Macrofunção supramencionada.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, informa-se que desde o início da depreciação, em 01/01/2011, o valor acumulado até 31/12/2017, conta contábil 12.381.01.00 – Depreciação

Acumulada – Bens Móveis, foi da ordem de, a UG 443001 R\$ 41.907.039,63, e na UG 443044, de R\$ 31.569,48. E o montante depreciado em 2016 foi de R\$ 11.791.316,56, para a UG 443001, e de R\$ 4.6201,18.

CONTA CONTÁBIL 11.261.00.00 - DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Registra-se ainda, que no exercício financeiro de 2017, foram efetuados ajustes nos registros dos valores da dívida ativa não tributária/créditos a receber de usuários de recursos hídricos, sendo que os valores inscritos em 2016 e não recebidos até o final do exercício de 2017, foram transferidos do curto para o longo prazo, houve ainda registros de “novos” valores de créditos a receber no Ativo na UG 443003, assim como atualização monetária e baixa da dívida ativa. Assim os saldos referentes aos direitos a receber encontram-se inscritos em 31/12/2017 da seguinte forma: 11.261.00.00 – Dívida Ativa Não Tributária – Consolidação, no valor de R\$ 5.142.760,56 e Conta Contábil 12.111.05.00 – Dívida Ativa Não Tributária, no valor de R\$ 15.332.396,46. Os registros foram efetuados com base nas orientações do Manual SIAFI da STN, Macrofunção: 02.00.12- DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, e da Setorial Contábil do Ministério do Meio Ambiente.

7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No tocante às informações de Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas, informa-se que a ANA não aderiu ao Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, todavia, possui a sistemática de planejamento e gerenciamento de ações e despesas programadas das unidades administrativas mediante à utilização do Sistema de Planejamento SISPLANA, cuja administração encontra-se ao cargo da Gerência Geral de Estratégia - GGES. Desta forma, mediante o supracitado Sistema, esta UJ gerencia seus programas e despesas, por unidades organizacionais, em níveis analíticos por ações, projetos, atividades, e planos internos.

7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

A análise dos demonstrativos contábeis para registro da conformidade contábil foi realizada pela setorial contábil, UG 443018, com base nas execuções orçamentária, financeira e patrimonial das UGs 443001, 443003, 443044, 440106 e 440109.

A conformidade contábil da UG 443002 foi registrada pela setorial contábil da Caixa Econômica Federal, que possui gestores e contador próprios.

Durante o exercício de 2017, foram registradas ocorrências relacionadas a convênios e instrumentos congêneres nos quantitativos mensais a seguir:

UG	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
443001	4	4	3	3	3	3	3	3	3	4	3	3
443003	2	2	2	2	2	2	2	2	1	1	1	—
443044	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
440106	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
440109	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 13/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	267.013.239,74	267.439.155,71	Despesas Orçamentárias	396.561.932,39	348.170.962,65
Ordinárias	6.490.872,89	931.434,98	Ordinárias	118.760.697,36	118.628.000,55
Vinculadas	260.673.055,61	266.539.882,73	Vinculadas	277.801.235,03	229.542.962,10
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	260.673.055,61	266.539.882,73	Seguridade Social (Exceto RGPS)	48.817,11	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-150.688,76	-32.162,00	Operação de Crédito	5.031.130,18	949.999,08
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	272.721.287,74	228.592.963,02
Transferências Financeiras Recebidas	826.070.077,41	730.305.873,32	Transferências Financeiras Concedidas	535.713.902,70	454.538.297,35
Resultantes da Execução Orçamentária	669.044.830,89	594.583.730,87	Resultantes da Execução Orçamentária	360.194.137,19	326.558.018,51
Repasse Recebido	364.930.352,26	330.875.789,76	Repasse Concedido	56.079.658,56	62.850.077,40
Sub-repasse Recebido	304.114.478,63	263.707.941,11	Sub-repasse Concedido	304.114.478,63	263.707.941,11
Independentes da Execução Orçamentária	157.025.246,52	135.722.142,45	Independentes da Execução Orçamentária	175.519.765,51	127.980.278,84
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	154.219.211,20	135.308.275,82	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	81.221.653,23	69.236.562,43
Demais Transferências Recebidas	2.640.094,63	125.897,96	Demais Transferências Concedidas	58.979,99	36.333,16
Movimentação de Saldos Patrimoniais	165.940,69	287.968,67	Movimento de Saldos Patrimoniais	94.239.132,29	58.707.383,25
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	94.388.156,84	90.788.401,58	Despesas Extraorçamentárias	258.780.788,84	289.857.802,20
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	94.347.217,52	90.775.946,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	85.941.422,96	81.061.233,87
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.163,82	12.455,06	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	30.163,82	12.455,06
Outros Recebimentos Extraorçamentários	10.775,50	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	172.809.202,06	208.784.113,27
Demais Recebimentos	10.775,50		Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	172.809.202,06	208.784.113,27
Saldo do Exercício Anterior	16.554.963,52	20.588.595,11	Saldo para o Exercício Seguinte	12.969.813,58	16.554.963,52
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.554.963,52	20.588.595,11	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.969.813,58	16.554.963,52
TOTAL	1.204.026.437,51	1.109.122.025,72	TOTAL	1.204.026.437,51	1.109.122.025,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 13/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	345.351.391,00	345.351.391,00	267.013.239,74	-78.338.151,26
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	345.180.472,00	345.180.472,00	237.795.688,16	-107.384.783,84
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	171.392,80	171.392,80
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	345.180.472,00	345.180.472,00	237.624.295,36	-107.556.176,64
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	188,00	188,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	188,00	188,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	170.919,00	170.919,00	29.217.363,58	29.046.444,58
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	170.919,00	170.919,00	364.666,84	193.747,84
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	28.846.343,51	28.846.343,51
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	6.353,23	6.353,23
RECEITAS DE CAPITAL	1.982.400,00	1.982.400,00	-	-1.982.400,00
Operações de Crédito	1.982.400,00	1.982.400,00	-	-1.982.400,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	1.982.400,00	1.982.400,00	-	-1.982.400,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 13/03/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	347.333.791,00	347.333.791,00	267.013.239,74	-80.320.551,26
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	347.333.791,00	347.333.791,00	267.013.239,74	-80.320.551,26
DEFICIT			129.548.692,65	129.548.692,65
TOTAL	347.333.791,00	347.333.791,00	396.561.932,39	49.228.141,39
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	449.345.135,00	439.599.722,00	373.559.589,63	293.519.683,08	293.519.683,08	66.040.132,37
Pessoal e Encargos Sociais	96.293.632,00	100.040.926,00	98.676.495,66	98.676.495,66	98.676.495,66	1.364.430,34
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	353.051.503,00	339.558.796,00	274.883.093,97	194.843.187,42	194.843.187,42	64.675.702,03
DESPESAS DE CAPITAL	24.479.216,00	33.868.198,00	23.002.342,76	8.695.031,79	8.695.031,79	10.865.855,24
Investimentos	24.479.216,00	33.868.198,00	23.002.342,76	8.695.031,79	8.695.031,79	10.865.855,24
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	473.824.351,00	473.467.920,00	396.561.932,39	302.214.714,87	302.214.714,87	76.905.987,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 13/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dividas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	473.824.351,00	473.467.920,00	396.561.932,39	302.214.714,87	302.214.714,87	76.905.987,61
TOTAL	473.824.351,00	473.467.920,00	396.561.932,39	302.214.714,87	302.214.714,87	76.905.987,61

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESA \$ CORRENTE \$	8.740.558,95	61.751.308,26	60.025.703,79	60.025.703,79	7.015.955,69	3.450.207,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.740.558,95	61.751.308,26	60.025.703,79	60.025.703,79	7.015.955,69	3.450.207,73
DESPESA \$ DE CAPITAL	3.196.612,10	29.024.638,26	27.503.719,17	25.915.719,17	2.368.138,13	3.937.393,06
Investimentos	3.196.612,10	29.024.638,26	27.503.719,17	25.915.719,17	2.368.138,13	3.937.393,06
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	11.937.171,05	90.775.946,52	87.529.422,96	85.941.422,96	9.384.093,82	7.387.600,79

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESA \$ CORRENTE \$	52.010,93	-	-	-	52.010,93
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.010,93	-	-	-	52.010,93
DESPESA \$ DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	52.010,93	-	-	-	52.010,93

- PERIODO
Anual

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	32.698.261,30	57.214.781,56	PASSIVO CIRCULANTE	1.659.552,81	52.010,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.969.813,58	16.554.963,52	Obrigações Trabalh., Previd. e Assesf. a Pagar a Curto Prazo	19.541,88	-
Créditos a Curto Prazo	6.180.049,25	5.142.760,56	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	6.180.049,25	5.142.760,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.735.541,83	75.031.150,51	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	812.856,64	485.906,97	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.640.010,93	52.010,33
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	191.311.790,74	170.968.603,97	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.284.841,70	15.465.281,27	Obrigações Trabalh., Previd. e Assesf. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	15.151.956,89	15.332.396,46	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	15.151.956,89	15.332.396,46	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	132.884,81	132.884,81	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	1.659.552,81	52.010,33
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	153.932.203,48	134.890.364,59	Resultados Acumulados	222.350.499,23	268.131.374,60
Bens Móveis	131.311.227,44	121.949.046,59	Resultado do Exercício	32.743.783,69	36.822.373,82
Bens Móveis	184.584.980,32	163.887.655,70	Resultados de Exercícios Anteriores	268.131.374,60	248.322.200,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-53.273.752,88	-41.938.609,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	-78.524.659,06	-17.013.199,46
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	22.620.976,04	12.941.318,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.350.499,23	268.131.374,60
Bens Imóveis	22.620.976,04	12.941.318,00			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	22.094.745,56	20.612.958,11			
Softwares	22.094.745,56	20.612.958,11			
Softwares	22.094.745,56	20.612.958,11			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSION 13/03/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	224.010.052,04	268.183.385,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	224.010.052,04	268.183.385,53

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	12.969.813,58	16.554.963,52	PASSIVO FINANCEIRO	101.786.829,24	102.765.128,50
ATIVO PERMANENTE	211.040.238,46	251.628.422,01	PASSIVO PERMANENTE	19.541,88	-
			SALDO PATRIMONIAL	122.203.680,92	165.418.257,03

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12.947.391,51	10.046.344,74	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	71.428.517,07	84.606.198,71
Execução dos Atos Potenciais Ativos	12.947.391,51	10.046.344,74	Execução dos Atos Potenciais Passivos	71.428.517,07	84.606.198,71
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	12.580.227,93	9.679.181,16	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	37.044.025,99	52.252.345,89
Direitos Contratuais a Executar	367.163,58	367.163,58	Obrigações Contratuais a Executar	34.384.491,08	32.353.852,82
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	12.947.391,51	10.046.344,74	TOTAL	71.428.517,07	84.606.198,71

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-764.294,64
Recursos Vinculados	-88.052.721,02
Operação de Crédito	-157.494,03
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-87.895.226,99
TOTAL	-88.817.015,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EMISSÃO
13/03/2018

PÁGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXO \$ DE CAIXA DA \$ ATIVIDADES DA \$ OPERAÇÃO \$	31.025.601,02	17.424.041,57
INGRESSOS	1.093.124.256,47	997.757.484,09
Receitas Derivadas e Originárias	267.013.239,74	267.439.155,71
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	237.795.688,16	260.066.677,27
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	188,00	2.525,56
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	29.217.363,58	7.349.952,88
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	826.111.016,73	730.318.328,38
Ingressos Extraorçamentários	30.163,82	12.455,06
Transferências Financeiras Recebidas	826.070.077,41	730.305.873,32
Demais Recebimentos	10.775,50	-
DESEMBOLSOS	-1.062.098.655,45	-980.333.442,52
Pessoal e Demais Despesas	-220.144.472,24	-200.921.462,34
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-4.836.151,97	-549.275,32
Defesa Nacional	-1.016.364,12	-1.141.962,93
Segurança Pública	-894.856,17	-822.810,04
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.693.350,22	-1.061.189,21
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-6.000,00	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-208.626.563,82	-190.156.582,10
Ciência e Tecnologia	-3.071.185,94	-7.169.642,74
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA

EMIÇÃO
13/03/2018

PÁGINA
2

ÓRGÃO SUPERIOR 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-133.400.314,63	-116.077.114,50
Intergovernamentais	-41.011.693,70	-31.921.268,19
A Estados e/ou Distrito Federal	-36.149.603,53	-31.921.268,19
A Municípios	-4.862.090,17	-
Intragovernamentais	-16.377.927,56	-14.963.884,59
Outras Transferências Concedidas	-76.011.293,37	-69.171.961,72
Outros Desembolsos das Operações	-708.553.268,58	-663.334.865,68
Despêndios Extraorçamentários	-30.163,82	-12.455,06
Transferências Financeiras Concedidas	-535.713.902,70	-454.538.297,35
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-172.809.202,06	-206.784.113,27
FLUXO DE CAIXA DA \$ ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-34.610.750,96	-21.457.673,16
INGRESSO \$	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSO \$	-34.610.750,96	-21.457.673,16
Aquisição de Ativo Não Circulante	-32.974.064,41	-20.111.038,58
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.636.686,55	-1.346.634,58
FLUXO DE CAIXA DA \$ ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSO \$	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSO \$	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EMISSÃO
13/03/2018

PÁGINA
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.585.149,94	-4.033.631,59
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	16.554.963,52	20.588.595,11
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.969.813,58	16.554.963,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
DEZ(Encerrado)

EMISSION
13/03/2018

PAGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	-	248.322.200,24	-	-	248.322.200,24
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-15.853.914,79	-	-	-15.853.914,79
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-1.108.441,40	-	-	-1.108.441,40
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	36.822.373,82	-	-	36.822.373,82
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-50.843,27	-	-	-50.843,27
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	-	268.131.374,60	-	-	268.131.374,60

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	-	268.131.374,60	-	-	268.131.374,60
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-78.524.659,06	-	-	-78.524.659,06
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	32.743.783,69	-	-	32.743.783,69
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	222.350.499,23	-	-	222.350.499,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSION
13/03/2018

PAGINA
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	922.182.036,22	809.942.350,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	64.977.037,78	51.280.931,46
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	64.977.037,78	51.280.931,46
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	7.714,55	1.078.458,80
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	7.714,55	21.731,29
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	1.056.727,51
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	826.070.077,41	730.305.873,32
Transferências Intragovernamentais	826.070.077,41	730.305.873,32
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	320.892,66	13.998.321,75
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	320.892,66	13.723.684,08
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	274.637,67
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	30.806.313,82	13.278.765,24
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

EMISSÃO
13/03/2018

PÁGINA
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	30.806.313,82	13.278.765,24
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	889.438.252,53	773.119.976,75
Pessoal e Encargos	94.113.868,35	89.246.040,98
Remuneração a Pessoal	74.502.117,43	71.062.206,86
Encargos Patronais	16.006.753,87	14.661.105,20
Benefícios a Pessoal	3.389.404,82	3.285.146,01
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	215.592,23	237.582,91
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.722.479,12	1.108.058,97
Aposentadorias e Reformas	1.094.962,55	720.285,40
Pensões	598.387,67	360.903,81
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.128,90	26.869,76
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	144.831.867,69	133.706.312,87
Uso de Material de Consumo	640.806,56	2.149.893,07
Serviços	132.855.915,36	119.760.483,06
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.335.143,77	11.795.936,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,05	0,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,05	0,23
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	648.213.947,04	548.265.304,83
Transferências Intragovernamentais	535.713.902,70	454.538.297,35
Transferências Intergovernamentais	103.810.618,87	86.416.677,91
Transferências a Instituições Privadas	-	4.819.820,21
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	6.069.140,00	1.241.884,88
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.620.285,47	1.248.624,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	401.078,79	218.916,25
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	401.078,79	218.916,25
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO
13/03/2018

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 44000 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	98.293,88	75.645,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	82.836,24	75.645,81
Contribuições	15.457,64	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	56.717,61	499.696,81
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	56.717,61	499.696,81
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	32.743.783,69	36.822.373,82

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Notas Explicativas – 4º trimestre 2017

Base Legal/normativos – Base de preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis da União (DCON) obedecem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.128 a 1.137/2008), as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 6ª edição (Portaria Conjunta das Secretarias do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal nº 1/2014 e Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700/2014), e a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700/2014), bem como, considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

As DCON abrangem as entidades, cuja execução orçamentária e financeira da receita e despesa, seja registrada na modalidade total do SIAFI, da administração direta e indireta de todos os Poderes da União, do MPU e da DPU que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), de acordo com o artigo 140, § 5º da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 – LDO 2016).

Neste contexto, a Agência Nacional de Águas (ANA), órgão 44205, como autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, obedecerá às regras normatizadas pela Administração Pública Federal.

A ANA é dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, integra o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e tem por finalidade implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Tem sede e foro no Distrito Federal, podendo instalar Unidades Administrativas Regionais - UARs, visando ao alcance de seus objetivos institucionais.

Em sua estrutura organizacional, a ANA é composta pelas seguintes unidades gestoras que executam transações orçamentárias e financeiras no sistema SIAFI:

443001 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - COGEF/SAF/ANA

443002 GESTAO RECURSOS HIDRICOS

443003 Coordenação DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.

443012 COMITE EXECUTIVO - 8ºFORUM MUNDIAL DA AGUA (a partir de 2018)

443013 COMITÊ PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO DA ANA (a partir de 2018)

443044 SIP/ANA - SUP. DE IMP. DE PROG. E PROJETOS

440106 SIP/ANA - INTERAGUAS

440109 SIP/ANA - INTERAGUAS

A Coordenação de Contabilidade - CCONT, cuja competência é coordenar, supervisionar, orientar e acompanhar a execução das atividades relacionadas ao registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da ANA está registrada como unidade gestora no sistema SIAFI na rubrica 443018 COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE.

Resumo das Principais Práticas Contábeis – Breve resumo dos critérios para reconhecimento, mensuração e evidenciação

A ANA, como integrante da Administração Pública Federal, cumpre as práticas contábeis da União que advém da Portaria nº 548 que dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634 (arts. 6º e 7º), de 19 de novembro de 2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da ANA, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

(a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras:

A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

(b) Caixa e equivalentes de caixa:

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

(d) Ativo realizável a longo prazo:

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(e) Estoques:

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, estes bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(f) Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Apuração do resultado:

No modelo PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados: (i) patrimonial; (ii) orçamentário; e (iii) financeiro.

(g.1) Resultado patrimonial:

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(g.2) Resultado orçamentário:

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Deste modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(g.3) Resultado financeiro:

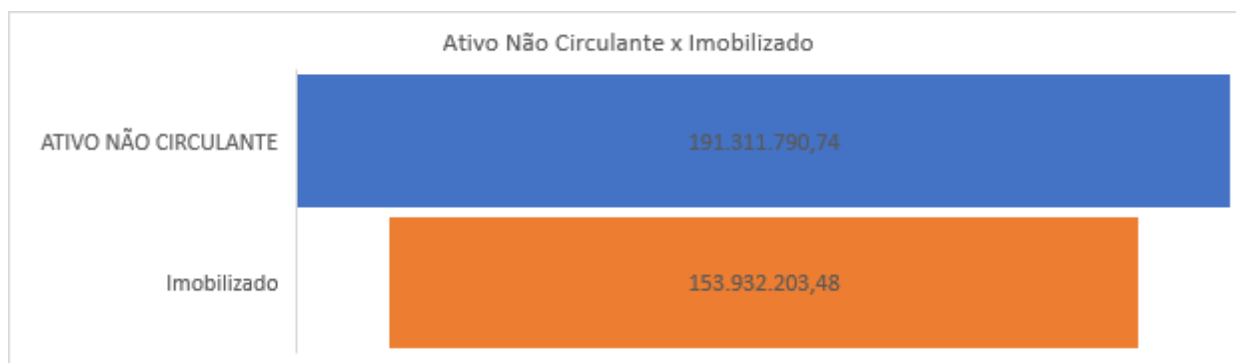
O resultado financeiro representa o confronto entre os ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Composição dos principais itens das Demonstrações Contábeis – composição, informações qualitativas e estimativas

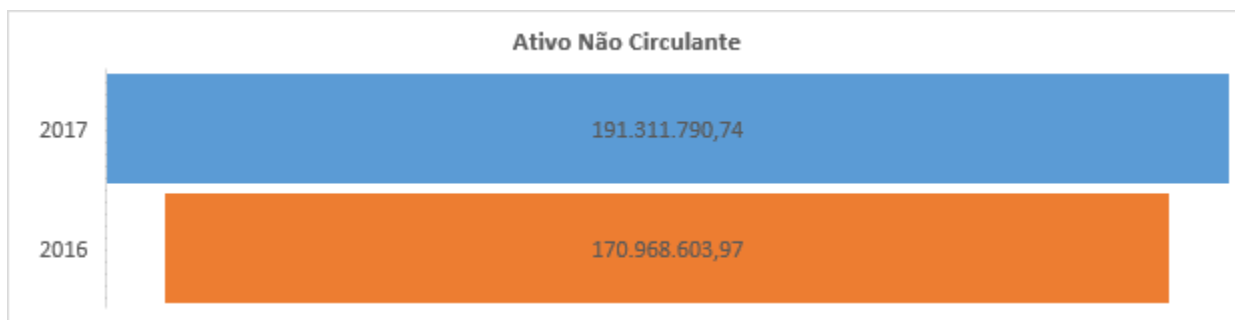
Nota 01. BALANÇO PATRIMONIAL

Imobilizado

O Imobilizado da ANA está segregado em dois grupos: (i) bens móveis; e (ii) bens imóveis. Em dezembro de 2017, o Imobilizado totalizava R\$ 153.932.203,48. O Imobilizado corresponde aproximadamente 80% da totalidade do Ativo Não Circulante em dezembro de 2017.



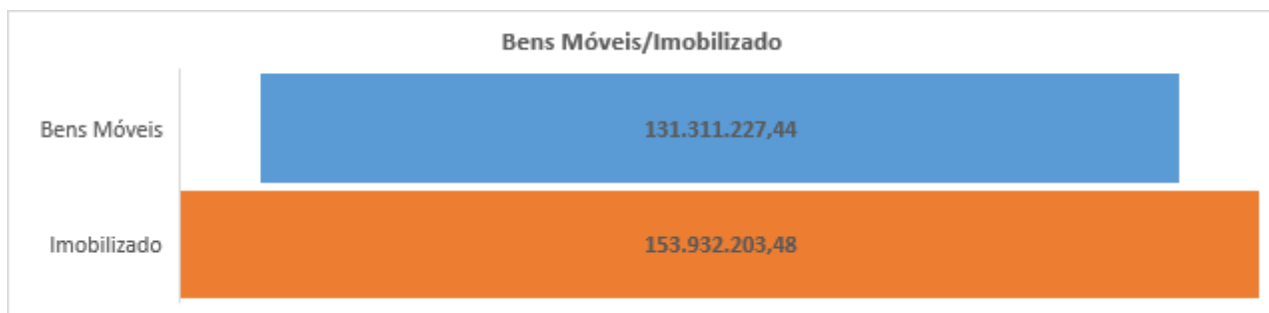
Fonte: SIAFI/ Valores em reais (R\$)



Fonte: SIAFI/ Valores em reais (R\$)

O Ativo Não Circulante, no exercício financeiro de 2017, foi da ordem de R\$ 191.311.790,74 (cento e noventa e um milhões, trezentos e onze mil, setecentos e noventa reais e setenta e quatro centavos), um aumento de aproximadamente de 12% em relação a 2016.

Em relação aos bens móveis, estes correspondem 85% do ativo imobilizado, sendo, em dezembro de 2017, o valor de R\$ 184.584,980,32 e depreciação no valor de R\$ 53.273.752,88 acarretando um valor líquido de R\$ 131.311.227,44. Do Ativo Imobilizado, aproximadamente, 15% refere-se a Bens Imóveis.



Fonte: SIAFI/ Valores em reais (R\$)

Os critérios e procedimentos adotados pela ANA para cálculos e registros da Depreciação, Conta Contábil 12.381.0100 - DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS, encontram-se embasados no Manual SIAFI, da STN, na Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Como metodologia de cálculo da depreciação é utilizado o método de cotas lineares (quotas constantes) para o valor depreciável do bem. Não há no âmbito da Agência, até o momento, aplicação de metodologias de amortização e exaustão. As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação são as definidas na macrofunção supramencionada.

Quanto ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício, informa-se que desde o início da depreciação, em 01/01/2011, o valor acumulado até 31/12/2017, conta contábil 12.381.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis foi da ordem de, na UG 443001, R\$ 53.241.454,08, e na UG 443044, de R\$ 36.189,54. O montante depreciado em 2017 foi de R\$ 11.334.414,45 para UG 443001, e de R\$ 4.620,06 para a UG 443044.

Dívida Ativa

Quanto à dívida ativa não tributária, registra-se que no exercício financeiro de 2017, foram efetuados alguns ajustes nos registros referente às atualizações dos valores da dívida ativa/créditos a receber de usuários de recursos hídricos. Houve ainda registros de “novos” valores de créditos a receber no Ativo foram efetuados na UG 443003, Conta Contábil 11.261.00.00 - DÍVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA – CONSOLIDAÇÃO, cujo valor foi da ordem de R\$ 6.180.049,25, e na Conta Contábil 12.111.05.00 - DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA LP, foi da ordem de R\$ 15.151.956,89, conforme orientações do Manual SIAFI da STN, macrofunção: 02.00.12-DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO.

Ressaltamos que em 2017 a Dívida Ativa corresponde a 10% do Ativo Total, sendo que houve um aumento de 4% em relação a 2016 decorrente de atualizações monetárias e atualização de inscrições.



Fonte: SIAFI/ Valores em reais (R\$)

Demais Obrigações a Curto Prazo

Do valor total de R\$ 1.640.010,93 (um milhão, seiscentos e quarenta mil, dez reais e noventa e três centavos) em Demais Obrigações de Curto Prazo, R\$ 1.588.000,00 (um milhão, quinhentos e oitenta e oito mil reais, refere-se à conta contábil 21.891.05.00 - CONVENIOS E INSTRUMENTOS CONGENERES A PAGAR relativo à UGE 443002 - GESTAO REC.HIDRICOS. Este valor foi liquidado, conforme conforme Documento Hábil SIAFI nº 2017TV000007, emitido em 5 de junho de 2017, porém não foram pagos até 31 de dezembro de 2017 e sua execução orçamentária, financeira e contábil é realizada pela Caixa Econômica Federal, que possui gestores e contador próprios.

Nota 02. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Observa-se, no exercício de 2017, um significativo aumento na conta Outras Variações Patrimoniais Aumentativas em relação ao exercício de 2016. Esta elevação refere-se ao valor de R\$ 20.445.353,90, corresponde à conta 4.9.9.6.1.02.00 - RESTITUICOES, em 03/03/2017, do Departamento CNPJ: 92.924.901/0002-79 - PORTO ALEGRE DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUAS por meio da 2017RA133, órgão 44205. Contudo, a GRU foi paga com código de Recolhimento 18890-5 - STN-REC.DESP.EXE.ANT-F183, valor, então, direcionado à STN.

	2016	2017
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 13.278.765,24	R\$ 30.806.313,82

Fonte: SIAFI/ Valores em reais (R\$)

Perdas Involuntárias

Observa-se um relativo aumento no valor da conta 36.311.01.00 PERDAS INVOLUNTARIAS DE BENS MOVEIS em relação ao exercício de 2016, devido às perdas de ativos ocorridos no exercício financeiro 2017, provenientes, em maior parte, de furtos de Plataformas de Coletas de Dados distribuídas ao longo de rios em diversos estados.

	2016	2017
Perdas Involuntárias	R\$ 218.916,25	R\$ 401.078,79

Fonte: SIAFI/ Valores em reais (R\$)

Nota 03. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas

As receitas realizadas em 2017 correspondem a 77% da previsão inicial e atualizada para o exercício financeiro.



Despesas

A Dotação Atualizada corresponde a 99% da Dotação Inicial e 83% das despesas orçamentárias já foram empenhadas.



Fonte: Tesouro Gerencial/ Valores em reais (R\$)

Nota 04. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS 4º TRIMESTRE DE 2017.

Em 31/12/2017, o órgão Agência Nacional de Águas (44205) possuía um saldo de R\$ 29.505.874,69 relacionados a obrigações contratuais, a parcelas de contratos que serão executadas no exercício e/ou no (s) próximo (s) exercício (s). Análise das contas: 81.231.01.01 – Contratos de Seguros em Execução; 81.231.02.01 – Contratos de Serviços em Execução; 81.231.03.01 – Contratos de Aluguéis em Execução; 81.231.04.01 – Contratos de Fornecimento de Bens em Execução.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 1 – Obrigações Contratuais – Composição.

R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2016	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	72.245,01	96.582,85	
Fornecimento de Bens	3.718.768,02	1.299.382,85	
Seguros	1.194.434,06	1.194.434,06	
Serviços	21.958.994,28	26.915.474,93	
Total	26.944.441,37	29.505.874,69	

Fonte: Tesouro Gerencial 2017

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria ou cerca de 92% do total das obrigações assumidas pelo Órgão ao final de 30/09/2017.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratos mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 2 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	31/12/2017	AV (%)
Contratado A Cia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	1.499.486,03	18%
Contratado C Projecte – Engenharia, Arquitetura, Construções	3.697.035,94	45%
Contratado D RHA ENGENHARIA E CONSULTORIA SS LTDA	1.485.545,61	18%
Contratado E Consórcio PROTEC	1.612.653,65	19%
Total	8.294.721,23	100,00

Fonte: SIAFI R\$ milhares (ou R\$)

NOVACAP

Objeto: Contrato 074/ANA/2014. Prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam, assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação da obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da Agência Nacional de Águas - ANA, no Setor Policial - SPO, Área 5, Quadra 3, Brasília/DF, nas condições estabelecidas neste Contrato. Modalidade de contratação: dispensa.

Término Vigência: 10/05/2018;

Valor contratado: 13.475.710,62.

PROJECTE - Engenharia, Arquitetura, Construções e Consultoria Ltda – MME

Objeto: Contrato 63/ANA/2016. Objeto: Prestação de serviços técnicos de apoio às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia do rio Piranhas Açu, envolvendo identificação, cadastro, atualização cadastral, e monitoramento de usos da água, companhias de medição de vazão e acompanhamento da operação de reservatório, e acompanhamento das condições de manutenção de estruturas hidráulicas e hidromecânicas de fluxo de águas em rios. Modalidade de Licitação Pregão.

Término da vigência: 23/11/2019;

Valor contratado: 4.623.132,94.

RHA – Engenharia e Consultoria Ltda.

Objeto: Contrato 010/ANA/2015. Prestação de serviços técnicos em análise de consistência de dados fluviométricos de estações de monitoramento da ANA em operação em bacias hidrográficas selecionadas.

Término Vigência: 31/03/2018;

Valor contratado: 8.567.712,60;

CONSÓRCIO PROTEC

Objeto: Contrato 007/ANA/2017 Contratação de serviços técnicos especializados de desenvolvimento, evolução e sustentação de software, na modalidade Fábrica de Software, e mensuração das demandas executadas pela fábrica de Software, na modalidade de Fábrica de Métrica e Mensuração de Software.

Término Vigência: 22/03/2018;

Valor estimado do contrato: R\$ 11.661.000,00.

CITY SERVICE SEGURANÇA LTDA.

Objeto: Contrato 020/ANA/2015. Prestação de Serviços de mão de obra terceirizada, de forma contínua, para prevenção e combate a incêndio e pânico, evacuação de áreas, abandono de edifícios, prestação de primeiros-socorros para proteção à vida e ao desenvolvimento de política prevencionista de segurança e combate a incêndio e pânico, por meio de bombeiros civis. Modalidade de licitação: Pregão.

Termino da /vigência: 03/08/2018;

Valor do Contrato: R\$ 11.882.094,00.

AEROSAT ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA

Objeto: Contrato 006/ANA/2017. Prestação de serviços de levantamentos aerofotogramétricos da parte seca e batimétricos da parte submersa, com o fim de atualização das curvas cota X área X volume de 30 (trinta) açudes presentes na Região Nordeste e Norte do Estado de Minas Gerais. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico.

Termino da /vigência: 29/09/2018;

Valor do Contrato: R\$ 5.690.000,00.

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

A Portaria ANA nº 313, de 02/10/2017, estabelece, no âmbito da Agência Nacional de Águas, o fluxo de tramitação da documentação proveniente dos órgãos de controle interno e externo, atribuindo à Auditoria Interna o papel de receber e examinar, preliminarmente, as demandas, como também proceder ao encaminhamento das providências aos demandantes, tanto as de sua competência quanto das outras Unidades Organizacionais da ANA.

No que se refere ao Tribunal de Contas da União (TCU), foi registrado no exercício de 2017 o encaminhamento de seis Acórdãos à Agência, com os respectivos relatórios e votos que os fundamentam. Desses, dois Acórdãos incluem determinações à ANA, enquanto quatro referem-se ao conhecimento de representações ou assuntos relacionados às suas atividades. Ressalva-se que as deliberações foram observadas e disseminadas às Unidades Organizacionais competentes, tratando-se em maior parte de ações a serem executadas ao longo dos próximos exercícios.

Outrossim, cabe salientar que a Agência recebe, periodicamente, ofícios diversos do TCU solicitando informações para subsidiar trabalhos de auditoria e fiscalização, representações feitas àquele órgão, como também visando ao monitoramento das providências tomadas a respeito de Acórdãos emitidos por aquela Corte. A esse respeito, em 2017, todas as solicitações de informações foram tempestivamente respondidas pela ANA. Entre os assuntos, apontam-se licitações e contratos, tecnologia da informação, multas administrativas aplicadas pela Agência, governança e gestão das organizações públicas federais, assim como temas relacionados à gestão hídrica nacional.

No que tange às recomendações oriundas do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), esse órgão de Controle Interno dispõe de um sistema informatizado denominado Monitor, que acompanha o plano de providências dos relatórios de auditoria expedidos e realiza a interlocução entre as Unidades Gestoras auditadas e a CGU.

No exercício de 2017 foi expedido o Relatório de Auditoria nº 201604727, relativo aos exames realizados sobre o Acordo de Empréstimo nº 8074-BR (INTERÁGUAS), firmado entre a ANA e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Não há recomendações do citado relatório pendentes de atendimento no Sistema Monitor.

Ainda em 2017 a CGU iniciou cinco trabalhos de auditoria na ANA, que são: a) auditoria de acompanhamento de gestão referente aos contratos terceirizados; b) auditoria acerca da implementação da ferramenta de análise de impacto regulatório (AIR); c) auditoria nas contas do Projeto PNUD BRA/15/001; d) auditoria sobre os controles internos relacionados à execução do 8º Fórum Mundial da Água; e e) auditoria de acompanhamento no Acordo de Empréstimo nº 8074-BR. No âmbito dessas ações de controle foram expedidas Notas de Auditoria com recomendações à Agência, que estão em fase de implementação e monitoradas via Sistema Monitor.

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro 20 – Deliberações pendentes do TCU (posição 31/12/2017)

Deliberações do TCU pendentes de atendimento	
Unidade / Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
Gerência-Geral de Estratégia (GGES), Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF) e Superintendência de Fiscalização (SFI)	02*

*Referem-se aos Acórdãos TCU n.º 1970/2017-Plenário e 2328/2017-Plenário, que tratam da consolidação das análises sobre a arrecadação de multas nos Relatórios de Gestão. Até 31/12/2017 não haviam sido ainda implementadas, pois tais informações só poderiam ser consignadas no presente Relatório de Gestão, elaborado no exercício de 2018.

Quadro 21 – Situação de atendimento das demandas do TCU (posição 31/12/2017)

Quadro da situação das deliberações do TCU de maior impacto*				
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Situação até 31/12/2017	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 1.970/2017 - TCU Plenário	9.1	Determina à ANA e outros órgãos que passe a incluir, em definitivo, nos Relatórios Anuais de Gestão informações relacionadas ao acompanhamento de multas aplicadas a pessoas físicas ou jurídicas.	Em atendimento	As informações são consignadas no Relatório de Gestão que é elaborado a partir de janeiro/2018, resultando no presente documento.* *
Acórdão 2328/2017-TCU Plenário	1.6.1 e 1.6.3	Reitera a determinação do AC 482/2012-Plenário, para que a ANA inclua as planilhas padronizadas relativas à arrecadação de multas em seu respectivo Relatório de Gestão do exercício de 2016. Recomenda também à ANA que esclareça no Relatório de Gestão informações sobre multas pendentes de inscrição no Cadin e o elevado percentual de multas canceladas relativas ao exercício de 2015.	Em atendimento	As informações são consignadas no Relatório de Gestão que é elaborado a partir de janeiro/2018, resultando no presente documento. **
Ofício 1014/2017-TCU/SEFTI (TC	12	Em despacho de 18/7/2017 (peça 23), o Ministro Augusto Nardes determinou cautelarmente ao	Atendido	A Superintendência de Tecnologia da Informação da ANA se

014.448/2017-3)		Ministério da Integração que se abstivesse de permitir novas adesões à ARP decorrente do PE SRP 19/2016. Determinou também à ANA e outros órgãos que se abstivessem de firmar contratos decorrentes do aludido pregão, conduzido pelo MI, se ainda não o tivessem feito.		absteve de aderir à Ata de Registros de Preços decorrente do PE SRP 19/2016, em atenção ao Ofício 1014/2017 do TCU (documento referência 88007/2017).
-----------------	--	--	--	---

* Deliberações proferidas no exercício de referência e no exercício anterior, relevantes e de impacto significativo no âmbito da Unidade.

** Demandas atendidas por meio deste Relatório de Gestão

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 22 – Recomendações pendentes da CGU (posição 31/12/2017)

Recomendações pendentes de atendimento	
Unidade / Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
Área de Administração / SAF	14
Área de Gestão / Superintendência de Implementação de Programas e Projetos (SIP)	01
Área de Planejamento / Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)	05

Quadro 23 – Situação de atendimento das demandas da CGU (posição 31/12/2017)

Quadro da situação de atendimento às demandas da CGU*			
Origem	Nº do item e descrição sucinta da recomendação	Situação	Providências adotadas / justificativas para o não atendimento
Relatório de Auditoria nº 201406828	66453 - Recomenda-se que a Unidade Examinada regularize a cessão de uso gratuito da área ocupada por esta Agência bem como realize os registros no sistema SPIUnet do bem imóvel próprio da União e locado de terceiro sob pena de configurar desídia no que diz respeito às recomendações exaradas por esta CGU.	Em atendimento	A ANA encaminhou o Ofício nº 846/2015/SAF-ANA, de 20/10/2015, para a Secretaria de Patrimônio de União (SPU) contendo: plantas dos blocos administrativos; layout das instalações e planta da situação do complexo, com a finalidade de requerer o Contrato de Cessão Gratuita. Aguarda-se manifestação da SPU, sendo prorrogado, pela CGU, o prazo de atendimento, pois a solução depende de terceiros.

Relatório de Auditoria nº 201406828	66455 - Recomenda-se que a Unidade Examinada crie e estabeleça rotinas de avaliações de seus bens imóveis de acordo com Orientação Normativa SPU ON-GEADE-004 tendo em vista o saldo na conta Edifícios (1.4.2.1.1.01.00) em conformidade com o art. 14 da Lei 10.180/2001.	Em atendimento	A ANA elaborou minuta de Portaria que dispõe sobre a gestão do patrimônio imobiliário sob sua responsabilidade. Aguardam-se a apreciação e aprovação pela nova diretoria.
Relatório de Auditoria nº 201406828	66456 - Recomenda-se que a Unidade Examinada realize uma análise (e se for o caso um saneamento) dos registros contábeis nas contas de bens imóveis: Edifícios; Imóveis a Registrar; Obras em Andamento; Reg. de Exerc.; Estudos e Projetos; Obras em Andamento; e Instalações. E, posteriormente, aplique as rotinas das Macrofunções SIAFI 02.11.07 e 02.03.30 a fim de que as informações ali registradas apresentem confiabilidade e fidedignidade espelhando a realidade dos fatos.	Em atendimento	Considerando que as contas patrimoniais ainda se encontram pendentes de regularização, em função de que todo o imóvel está outorgado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), qualquer alteração dos registros contábeis poderia gerar duplicidade de lançamentos. Além disso, a ANA está em tratativas junto à SPU visando à obtenção de Termo de Cessão de Uso Gratuito e aguarda resposta daquela Secretaria.
Relatório de Auditoria nº 201406828	66457 - Recomenda-se que a Unidade Examinada reavalie as rotinas delineadas no Termo de Cooperação nº 002/ANA/2012 com o objetivo de evitar que despesas (como aquelas relativas ao Contrato nº 030/ANA/2013) de responsabilidade de outros órgãos públicos sejam apropriadas nos Demonstrativos Contábeis da Agência.	Pendente	A CGU assim analisou a última manifestação da ANA: "Considerando a justificativa da unidade no sentido da impossibilidade de implementar a solução de anulação de despesas mediante emissão de GRU, reiteramos a recomendação, solicitando que a unidade avalie e encaminhe a esta CGU uma outra solução que possibilite o cumprimento da presente recomendação".
Relatório de Auditoria nº 201406828	66463 – Recomenda-se que a ANA – em atenção ao princípio constitucional da eficiência e ao que dispõe a IN 04/2010, Art. 15 e o Decreto 2.271/1997, Art. 3º - inicie, de imediato, os procedimentos necessários para licitação dos serviços atendidos atualmente por meio do Contrato nº 52/2013, com a finalidade de substituí-lo o mais breve possível.	Atendida	Foram enviados os documentos que demonstram que a ANA deixou de demandar serviços baseados exclusivamente nas horas executadas pela empresa e, para isso, ajustou seu catálogo de serviços a fim de definir, previamente à execução, o custo de cada item de serviço

			que não é passível de ser mensurado em pontos de função.
Relatório de Auditoria nº 201413164	149677 – Recomenda-se que a Unidade examinada realize o acompanhamento da execução do Projeto por meio do SIAFI tendo em vista que o sistema deve espelhar a realidade da execução financeira do Programa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162828 - Aprimorar, tendo em vista a Instrução Normativa nº 04/2014/SLTI/MPOG, o processo de alocação de gestores e fiscais técnicos para os contratos de tecnologia da informação e comunicação.	Atendida	Foi definida metodologia de alocação de gestores que está sendo implantada. Documento de referência: Nota Técnica nº 1/2017/STI. Aguarda manifestação da CGU a respeito das providências tomadas pela ANA.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162829 - Com base no processo formalizado, readequar o quadro atual de gestores e fiscais técnicos.	Atendida	Foi definida metodologia de alocação de gestores que está sendo implantada. Documento de referência: Nota Técnica nº 1/2017/STI. Aguarda manifestação da CGU a respeito das providências tomadas pela ANA.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162830 - Promover capacitação, interna e/ou externa, sobre gestão e fiscalização de contratos de TI para os servidores com perfil de gestão e fiscalização técnica, respectivamente.	Em atendimento	Foi informado à CGU quanto a realização de curso de fiscalização e gestão de contratos administrativos na Administração Pública Federal – IN 2/08 e 4/14, contando com a participação de quatro servidores da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI). A CGU solicitou informações adicionais.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162831 - Providenciar de imediato o planejamento de novas contratações, em separado, para os serviços de sustentação de infraestrutura de TI e de apoio à gestão e governança de TI, nos moldes da IN MPOG/SLTI nº 04/2014, atentando para prever no termo de referência os aperfeiçoamentos e aprimoramentos propostos no item 1.1.1.2 do Relatório, que trata das fragilidades e vulnerabilidades detectadas nos controles, artefatos e procedimentos de gestão do contrato nº	Em atendimento	Foi informado à CGU que, para os serviços de apoio à gestão e governança de TI, foi assinado o contrato nº 55/ANA/2016 com a empresa TS Consultoria Ltda., tendo como objeto: Implantação, treinamento e operação assistida de unidade de apoio à gestão integrada de estratégia, programas e projetos com o uso de Plataforma de Apoio à Gestão.

	75/2013 firmado com a CENTRAL IT.		A CGU solicitou informações adicionais.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162832 - Em consonância com o princípio da economicidade e da vinculação ao instrumento convocatório, abster-se de renovar o Contrato nº 75/2013 firmado com a CENTRAL IT e encaminhar as demandas de apoio à gestão e governança de TI à empresa C.P.M. Braxis (Capgemini), tendo em vista o fato de que estes serviços se encontram no escopo do contrato nº 72/2013 e são ofertados a um custo unitário inferior, e prorrogar o contrato nº 72/2013 somente pelo tempo necessário à conclusão dos procedimentos licitatórios afetos às novas contratações que serão planejadas em atendimento à recomendação anterior, nos termos da Lei nº 8.666/1993.	Atendida	Foi enviado documento evidenciando a ausência de renovação contratual.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162833 - Considerando o conjunto de falhas verificadas no processo de planejamento da contratação da CENTRAL IT (contrato nº 75/2013), em cuja execução houve demanda, autorização e ateste de serviços prestados, cuja natureza não está prevista no Contrato nº 75/2013, no valor de aproximadamente R\$ 5.476.427,00, e também inclusão de novas tarefas no catálogo de serviços, contrariando as previsões do Edital do Pregão nº 090/2013/INPE, aumentando o risco de prejuízo ao caráter isonômico da contratação; as diversas falhas identificadas nos controles e procedimentos de acompanhamento e fiscalização do contrato nº 75/2013; o impacto financeiro resultante do uso de um mesmo catálogo de serviços para soluções de TI distintas; e considerando ainda o dano ao erário, estimado em R\$ 1.809.732,90, e o risco de prejuízos advindos de eventual manutenção da vigência dos contratos 72 e 75/2013, apurar a responsabilidade dos agentes gestores pelos atos administrativos que deram causa a todo o conjunto de impropriedades e irregularidades	Em atendimento	O processo Administrativo Disciplinar tinha o prazo de 15/11/2017 para encerramento dos trabalhos e posterior apreciação pela Diretoria Colegiada da ANA, Instância máxima de decisão na Agência. Ainda não foram enviadas à CGU novas manifestações.
Relatório de Auditoria nº 201505340	162836 - Encaminhar à CGU cópias dos documentos e outros produtos que evidenciem a prestação dos seguintes serviços: a) Contrato nº 75/2013 (firmado com CENTRAL IT): serviços prestados durante toda a vigência do contrato (tarefas do tipo A, C e P); b) Contrato nº 72/2013 (firmado com C.P.M. Braxis): serviços do tipo A relacionados	Atendida	A ANA encaminhou os seguintes documentos: Relatório no 3/2017/SAF - Documento no 00000.029040/2017-90; Relatório no 4/2017/SAF - Documento no

	somente a apoio à gestão e governança de TI prestados durante toda a vigência do contrato. Organizar a listagem desses documentos em planilhas contendo, no mínimo, os seguintes dados: número do contrato; número e data de emissão da ordem de serviço; código e descrição das tarefas/atividades executadas; produtos gerados (documentos produzidos em cada tarefa/atividade); quantidade e valor unitário pago por cada produto; quantidade e valor total de cada ordem de serviço.		00000.029529/2017-61 e anexo; Relatório no 5/2017/SAF - Documento no 00000.029530/2017-96 e anexo.
Nota de Auditoria nº 78/2017 / CGIMA-DIV1	174446 - Excluir da planilha de custos de todos os contratos de serviços prestados sob a forma dedicação exclusiva de mão de obra celebrados no âmbito da Agência Nacional de Águas (ANA) o valor referente ao pagamento de plano de saúde, em observância ao que dispõe o parágrafo único do art. 6º, da Instrução Normativa n. 05/2017, bem como ao que preceitua os Pareceres n.s 015/2014/CPLC/ DEPCONSU/PGF/AGU e 012/2016 /CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU	Em atendimento	A (SAF)/ANA manifestou-se por meio da Comunicação Interna – CI nº 163/2017/SAF, de 21/11/2017, informando sobre a adoção das providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 78/2017 / CGIMA-DIV1	174447 - Avaliar, no caso concreto, a necessidade de promover o ressarcimento dos valores já pagos a título de plano de saúde, podendo valer-se das balizas traçadas do Parecer n. 012/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, apresentando as exposições de motivos para os casos em que não forem tomadas ações reparadoras dos valores pagos às empresas contratadas.	Em atendimento	A SAF/ANA manifestou-se por meio da CI nº 163/2017/SAF, de 21/11/2017, informando sobre a adoção das providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 78/2017 / CGIMA-DIV1	174448 - Incluir, em seus próximos editais de licitação, cláusula que expressamente vede cotação, nas planilhas de custos e formação de preços, de benefícios estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública ou não abranjam toda a categoria.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 80/2017 / CGIMA-DIV1	174450 - Adotar, em relação à fase de gestão do contrato, os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 05/2017, de modo a resguardar o interesse público e atender ao que dispõe o Parecer nº 06/2017/CPLC/DEPCONSU/PGF/ AGU.	Em atendimento	A SAF/ANA manifestou-se por meio da CI nº 165/2017/SAF, de 30/11/2017, informando sobre adoção às providências indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 80/2017 / CGIMA-	174451 - Adotar, quando da renovação contratual ou da concessão da repactuação/reajuste à empresa contratada, as garantias contratuais ao trabalhador na	Em atendimento	A SAF/ANA manifestou-se por meio da CI nº 165/2017/SAF, de 30/11/2017, informando sobre adoção às providências

DIV1	execução indireta de serviços e os limites à terceirização de atividades estabelecidas pela Portaria n.º 409/2016.		indicadas. Sem avaliação pela CGU até 31/12/2017.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174456 - Promover a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, adequando a alíquota do ISS a 2,0%, em observância ao que dispõe o Decreto n. 25.508, de 19 de janeiro de 2005, art. 38, inciso I, alínea 'g', subitem 7.05, e a base de cálculo do adicional de insalubridade ao valor do salário mínimo, promovendo junto à empresa Engemil, o ressarcimento dos valores pagos em desconformidade desde o início da execução contratual, concedendo à contratada o contraditório e ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174457 - Promover a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, para o caso de a empresa Engemil ser optante pelo regime da desoneração da folha de pagamento, substituindo na planilha de custos a aplicação da alíquota de 20% sobre a remuneração devida ao empregado pela aplicação da alíquota de 3,5% sobre o faturamento mensal da empresa, concedendo à contratada o contraditório e ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174458 - Verificar junto à Procuradoria Federal dessa Autarquia Especial a possibilidade de, ao promover a revisão contratual, recuperar os valores pagos em desconformidade à empresa Engemil em virtude da opção pelo regime da desoneração da folha de pagamento em contrapartida da indicação na planilha de custos da alíquota de 20% sobre a remuneração, retroagindo à data em que produziu efeitos no Contrato n. 030/2013.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 82/2017 / CGIMA-DIV1	174459 - Aplicar, em relação à planilha de materiais, equipamentos e mão de obra para os serviços eventuais, o índice de reajuste a partir da tabela SINAPI tendo como referência a data da sessão pública, 03/04/2013, contando a anualidade a partir dessa data, e calcular o valor pago a maior desde a primeira repactuação contratual, 2014, e promover a glosa nas faturas vincendas, depois de conceder o contraditório e ampla defesa à empresa Engemil.	Pendente	Sem manifestação da ANA.

Nota de Auditoria nº 89/2017 / CGIMA-DIV1	175001 - Promover, junto ao Contrato n. 009/2013, a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, excluindo da planilha de custos valores referentes à Súmula TST n. 444 e ao pagamento de adicional noturno no período das 05 (cinco) às 07 (sete) horas, adequando o valor contratual ao que estabelece à Lei n. 13.467/2017, concedendo à contratada o contraditório e ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.
Nota de Auditoria nº 89/2017 / CGIMA-DIV1	175002 - Adotar para os demais contratos cuja jornada de trabalho adotada seja 12 X 36, a exemplo de brigadistas, a revisão contratual com base no art. 65, § 5º, da Lei n. 8.666/1993, excluindo da planilha de custos valores referentes à Súmula TST n. 444 e ao pagamento de adicional noturno no período das 05 (cinco) às 07 (sete) horas, adequando o valor contratual ao que estabelece à Lei nº 13.467/2017, concedendo à contratada o contraditório e a ampla defesa.	Pendente	Sem manifestação da ANA.

*Recomendações qualificadas no Sistema Monitor da CGU como: estruturantes, com indicativo de reposição ao erário ou apuração de responsabilidade.

8.3 – Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Não foram realizados trabalhos de auditoria no exercício de 2017 contemplando o escopo deste item.

8.4 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Não houve, durante o ano de 2017, nenhuma situação que exigisse a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, previstos no art. 143 da Lei nº 8.112/90.

Tivemos um processo administrativo disciplinar instaurado em 2016 e concluído em 2017, com proposta da comissão e decisão em julgamento pelo arquivamento. Foi um processo administrativo disciplinar instaurado em decorrência de orientação do Ministério do Controle e Transparência, visando apurar possíveis irregularidades na contratação de serviços de informática.

Os atos correspondentes desse processo foram devidamente registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD.

8.5 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna

No que tange aos exames realizados pela Auditoria Interna, a partir da implementação do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2017, os trabalhos, executados de forma amostral nos processos selecionados, objetivaram avaliar a conformidade dos atos administrativos e a eficácia dos controles internos adotados. Diante das constatações registradas, ficou demonstrada a necessidade de melhorias em alguns dos controles internos instituídos, tais como aperfeiçoamento dos controles executados na gestão dos contratos de prestação de serviços continuados; necessidade de imperiosa observância ao princípio da segregação de funções na área administrativa da Agência; capacitação contínua de gestores de contratos celebrados pela ANA; continuidade no processo de modernização da gestão, a partir da revisão de normativos e manuais internos; aprimoramento da política de recursos humanos, envolvendo a recomposição quantitativa da força de trabalho e a redistribuição de pessoal; além de melhorias pontuais nos controles instituídos nos programas auditados, tais como o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA.

9- Anexos e Apêndices

9.1- QUADROS, TABELAS E FIGURAS COMPLEMENTARES

ANEXO I - DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA 2084 - RECURSOS HÍDRICOS NO ÂMBITO DO PPA 2016/2019.

O Programa 2084 - Recursos Hídricos

Em termos globais, o Brasil possui grande quantidade de água, passando pelo território nacional cerca de 260.000 m³/s em média, dos quais, 205.000 m³/s centralizam-se na bacia do Rio Amazonas, ficando para o restante do território apenas 55.000 m³/s de vazão média. Como se observa, os recursos hídricos estão distribuídos de maneira heterogênea no território nacional, o que compromete a oferta de água no País.

Quando considerados os problemas de abastecimento público de água, causados pela ocorrência de eventos hidrológicos críticos nos últimos anos, principalmente no semiárido e nas regiões metropolitanas mais populosas e com maior demanda hídrica, torna-se imprescindível uma gestão de recursos hídricos que seja capaz de superar essa situação, de forma a garantir o bem-estar da população e atender às necessidades do desenvolvimento socioeconômico.

É nesse contexto que se ressalta a importância do Programa Recursos Hídricos, empenhado em organizar a ação de governo para assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, conforme os objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

O Objetivo 1025 do Programa é dedicado à implementação dos instrumentos da PNRH: planos de recursos hídricos; enquadramento de corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes; outorga de direito de uso; cobrança pelo uso da água e sistema nacional de informações.

O Objetivo 1026 visa fortalecer a estrutura funcional do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), que compreende os seguintes entes: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Agência Nacional de Águas (ANA), conselhos de recursos hídricos dos estados e do Distrito Federal, comitês de bacias hidrográficas e órgãos públicos.

Já o Objetivo 1027 busca promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, merecendo destaque, nesse sentido, o Programa Produtor de Água, que se baseia no pagamento por serviços ambientais para a redução de processos erosivos e para o aumento da disponibilidade de água; e o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes), que utiliza uma estratégia inovadora de estímulo financeiro a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos.

O Objetivo 0479 propõe ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas. Nesse sentido, os investimentos visam atender à demanda por água decorrente do desenvolvimento do País e do seu crescimento populacional (necessidade estrutural), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atipicamente prolongadas (necessidade conjuntural). Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), que beneficiará uma população estimada de 12 milhões de habitantes em 390 municípios, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por sua vez, o Objetivo 0480 visa garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção com ações de recuperação que contemplam a reabilitação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais, sua modernização e/ou ampliação, objetivando a segurança de seus usuários, bem como a seguridade hídrica.

No caso do Objetivo 0549, propõe-se fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, mediante elaboração do marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH); implementação do modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e conclusão do Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União (Planerb).

O Objetivo 1024 pretende ampliar o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações, buscando uma visão integrada desse tema, por meio da realização de levantamentos, estudos e

pesquisas. É essencial que se tenha uma melhor compreensão dessas interações, dado que mais da metade dos municípios brasileiros (53%) depende de mananciais subterrâneos para o abastecimento de suas sedes urbanas.

Principais Resultados

Política Nacional de Recursos Hídricos e seus instrumentos

Destacam-se como principais resultados relacionados à disponibilidade de água para usos múltiplos, no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que a ampliação da Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real está em 29%, aproximando-se, portanto, da meta de 30% prevista para 2019. No ano de 2017, foram modernizadas 88 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 1344 estações hidrometeorológicas.

Quanto à ampliação da cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), em 2017 os estados de Rondônia e Santa Catarina concluíram os seus planos, elevando a cobertura do território com planos estaduais de 58% para 62%. Os estados do Amazonas e Maranhão deram início à elaboração dos seus planos de recursos hídricos e os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte realizaram os procedimentos licitatórios e estão em fase de contratação das consultorias para a revisão dos seus respectivos planos com apoio da ANA e SRHQ/MMA. Ao final de 2017, essas duas instituições firmaram Termo de Execução Descentralização para o apoio à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará. O próximo passo será a assinatura do convênio entre SRHQ/MMA e o Estado, para o repasse dos recursos. Até 2019 é prevista a conclusão dos PERHs do Amapá, Pará e Espírito Santo e o alcance do índice de 100% do território nacional coberto com PERHs.

Quanto à disponibilização de dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), no âmbito do Programa Qualiágua, em 2017, foram celebrados 5 novos contratos com estados, tendo sido alcançada abrangência de 20 unidades da federação até o momento. A divulgação dos dados de qualidade da água dos 20 estados está disponível no portal do SNIRH, disponível no sítio <http://portalpnqa.ana.gov.br/Qualiagua.aspx> e <http://www.snirh.gov.br/>.

Em relação aos planos de bacias interestaduais e respectivos estudos de enquadramento, em 2016 foi concluído o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Paranapanema (Região

Hidrográfica do Paraná) e em 2017 foram concluídos os Planos de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (região hidrográfica do Paraná) e da Região Hidrográfica do Paraguai, o que resultou no alcance da meta prevista para o final do Plano Plurianual.

Para as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos foram implementadas ações na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu, como: a continuidade dos serviços técnicos de apoio em campo às ações de gestão e regulação de usos da água na bacia; a continuidade dos estudos de análise custo-benefício de medidas de adaptação às mudanças climáticas na bacia; a continuidade da implementação da alocação negociada de água em reservatórios estratégicos; a celebração de convênio para elaboração de estudo de viabilidade e projeto básico do Sistema Adutor Regional do Seridó; apoio às atividades da secretaria executiva do Comitê da Bacia; desobstrução dos trechos críticos dos rios Aguiar, Piancó e Piranhas; execução da batimetria em 12 reservatórios; articulação com municípios para elaboração de projetos de reuso de água e recuperação de estruturas hidromecânicas nos açudes Itans, Cruzeta e Sabugi.

Com relação à Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, foram elaborados termos de referência para contratação de estudos previstos no Plano de Recursos Hídricos da Bacia, nos seguintes temas: avaliação do impacto da variação do regime operacional dos reservatórios; elaboração de proposta de enquadramento de cursos d'água federais; estimativa da carga poluidora gerada pela indústria; caracterização do perfil de uso da água na indústria; realização de inventário de reservatórios de água e identificação de novas alternativas de reservação de água.

Quanto à implementação de regras de uso da água em bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa, destacam-se informações do andamento da alocação negociada de água em seis bacias hidrográficas:

- Bacia Hidrográfica do Rio Negro (RS): discussão e definição de regras de uso por meio da Resolução nº 1.310/2015;
- Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (MG/ES): discussão e definição de regras de restrição de uso;
- Bacia Hidrográfica do Rio São Marcos (GO/MG/DF): (i) discussão de prioridades de uso junto ao comitê de bacia, (ii) preparação de termo de referência (minuta preliminar em andamento) para contratação de empresa para apoio técnico ao monitoramento de usos, monitoramento hidrológico e acompanhamento da situação de barragens, (iii) articulação com os órgãos gestores estaduais com vistas à coordenação das ações e definição de regras conjuntas;

-
- Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (AL/SE/PE/BA/MG/GO/DF): instituição de grupo de trabalho e discussões sobre regras gerais de operação dos reservatórios da bacia;
 - Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (BA/MG): (i) Definição de regras de alocação de água e (ii) intensificação do monitoramento de usos durante a estiagem (SFI) e;
 - Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas Açú (PB/RN): (i) Definição de regras especiais para a atual situação extrema de escassez hídrica; (ii) discussão e aprovação no comitê de bacia de regras gerais no âmbito do plano de bacia; (iii) implantação de escritório técnico na bacia por meio de Contrato específico nº 63/2016/ANA, para apoio à implementação das regras.

Além das regras específicas de uso da água, cabe mencionar a definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água em situações de conflito de uso e escassez hídrica, como ocorre na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Com o objetivo de promover o acompanhamento sistemático dos impactos sobre os usos da água em estreita articulação com os diferentes usuários, órgãos gestores da bacia e outras instituições interessadas, a Agência Nacional de Águas instalou desde 2013 e opera semanalmente a Sala de Crise, que tem sido fundamental para subsidiar a elaboração das sucessivas resoluções que definem a vazão mínima liberada pelos reservatórios. Atualmente encontra-se em vigor a Resolução nº 1.943, de 6 de novembro de 2017, que autoriza, até 30 de abril de 2018, a redução da vazão mínima liberada dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos de Sobradinho e Xingó, no rio São Francisco, de 1.300 m³/s para média diária de 550 m³/s e instantânea de até 523 m³/s.

Além da Sala de Crise do São Francisco, iniciativas semelhantes foram implementadas em 2017 para a Bacia do Rio Tocantins e para a Hidrovia Tietê-Paraná. As reuniões da Sala de Crise do Rio Tocantins ocorrem quinzenalmente e visam debater as condições de operação dos reservatórios da calha do rio, como Serra da Mesa e Estreito, com o intuito de preservar os estoques de água da bacia e garantir a continuidade do atendimento aos usos múltiplos do recurso. Dos encaminhamentos oriundos da Sala de Crise, destaca-se a garantia de atendimento de uma vazão mínima de 744 m³/s a jusante da UHE Estreito com vistas a manutenção da captação da cidade de Imperatriz/MA. Com relação à Hidrovia Tietê-Paraná, apesar dos baixos níveis de armazenamento observados nos reservatórios das bacias dos rios Grande e Paranaíba, foi possível garantir a cota mínima de 325,4 m nos reservatórios de Ilha Solteira e Três Irmãos, evitando-se assim a interrupção na navegação da hidrovia Tietê-Paraná a exemplo do que aconteceu em 2014.

Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Um dos desafios para a gestão de recursos hídricos é a dupla dominialidade das águas, as quais, por determinação constitucional, são compartilhadas pela União e Estados, o que impõe a necessidade da forte articulação vertical, entre os níveis federativos, para assegurar a gestão integrada no âmbito das bacias hidrográficas. A Lei nº 9.433, de 1997, estabelece que a “União articular-se-á com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum”. As dificuldades nesse sentido concentram-se nas assimetrias encontradas entre os diversos órgãos gestores dos recursos hídricos em relação a suas capacidades financeiras, de estrutura e de pessoal.

Uma iniciativa nesse sentido é o “Pacto Nacional pela Gestão das Águas”, um acordo de cooperação voluntário, conduzido pela ANA, que tem por objetivos a construção de compromissos entre os entes federados e o fortalecimento da gestão integrada dos recursos hídricos no País, visando à superação de desafios comuns e à promoção do uso múltiplo e sustentável das águas, sobretudo em bacias compartilhadas. Para tanto, o Pacto se vale da construção de arranjos e formalização de compromissos com os entes federados e entre esses.

No que tange aos principais resultados de fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), reporta-se que 17 unidades da Federação obtiveram avanços nas respectivas metas referentes à capacitação setorial, cadastro de usuários, outorga, monitoramento hidrometeorológico, e de qualidade da água, o que representa 85% da meta prevista até 2019. De 2013 a 2017, 25 unidades receberam cerca de R\$ 74 milhões no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão. O Progestão, regulamentado por meio da Resolução ANA nº 379/2013, baseia-se no princípio do pagamento por alcance de metas, a partir da adesão voluntária das unidades da federação. Para o cumprimento de seus objetivos, o Programa aporta recursos orçamentários da ANA, na forma de transferência pelo alcance de metas acordadas entre a Agência e as entidades estaduais, sendo interveniente o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). As informações detalhadas do Progestão estão disponíveis em <http://progestao.ana.gov.br/>.

Outro desafio ainda presente é a implementação e consolidação dos Comitês, Agências de Bacia ou entidades delegatárias com essas funções. Essas estruturas constituem o espaço de participação das diferentes partes interessadas no tema e permitem a manifestação dos interesses locais, aproximando a gestão dos recursos hídricos do fundamento legal de participação e descentralização. A ANA vem atuando desde sua criação no sentido de apoiar a implementação

e o funcionamento de Comitês de Bacia, buscando dotá-los de capacidades para o exercício de suas atribuições. Dessa forma, além do apoio técnico e financeiro fornecido há 9 comitês interestaduais instalados no Brasil, em 2016 a ANA lançou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS. O Programa prevê o repasse de recursos financeiros aos estados, para aplicação no fortalecimento dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, sendo o repasse condicionado ao cumprimento de um conjunto de metas negociadas e cujo alcance será aferido pelos respectivos CERH. Até o momento, 14 estados firmaram contrato (somando 111 comitês estaduais), havendo a previsão de desembolsos de até R\$ 24,9 milhões até o final do Programa, cujo ciclo é de cinco anos

Pela natureza transversal da água, há uma diversidade de instituições governamentais cuja atuação é impactada ou impacta os recursos hídricos. É necessário promover a articulação intersetorial relacionada, ou seja, dos planos e políticas de recursos hídricos com os planos e políticas de outros setores e órgãos do governo afetos ao tema. A intenção é evitar redundância ou lacunas de atuação e obter melhores resultados para a qualidade de vida da população a partir dos recursos financeiros investidos. A realização de estudos e planos intersetoriais ou voltados a setores usuários específicos permitem, para além do diagnóstico oferecido, subsidiar e orientar a tomada de decisão e o investimento público, nas diferentes esferas de atuação. Um grande desafio no Brasil ainda reside na melhoria dos serviços de abastecimento público de água e tratamento de esgotos, intimamente relacionados com a gestão dos recursos hídricos.

Nesse sentido, foi lançado em 2017, o “Atlas Esgotos: Despoluição de Bacias Hidrográficas” traz análise da situação do esgotamento sanitário nas 5.570 cidades brasileiras e dos impactos do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País. Como muitos municípios não possuem tratamento de esgotos adequado ou sequer disponibilizam o serviço para sua população, o lançamento desses efluentes nos corpos hídricos comprometem a qualidade e os usos das águas, causando implicações danosas à saúde pública e ao equilíbrio do meio ambiente.

A ANA, em parceria com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, elaborou a publicação com embasamento técnico e estratégico, para que os setores de recursos hídricos e de saneamento tenham à disposição um documento de referência para subsidiar a tomada de decisão na gestão de recursos hídricos e na orientação dos investimentos em tratamento dos esgotos urbanos. O Atlas conta com um banco de dados com informações e indicadores de saneamento com abrangência nacional.

Os principais objetivos do Atlas Esgoto são:

- Caracterizar a situação do esgotamento sanitário em todos os municípios brasileiros;
- Avaliar o impacto do lançamento dos esgotos nos rios, lagos e reservatórios do País;
- Propor soluções de coleta e tratamento de esgotos com foco na universalização dos serviços e no atendimento aos usos múltiplos da água;
- Propor estratégia de caráter técnico e institucional para orientar os processos de planejamento, regulação e financiamento no âmbito dos setores de recursos hídricos e saneamento;

Para mais detalhes, acesso aos dados completos e aos mapas interativos, consultar: <http://atlasesgotos.ana.gov.br/>

Outra iniciativa realizada em conjunto com os órgãos federais e estaduais é a operacionalização do Monitor de Secas do Nordeste - MSNE, que visa ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação associadas. Trata-se de um processo de acompanhamento regular e periódico da situação da seca na região, cujos resultados consolidados são divulgados por meio do Mapa do Monitor de Secas. O projeto promove a integração dos conhecimentos disponíveis em diversas instituições de governo e acadêmicas, que elaboram informações, estudos e produtos para a evolução constante e aumento do impacto do MSNE em políticas públicas. O site do MSNE (<http://monitordesecas.ana.gov.br/>) permite o acesso da população às informações e mapas gerados, além de consultas comparativas e outras funcionalidades. Em 2017, foi lançado o aplicativo do MSNE para smartphones, disponível gratuitamente para os sistemas Android e iOS. O trabalho responde a uma necessidade histórica de melhoria no monitoramento e gerenciamento das secas no Brasil e representa o primeiro de muitos passos necessários para uma mudança de abordagem – da gestão emergencial e reativa à preparação e gerenciamento proativos - que permita lidar com a seca desde os seus primeiros sinais, definindo ‘gatilhos’ para lidar com estágios de severidade crescente da seca e reconhecendo tratar-se de um evento progressivo que se instala lentamente.

Boas práticas de uso de água e solo e revitalização de bacias hidrográficas

O Programa Produtor de Água é um instrumento pelo qual a União apoia, mediante orientação técnica ou apoio financeiro, projetos executados no meio rural voltados à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar melhoria da qualidade e a regularização da oferta de água em bacias hidrográficas. O Programa prevê que os projetos contemplem o pagamento por serviço ambiental – PSA aos produtores rurais em função das suas ações que favoreçam os serviços ecossistêmicos e que gerem externalidades positivas à sociedade. Resulta

na melhoria do manejo da propriedade e conservação dos recursos hídricos consequentes à adoção de boas práticas pelos produtores rurais, tais como: práticas mecânicas, recomposição da vegetação natural e agropecuária sustentável que, deste modo, contribuem para o abatimento efetivo da erosão e da sedimentação e aumento da infiltração de água na bacia hidrográfica. De 2016 até o momento foram celebrados 4 convênios (SC, DF, GO e MG) e 18 contratos de repasse com prefeituras municipais selecionadas por editais de chamamento público, tendo sido alcançados os seguintes marcos: 1.150,50 ha de recuperação florestal, 4.251 ha de conservação de solo e 276,9 km de readequação de estradas.

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) busca a redução dos níveis de poluição hídrica pela remoção de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado aos Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação, ampliação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs. Até o momento foram removidas cerca de 40.000 toneladas de DBO por 15 Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) participantes do Programa, o que representa 55% da meta proposta para o quadriênio 2016-2019. O valor a ser removido por ano será crescente em razão do início de operação de ETEs já contratadas.

Águas Subterrâneas

Quanto à ampliação e à difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais busca-se realizar o diagnóstico de duas Regiões Metropolitanas, nas quais essa fonte é componente relevante no abastecimento, incluindo plano de gestão, estratégias de ampliação da oferta e avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação.

Em 2016 foi celebrado Termo de Execução Descentralizada (TED) da ANA com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) para avaliação hidrogeológica da Região Metropolitana de São Luís-MA (RMSL), cujo objetivo é o de gerar conhecimento para o órgão gestor de recursos hídricos estadual sobre os sistemas aquíferos da Ilha de São Luís, sobre as relações entre eles e com os corpos d'água superficiais e a avaliação de locais com restrições de uso, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade. A previsão de conclusão desse estudo é 2018 com a entrega do relatório final. Adicionalmente, para a realização dos estudos hidrogeológicos para a definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas de Belém/PA e municípios adjacentes, foi celebrado contrato da ANA com a empresa Profill Engenharia e Ambiente Ltda. O contrato está em execução e a previsão da entrega do relatório final é 2018.

Já em 2017 foi celebrado em 2017 o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 02/2017/ANA, também com o Serviço Geológico do Brasil-CPRM, para elaboração de “Estudos Hidrogeológicos das Regiões Urbana e Periurbana de Manaus-AM - Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Hídricos”, com o objetivo de gerar conhecimento para a tomada de decisão do órgão gestor estadual de recursos hídricos. Tais informações auxiliarão a Secretaria do Meio Ambiente do Amazonas na definição de estratégias de gestão das águas subterrâneas nessa área, visando a sua preservação e seu uso sustentável. A previsão de conclusão desse estudo é 2018.

Planejamento e Gestão dos Investimentos em Infraestrutura Hídrica

Outra meta relevante para o objetivo, “Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos”, busca definir diretrizes, conceitos e critérios que permitam a seleção e o detalhamento das principais intervenções estratégicas no Brasil. Entretanto, o contrato para implementação foi rescindido com a empresa contratada em julho de 2016 com 35 % de desembolso e 15% a serem pagos. E uma nova seleção foi realizada, tendo sido contratada uma nova empresa em agosto de 2017, que deve concluir o Plano no final de 2018.

O ano de 2017 foi marcado pela a entrada em operação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Trata-se de um instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens - estabelecida pela [Lei nº 12.334/2010](#). O SNISB foi lançado em cerimônia no Congresso Nacional no Dia Mundial da Água – 22 de março de 2017, e a partir daí o sistema passou a ser utilizado por um número crescente de entidades fiscalizadoras, que estão gradualmente inserindo os dados das barragens sob sua responsabilidade no SNISB. O sistema fechou o ano de 2017 com 1730 barragens cadastradas.

Paralelamente foi iniciado o desenvolvimento de outro módulo para o cadastramento das informações relativas aos Planos de Segurança de Barragens cujo término está previsto para maio de 2018. Este módulo permitirá o cadastramento dos documentos obrigatórios relativos à segurança barragens, tais como Relatórios de Inspeção, Plano de Ação de Emergência, dentre outros. Foi também iniciado o desenvolvimento de processos de importação de dados oriundos de outras entidades, as quais possuam grandes volumes de dados em seus cadastros, a exemplo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema) do Estado do Rio Grande do Sul.

Conclusões e Perspectivas

Em relação ao Programa Recursos Hídricos, das 13 metas sob a responsabilidade do MMA/ANA, 4 já foram alcançadas e as demais apresentam andamento adequado, não havendo riscos identificados até o momento. A expectativa é que a ANA obtenha resultados muito satisfatórios em todas as metas.

INDICADORES

Indicador	Unidade de Medida	Referência		Valor apurado 2017	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de reservação de água per capita	m³/hab	31/12/2013	3607,00	31/12/2017	2919,66
Capacidade do reservatório equivalente - Brasil (inclui reservatórios do setor elétrico)	mihão de m³	31/12/2014	567445,00	31/12/2017	520720,65
Capacidade do reservatório equivalente - Nordeste	mihão de m³	15/06/2015	38010,08	31/12/2017	35111,50
Percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	Percentual	31/12/2011	24,00	31/12/2016	10,76
Percentual do território com comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados	Percentual	31/12/2014	15,74	31/12/2017	15,74
Percentual do território com planos de bacias hidrográficas interestaduais elaborados	Percentual	31/12/2014	55,00	31/12/2016	62,00
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Brasil	Percentual	31/12/2014	53,42	31/12/2017	54,12
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Nordeste (incluindo reservatórios de qualquer capacidade)	Percentual	15/06/2015	24,90	31/12/2017	13,89
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	Percentual	31/12/2012	8,00	31/12/2016	7,60
Relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total retirada para atendimento aos usos consuntivos em rios federais (demanda existente estimada)	Percentual	31/12/2011	64,00	31/07/2016	90,00
Vazão outorgada acumulada em rios de domínio da União e dos Estados	m³/s	31/12/2014	4235,96	31/07/2016	5239,75

Indicadores do Programa 2084.

Os indicadores do Programa têm como fonte a publicação Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, elaborada pela Agência Nacional de Águas há cada quatro anos. O primeiro Relatório foi publicado em 2010, consolidando dados até 2009, e a sua atualização se deu em 2017, com dados referentes a 2016. Anualmente são divulgados Informes relacionados à Conjuntura dos Recursos Hídricos, que apresentam atualizações de parte das informações e indicadores dos relatórios quadrienais e tratam de temas específicos, como a Crise Hídrica.

ANEXO II - EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

AÇÕES – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – OFSS

Ações de Responsabilidade da ANA, vinculadas ao Programa Temático 2084 do MMA

Tabela 3 – Consolidado das Ações Orçamentárias do Programa 2084 – Recursos Hídricos

Identificação da Ação Orçamentária	
Código da Ação	Título
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens
12DS	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Quadro 24 - Ação: 20WI - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Identificação da Ação						
Código	20WI		Tipo: Atividade			
Título	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos					
Iniciativa	Representa o Próprio Objetivo.					
Objetivo	1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos.					
Programa	Recursos Hídricos Código: 2084 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhado	Liquidado	Pago	Processados	Não Processados
168.554.877	181.696.996	156.068.872	83.963.216	81.571.488	3591,67	84.568.831
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Bacia Hidrográfica Beneficiada			Unidade	81	81	11
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (*)						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
84.568.831	64.568.826	5.802.397	Bacia Hidrográfica beneficiada		Unidades por ano	4

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 25 - Ação: 2378 – Operação da Rede Hidrometeorológica

Identificação da Ação						
Código	2378		Tipo: Atividade			
Título	Operação da Rede Hidrometeorológica					
Iniciativa	Aprimoramento do monitoramento Hidrológico Quanti-Qualitativo de águas superficiais, subterrâneas e atmosféricas.					
Objetivo	Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos		Código: 2026		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
68.783.757	68.783.757	66.479.360	40.542.928	40.245.128	142.077	21.916.579
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Estação implantada			unidade	4500	4500	4655
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
21.916.579	19.941.809	1.752.898	Informação produzida		unidade	87

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 26 - Ação: 4926 – Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

Identificação da Ação						
Código	4926		Tipo: Atividade			
Título	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens					
Iniciativa	Regulação e fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragem.					
Objetivo	Promover a integração, e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.					
Programa	Conservação e Gestão de Recursos Hídricos		Código: 2026	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.528.053	12.933.561	10.202.417	2.484.107	2.404.108	52.010	3.478.981
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Usuário regularizado			unidade	1.155	0	1.810
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.478.981	2.033.198	0,00	Usuário regularizado	unidade	0	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 276 - Ação: 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas

Identificação da Ação						
Código	12DS Tipo: Projeto					
Título	Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas					
Iniciativa	Representa o Próprio objetivo					
Objetivo	1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas					
Programa	Recursos Hídricos Código: 2084 Tipo: Temático					
Unidade Orçamentária	44205 – Agência Nacional de Águas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
17.487.468	6.000.001	5.937.698	5.826.227	5.826.227	0	3.848.151
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Prédio Construído			Percentual de Execução Física	97,10	97,10	97,10
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira - R\$ 1,00			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.848.151	3.848.151	0	Prédio Construído	Percentual de Execução Física	29	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Análise Situacional das Ações de Responsabilidade da ANA, vinculadas ao Programa Temático 2084 – Recursos Hídricos

A atuação da ANA em 2017 foi basicamente alicerçada nas ações de natureza estrutural **20WI, 2378 e 4926**. Integram essas ações planos orçamentários que visam à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH.

No Índices e Indicadores de Desempenho, deste relatório, é feita análise detalhada da execução das metas físicas/financeiras dos planos orçamentários dessas ações.

Nos últimos anos o país vivenciou um dos piores períodos de estiagem, que alcançou simultaneamente as regiões Sudeste e Nordeste. Desde então, foram desencadeadas atividades em articulação com os órgãos gestores dos estados atingidos pelo período de estiagem, visando minimizar os efeitos negativos desse cenário. Deve-se ressaltar que também os setores usuários participam das articulações voltadas ao enfrentamento da seca prolongada, oferecendo alternativas de superação das restrições que se fazem necessárias. Foi instalado um Comitê de Crise envolvendo a ANA e os órgãos regionais e gestores dos estados atingidos pela seca. Podem ser destacadas as salas de crise do São Francisco, rio Tocantins, a hidrovía Tietê Paraná e no rio Madeira.

Uma série de estudos e ações estão em curso e têm a finalidade de promover um monitoramento contínuo e as ações interventivas contra a seca devidamente articuladas entre as esferas federal e estadual, os setores usuários e os comitês de bacias. Entre esses estudos e ações destacam-se o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), o Atlas Brasil Esgotos, Atlas Irrigação, a plataforma digital do Conjuntura, estudo sobre as condições de operação dos Reservatórios do Semiárido e o Projeto Monitor da Seca do Nordeste –MSNE além de outros estudos em andamento.

A ANA como órgão coordenador do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos tem sido constantemente demandada pelos demais entes para ampliar e aprimorar as oportunidades de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para atuar na gestão de recursos hídricos em nível federal, estadual, nos comitês de bacias hidrográficas, em articulação com setores usuários. Como resposta a essa demanda ampliou a rede de universidades do ProfÁgua que saltou de 6 para 14 universidades brasileiras. O ProfÁgua é um programa de pós-graduação stricto sensu em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Coordenado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, tem como objetivo proporcionar a formação continuada dos profissionais que atuam em órgãos gestores de recursos hídricos (em nível federal, estadual e municipal), agências de água, comitês de bacia hidrográfica ou conselhos de recursos hídricos, seja participando desses órgãos ou submetendo pedidos ou projetos de utilização e controle de recursos hídricos; criou 280 novas vagas do Mestrado Profissionalizante em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos no âmbito do Programa ProfÁgua; e consolidou a Avaliação do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (Progestão), além de estruturar a implementação de sua segunda fase. Ao longo de cinco anos, foram disponibilizados cerca de 100 milhões de reais para a celebração do Pacto Nacional com as diversas unidades da Federação, sendo aportados recursos na faixa de R\$ 3,75 milhões (R\$ 750 mil/ano) a cada estado.

Somado a esse esforço a ANA lançou ainda o relatório Cobrança das águas no Brasil: os caminhos a seguir. Trata-se de Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico –

OCDE voltado ao aperfeiçoamento da gestão da água no Brasil, com foco na avaliação da abordagem brasileira de cobrança pelo uso de recursos hídricos, incluindo avaliação de opções e requisitos para a implementação de instrumentos de gestão de recursos hídricos no contexto brasileiro.

Em relação à Ação 12DS – Construção de Prédio Anexo ao Bloco M da Agência Nacional de Águas, o processo 02501.001722/2014-70 foi aberto em 17/09/2014 e o Contrato 074/ANA/2014, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura, quais sejam: assessoria técnica na análise dos projetos de arquitetura e complementares, análise, atualizações e elaboração de estimativas de preços, licitação dos projetos executivos de engenharia, licitação de obra, bem como acompanhamento técnico na execução de obras civis do edifício institucional da ANA, foi firmado em 10/11/2014 com 30 meses de vigência a partir da assinatura. A prédio foi concluído e entregue a ANA em dezembro de 2017.

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
PROGRAMAÇÃO DAS DESPESAS

QUADRO 28 - PROGRAMAÇÃO DA DESPESA						
Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas			Código UO: 44205		UGO: 443003	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			96.293.632,00		353.051.503,00	
CRÉDITOS	Suplementares		3.747.294,00		-13.492.907,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2017 (A)			100.040.926,00	0,00	339.558.596,00	
Dotação final 2016 (B)			90.863.658,00		310.720.313,00	
Variação (A/B-1)*100			10,10			9,28
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			24.479.216,00			
CRÉDITOS	Suplementares		9.388.982,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2017 (A)			33.868.198,00			
Dotação final 2016 (B)			49.298.359,00			
Variação (A/B-1)*100			-31,30			

ANÁLISE CRÍTICA

No que diz respeito à programação da despesa a que se referem os quadros demonstrativos acima, cabem as seguintes considerações.

A Unidade Orçamentária 44205 – Agência Nacional de Águas - ANA, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente - MMA, tem sua Programação Orçamentária e Financeira sob a responsabilidade da Unidade Gestora 443003 – Gerência de Orçamento e Finanças/SAF/ANA, que desempenha, dentre outros, o papel de unidade descentralizadora (não-executora) de recursos.

Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 29 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Não Processados				
Ano da inscrição	Montante em 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2017
2016	R\$ 90.775.946,52	R\$ 78.170.363,94	R\$ 6.805.981,79	R\$ 5.799.600,79
2015	R\$ 10.543.704,35	R\$ 7.771.059,02	R\$ 1.184.645,33	R\$ 1.588.000,00
Anteriores ao exercício de 2015	R\$ 1.393.466,70	R\$ 0,00	R\$ 1.393.466,70	R\$ 0,00

ANÁLISE CRÍTICA:

No âmbito da Unidade Orçamentária (UO) 44205, o volume total de Restos a Pagar Não Processados Inscritos alcançou o montante de R\$ 90.775.946,52. Desse total, cerca 86% (R\$ 78.170.363,94) foram pagos ao longo do exercício financeiro de 2017. Além disso, aproximadamente 32% (R\$ 29.024.638,26) tratavam-se de despesas de Capital que, ao longo de 2017, foram quase que integralmente pagas (R\$ 25.915.719,17), ou seja, cerca de 89,3%. Em contrapartida, houve a inscrição em Restos a Pagar Não Processados de despesas de Custeio da ordem de 68% (R\$ 61.751.308,26), dentre os quais R\$ 975.355,34 oriundos de Destaques Orçamentários recebidos do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério Defesa, por conta do Termo de Execução Descentralizada firmado com os Órgãos integrantes do Complexo Administrativo no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, onde R\$ 575.334,34 foram utilizados para pagamento de serviços de Fornecimento de Água, Luz, Vigilância, Limpeza, Manutenção Predial, Brigadista e Dedetização. O saldo restante de R\$ 400.021,00 foi devidamente cancelado.

A reinscrição de Restos a Pagar Não Processados de exercício anteriores a 2016 para 2017 alcançou o valor total de R\$ 11.937.171,05. Desse montante, R\$ 1.060.688,99 estiveram sob responsabilidade da Unidade Gestora Executora - UGE/Gestão: 443001/44205 referentes à despesas do exercício financeiro de 2015, dentre os quais R\$ 575.155,46 (aproximadamente 54,2%) foram pagos. A diferença de R\$ 485.533,53 foi anulada ao longo do exercício financeiro de 2017.

Por outro lado, no âmbito da UGE/Gestão: 443002/44205, o valor de R\$ 10.064.889,01 foi indicado para reinscrição pelo Ordenador de Despesas da UGE/Gestão: 443002/44205, Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, visando à operacionalização do Orçamento Geral da União mediante Contratos de Repasse. Desse total, ao longo do exercício financeiro de 2017, aproximadamente 63,4% foram pagos (R\$6.384.310,51), 20,8% foram cancelados (R\$ 2.092.578,50) devido a problemas e/ou pendências com análise documental e/ou

fiscal para formalização dos respectivos Contratos de Repasse e o restante no valor de R\$ 1.588.000,00 foram liquidados, conforme Documento Hábil SIAFI nº 2017TV000007, emitido em 5 de junho de 2017, porém não foram pagos até 31 de dezembro de 2017.

Ainda no âmbito da UGE/Gestão: 443002/44205, houve reinscrição de empenho do exercício financeiro de 2014 no valor de R\$ 1.393.466,70 referentes à Contrato de Repasse com a Prefeitura Municipal de Serra Branca, que por sua vez teve seu saldo cancelado em 9 de agosto de 2017, conforme CE GEOTR01 nº 349/2017.

No âmbito da UG/Gestão: 440106/44205 (Interáguas), o valor de Restos a Pagar Não Processados Inscritos de 2016 para 2017 alcançou o total de R\$ 811.978,68 que foi totalmente pago.

Além disso, houve a reinscrição de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2015 para 2017 no valor total de R\$ 811.593,05, dentre os quais R\$ 549.275,33, oriundo de destaque orçamentário recebido do Ministério da Integração para desenvolvimento de atividades de consultoria para elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica - PNSH. Ao longo do exercício financeiro de 2017, todo o montante reinscrito foi devidamente pago e tal reinscrição deveu-se à limitações financeiras do Ministério da Integração que não estava apto a repassar os respectivos recursos financeiros necessários ao devido pagamento das despesas.

Em termos de impacto na gestão financeira da UO, pode-se concluir que o mesmo não foi relevante, pois 90,83% dos recursos inscritos eram de fontes obrigatórias, como por exemplo, Fontes 0116, 0134 e 0183, as quais não passíveis de contingenciamento em sua programação financeira.

Por fim, em relação ao saldo total de R\$ 5.799.600,79, constante em 31/12/2017, e reinscrito para o exercício financeiro de 2018, registramos que R\$ 4.845.140,07 estão sob responsabilidade da UG/Gestão: 443002/44205, Caixa Econômica Federal, no âmbito de Contratos de Repasse celebrados ou em fase de celebração. No âmbito da UG/Gestão: 440106/44205 houve a reinscrição de forma indevida do valor de R\$0,01 da Nota de Empenho nº 2016NE000007 que teve seu saldo cancelado em 15/01/2018. A diferença de R\$ 954.460,71 está sob responsabilidade do Ordenador de Despesas, Sr. Luis André Muniz, da UG/Gestão: 443001/44205, conforme detalhamento e justificativas das Unidade Organizacionais apresentadas a seguir:

- a) Credor: SIMPRESS, COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A; CNPJ: 07.432.517/0001-07; Contrato: 093/ANA/2014; Nota de Empenho: 2016NE000488; Valor: R\$ 18.855,57; Justificativa para reinscrição: O Gestor do Contrato informou que a regularização de pendências referente aos retroativos de

2016 e 2017 (janeiro a junho), considerando aplicação do reajuste ao Contrato nº 093/ANA/2014, com vigência inicial de 30 meses (a partir de 30/12/2014), prorrogado por igual período, por meio do 2º Termo Aditivo, celebrado em 23 de junho de 2017, com o devido amparo legal detalhado nos itens 5 a 11 da Nota Técnica nº 6/2017/DILOG/COREL/SAF (Documento nº 00000.033400/2017-58), com base no Parecer nº 416/2016/PF-ANA-PGF/AGU (Documento nº 00000.065340/2016-51); Pagamento: Foram emitidas as Ordens Bancárias nº 2018OB800030 e nº 2018OB800031 em 12/01/2018.

- b) Credor: ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA; CNPJ: 37.287.521/0001-81. Contrato: 015/ANA/2014; Nota de Empenho: 2016NE800026; Valor: R\$ 8.902,14; Justificativa para reinscrição: O Gestor do Contrato declarou que a proposta de pagamento visou regularizar pendências relacionadas ao exercício de 2016, referente as Requisições nº 66, 70, 73 e 88 em que foram considerados apenas os custos das diárias, uma vez que a empresa não apresentou os Relatórios de Utilização de Veículo-RUVs; Pagamento: Após o ateste foi emitida a Ordem Bancária nº 2018OB800012, em 09/01/2018.
- c) Credor: PEDRAGON AUTOS LTDA; CNPJ: 03.935.826/0001-30; Nota de Empenho: 2016NE800614; Valor: R\$ 202.953,00; Justificativa para reinscrição: A despesa foi atestada em 22/12/2017 pelo Superintendente Adjunto da Gestão da Rede Hidrometeorológica. Na sequência foi emitida a Nota de Programação Financeira nº 2017PF000141 em 27/12/2017, porém o sub-repasse apenas foi recebido pela UGE/Gestão: 443001/44205 no dia 02/01/2018; Pagamento: Após o ateste foi emitida a Ordem Bancária nº 2018OB800008 em 08/01/2018.
- d) Credor: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA; CNPJ: 10.598.957/0001-35. Contrato: 092/ANA/2013; Nota de Empenho: 2016NE000131; Valor: R\$ 723.750,00; Justificativa: O Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no âmbito do Contrato Progestão nº 092/ANA/2013, e por meio da Nota Técnica nº 34/2016/COAPP/SAS, (Documento nº 00000.049562/2016-27), apresentou a consolidação das certificações realizadas pelas UORGs da ANA relacionadas ao cumprimento das metas de cooperação federativa, bem como ratificou a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em relação às metas estaduais,

atestando que o Instituto Estadual do Ambiente – INEA faz jus ao recebimento da 4ª parcela do Progestão, referente ao 4º período de certificação, no valor de R\$ 723.750,00. No entanto, o recurso ainda não foi repassado considerando a existência de pendências de regularidade fiscal da entidade. Tão logo as pendências sejam superadas, o recurso será repassado. Por esse motivo, foi solicitada a manutenção da inscrição do saldo de R\$ 723.750,00 em restos a pagar com fundamento no art. 35, III, do Decreto nº 93.872/1986.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano da inscrição	Montante em 01/01/2017	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar em 31/12/2017
2017	-	-	-	-
Anteriores ao exercício de 2016	R\$ 52.010,93	-	-	R\$ 52.010,93

ANÁLISE CRÍTICA:

O valor de R\$ 52.010,93 encontra-se vinculado à UGE/Gestão: 443002/44205, gerido pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de mandatária da Agência Nacional de Águas, na operacionalização do Orçamento Geral da União. A Nota de Empenho que até hoje vem dando suporte à essa inscrição indevida é a nº 2011NE800006, emitida em favor do Município de Patrocínio, Departamento de Água e Esgotos – DAE, para atendimento do Contrato de Repasse nº 766290/2011. A Nota de empenho foi emitida em valor maior que o compromisso exigia à época, porém não teve o seu saldo remanescente devidamente cancelado ao final do exercício financeiro de 2011, antes da implementação do novo Contas e a Pagar e a Receber do SIAFI – CPR. Registra-se, ainda, que o referido Contrato de Repasse encontra-se expirado desde 30/09/2014, e o prazo limite para a apresentação de prestação de contas expirou-se em 29/11/2014. O operador do orçamento, Caixa Econômica Federal já deveria ter efetuado o cancelamento do saldo de restos a pagar processado constante da Conta Contábil 53.220.00.00.

Informações sobre a Realização das Receitas

I - Lei Orçamentária Anual – LOA 2017

Por meio do Ofício-Circular nº 18/2016/SPOA/SECEX/MMA, de 26 de julho de 2015, o Ministério do Meio Ambiente encaminhou à ANA os referenciais monetários para a elaboração da proposta orçamentária de 2017. O documento traz como valores de referência para as despesas contingenciáveis o montante de R\$ 14.664.112; para a fonte 174 - multas previstas em lei específica R\$ 197.778; fonte 186 – utilização dos recursos hídricos R\$ 277.380.42 e, para a fonte 116 Outorga de direitos de usos dos recursos hídricos – principal R\$ 56.257.014.

De acordo com a Lei nº 13.414, de 10/01/2017 – LOA/2017, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2017, o orçamento da ANA foi estimado em R\$ 473.824.351,00. Esse valor foi 12,76% maior que o valor aprovado na LOA/2016. Esse acréscimo se deu em virtude do aumento da arrecadação pela utilização dos recursos hídricos.

Em termos de valores e de percentuais, o Orçamento aprovado para a ANA, por Grupos de Despesas, foi distribuído da seguinte maneira:

Quadro 30– LOA/2017 – Por Grupos de Despesas

ND	LOA/2017 (R\$)	%
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.293.632,00	20,32
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	0
3 - Outras Despesas Correntes	353.051.503,00	74,51
4 - Investimentos	24.479.216,00	5,17
Total	473.824.351,00	100,00%

Fonte: SIAFI/STN

O quadro abaixo detalha o orçamento da ANA, em 2017, em comparação percentual com o orçamento aprovado em 2016:

Quadro 31 – Comparação percentual: LOA/2017 e LOA/2016 – Por Grupos de Despesas

GND	LOA/2017 (R\$)	LOA/2016 (R\$)	VARIAÇÃO %
1 - Pessoal e Encargos Sociais	96.293.632,00	83.792.129	-12,98%
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	0	0%
3 - Outras Despesas Correntes	353.051.503,00	286.606.472	23,18%
4 - Investimentos	24.479.216,00	42.945.460	-24,56%
Total	413.344.061	442.230.011	12,76%

Fonte: SIAFI/STN

Observando-se o quadro acima, nota-se que houve variação positiva entre os dois exercícios nos montantes referentes à outras despesas correntes e variação negativa em pessoa e encargos e investimentos isto decorre do aumento da arrecadação na fonte 83 em razão geração de energia nas hidroelétricas.

II - Créditos Adicionais - 2017

A ANA encerrou o exercício financeiro de 2017 com uma dotação de Lei, acrescida de créditos adicionais abertos no exercício (Lei + Créditos), no valor de R\$ 473.467.920,00. Desse Total, R\$ 11.759.476,00, foram destinados a despesas discricionárias – despesas que excluem gastos com pessoal, dívida, encargos, reserva de contingência e benefícios aos servidores. Tais despesas estão sujeitas a limitações para movimentação e empenho. Os quadros abaixo mostram os valores da LOA + Créditos, distribuídos por fontes de recursos e por Grupos de Despesas.

Quadro 32 - Fontes de Recursos 2017 (Lei + Créditos)

		Em R\$		
Fonte de Recursos		Dotação Inicial	Créditos Aprovados	Lei+Créditos
0100	Recursos Ordinários	121.407.381,00	927.003,00	122.334.384,00
0116	Rec.Outorga de Dir.de Uso de Rec.Hídricos - ANA	67.800.000,00	0,00	67.800.000,00
0183	Utilização dos recursos hídricos	231.785.762,00	15.555.290,00	247.341.052,00
0148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.982.400,00	0,00	1.982.400,00
0174	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	170.919,00	0,00	170.919,00
0188	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	0,00	420.000,00	420.000,00
0316	Rec.Outorga de Dir.de Uso de Rec.Hídricos - ANA	5.083.179,00	0,00	5.083.179,00
1183	Utilização dos recursos hídricos	7.303.707,00	-4.067.823,00	3.235.884,00
Total		473.824.351,00	-356.431,00	473.467.920,00

Fonte: SIAFI/STN

Quadro 33 - Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG : 443003		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	193034	18544208420WI0001			2.841.456,82
		440005				3.580.000,00
		440077				99.386,32
		440078				291.744,39
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	443003	440078	18544208420WI0001	3.842.032,72		
Recebidos						

Fonte SIAFI.

Quadro 34 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG : 443003		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	443003	153045	18544208420WI0001			900.000,00
		193034	18544208420WI0001			2.841.456,82
		240263	18544208420WI0001			41.000,00
		495001	18544208423780001			25.160.000,00
			18544208420WI0001			1.938.876,90
		440005	18544208420WI0001			3.580.000,00
		135100				48.485,68
		135016				63.987,63
		254420				158.605,33
		158133				518.693,00
		154003				6.104.000,00
		158523				20.079,16
		153114				18.795,76
		440077				99.386,32
		440078				291.744,39
		113601				1.204.900,00
		135009				111.888,00
		240005				3.343.212,60
		154019	18125208449260001			7.600,00
		120002				760.000,00
		113802				2.009.190,88
		195006				366.786,02
Recebidos	110407	443003	05542205820X40001			1.015.575,21
			05122210820000001			135.706,49
	201009		06122211220000001			897.180,84
	203001		19122210620000001			3.233.542,56
	154040		12364208020RK0053			6.000,00
	240101		04122210620000001			5.239.670,74
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	443003	495001	18544208423780001	1.680.000,00		
		135016	18544208420WI0001	40.966,25		
		154003		928.985,00		
		440078		3.842.032,72		
Recebidos	110407	443003	05542205820X40001	503,15		
	203001		19122210620000001	508.823,85		
	240101		04122210620000001	1.460,50		

Fonte SIAFI.

4.3.9 – Informações sobre a execução das despesas

Quadro 35 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas		Código UO: 44205		UGO: 443001
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	82.273.531,68	64.372.643,33	82.273.531,68	64.372.643,33
a) Convite	9.000,00		9.000,00	
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	9.200.066,11	10.693.395,45	9.200.066,11	10.693.395,45
d) Pregão	73.064.465,57	53.679.247,88	73.064.465,57	53.679.247,88
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	19.750.264,88	15.955.123,87	19.750.264,88	15.955.123,87
h) Dispensa	11.571.935,61	5.796.570,05	11.571.935,61	5.796.570,05
i) Inexigibilidade	8.178.329,27	10.158.553,82	8.178.329,27	10.158.553,82
3. Regime de Execução Especial	25.443,99	28.704,64	25.443,99	28.704,64
j) Suprimento de Fundos	25.443,99	28.704,64	25.443,99	28.704,64
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	100.413.730,94	90.834.437,58	100.413.730,94	90.834.437,58
k) Pagamento em Folha	98.676.495,66	89.727.502,20	98.676.495,66	89.727.502,20
l) Diárias	1.737.235,28	1.106.935,38	1.737.235,28	1.106.935,38
5. Outros	99.751.743,38	86.204.106,71	99.751.743,38	86.204.106,71
6. Total (1+2+3+4+5)	302.214.714,87	257.395.016,13	302.214.714,87	257.395.016,13

Fonte SIAFI.

Quadro 36 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas		Código UO: 44205		UGO: 443001/440106	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2017	2016	2017	2016	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	82.273.531,68	63.797.956,84	82.273.531,68	63.797.956,84	
a) Convite	9.000,00		9.000,00		
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	9.200.066,11	10.118.708,96	9.200.066,11	10.118.708,96	
d) Pregão	73.064.465,57	53.679.247,88	73.064.465,57	53.679.247,88	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	19.750.264,88	15.955.123,87	19.750.264,88	15.955.123,87	
h) Dispensa	11.571.935,61	5.796.570,05	11.571.935,61	5.796.570,05	
i) Inexigibilidade	8.178.329,27	10.158.553,82	8.178.329,27	10.158.553,82	
3. Regime de Execução Especial	25.443,99	28.704,64	25.443,99	28.704,64	
j) Suprimento de Fundos	25.443,99	28.704,64	25.443,99	28.704,64	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	100.413.730,94	90.834.437,58	100.413.730,94	90.834.437,58	
k) Pagamento em Folha	98.676.495,66	89.727.502,20	98.676.495,66	89.727.502,20	
l) Diárias	1.737.235,28	1.106.935,38	1.737.235,28	1.106.935,38	
5. Outros	98.771.800,08	78.209.393,46	98.771.800,08	78.209.393,46	
6. Total (1+2+3+4+5)	301.234.771,57	248.825.616,39	301.234.771,57	248.825.616,39	

Fonte SIAFI.

Quadro 37 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas				Código UO: 44205		UGO: 443003		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	98.886.979,74	89.727.502,20	98.886.979,74	89.727.502,20	0,00	0,00	98.886.979,74	89.727.502,20
01 - Aposentados RPPS, Reser. Remuner. e Reform. Militar	1.094.962,55	720.285,40	1.094.962,55	720.285,40			1.094.962,55	720.285,40
03 - Pensões do RPPS e Militar	598.387,67	360.903,81	598.387,67	360.903,81			598.387,67	360.903,81
07- Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	78.402,59	28.449,40	78.402,59	28.449,40			78.402,59	28.449,40
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	80.364.333,70	73.262.889,10	80.364.333,70	73.262.889,10			80.364.333,70	73.262.889,10
13 - Obrigações Patronais	15.928.351,28	14.632.655,80	15.928.351,28	14.632.655,80			15.928.351,28	14.632.655,80
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	177.223,82	195.525,66	177.223,82	195.525,66			177.223,82	195.525,66
91 - Sentenças Judiciais	46.198,03	3.724,43	46.198,03	3.724,43			46.198,03	3.724,43
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	294.268,09	308.800,11	294.268,09	308.800,11			294.268,09	308.800,11
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	89.259,78		89.259,78				89.259,78	
96 - Ressarcimento Despesas - Pessoal Requisitado	215.592,23	214.268,49	215.592,23	214.268,49			215.592,23	214.268,49
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
21 - Juros sobre à Dívida por Contrato LC 141/12								

3. Outras Despesas Correntes	263.133.164,43	225.473.203,44	194.632.703,34	167.232.673,87	68.500.461,09	58.241.169,57	194.632.703,34	157.851.295,45
08 - Outros Benefícios Assistenciais	367.157,95	358.254,11	367.157,95	358.254,11			367.157,95	358.254,11
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.695.836,50	1.102.784,09	1.695.836,50	1.102.784,09			1.695.836,50	1.102.784,09
15 - Diárias - Pessoal Militar	41.398,78	4.151,29	41.398,78	4.151,29			41.398,78	4.151,29
30 - Material de Consumo	5.258.168,21	954.688,79	111.045,70	157.582,59	5.147.122,51	797.106,20	111.045,70	157.582,59
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	5.100,00	250.000,00	5.100,00	169.677,64		80.322,36	5.100,00	169.677,64
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	5.509.043,99	4.315.737,46	4.719.027,58	3.702.662,46	790.016,41	613.715,00	4.719.027,58	3.702.662,46
35 - Serviços de Consultoria	15.505.435,50	16.034.134,18	11.995.204,33	12.044.045,99	3.510.231,17	3.990.088,19	11.995.204,33	10.032.667,57
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	371.729,81	280.787,66	371.729,81	280.787,66			371.729,81	280.787,66
37 - Locação de Mão-de-Obra	27.093.538,41	25.553.442,45	27.093.538,41	24.682.053,07		871.389,38	27.093.538,41	24.682.053,07
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	84.688.828,30	78.366.430,44	51.467.161,98	40.528.051,17	33.221.666,32	37.838.379,27	51.467.161,98	39.658.051,17
41 - Contribuições Fundo a Fundo	119.045.054,65	94.281.155,52	93.267.558,42	80.230.986,35	25.777.496,23	14.050.169,17	93.267.558,42	73.730.986,35
46 - Auxílio- Alimentação	1.842.792,86	1.842.402,58	1.842.792,86	1.842.402,58			1.842.792,86	1.842.402,58
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	101.051,35	75.645,81	98.293,88	75.645,81	2.757,47		98.293,88	75.645,81
49 - Auxílio-Transporte		87,87		87,87				87,87
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	274.637,66	815.655,73	274.637,66	815.655,73			274.637,66	815.655,73
93 - Indenizações e Restituições	1.333.390,46	1.237.845,46	1.282.219,48	1.237.845,46	51.170,98		1.282.219,48	1.237.845,46
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	23.002.342,76	28.125.016,94	8.695.031,82	1.246.818,74	14.307.310,94	25.417.860,33	8.695.031,82	1.246.818,74
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	846.013,58	1.718.607,45	176.348,68	258.269,58	669.664,90		176.348,68	258.269,58
41 - Contribuições Fundo a Fundo								
51 - Obras e Instalações	5.943.122,40	3.848.151,00	5.831.651,97		111.470,43	3.848.151,00	5.831.651,97	
52 - Equipamentos e Material Permanente	16.213.206,78	22.558.258,49	2.687.031,17	988.549,16	13.526.175,61	21.569.709,33	2.687.031,17	988.549,16
92 - Despesas de Exerc. Anteriores								
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte SIAFI.

Quadro 38 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Agência Nacional de Águas					Código UO: 44205		UGO: 443003	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	98.886.979,74	89.727.502,20	98.886.979,74	89.727.502,20	0,00	0,00	98.886.979,74	89.727.502,20
01 - Aposentados RPPS, Reser. Remuner. e Reform. Militar	1.094.962,55	720.285,40	1.094.962,55	720.285,40			1.094.962,55	720.285,40
03 - Pensões do RPPS e Militar	598.387,67	360.903,81	598.387,67	360.903,81			598.387,67	360.903,81
07- Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	78.402,59	28.449,40	78.402,59	28.449,40			78.402,59	28.449,40
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	80.364.333,70	73.262.889,10	80.364.333,70	73.262.889,10			80.364.333,70	73.262.889,10
13 - Obrigações Patronais	15.928.351,28	14.632.655,80	15.928.351,28	14.632.655,80			15.928.351,28	14.632.655,80
16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	177.223,82	195.525,66	177.223,82	195.525,66			177.223,82	195.525,66
91 - Sentenças Judiciais	46.198,03	3.724,43	46.198,03	3.724,43			46.198,03	3.724,43
92 - Despesas de Exerc. Anteriores	294.268,09	308.800,11	294.268,09	308.800,11			294.268,09	308.800,11
94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	89.259,78		89.259,78				89.259,78	
96 - Ressarcimento Despesas - Pessoal Requisitado	215.592,23	214.268,49	215.592,23	214.268,49			215.592,23	214.268,49
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
21 - Juros sobre a Dívida por Contrato LC 141/12								
3. Outras Despesas Correntes	260.668.762,33	216.085.124,40	193.652.760,04	157.844.594,83	67.016.002,29	57.265.814,23	193.652.760,04	149.438.571,75
08 - Outros Benefícios Assistenciais	367.157,95	358.254,11	367.157,95	358.254,11			367.157,95	358.254,11
14 - Diárias - Pessoal Civil	1.695.836,50	1.102.784,09	1.695.836,50	1.102.784,09			1.695.836,50	1.102.784,09
15 - Diárias - Pessoal Militar	41.398,78	4.151,29	41.398,78	4.151,29			41.398,78	4.151,29
30 - Material de Consumo	5.258.168,21	954.688,79	111.045,70	157.582,59	5.147.122,51	797.106,20	111.045,70	157.582,59
32 - Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	5.100,00	250.000,00	5.100,00	169.677,64		80.322,36	5.100,00	169.677,64
33 -Passagens e Despesas com Locomoção	5.509.043,99	4.315.737,46	4.719.027,58	3.702.662,46	790.016,41	613.715,00	4.719.027,58	3.702.662,46
35 - Serviços de Consultoria	14.035.671,06	16.034.134,18	11.289.898,69	12.044.045,99	2.745.772,37	3.990.088,19	11.289.898,69	10.032.667,57
36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	371.729,81	280.787,66	371.729,81	280.787,66			371.729,81	280.787,66
37 -Locação de Mão-de-Obra	27.093.538,41	18.660.991,36	27.093.538,41	17.789.601,98		491.651,57	27.093.538,41	18.169.339,79
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	83.968.828,30	75.940.970,19	51.467.161,98	38.102.590,92	32.501.666,32	37.242.761,74	51.467.161,98	37.828.208,45
41 - Contribuições Fundo a Fundo	119.045.054,65	94.281.155,52	93.267.558,42	80.230.986,35	25.777.496,23	14.050.169,17	93.267.558,42	73.730.986,35
46 - Auxílio- Alimentação	1.842.792,86	1.842.402,58	1.842.792,86	1.842.402,58			1.842.792,86	1.842.402,58
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	101.051,35	75.645,81	98.293,88	75.645,81	2.757,47		98.293,88	75.645,81
49 - Auxílio-Transporte		87,87		87,87				87,87
92 - Despesas de Exerc. Anteriores		745.488,03		745.488,03				745.488,03
93 -Indenizações e Restituições	1.333.390,46	1.237.845,46	1.282.219,48	1.237.845,46	51.170,98		1.282.219,48	1.237.845,46
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	23.002.342,76	28.125.016,94	8.695.031,82	1.246.818,74	14.307.310,94	25.417.860,33	8.695.031,82	1.246.818,74
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	846.013,58	1.718.607,45	176.348,68	258.269,58	669.664,90		176.348,68	258.269,58
41 - Contribuições Fundo a Fundo								
51 -Obras e Instalações	5.943.122,40	3.848.151,00	5.831.651,97		111.470,43	3.848.151,00	5.831.651,97	
52 - Equipamntentos e Material Permanente	16.213.206,78	22.558.258,49	2.687.031,17	988.549,16	13.526.175,61	21.569.709,33	2.687.031,17	988.549,16
92 - Despesas de Exerc. Anteriores								
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Quadro 39 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2017	2016	2017	2016
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.965.871,10	7.801.131,96	7.969.031,34	7.314.086,60
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	9.965.871,10	7.801.131,96	7.969.031,34	7.314.086,60
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.064.267,57	1.586.947,08	927.859,79	1.098.637,10
h) Dispensa	848.561,16	1.022.657,13	749.130,35	745.162,95
i) Inexigibilidade	215.706,41	564.289,95	178.729,44	353.474,15
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	0,00	0,00	0,00
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	6.000,00		6.000,00	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	11.036.138,67	9.388.079,04	8.902.891,13	8.412.723,70

Fonte SIAFI.

Quadro 40 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	10.525.351,17	9.388.079,04	10.525.351,17	9.388.079,04	1.625.697,54	975.355,34	8.899.653,63	8.412.723,70
30 - Material de Consumo	1.239.450,00		1.239.450,00		1.239.450,00		0,00	
36 - Outros Serv. De Terceiros - PF	6.000,00		6.000,00		0,00		6.000,00	
37 -Locação de Mão-de-Obra	7.233.260,96	6.892.451,09	7.233.260,96	6.892.451,09	0,00	379.737,81	7.233.260,96	6.512.713,28
39 - Outros Serv. de Terceiros - PJ	1.973.387,32	2.425.460,25	1.973.387,32	2.425.460,25	385.841,14	595.617,53	1.587.546,18	1.829.842,72
47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	5.008,68		5.008,68		406,40		4.602,28	
92 - Despesa de Exercícios Anteriores	68.244,21	70.167,70	68.244,21	70.167,70	0,00	0,00	68.244,21	70.167,70
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	510.787,50	0,00	510.787,50	0,00	507.500,00	0,00	3.287,50	0,00
39 - Outros Serv. de Terceiros - PJ	507.500,00		507.500,00		507.500,00		0,00	
52 - Equipamento e Material Permanente	3.287,50		3.287,50		0,00		3.287,50	
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

Quadro 41 - Despesas com Publicidade

Despesas com Publicidade			
Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	18.122.2124.2000.0000	2.343.019,54	422.597,34
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: SIAFI.

QUADRO 42 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO REFERÊNCIA											
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS											
CNPJ: 04204444/0001-08				UG/GESTÃO: 443003/44205							
Informações sobre as Transferências											
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário		Processo	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
				Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
3	676896	158133-IFC	10744098000145	02501.00307/2013-18	2.696.299,22		518.693,00	2.696.299,22	11-nov-13	31-dez-18	1
3	683447	135100-CONAB	26461699000180	02501.00368/2015-47	316.410,00		48.485,68	316.410,00	24-abr-15	24-out-17	4
3	685260	440078-DRB/MMA	37115375000379	02501.001824/2015-76	2.000.000,00		750.000,00	2.000.000,00	3-dez-15	30-jun-19	1
3	685279	440005-SRHU/MMA	37115375000379	02501.001823/2015-21	2.580.000,00		1.330.000,00	2.580.000,00	30-nov-15	28-dez-19	1
3	686954	495001-CPRM	00091652001401	02501.001008/2016-43	4.865.748,00	2.606.855,00	952.876,90	2.258.893,00	8-jul-16	30-set-18	1
3	687806	135015-EMBRAPA/CNPMS	00348003001354	02501.001864/2016-07	202.806,00		104.953,88	135.712,78	25-out-16	25-out-18	1
3	687903	113802-DNOCS/MI	70007080000001	02501.001961/2016-91	3.017.163,39		29.588,77	3.017.163,39	9-nov-16	9-nov-17	2
3	687235	154019-FUB	00038174001387	02501.001389/2016-61	153.340,00		7.600,00	153.340,00	8-ago-16	8-nov-17	2
3	688301	195006-CODEVASF	00399857000126	02501.002009/2016-13	778.480,47		366.786,02	754.118,02	26-nov-16	31-dez-18	1
3	688454	154003-CAPES/MEC	00889834000108	02501.001942/2016-65	11.806.000,00		7.032.985,00	7.282.985,00	23-nov-16	31-dez-21	1
3	688505	240005-MRE	00394536000562	02501.002163/2016-87	6.196.050,00		3.196.050,00	6.196.050,00	16-dez-16	31-dez-20	1
3	688545	113601-IPEA/MPOG	33892175000100	02501.001973/2016-16	898.513,20		217.300,00	795.267,20	21-dez-16	30-jun-18	1
3	688610	440078-DRB/MMA	37115375000379	02501.002215/2016-15	4.615.169,11		4.133.777,11	4.615.169,11	19-dez-16	31-dez-18	1
3	688837	495001-CPRM	00091652001401	02501.001989/2016-29	62.207.445,00	35.367.445,00	26.840.000,00	62.207.445,00	1-jan-17	31-dez-17	1
3	688972	153045-UFC-Univ.Fed. Ceará	07272636000131	02501.000485/2016-91	3.560.650,00		900.000,00	900.000,00	2-fev-17	31-dez-21	1
3	689568	495001-CPRM	00091652001401	02501.000128/2017-12	3.992.067,00	2.265.332,00	986.000,00	986.000,00	10-mai-17	10-out-18	1
3	690091	440077-SAIC/MMA	37115375001260	02501.000557/2017-81	100.000,00		99.386,32	100.000,00	5-jul-17	31-dez-17	1
3	690365	254420-Fundação Oswaldo Cruz	33781055000135	02501.001403/2017-15	476.412,24		158.605,33	158.605,33	24-jul-17	24-jan-20	1
3	690105	193034-IBAMA/MMA	03659166003551	02501.001404/2017-51	1.051.596,67		841.981,70	1.051.596,67	1-ago-17	31-dez-17	1
3	690548	193034-IBAMA/MMA	03659166003551	02501.001869/2017-11	2.008.224,77		1.999.475,12	2.008.224,77	13-set-17	31-dez-17	1
3	690937	240236-MRE	00394536000643	02501.002462/2017-01	41.000,00		41.000,00	41.000,00	26-out-17	31-dez-17	1
3	690993	113802-DNOCS/MI	70007080000001	02501.002458/2017-34	2.005.095,42		1.019.048,91	2.005.095,42	31-out-17	31-out-18	1
3	691858	120002-DIR.AERONÁUTICA	00394429000100	02501.001392/2017-65	3.500.000,00		760.000,00	760.000,00	14-dez-17	31-dez-20	1
3	691944	240005-MRE	00394536000562	02501.001417/2017-21	147.162,60		147.162,60	147.162,60	19-dez-17	31-dez-19	1
3	691964	113802-DNOCS/MI	70007080000001	02501.003457/2017-15	1.199.616,64		960.553,20	1.199.616,64	20-dez-17	20-dez-18	1
3	691965	135039-EMBRAPA/CPAC	00348003003993	02501.003006/2017-70	111.888,00		111.888,00	111.888,00	21-dez-17	31-dez-18	1
3	692201	113601-IPEA/MPOG	33892175000100	02501.001934/2017-08	1.299.386,60		987.600,00	987.600,00	21-dez-17	31-ago-19	1
3	692291	440005-SRHQA/MMA	37115375000379	02501.003376/2017-15	3.000.000,00		1.500.000,00	1.500.000,00	28-dez-17	31-jan-20	1

Modalidade:	Situação da Transferência:
1- Convênio	1- Adimplente
2- Contrato de Repasse	2- Inadimplente
3- Termo de Cooperação	3- Inadimplência Suspensa
4- Termo de Compromisso	4- Concluído
	5- Excluído
	6- Rescindido
	7- Arquivado

QUADRO 42 - CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO REFERÊNCIA

Posição em 31/12/2017

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Agência Nacional de Águas									
CNPJ nº 04.204.444/0002-80 - Gestão de Recursos Hídricos - ANA/CAIXA					UG/Gestão: 442002 / 44205				
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
2	1006929-24	83102293000145	760.000,00	76.000,00	0,00	684.000,00	02/12/2013	31/03/2017	1
2	1026256-86	18291377000102	695.000,00	6.950,00	688.050,00	688.050,00	03/12/2015	30/04/2018	1
2	1026727-85	98661366000106	667.425,00	13.348,50	654.076,50	654.076,50	03/12/2015	03/12/2018	1
2	1022104-20	08741399000173	2.157.226,19	10.786,13	0,00	0,00	14/09/2015	31/12/2018	1
2	1025619-82	24996969000122	735.000,00	35.000,00	700.000,00	700.000,00	15/12/2015	30/10/2018	1
2	1024800-15	18428839000190	309.055,10	24.724,41	284.330,69	284.330,69	16/10/2015	16/10/2018	1
2	1026258-25	16725962000148	689.154,50	688,50	688.466,00	688.466,00	16/12/2015	30/04/2018	1
2	1006928-09	29051216000168	465.000,00	18.600,00	0,00	0,00	19/12/2013	19/09/2016	1
2	1025620-08	18301036000170	729.163,75	29.166,55	699.997,20	699.997,20	20/11/2015	30/03/2018	1
2	1008946-05	10355504000188	610.000,00	12.200,00	0,00	597.800,00	21/05/2014	31/08/2017	1
2	1002271-19	07540925000174	521.680,88	10.433,62	0,00	511.247,26	22/05/2013	30/12/2016	1
2	0156042-87	28695658000184	2.152.337,71	200.000,00	0,00	1.000.000,00	22/12/2003	03/03/2015	1
2	1026257-00	03788239000166	757.271,90	68.842,90	688.429,00	688.429,00	22/12/2015	22/12/2018	1
2	1036026-37	18025924000108	650.854,00	10.000,00	0,00	0,00	22/12/2016	30/12/2021	1
2	1022094-93	46523296000126	466.966,96	466,96	0,00	466.500,00	23/12/2014	31/12/2018	1
2	1022101-66	18301002000186	624.995,16	13.747,03	0,00	611.248,13	23/12/2014	23/12/2017	1
2	1026255-61	46137410000180	803.029,38	103.029,38	700.000,00	700.000,00	23/12/2015	20/03/2019	1
2	1002264-61	07442981000176	476.360,00	9.527,20	0,00	0,00	24/06/2014	10/12/2017	1
2	1002268-53	02056729000105	1.354.961,00	135.496,00	0,00	1.219.465,00	24/12/2012	30/12/2018	1
2	1025621-23	13846753000164	422.817,28	10.000,00	412.817,28	412.817,28	26/11/2015	31/08/2018	1
2	1047101-57	46643466000106	921.305,15	27.639,15	0,00	0,00	26/12/2017	26/12/2022	1
2	1047139-51	01612516000150	472.900,00	6.600,00	0,00	0,00	26/12/2017	30/12/2019	1
2	1002266-12	87615449000142	850.052,16	50.552,16	0,00	799.500,00	27/12/2012	31/07/2016	1
2	1008945-81	45290418000119	440.000,00	44.000,00	0,00	396.000,00	27/12/2013	22/04/2018	1
2	1009203-50	45279643000154	440.000,00	44.000,00	0,00	396.000,00	27/12/2013	25/07/2017	1
2	0149112-86	18715508000131	5.807.661,41	2.221.173,91	0,00	3.586.487,50	28/11/2002	31/03/2018	1
2	1002269-78	05016202000145	799.941,00	79.994,10	0,00	719.946,90	28/12/2012	31/05/2019	1
2	1002270-95	07891658000180	463.081,43	9.261,63	0,00	0,00	28/12/2012	30/12/2015	1
2	1036024-86	18186718000180	665.393,65	6.588,05	0,00	0,00	28/12/2016	31/12/2019	1
2	1047085-06	59756528000138	695.950,00	0,00	0,00	0,00	28/12/2017	05/12/2021	1
2	1022103-05	08874695000142	1.400.469,05	7.002,35	0,00	0,00	29/05/2015	31/12/2017	1

2	0215221-13	01682869000126	5.701.520,00	1.451.520,00	0,00	4.250.000,00	29/12/2006	31/12/2017	1
2	0215222-27	88073291000199	7.439.647,18	1.439.647,18	0,00	6.000.000,00	29/12/2006	30/06/2018	1
2	1022097-60	46410866000171	751.306,21	51.306,21	0,00	700.000,00	29/12/2014	23/12/2018	1
2	1047028-06	27167444000172	971.855,57	9.718,57	0,00	0,00	29/12/2017	30/09/2022	1
2	1047047-09	29178233000160	995.825,10	9.958,25	0,00	0,00	29/12/2017	28/12/2021	1
2	1047073-40	23782816000110	1.001.001,00	1.001,00	0,00	0,00	29/12/2017	30/12/2022	1
2	1047089-87	18241745000108	1.010.225,00	10.225,00	0,00	0,00	29/12/2017	30/12/2022	1
2	1047123-14	45279627000161	842.585,89	842,59	0,00	0,00	29/12/2017	29/12/2022	1
2	1047466-84	16726028000140	1.001.014,00	1.014,00	0,00	0,00	29/12/2017	30/12/2022	1
2	1047584-87	16784720000125	565.249,60	20.000,00	0,00	0,00	29/12/2017	30/12/2022	1
2	1047604-28	18291385000159	1.083.437,86	99.329,00	0,00	0,00	29/12/2017	30/12/2022	1
2	0188395-20	01615882000162	7.119.105,26	416.377,00	0,00	3.693.000,00	30/12/2005	01/09/2017	1
2	0369472-08	03501509000106	1.150.000,00	150.000,00	0,00	1.000.000,00	30/12/2011	30/04/2018	1
2	0370096-67	46599809000182	476.715,20	48.715,20	0,00	428.000,00	30/12/2011	20/04/2018	1
2	0371582-71	18431312000115	487.181,79	44.987,21	0,00	404.884,89	30/12/2011	30/04/2015	1
2	1022096-44	15023906000107	530.750,00	3.000,00	0,00	0,00	30/12/2014	18/12/2017	1
2	1022099-09	18715474000185	721.642,00	22.002,00	0,00	699.640,00	30/12/2014	30/12/2018	1
2	1027017-37	05541424000187	2.480.953,37	24.809,53	868.143,84	868.143,84	30/12/2015	19/12/2018	1
2	1036023-61	18306647000101	709.314,41	9.574,00	0,00	0,00	30/12/2016	30/04/2019	1
2	1047093-69	02270946000101	876.332,60	876,40	0,00	0,00	30/12/2017	30/11/2022	1
2	0247896-48	15412257000128	335.020,00	35.020,00	0,00	300.000,00	31/12/2007	30/03/2018	1
2	0247898-67	15412257000128	4.637.807,02	398.695,00	0,00	3.450.000,00	31/12/2007	29/06/2018	1
2	0314544-06	03501509000106	888.000,00	88.000,00	0,00	800.000,00	31/12/2009	30/03/2018	1
2	0371581-67	46680500000112	648.000,00	105.000,00	0,00	0,00	31/12/2011	30/12/2015	1
2	1002272-34	88847082000155	1.040.000,00	40.000,00	0,00	1.000.000,00	31/12/2012	30/10/2018	1
2	1022017-87	03755477000175	707.000,00	7.070,00	0,00	699.930,00	31/12/2014	28/02/2018	1
2	1022095-29	25947276000102	788.604,20	88.604,20	0,00	0,00	31/12/2014	30/11/2019	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Quadro 43 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443003/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	18	23	25	48.655.667,94	62.815.975,41	58.355.708,23
Termo de Compromisso						
Totais	18	23	25	48.655.667,94	62.815.975,41	58.355.708,23

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência Nacional de Águas					
CNPJ:	04.204.444/0001-08					
UG/GESTÃO:	443002/44205					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio						
Contrato de Repasse	12	3	12	6.384.310,51	0,00	4.653.318,13
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	12	3	12	6.384.310,51	0,00	4.653.318,13

Fonte: CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL.

**QUADRO 44 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS
CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E
DE CONTRATO DE REPASSE**

Posição em:
31/12/2017
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Nacional de Águas					
CNPJº: 04.204.444/0001-08		UG/Gestão: 443003/44205			
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2017	Contas prestadas	Quantidade	-	14	-
		Montante Repassado	-	R\$ 102.584.806,18	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	10	-
		Montante Repassado	-	R\$ 32.536.852,28	-
2016	Contas prestadas	Quantidade	-		-
		Montante Repassado	-		-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	10	-
		Montante Repassado	-	R\$ 43.567.355,67	-
2015	Contas prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	R\$ 277.458,66	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	2	-
		Montante Repassado	-	R\$ 2.506.364,22	-
Anteriores a 2015	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	R\$ 0,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	R\$ 0,00	-

Fonte: SIAFI.

Nome: Agência Nacional de Águas					
CNPJº: 04.204.444/0002-80		UG/Gestão: 443002/44205			
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2017	Contas prestadas	Quantidade	-	-	3
		Montante Repassado	-	-	R\$ 7.782.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	R\$ 1.281.800,00
2016	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
2015	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado	-	-	
ANTERIORES A 2015	Contas prestadas	Quantidade	-	-	2
		Montante Repassado	-	-	R\$ 3.312.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Quadro 45 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS					
CNPJ:04.204.444/0002-80			UG/GESTÃO: 443002/44205		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2017	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS				
	COM PRAZO DE ANÁLISE AINDA NÃO VENCIDO	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA		1
			QUANTIDADE REPROVADA		0
			QUANTIDADE DE TCE		0
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 396.000,00
	COM PRAZO DE ANÁLISE VENCIDO	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE		
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		
		CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA		
			QUANTIDADE REPROVADA		
			QUANTIDADE DE TCE		
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		
		CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE		2
			MONTANTE REPASSADO (R\$)		R\$ 7.386.000,00
2016	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS				
	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA			
		QUANTIDADE REPROVADA			
		QUANTIDADE DE TCE			
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			
	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE			
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			
2015	QUANTIDADE DE CONTAS PRESTADAS				
	CONTAS ANALISADAS	QUANTIDADE APROVADA			
		QUANTIDADE REPROVADA			
		QUANTIDADE DE TCE			
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			
	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE			
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			
EXERCÍCIO ANTERIOR A 2015	CONTAS NÃO ANALISADAS	QUANTIDADE			
		MONTANTE REPASSADO (R\$)			

Quadro 46 – Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2017	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	11	R\$ 42.682,01	R\$ 6.000,00
2016	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	14	R\$ 56.270,50	R\$ 7.000,00
2015	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	13	R\$ 60.916,41	R\$ 4.000,00

Fonte: SIAFI. Tesouro Gerencial.

Quadro 47 – utilização de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a + b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Fatura (b)	
2017	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 25.443,99	R\$ 25.443,99
2016	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 28.704,64	R\$ 28.704,64
2015	443001	COGEF/SAF/ANA	-	-	-	-	R\$ 33.471,61	R\$ 33.471,61

Fonte: SIAFI. Tesouro Gerencial.

Quadro 47 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto do Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem de Despesa	Total
443001	COGEF/SAF/ANA	33.90.30	01	R\$ 5.042,79
			04	R\$ 58,00
			16	R\$ 3.856,04
			17	R\$ 449,00
			19	R\$ 729,60
			24	R\$ 239,00
			26	R\$ 5.534,07
			28	R\$ 589,24
			30	R\$ 80,00
			39	R\$ 2.512,00
			42	R\$ 371,36
			44	R\$ 1.430,00
			50	R\$ 2.158,00
		33.90.39	16	R\$ 250,00
			19	R\$ 130,00
			29	R\$ 270,00
			58	R\$ 50,00
			63	R\$ 309,00
			78	R\$ 703,88
		44.90.51	92	R\$ 144,90
		44.90.52	06	R\$ 320,00
			33	R\$ 217,11
TOTAL				R\$ 25.443,99

Fonte: SIAFI. Tesouro Gerencial.

ANÁLISE CRÍTICA

Após a elaboração dos Quadros 6.2.1 a 6.2.3, verificamos que as despesas com suprimento de fundos realizadas pela Agência Nacional de Águas no exercício de 2017 foram efetuadas exclusivamente por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, no valor total concedido de R\$42.681,01 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e um centavo), os quais 59,6% foram efetivamente utilizados e pagos, ou seja, R\$ 25.443,99 (vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e nove centavos).

Além disso, as prestações de contas foram apresentadas pelos supridos tempestivamente no exercício 2017 dentro do período estipulada para comprovação.

Nas concessões e nas prestações de contas de suprimento fundos são formalizados processos e suas análises observam o Decreto nº 93.972/1986 e a Circular nº 014/2008/SAF da Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas/ANA, bem como demais normativos aplicáveis a matéria.

Em relação às compras de materiais permanentes, justificativas foram apresentadas, autorizados e aprovadas pelo Ordenador de Despesa desta Agência, em caráter excepcional.

Por fim, convém registrar que não houve extrapolação de limites quanto a subitem de despesa por suprido, conforme orienta o Manual SIAFI, Macrofunção 02.11.21, item 3.1.2.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

ÍNDICES E INDICADORES DE DESEMPENHO COM BASE NAS EXECUÇÕES FÍSICA E FINANCEIRA DOS PLANOS E AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Além dos indicadores em construção, a ANA adotou uma forma de aferir a gestão dos gastos associados à eficácia, à eficiência e à economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos, físicos e financeiros, alcançados por meio das execuções das rubricas orçamentárias e fórmulas demonstradas a seguir.

É apresentado ao final desta sessão, quadro demonstrativo da evolução dos Índices e Indicadores de Desempenho da ANA, relativos aos três últimos exercícios, dando cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 2070/2010 – 1ª Câmara.

Fórmulas de Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

Cálculo dos índices “**IEEF e IEG**” e indicador “**IEI**” apurados conforme detalhamento constante dos quadros integrantes dos itens seguintes:

- Índice de Eficácia da Execução Física - **IEEF**: permite apurar o desempenho da execução física. É determinado a partir da relação entre o quantitativo de meta física executada e programada, expressa em pontos percentuais.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEEF} = \text{MFE} / \text{MFP}$$

onde MFE é a meta física executada no exercício e MFP é a meta física prevista.

- Índice de Eficácia do Gasto - **IEG**: permite mensurar o resultado da execução orçamentária da rubrica, tomando-se como referência o valor empenhado no exercício, em relação ao valor previsto, expresso em percentagem.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEG} = \text{VE} / \text{VP}$$

onde o VE é o valor executado (empenhado) e o VP é o valor previsto.

- Indicador de Eficiência Individual – **IEI**: resulta da relação entre os valores do IEEF e do IEG de cada rubrica orçamentária e permite avaliar a produtividade individual de cada rubrica, onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEI} = \text{IEEF} / \text{IEG}$$

Tomando por base o conjunto dos **IEIs** apurados para cada rubrica orçamentária, na forma acima descrita, segue o **IEA**, que propicia a avaliação do grau de economicidade da boa aplicação dos recursos públicos.

. Indicador de Eficiência Agrupado – **IEA**: permite avaliar a produtividade de um conjunto de rubricas orçamentárias (por ação, por unidade administrativa, ou mesmo do Órgão), onde “1” representa o equilíbrio entre as execuções física e financeira do conjunto de rubricas analisado e superiores ou inferiores significariam uma maior ou menor eficiência da aplicação dos recursos orçamentários e do alcance das metas.

Fórmula de cálculo:

$$IEA = \sum IEI / n$$

onde $\sum IEI$ é o Somatório dos IEIs (Indicador de Eficiência Individual), apurados conforme quadros demonstrativos da “Execução Física e Orçamentária” das respectivas rubricas e “n” é o número de rubricas consideradas.

1.1.1.1 - Identificação dos Planos Orçamentários – POs / Ações e Cálculo dos Índices e Indicadores de Desempenho

1.1.1.1.1 - Planos Orçamentários – POs da Ação Orçamentária 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS – POs AÇÃO 20WI – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.

Quadro 49 – PO 0000 – Administração da Unidade – Despesas Diversas

FINALIDADE		Apoiar a realização do 8º Fórum Mundial da Água.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado				13.691.890	4.053.889	29,60	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP (*) PO sem Meta Física

Quadro 50 – PO 0001 - Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

FINALIDADE		Organizar, desenvolver, implementar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Subsistema Implementado	4	4	100,00	35.090.361	34.339.560	97,86	1,00

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 51 – PO 0002 – Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais

FINALIDADE	Promover condições técnicas, legais e de geração de conhecimento hidrogeológico para implementar a gestão integrada das águas subterrâneas e superficiais, com vistas a obter condições de sustentabilidade ambiental, social e econômica para o uso desses recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG% (g) = f/e	
Unidade/Estudo Elaborado	2	3	1,5	3.641.240	3.461.772	95,07	1,57

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 52 – PO 0003 – Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas

FINALIDADE	Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, visando a aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços; aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos; e melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, reduzindo desperdícios causados por deficiências na articulação e coordenação intersetoriais.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Implantado	2	2	100,00	5.218.284	2.464.402	47,22	47,22

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 53 – PO 0004 – Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos

INALIDADE							
Elaborar Planos de Recursos Hídricos, incluindo propostas de enquadramento de corpos d'água, como instrumento para fundamentar e orientar a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas, bem como estudos e diagnósticos para subsidiar a aplicação de recursos financeiros da União em obras e serviços de regularização de cursos de água, de alocação e distribuição de água, e de controle da poluição hídrica.							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF) % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Plano Elaborado	3	3	100	17.811.617	17.559.248	98,58	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 54 – PO 0006 – Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE							
Promover a capacitação de recursos humanos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da sociedade civil, para atuarem na gestão, na proteção, no uso racional e na conservação dos recursos hídricos.							
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Pessoa Capacitada	1.500	16.000	1066%	9.160.333	8.951.682	97,72	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 55 – PO 0007 – Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água

FINALIDADE	Apoiar o desenvolvimento de projetos, que visem a aumentar a oferta e a melhoria da qualidade da água das bacias hidrográficas, voltados à adoção das práticas conservacionistas de uso e ocupação do solo no meio rural, a readequação de estradas vicinais e a recuperação da cobertura vegetal em áreas prioritárias para preservação, promovendo a infiltração e permanência da água no solo, a redução do escoamento superficial e os processos erosivos, o assoreamento, a poluição de mananciais e o risco de inundações, gerando significativo incremento na oferta de água com qualidade para os múltiplos usos.						
	Promover a adoção de medidas que visem minimizar perdas e maximizar a eficiência no uso da água, tendo como base o uso racional, o reúso de águas servidas e a identificação de fontes alternativas de água para o abastecimento.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Projeto Apoiado	2	14	7	25.033.914	24.898.804	99,46	7,03

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 56 – PO 0008 – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

FINALIDADE	Dispor de dados sobre todos os usuários desse recurso, tanto nos rios de domínio da União, quanto de domínio dos estados e do Distrito Federal, para propiciar o controle de oferta e demanda dos recursos hídricos; propiciar as condições para implementação da cobrança e subsidiar a formulação de diretrizes de gestão de recursos hídricos e de outorga, notadamente nas áreas de conflito potencial e de conflito efetivo pelo uso desordenado dos recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Cadastrado	5000	12.197	2,43	634.870	479.199	75,47	3,23

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 57 – PO 0009 – Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas

FINALIDADE	Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação, instalação e consolidação de comitês de bacias hidrográficas e das agências de águas, bem como a estruturação dos órgãos e das entidades do SINGREH para implementação e integração dos processos de gestão de recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Entidade Beneficiada	38	38	1,00	38.514.615	38.186.525	99,40	1,00

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 58 – PO 000B – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos

FINALIDADE	FINALIDADE: Planejar e promover ações destinadas a prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações, no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em articulação com o órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil, em apoio aos Estados e Municípios.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Boletim Emitido	120	115	95,83	1.120.000	1.035.465	92,45	1,03

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 59 – PO 000D – Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA

FINALIDADE	FINALIDADE: Implantar um sistema de avaliação sistemático e adequado da situação da qualidade das águas superficiais brasileiras, subsidiando a elaboração de políticas públicas que visem reverter o quadro de poluição encontrado nas bacias hidrográficas brasileiras.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Percentual de Execução Física/Sistema Implantado	14	22	1,57	14.446.058	14.136.077	97,85	1,60

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

Quadro 60 – PO 000E – Cooperação Nacional e Internacional em recursos hídricos

FINALIDADE	FINALIDADE: Apoio a projetos, iniciativas e eventos que visam à conservação e gestão de recursos hídricos, com a participação de setores usuários de água e instituições internacionais de interesse comum, por meio de ações de: comunicação, capacitação de recursos humanos, intercâmbio de informações e experiências relativas à gestão de recursos hídricos, participação em fóruns e eventos, relacionamento com agências do Sistema ONU, organismos multilaterais, tratados e blocos governamentais, além de iniciativas bilaterais que contribuem para o cumprimento do papel institucional da Agência. Esses projetos possibilitam a qualificação dos servidores da ANA, ao permitir o intercâmbio de conhecimentos e de experiências com outras instituições similares e com desafios semelhantes.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Cooperação realizada	8	17	2,12	6.649.755	6.054.208	97,78	2,17

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS – POS DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2378 – OPERAÇÃO DA REDE HIDROMETEOROLÓGICA, DE RESPONSABILIDADE DA ANA.

Quadro 61 – PO 0001 – Modernização e operação da Rede Hidrometeorológica

FINALIDADE	Modernizar e operacionalizar a Rede Hidrometeorológica Nacional, visando a disponibilização tempestiva da informação e agregação de informações qualitativas sobre recursos hídricos.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/ Estação implantada	4500	4655	103,44	68.783.757	66.479.361	96,64	1,07

Fonte: SIAFI/STN; SIOP

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS – POS DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4926 – REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS USOS DE RECURSOS HÍDRICOS, DOS SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO E ADUÇÃO DE ÁGUA BRUTA E DA SEGURANÇA DE BARRAGENS, DE RESPONSABILIDADE DA ANA.

Quadro 62 – PO 0001 – Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens

FINALIDADE	Assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água, por meio do estabelecimento das regras de uso, dos marcos regulatórios e da emissão da outorga visando assegurar o uso racional dos recursos hídricos e a compatibilização dos usos múltiplos. A outorga não caracteriza alienação total ou parcial das águas, que são inalienáveis, mas autoriza o seu direito de uso. Promover a regulação da prestação de serviços públicos de irrigação e adução de água bruta em regime de concessão. Estabelecer normas para implementação de ações visando à segurança de barragens em âmbito federal.						
	Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Usuário Regularizado	1.500	2.547	1,69	2.993.750	2.831.482	94,57	1,79

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

Quadro 63 – PO 0002 – Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens

FINALIDADE		Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União mediante o acompanhamento, o controle, a apuração de irregularidade e infrações e a eventual determinação de retificação das atividades, assim como a fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, se em regime de concessão, e adução de água bruta, além de fiscalizar a segurança de barragens.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Campanha Realizada	46	41	0,89	6.142.643	4.994.958	81,31	1,09

Fonte: SIAFI/STN; SIOF

Quadro 64 – PO 0003 – Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água

FINALIDADE	Intervenção em Sistemas hídricos assolados por estiagens intensas, por situações de emergência ou forte potencial de conflito pelo uso da água, notadamente aqueles situados no semiárido brasileiro. Atendimento à alocação negociada de água viabilizado por meio de ajustes na vazão descarregada para o curso d'água a jusante ou mesmo por outro mecanismo/alternativa. Garantir o funcionamento das estruturas hidráulicas, elétricas e mecânicas de controle, medição e monitoramento de reservatórios e sistemas hídricos para que estejam em perfeitas condições de funcionamento, visando a minimização das consequências negativas de secas e também em situações de cheias, e garantir a integridade e a segurança de barragens. Necessidade de manutenção das condições de escoamento dos cursos d'água, seja via intervenções de limpeza e desobstrução, seja via outra alternativa. Intervenções emergenciais necessárias a tornar efetivos os processos de alocação negociada de água.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Unidade/Sistema Atendido	0	0	0,00	3.626.249	2.375.977	65,52	

Fonte: SIAFI/STN; SIOP ^(*) PO sem Meta Física

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS – POS DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 00LX – TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS DA COBRANÇA ÀS AGÊNCIAS DE ÁGUAS, DE RESPONSABILIDADE DA ANA - OPERAÇÕES ESPECIAIS.

Quadro 65 – PO 0001 – Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

FINALIDADE		FINALIDADE: Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				19.356.509	19.356.509	100	1,00

Fonte: SIAFI/STN (*) PO sem Meta Física

Quadro 66 – PO 0002 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce

FINALIDADE		Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				12.598.404	12.598.404	100	1,00

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Quadro 67 – PO 0003 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				12.153.496	12.153.496	100	1,00

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Quadro 68 – PO 0004 - Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

FINALIDADE	Viabilizar a descentralização/transferência dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.						
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física (*)				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				26.691.591	26.691.591	100	
							1,00

Fonte: SIAFI/STN

(*) PO sem Meta Física

Observação:

A partir de 2012, as rubricas orçamentárias relativas às transferências obrigatórias às Agências de Águas de Bacias Hidrográficas passaram a ser consideradas Operações Especiais, sem meta física estabelecida.

Neste item, deixaram de ser considerados os POs 0005 e 0006, respectivamente, das Bacias dos Rios Verde Grande e Paranaíba, uma vez que os Comitês das Bacias ainda não concluíram os processos de implementação da cobrança, portanto, sem execução no exercício.

**PLANOS ORÇAMENTÁRIOS – POS / AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA ANA QUE INTEGRAM O PROGRAMA 2124
- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MMA**

Quadro 69 – PO 0000 – Despesas diversas - Ação 2000 – Administração da Unidade

FINALIDADE		Despesas Diversas.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
				31.680.226	31.346.740	98,94	

Fonte: SIAFI/STN (*) PO sem Meta Física

Quadro 70 – PO 0001 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, da Ação 20WJ - Modernização da Gestão de Recursos Hídricos

FINALIDADE		Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.					
Índices e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (h) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (d) = b/a	Dotação Atualizada (e)	Valores Empenhados (f)	IEG % (g) = f/e	
Servidor Capacitado/Unidade	280	348	1,24	761.685	706.429	92,74	1,34

Fonte: SIAFI/STN e Controles GEGEP/ANA

Quadro 71 – PO 0002 – Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais, da Ação 20W8 - Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

FINALIDADE	Adoção das metodologias constantes no Manual da A3P; promoção da reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da instituição; estímulo à adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; realização da gestão integrada de resíduos pós consumo; melhora da qualidade do ambiente do trabalho; estímulo a reflexões e mudanças de atitude das pessoas envolvidas nas atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos.						
	Índice e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)						
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (f) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (c) = b/a	Dotação Atualizada (d)	Valores Empenhados (e)	IEG % (f) = e/d	
Agenda implementada	1	2	1,50	18.030	18.030	100,00	2,00

Quadro 72 – PO 0003 – Implementação do Programa de Pró-equidade de gênero na Agência Nacional de Águas

FINALIDADE	Promoção da sensibilização e mobilização de trabalhadores com intuito de diminuir assimetrias de conhecimento e promover a efetivação dos direitos de mulheres e da igualdade de gênero com ações diversas voltadas à capacitação com relação ao tema gênero; realização, custeio e participação em eventos nacionais e internacionais relativos ao tema gênero; pagamento de passagens, adicionais de deslocamento e diárias, tanto para palestrantes quanto para servidores que ministrem cursos ou palestras que envolvam gênero para o SINGREH; pagamento de taxas de inscrição em cursos, seminários ou congressos sobre o tema gênero.						
Índice e Indicador de Desempenho (Eficácia da Execução Física/Eficiência do Gasto)							
Meta Física				Execução Orçamentária/Financeira R\$			IEI (f) = d/g
Unidade de Medida/ Produto	Prevista (a)	Realizada (b)	IEEF % (c) = b/a	Dotação Atualizada (d)	Valores Empenhados (e)	IEG % (f) = e/d	
Agenda implementada				100.000	59.763	59,76	

Fonte: SIAFI/STN (*) PO sem Meta Física

Rubricas Orçamentárias, de Responsabilidade da ANA, do Programa nº 2026 – Conservação e Gestão de Recursos Hídricos											
Identificação Orçamentária		Título	2015			2016			2017		
			Índices		Indicador	Índices		Indicador	Índices		Indicador
			IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI
Ação/Plano Orçamentário - PO	Ação/Plano Orçamentário - PO										
2016	2017										
20WI-0001	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	100	98,47	1,02	100	99,85	1	100	97,86	1,00
20WI-0002	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	0	24	0	100	84,42	1,18	100	100,00	1,00
20WI-0003	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	0	59	0	37,5	58,41	0,64	100	47,22	0,47
20WI-0004	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	33,33	81,65	0,41	100	98,36	1,02	100	77,71	0,78
20WI-0006	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	559	94	5,95	104	97,89	1,06	1066	97,72	10,41
20WI-0007	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	70	97	0,72	133	98,31	1,35	700	100	7,00
20WI-0008	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	159	52	3,06	156	71,73	2,17	243	75,47	1,84
20WI-0009	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	127	95	1,34	100	96	1,04	100	99,14	0,99
20WI-000B	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	200	95	2,11	1038	83,6	12,4	95,85	92,45	0,89
	4926-0003	Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água					55,75				

	4926-0001	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens							1,69	94,57	1,79
	4926-0002	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens							0,89	81,31	1,09
20WI-000D	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	1103	86,5	12,75	200	92,8	2,15	157	97,85	1,53
2378-0001	2378-0001	Modernização da Rede Hidrometeorológica	237	74,6	3,18	54	99,97	0,54	103,44	96,64	0,99
2378-0000	2378-0000	Operação da Rede Hidrometeorológica	94	92	1,02	107	98,2	1,09			
00LX-0001	00LX-0001	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá		100			100				
00LX-0002	00LX-0002	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce		100			100				
00LX-0003	00LX-0003	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul		100			100				
00LX-0004	00LX-0004	Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco		100			100				
Identificação Orçamentária		Título	2014			2016			2017		
Ação/Plano Orçamentário - PO ⁽¹⁾					Índices	Indicador		Índices	Indicador		
2016	2017		IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI	IEEF	IEG	IEI
2000-0001		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		100	88	1,14	169	97	1,24	92,74	1,14
2000-0002		Implementação A3P nos Órgãos Públicos Federais		100	28	3,57	0	0	1,50	85,45	1,70
2000-0000		Administração da Unidade			99,99			98			98,94

Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individuais – IEIs

Quadro 73 - Consolidado dos Indicadores de Eficiência Individual – IEIs das Rubricas Orçamentárias

Item	Rubricas Orçamentárias		IEI
Planos Orçamentários da Ação 20WI – Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, de responsabilidade da ANA; 4926 – Regulação e fiscalização dos usos de recursos hídricos, dos serviços de irrigação e adução de água bruta e da segurança de barragens, de responsabilidade da ANA e 2378 – operação da rede hidrometeorológica, de responsabilidade da ANA. .			
1	20WI-0001	Gerenciamento do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH	1
2	20WI-0002	Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	1
3	20WI-0003	Desenvolvimento da Capacidade Institucional e de Planejamento do Setor Água – Interáguas	0,47
4	20WI-0004	Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	0,78
5	4926-0001	Regulação dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens	1,79
6	20WI-0006	Capacitação para a Gestão de Recursos Hídricos	10,41
7	20WI-0007	Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	7,0
8	20WI-0008	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	1,84
9	20WI-0009	Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas	0,99
10	20WI-000B	Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	0,89
12	4926-0002	Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos e da Segurança de Barragens	1,09
13	20WI-000D	Implantação da Rede Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas Superficiais - PNQA	1,53
14	2378-0000	Modernização e operação Rede Hidrometeorológica	0,99
Ações Orçamentárias do Programa 2124 – De Gestão e Manutenção de responsabilidade do MMA, com participação da ANA			
1	2000-0001	Administração da unidade /Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1,14
2	20W8-0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P / Implementação da A3P nos Órgãos Públicos Federais	1,70

Neste item, deixaram de ser consideradas as Ações relativas aos pagamentos de benefícios a servidores, devido à baixa materialidade e relevância no contexto da avaliação a que se propõem os indicadores IEI e IEA.

Cálculo e Avaliação do Indicador de Eficiência Agrupado - IEA

Grupo de Ações	Nº de Ações	IEA
Ações do Programa 2026 –Gestão de Recursos Hídricos	14	2,13
Ações do Programa 2124 – Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2	1,99
Total da ANA	16	2,06

O conjunto dos números apurados no âmbito da Agência Nacional de Águas reflete o grau médio de produtividade da aplicação dos recursos públicos e supera o ponto de equilíbrio em 48%.

Esse resultado, em princípio, reflete uma efetividade satisfatória do gasto quando considerados todos os Planos Orçamentários (POs) sob responsabilidade da Agência.

Quando se analisam somente os resultados das ações finalísticas, aquelas que diretamente contribuem para gestão de recursos hídricos, o índice mostra um ganho expressivo na obtenção de resultados, superando em 213% em relação à programação, com amplitudes de variação de 0 a 1041%.

Análise Crítica

No contexto dos Planos Orçamentários – POs/Ações elencados neste tópico, observa-se a predominância do ganho do resultado físico, em relação à aplicação dos recursos financeiros. O fato pode estar atrelado à predominância de uma programação de resultados mais conservadora por parte dos Coordenadores de Ação. Desde 2014 buscamos explicar o bom desempenho da Agência em função da facilidade para remanejamento de recursos orçamentários entre os Planos Orçamentários (POs), admitida pela SOF/MP naquele ano e que, pelo desempenho alcançado ao longo desses últimos anos, mostra-se com grande acerto, sob a ótica da execução.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**Quadro 74 - QUADRO - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.				IICA	
Identificação do (s) Projeto (s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.				BRA/IICA/12/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 117192					
Objetivo da Consultoria: Realização de uma análise sobre os esforços para melhorar o planejamento e gestão dos recursos hídricos, desde a implementação de estratégias, criação de novos programas ou aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e seus planos, frente aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Interministerial de promoção da gestão integrada e no uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural - ACT 002/2014, em consonância com os objetivos preconizados no Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/08/2017	20/06/2018	R\$ 182.123,60	R\$ 63.743,26	0	0
Insumos Externos					
O profissional terá acesso às seguintes fontes de informação durante o processo de avaliação e coleta de dados e informações:					
<ul style="list-style-type: none">• Memórias e registros históricos de acompanhamento dos trabalhos do ACT 002/2014 disponíveis;• Resoluções, portarias e normativos gerais relacionados a recursos hídricos e temas correlatos transversais;• Relatórios de avaliação e de informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria;• Contatos nos estados e em outras instituições que foram necessários para o desenvolvimento dos trabalhos, articulação interinstitucional e obtenção de dados e informações;• Outras informações que se fizerem necessárias também deverão ser fornecidas.					
Em casos de necessidade de diárias e passagens para a desenvolvimento de atividades inerentes ao desenvolvimento dos produtos dessa consultoria, as mesmas serão custeadas pela ANA, por meio do Projeto de Cooperação Técnica, mediante solicitação e aprovação prévia.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: RT 1 - Relatório técnico executivo contendo o diagnóstico da situação atual das ações realizadas e planejadas, bem como as dificuldades enfrentadas, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Interministerial de promoção da Gestão Integrada e no uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural - ACT 002/2014.			21/09/2017	R\$ 27.318,54	
Produto 2: RT 2 - Relatório parcial contendo a sistematização de informações técnicas e dos avanços do ACT 002/2014, especialmente do GT5 (Pagamento de Serviços Ambientais), considerando a elaboração em forma de minuta preliminar			21/11/2017	R\$ 36.424,72	

para compartilhamento e obtenção de contribuições multi-institucionais para construção da proposta do Programa de Pagamento de Serviços Ambientais.		
Produto 3: RT 3 - Relatório contendo a sistematização de informações técnicas e dos avanços do ACT 002/2014, especialmente do GT5 (Pagamento de Serviços Ambientais) com a elaboração de uma minuta do Programa de Pagamento de Serviços Ambientais.	21//05/2018	R\$ 27.318,54
Produto 4: RT 4 - Relatório técnico contendo levantamento das ações de capacitação e práticas de conservação no uso da água e solo, com vistas à recuperação de áreas degradadas, priorizando bacias hidrográficas com alto nível de criticidade em termo de disponibilidade hídrica, e os aspectos técnicos dos armazenamentos de água subterrâneas, barragens subterrâneas no semiárido e outras práticas/ técnicas aplicadas e seus retornos em termos de benefícios.	21/04/2018	R\$ 63.743,26
Produto 5: RT 5 - Relatório técnico contendo a sistematização e consolidação dos principais resultados obtidos e consolidação de propostas para produzir avanços no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica Interministerial de promoção da Gestão Integrada e no uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural - ACT 002/2014, considerando o período total da consultoria.	20/06/2018	R\$ 27.318,54
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vagney Aparecido Augusto	CPF:	646.848.062-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Desempenho do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – Interágua

A implementação do Programa de Desenvolvimento do Setor Água - INTERÁGUAS teve sua continuidade mantida durante o ano de 2017 por todos os executores do Programa.

Especificamente no caso da ANA, algumas atividades foram encerradas, com destaque a elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos.

Além disso, foram finalizados os processos licitatórios iniciados em 2016 e que se converteram em contratos, os quais são listados abaixo.

O quadro abaixo apresenta os contratos firmados ANA no âmbito do Programa INTERÁGUAS com Pessoa Jurídica, uma vez que os contratos com Pessoa Física foram firmados por meio do PCT celebrado com o IICA.

Posição em 8 de janeiro de 2018

Nº	Atividade	Situação	Valor (R\$)
1	Avaliação Hidrogeológica dos Sistemas Aquíferos Cársticos e Fissuro-Cársticos na Região Hidrográfica do São Francisco, com vistas à Gestão Integrada e Compartilhada dos Recursos Hídricos	Encerrado	5.746.864,94
2	Elaboração do Estudo Modelagem Quantitativa e Qualitativa de trechos de rio em Bacias Hidrográficas consideradas críticas	Encerrado	4.310.968,84
3	Elaboração do Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos	Encerrado	5.246.354,82
4	Serviços de avaliação de processos pedagógicos para analisar o impacto das ações de capacitação e educação realizadas diretamente ou fomentadas pela ANA para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH	Encerrado	349.869,44
5	Desenvolvimento de metodologia para estimar o custeio administrativo de Entidades Delegatárias (EDs) de funções de Agência de Água	Em execução	398.348,00
6	Conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica: Critérios, Seleção e Detalhamento de Intervenções Estratégicas	Em execução	3.390.000,00
7	Estudo sobre alternativas do setor industrial e agroindustrial e mecanismos de indução e apoio do poder público e da representação setorial de redução do consumo de água e da geração de efluentes e ampliação do reúso de água	Em processo de licitação	1.461.500,00 (E)

Atualizado em Jan/2018

(E) Valor estimado

Do quadro acima, destaca-se a Conclusão do Plano Nacional de Segurança Hídrica: Critérios, Seleção e Detalhamento de Intervenções Estratégicas, sendo que esse Plano tem um cunho significativamente transversal e estratégico.

Cabe lembrar que o programa tem seu término previsto para 31/10/2018. O montante desembolsado até o momento foi de US\$ 15.892.426,03 de um total de US\$ 63.783.375,00, ou seja, cerca 25% dos recursos disponíveis para empréstimo. É importante esclarecer que o valor desembolsado não significa dizer que foi gasto, visto que alguns executores têm saldo de recursos alocados no IICA, os quais cobrirão os contratos em andamento e aqueles a serem firmados.

Por outro lado, apesar de se ter desembolsado cerca de 25% dos valores disponíveis para empréstimo, os valores já utilizados, entendendo como pagamentos realizados e repasses ao IICA mostram que do total, 44% (R\$28.061,542,00) são de contrapartida nacional, o que mostra o compromisso dos executores na execução das atividades.

Ao final do texto é apresentado um quadro-resumo dos valores do Programa.

Programa INTERÁGUAS – valores do Programa

Valores Atualizados(jan/2018)

R\$ 1

Executor	Valores pagos			Valores a pagar - atividades em execução			Valores a pagar - atividades a contratar			Valor total das atividades - Programa		
	Empréstimo	Contrapartida	Total	Empréstimo	Contrapartida	Total	Empréstimo	Contrapartida	Total	Empréstimo	Contrapartida	Total
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/MMA	4.339.431	1.328.136	5.667.567	5.647.008	1.882.336	7.529.344	462.250	240.750	703.000	10.970.184	3.656.728	13.899.912
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCid	5.054.897	266.047	5.320.945	12.616.348	4.205.416	16.821.664	7.855.200	2.664.800	10.520.000	29.720.707	9.906.902	32.662.609
Ministério da Integração Nacional	1.853.804,21	2.300.661,97	4.154.466	7.536.131	2.512.044	10.048.175	15.738.558	5.246.186	14.752.690	21.716.498	7.238.833	28.955.331
Agência Nacional de Águas	2.277.890	14.361.638	16.639.529	-0	-0	0	1.100.624	2.830.176	3.930.800	3.378.514	17.191.814	20.570.329
Total	13.526.023	18.256.484	31.782.507	25.799.387	8.599.796	34.399.183	25.156.632	10.981.912	29.906.490	65.785.903	37.994.277	96.088.180

Observação: no cálculo dos valores a pagar (atividades em execução e e atividades a contratar) foi utilizada a proporção 75/25 (SRHQ, MCid e MI) e 28/72(ANA)

Executor	Valores já utilizados ⁽¹⁾			Valor total das atividades - Programa
	Empréstimo	Contrapartida	Total	
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/MMA	4.339.431	1.328.136	5.667.567	13.899.912
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCid	19.992.328	6.684.243	26.676.571	32.662.609
Ministério da Integração Nacional	8.866.375	4.507.935	13.374.310	28.955.331
Agência Nacional de Águas	3.170.705	15.541.228	18.711.932	20.570.329
Total	36.368.838	28.061.542	64.430.380	96.088.180
Percentual	56	44		

(1) Valores já utilizados: pagamentos realizados, repasses ao IICA e recursos em conta do executor. Esse valor já inclui o saldo existente no IICA

Executor	Valor total a ser usado - Empréstimo	Valor já utilizado do Empréstimo	Valor a ser Desembolsado
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/MMA	10.970.184	4.339.431	6.630.752
Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/MCid	29.720.707	19.992.328	9.728.379
Ministério da Integração Nacional	21.716.498	8.866.375	12.850.123
Agência Nacional de Águas	3.689.090	3.170.705	518.386
Total	66.096.479	36.368.838	29.727.641

ANEXO I – SOBRE BENS



Agência Nacional de Águas - ANA
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF
Coordenação de Recursos Logísticos - COREL
Divisão de Patrimônio - DIPAT

09/01/2018 10:09:34

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA
U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA
U.A.: 10200105 - COORDENACAO DE RECURSOS LOGISTICOS - COREL

Endereço: 10400388 - ESTACIONAMENTO - SPO, BLOCO M

Responsável: MARIO ALBERTO JIMENEZ DE ALMEIDA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	023246		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLA NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC7540 - CHASSI: 9BFLF49P5FB003500 - RENAVAM: 01046421724 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	175.000,00
Total (por Endereço):					175.000,00
Total Geral:					350.298,88



Agência Nacional de Águas - ANA
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF
Coordenação de Recursos Logísticos - COREL
Divisão de Patrimônio - DIPAT

09/01/2018 10:09:34

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA
U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA
U.A.: 10200105 - COORDENACAO DE RECURSOS LOGISTICOS - COREL

Endereço: 10300053 - TERREO, SALA 115 - SPO, BLOCO M - 0242

Responsável: JOSE ALVES DE SOUZA NETO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	013237	124.984 - 6	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4 - PLACA: HKU5923 - CHASSI: 8AFER13P49J245149 - RENAVAM: 151971708 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	80.910,00
2	022966		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8614 - CHASSI: WV1DB42H1EA032596 - RENAVAM: 01034074650 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					215.298,88

ANEXO II – SOBRE BENS



Agência Nacional de Águas - ANA
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF
Coordenação de Recursos Logísticos - COREL
Divisão de Patrimônio - DIPAT

09/01/2018 10:12:40

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000014 - INSTITUTO BIOALTANTICA - IBIO

Endereço: 10400001 - RUA AFONSO PENA, N° 2590, CENTRO - ANA - GOVERNADOR VALADARES - MG - IBIO

Responsável: RICARDO ALCANTARA VALLORY

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	011556		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 8202562811 - PLACA: JJU1021 - CHASSI: 8AFER13P2AJ285976 - RENAVAM: 195324706 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.900,00
Total (por Endereço):					73.900,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400117 - SEMA/MT - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO MT

Endereço: 10400006 - SEMA/MT - CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO - PALÁCIO PAIAGUÁS, RUA C - ANA - CUIABÁ - MT -

Responsável: CARLOS HENRIQUE BAQUETA FAVARO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022152		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8443 - CHASSI: 9BG148DK0EC433709 - RENAVAL: 01024784514 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
2	022153		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8439 - CHASSI: 9BG148DK0EC434456 - RENAVAL: 01024769507 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
3	022980		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8600 - CHASSI: WV1DB42H7EA050827 - RENAVAL: 01034078655 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
4	023043		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8586 - CHASSI: WV1DB42H3EA050162 - RENAVAL: 01034066126 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					524.636,60

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400131 - EPAGRI - EMPRESA DE PESQ. AGROPEC.E EXT.RURAL DE S.CATARINA - EPAGRI

Endereço: 10400009 - CIRAM/EPAGRI - EMPRESA DE PESQ. AGROPEC.E EXT.RURAL DE S.CATARINA - ANA -

Responsável: LUIZ ADEMIR HESSMANN

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	011553		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL N° 8202562803 - PLACA: JJU1011 - CHASSI: 8A8ER13P6AJ285978 - RENAVAM: 195320026 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.900,00
2	020014		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5691 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64468 - RENAVAM: 527337420 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
3	022983		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8592 - CHASSI: WV1DB42HDEA046702 - RENAVAM: 01034061280 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
4	023041		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8585 - CHASSI: WV1DB42H7EA050181 - RENAVAM: 01034073220 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					464.660,39

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400043 - CPRM EM MANAUS (CÓDIGO 250-MA) - ANA - MANAUS - AM - 0388

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008598	90505910	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JXK5163 - CHASSI: 8AJDR22G274004114 - RENAVAM: 910741409 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
2	012083		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° - PLACA: JJU1421 - CHASSI: 9BG124JJ0AC442733 - RENAVAM: 203030567 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	IRRECUPERÁVEL	70.120,00
3	015357		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, DUAS PORTAS, TRACAO 4X4, MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA 140CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E UMA A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680KG, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER E SISTEMA DE TRACAO; TRAVA ELETRICA PARA AS PORTAS; ALARME: MODULO ELETRICO PARA LEVANTAMENTO DO VIDRO DAS PORTAS; RADIO AM/FM; CD PLAYER, DOIS ALTO-FALANTES E JOGO DE TAPETES. - PLACA: JIL1971 - CHASSI: 9BG124JJ0BC447212 - RENAVAM: 332196658 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	61.000,00
4	019998		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5531 - CHASSI: 93XJNK88TDCC84487 - RENAVAM: 527317071 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
5	022949		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8500 - CHASSI: WV1DB42H0EA045310 - RENAVAM: 01034029530 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400043 - CPRM EM MANAUS (CÓDIGO 250-MA) - ANA - MANAUS - AM - 0388

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
6	022960	25098570210	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: QZW8599 - CHASSI: WV1DB42HXEA045606 - RENAVAM: 01034034410 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
7	029851		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO, ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4871 - CHASSI: 9BFLF49P8HB010848 - RENAVAM: 1118553958 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
Total (por Endereço):					869.518,95

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400044 - CPRM EM PORTO VELHO (CÓDIGO 260-REPO) - ANA - PORTO VELHO - RO - 0378

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008734	92009590	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JQX9162 - CHASSI: 8AJDR22G374004511 - RENAVAM: 915796267 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	RUIM	73.869,56
2	019997		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5521 - CHASSI: 93XJNK88TDC61631 - RENAVAM: 527315826 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	SOM	121.982,63
3	020453		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ7857 - CHASSI: 8AJDY22G1D7001122 - RENAVAM: 531405656 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCO POLAR	SOM	119.095,00
4	022261		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8444 - CHASSI: 9BG148DK0EC433766 - RENAVAM: 01029528680 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	SOM	127.929,42
5	026652		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLA NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4872 - CHASSI: 9BFLF46PHB010637 - RENAVAM: 1118548784 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCA	SOM	273.769,00
Total (por Endereço):					716.645,61

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400045 - CPRM EM BELÉM (CÓDIGO 300-BE) - ANA - BELEM - PA - 0379

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008652	30091001300	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JVH3631 - CHASSI: 8AJDR22G07400M001 - RENAVAM: 908458967 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,55
2	008653	30091001480	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JVH3551 - CHASSI: 8AJDR22G17400M010 - RENAVAM: 908454894 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,55
3	015355		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, QUATRO PORTAS, TRACÃO 4X4, MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA 140CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680KG, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER E SISTEMA DE TRACÃO; TRAVA ELETTRICA PARA AS PORTAS; ALARME; MODULO ELETRICO PARA LEVANTAMENTO DO VIDRO DAS PORTAS; RADIO AM/FM; CD PLAYER, QUATRO ALTO-FALANTES E JOGO DE TAPETES. - PLACA: JIL1011 - CHASSI: 9BG138JJ0BC444873 - RENAVAM: 327382015 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	ANTI ECONÓMICO	64.800,00
4	015356		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, QUATRO PORTAS, TRACÃO 4X4, MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA 140CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680KG, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER E SISTEMA DE TRACÃO; TRAVA ELETTRICA PARA AS PORTAS; ALARME; MODULO ELETRICO PARA LEVANTAMENTO DO VIDRO DAS PORTAS; RADIO AM/FM; CD PLAYER, QUATRO ALTO-FALANTES E JOGO DE TAPETES. - PLACA: JIL0931 - CHASSI: 9BG138JJ0BC444857 - RENAVAM: 327378336 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	ANTI ECONÓMICO	64.800,00
5	019996	30091005120	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACÃO 4X4, CILINDRADAS 2494 CC, POTENCIA 102 CV E DUAS PORTAS. - PLACA: NSJ8680 - CHASSI: 8AJDR22G294011342 - RENAVAM: 182880486 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX CS4X4 - ANO FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA	ANTI ECONÓMICO	77.340,00
6	020000		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACÃO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETTRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHIA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5551 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64493 - RENAVAM: 527318744 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400045 - CPRM EM BELÉM (CÓDIGO 300-BE) - ANA - BELEM - PA - 0379

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
7	020001		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JKO5561 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64478 - RENAVAM: 527319635 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
8	022954		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8595 - CHASSI: WV1DB42H8EA050321 - RENAVAM: 01034043185 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
9	026645		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4869 - CHASSI: 9BFLF49P7HB010601 - RENAVAM: 1116208544 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
10	026646		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4876 - CHASSI: 9BFLF49P6HB010640 - RENAVAM: 1116208323 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400046 - CPRM EM RECIFE (CÓDIGO 350-RE) - ANA - RECIFE - PE - 0380

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008123		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8098 - CHASSI: 941CG053118C00018 - RENAVAM: 981408540 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008	BOM	2.124,37
2	008124		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8078 - CHASSI: 941CG053118C00035 - RENAVAM: 981426212 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008	BOM	2.124,37
3	008887	91563560	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: KJD5521 - CHASSI: 8AJDR22G674004195 - RENAVAM: 908278128 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
4	008888	91563640	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: KJD5451 - CHASSI: 8AJDR22G674004195 - RENAVAM: 908278128 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
5	008889	91569720	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: KJD5531 - CHASSI: 8AJDR22G974003879 - RENAVAM: 908279779 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
6	008950		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES COM CAÇAMBA, TRACAO 4X2, 4X4 REDUZIDA, MODELO STANDARD (COD.: 4CSAC), CAMBIO MANUAL 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JJE7501 - CHASSI: 8AJDR22G784007825 - RENAVAM: 954493486 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX S/C DX 4X4 MT AC - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	81.000,00
7	008951		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES COM CAÇAMBA, TRACAO 4X2, 4X4 REDUZIDA, MODELO STANDARD (COD.: 4CSAC), CAMBIO MANUAL 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JJE7541 - CHASSI: 8AJDR22G984007612 - RENAVAM: 954493311 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX S/C DX 4X4 MT AC - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	81.000,00
8	011558		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 8202562820 - PLACA: JJU1041 - CHASSI: 8AFER113P8AJ285979 - RENAVAM: 195335112 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.900,00



Agência Nacional de Águas - ANA
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF
Coordenação de Recursos Logísticos - COREL
Divisão de Patrimônio - DIPAT

09/01/2018 10:12:40

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGÊNCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400045 - CPRM EM BELÉM (CÓDIGO 300-BE) - ANA - BELEM - PA - 0379

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
11	026647		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4875 - CHASSI: 9FLF49P6HB010770 - RENAVAM: 1116205865 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
Total (por Endereço):					1.554.340,24

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400046 - CPRM EM RECIFE (CÓDIGO 350-RE) - ANA - RECIFE - PE - 0380

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
9	012066		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 2.910 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° 7774644254 - PLACA: JHW8072 - CHASSI: 9BG124JJOAC442964 - RENAVAM: 200712624 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
10	026650		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4870 - CHASSI: 9BFLF49P0HB010803 - RENAVAM: 1115543111 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
11	026654		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4874 - CHASSI: 9BFLF49P0HB010799 - RENAVAM: 1118328938 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
12	026655		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7010 - CHASSI: WV1DB42H3HA010507 - RENAVAM: 2039052 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400046 - CPRM EM RECIFE (CÓDIGO 350-RE) - ANA - RECIFE - PE - 0380

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
13	026668		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMÍDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3041 - CHASSI: 9BG144DKOHC431660 - RENAVAM: 01103653153 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
14	026669		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMÍDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3042 - CHASSI: 9BG143DK0JC409772 - RENAVAM: 01126107848 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
Total (por Endereço):					1.679.706,03

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400047 - AV. ANTONIO SALES, 1418, JOAQUIM TAVORA - CPRM EM FORTALEZA (CÓDIGO 370-REFO) - ANA -

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008247	37091780740	CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8088 - CHASSE: 941CG05318C000015 - RENAVAM: 981422837 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
2	008248	37091780820	CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8108 - CHASSE: 941CG05318C000008 - RENAVAM: 981407056 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
3	009026	37091779570	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES COM CAÇAMBA, TRACAO 4X2, 4X4 REDUZIDA, MODELO STANDARD (COD.: 4CSAC), CAMBIO MANUAL 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JJE7551 - CHASSI: 8AJDR22G684007602 - RENAVAM: 954463230 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX S/C DX 4X4 MT AC - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	81.000,00
4	009027	37091779650	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES COM CAÇAMBA, TRACAO 4X2, 4X4 REDUZIDA, MODELO STANDARD (COD.: 4CSAC), CAMBIO MANUAL 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JJE7581 - CHASSI: 8AJDR22G484007601 - RENAVAM: 954463133 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX S/C DX 4X4 MT AC - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	81.000,00
5	015215	37091784140	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, 4 x 4, 2.8L, ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER, SISTEMA DE TRACAO, TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS, ALARME, VIDRO ELÉTRICO, RADIO AM/FM COM CD PLAYER, AR CONDICIONADO, 2 AUTO FALANTES DIANTEIRO E 2 TRASEIRO E ESTEPE. - PLACA: JIL0991 - CHASSI: 9BG138J0BC445215 - RENAVAM: 327380900 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	64.800,00
6	020278	37096370020	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELÉTRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JJZ7879 - CHASSI: 8AJDY22GXD7001085 - RENAVAM: 531409597 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO POLAR	BOM	119.095,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400047 - AV. ANTONIO SALES, 1418, JOAQUIM TAVORA - CPRM EM FORTALEZA (CÓDIGO 370-REFO) - ANA -

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
7	026670		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3104 - CHASSI: 9BG143DKJC402488 - RENAVAM: 01128428870 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
8	026671		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3105 - CHASSI: 9BG143DKJC401279 - RENAVAM: 01128428838 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
Total (por Endereço):					756.049,74

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400048 - CPRM EM SALVADOR (CÓDIGO 400-SA) - ANA - SALVADOR - BA - 0382

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008733	92007200	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JOP0362 - CHASSI: 8AJDR22G374004218 - RENAVAM: 910852251 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	REGULAR	73.869,56
2	008735	92009670	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JQX9163 - CHASSI: 8AJDR22G974004515 - RENAVAM: 915855232 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	REGULAR	73.869,56
3	008736	92009750	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JQX9161 - CHASSI: 8AJDR22G774004545 - RENAVAM: 915855232 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	REGULAR	73.869,56
4	011554		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA - PLACA: JJU1031 - CHASSI: 8AFER13P0AJ285975 - RENAVAM: 195337778 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	RUIM	73.900,00
5	012067		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° - PLACA: JHW8112 - CHASSI: 9BG124JJ0AC442976 - RENAVAM: 200113396 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
6	012319		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 2.910 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° 7774644165 - PLACA: JHW8102 - CHASSI: 9BG124JJ0AC443704 - RENAVAM: 200713246 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
7	012320		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 2.910 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° 8464181769 - PLACA: JHW8052 - CHASSI: 9BG124JJ0AC442605 - RENAVAM: 200712950 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400048 - CPRM EM SALVADOR (CÓDIGO 400-SA) - ANA - SALVADOR - BA - 0382

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
12	026676		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMÍDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3185 - CHASSI: 9BG143DK0JC425511 - RENAVAM: 01134416544 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2016 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
Total (por Endereço):					1.372.364,17

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400049 - CPRM EM SÃO PAULO (CÓDIGO 500-SP) - ANA - SÃO PAULO - SP - 0383

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008755	93027510	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: DYD5919 - CHASSI: 8AJDR22G174004766 - RENAVAM: 915433869 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	REGULAR	73.869,56
2	015054		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO. - PLACA: JIL5891 - CHASSI: 9BG13BJ0BC445176 - RENAVAM: 313699135 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	64.800,00
3	019994	71098480052	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ7858 - CHASSI: 8AJDY22G6D7001035 - RENAVAM: 00531410420 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	119.095,00
4	019995		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ7900 - CHASSI: 8AJDY22G6D7001137 - RENAVAM: 00531411893 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	119.095,00
5	026861		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PBA7012 - CHASSI: WV1DS42H6HAD07312 - RENAVAM: 01112719110 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					571.244,17

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400048 - CPRM EM SALVADOR (CÓDIGO 400-SA) - ANA - SALVADOR - BA - 0382

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
8	015055		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, 4 x 4, 2.8L. ACESSÓRIOS: PROTETOR DE CARTER, SISTEMA DE TRACAO, TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS, ALARME, VIDRO ELÉTRICO, RADIO AM/FM COM CD PLAYER, AR CONDICIONADO, 2 AUTO FALANTES DIANTEIRO E 2 TRASEIRO E ESTEPE. - PLACA: JIL0951 - CHASSI: 9BG124J0BC447423 - RENAVAM: 327379910 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	61.000,00
9	023034		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8499 - CHASSI: WV1DB42H9EA047413 - RENAVAM: 01034115755 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
10	026644		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4866 - CHASSI: 9BFLF49P5HB010841 - RENAVAM: 1114703688 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
11	026657		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA. ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7000 - CHASSI: WV1DB42H7HA008937 - RENAVAM: 01112707066 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400050 - CPRM EM PORTO ALEGRE (CÓDIGO 550-PA) - ANA - PORTO ALEGRE - RS - 0384

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008782	93504380	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: INR2224 - CHASSI: 8AJDR22G574004186 - RENAVAM: 908160690 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
2	008783	93504460	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: INR2234 - CHASSI: 8AJDR22G374004185 - RENAVAM: 908160950 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
3	020279		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ8003 - CHASSI: 8AJDY22G5D7001432 - RENAVAM: 531415082 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	119.095,00
4	020280		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JK05891 - CHASSI: 8AJDY22G6D7001388 - RENAVAM: 531914089 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	119.095,00
5	022947		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC8052 - CHASSI: 9BFLF49P5FB002283 - RENAVAM: 01038852860 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	175.000,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400051 - CPRM EM BELO HORIZONTE (CÓDIGO 800-BH) - ANA - BELO HORIZONTE - BH - 0385

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008820	60097002340	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: HFK1061 - CHASSI: 8AJDR22G374004039 - RENAVAM: 911566759 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA	IRRECUPERÁVEL	73.869,55
2	008821	60097002420	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: HFK1059 - CHASSI: 8AJDR22GX74004040 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA	IRRECUPERÁVEL	73.869,55
3	008822	60097002510	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: HFK1057 - CHASSI: 8AJDR22GB74004084 - RENAVAM: 00911559094 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA	IRRECUPERÁVEL	73.869,55
4	008823	60097002690	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: HFK1058 - CHASSI: 8AJDR22G774004089 - RENAVAM: 911561013 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA	IRRECUPERÁVEL	73.869,55
5	010324	60095511580	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES COM CAÇAMBA, TRACÇÃO 4X2, 4X4 REDUZIDA, MODELO STANDARD (COD.: 4CSAC), CAMBIO MANUAL 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: HFK1255 - CHASSI: 8AJDR22G584007249 - RENAVAM: 954678117 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2007 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO REGENTE	IRRECUPERÁVEL	80.000,00
6	011555	60097015320	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL N° 8202562838 - PLACA: JIU1051 - CHASSI: 8AFER13P4AJ285977 - RENAVAM: 195336565 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	IRRECUPERÁVEL	73.900,00
7	013263	60097026010	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACÇÃO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° - PLACA: JIU1461 - CHASSI: 9BG124J0AC442851 - RENAVAM: 201792320 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	IRRECUPERÁVEL	70.120,00
8	013264	60097025980	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACÇÃO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSÃO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° - PLACA: JIU1471 - CHASSI: 9BG124J0AC443045 - RENAVAM: 00201787270 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	IRRECUPERÁVEL	70.120,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400050 - CPRM EM PORTO ALEGRE (CÓDIGO 550-PA) - ANA - PORTO ALEGRE - RS - 0384

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
6	022963		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC8588 - CHASSI: 9BFLF49P8FB003492 - RENAVAM: 01041590021 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	175.000,00
7	022964		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC8587 - CHASSI: 9BFLF49P1FB003494 - RENAVAM: 01041588760 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	175.000,00
8	023073		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC3388 - CHASSI: 9BFLF49P9FB003503 - RENAVAM: 01043170658 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	175.000,00
9	023074		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150 CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 3 PASSAGEIROS, 2 PORTAS DIANTEIRAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PAC3387 - CHASSI: 9BFLF49P7FB003502 - RENAVAM: 01043171832 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2015 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	175.000,00
Total (por Endereço):					1.260.929,12

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400051 - CPRM EM BELO HORIZONTE (CÓDIGO 800-BH) - ANA - BELO HORIZONTE - BH - 0385

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
9	015056	60096570000	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO. - PLACA: JIL5901 - CHASSI: 9BG135J08C444642 - RENAVAM: 313756651 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	IRRECUPERÁVEL	64.800,00
10	019999	60096570328	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5541 - CHASSI: 93XJNK88TDC64470 - RENAVAM: 527317934 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
11	026640		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4867 - CHASSI: 9BFLF46P8HB010798 - RENAVAM: 1113661884 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
12	026672		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMÍDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3181 - CHASSI: 9BG143DKJC405281 - RENAVAM: 01132776306 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400051 - CPRM EM BELO HORIZONTE (CÓDIGO 600-BH) - ANA - BELO HORIZONTE - BH - 0385

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
13	026673		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3182 - CHASSI: 9BG143DKJC407180 - RENAVAM: 01132695004 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
14	026674		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3183 - CHASSI: 9BG143DKJC424178 - RENAVAM: 01132930470 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
15	026675		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINCHO ELETRICO, TACOGRAFO, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PAX3184 - CHASSI: 9BG143DKJC426879 - RENAVAM: 01132927517 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2017 - ANO MODELO: 2018 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	202.953,00
Total (por Endereço):					1.861.981,83

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400052 - CPRM EM GOIÂNIA (CÓDIGO 650-GO) - ANA - GOIÂNIA - GO - 0386

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008861	94502380	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: NGQ2201 - CHASSI: 8AJDR22G874004151 - RENAVAM: 908507577 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2006 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
2	010327	92014830	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JRF9881 - CHASSI: 8AJDR22G884007531 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2007 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	80.000,00
3	012064		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 2.910 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIRECAO HIDRAULICA. - PLACA: JHW8142 - CHASSI: 9BG124J0AC442254 - RENAVAM: 200714244 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	70.120,00
4	015043		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: VEICULO TIPO PICK UP, CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO. - PLACA: JIL0211 - CHASSI: 9BG124J0BC446794 - RENAVAM: 322575257 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	61.000,00
5	020322		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ7869 - CHASSI: 8AJDY22G007000981 - RENAVAM: 531406750 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	119.095,00
6	020323		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ8002 - CHASSI: 8AJDY22G2D7000979 - RENAVAM: 531413799 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	119.095,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400052 - CPRM EM GOIÂNIA (CÓDIGO 650-GO) - ANA - GOIÂNIA - GO - 0388

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
7	020324		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELÉTRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JJZ9001 - CHASSI: 8AJDY22G1D7006875 - RENAVAM: 531412733 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	119.095,00
8	022985	65098570258	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELÉTRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8591 - CHASSI: WV1DB42HXEA050790 - RENAVAM: 01034062376 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
9	026639		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4861 - CHASSI: 9BFLF49P4HB010636 - RENAVAM: 1113072668 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
10	026641		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, VIDROS ELÉTRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELÉTRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4863 - CHASSI: 9BFLF49P4HB010602 - RENAVAM: 1113576364 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400052 - CPRM EM GOIÂNIA (CÓDIGO 650-GO) - ANA - GOIÂNIA - GO - 0386

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
11	026642		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4864 - CHASSI: 9BFLF49P5HB010535 - RENAVAM: 1113575325 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
12	026643		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRIÇÃO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4865 - CHASSI: 9BFLF49P5HB010800 - RENAVAM: 1113574080 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
Total (por Endereço):					1.571.738,44

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400053 - CPRM EM TERESINA (CÓDIGO 710-RETE) - ANA - TERESINA - PI - 0387

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008898	37092009630	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: JPX4905 - CHASSI: 8AJDR22G174004525 - RENAVAM: 920292844 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
2	008901	71091537720	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: LWL4982 - CHASSI: 8AJDR22G874004537 - RENAVAM: 2029551 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	IRRECUPERÁVEL	73.869,56
3	008902	71091537810	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: LWL5232 - CHASSI: 8AJDR22G874004540 - RENAVAM: 914888234 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
4	008903	71091537990	CAMINHONETE PICK UP - PLACA: LWL4992 - CHASSI: 8AJDR22G574004561 - RENAVAM: 914887572 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2007 - ANO MODELO: 2007 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: PRATA METALICA	BOM	73.869,56
5	011615	71098480080	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL N° 7774341855 - PLACA: JUU0791 - CHASSI: 8AFER13P7AJ285973 - RENAVAM: 193119833 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.900,00
6	012091	71091541670	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 2.910 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA. CRLV N° 7774644238 - PLACA: JHW8132 - CHASSI: 9BG124J0A0442628 - RENAVAM: 200714040 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
7	015350	71098480000	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, 4X4, 2.8L. ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER E SISTEMA DE TRACAO, TRAVA ELETRICA PARA AS PORTAS, ALARME, VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD PLAYER, DE AR CONDICIONADO, 2 ALTO-FALANTES INSTALADOS NA PARTE DIANTEIRA E 02 NA PARTE TRASEIRA E ESTEPE. - PLACA: JIL1571 - CHASSI: 9BG138J0BC444353 - RENAVAM: 329199030 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	64.800,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400108 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Endereço: 10400053 - CPRM EM TERESINA (CÓDIGO 710-RETE) - ANA - TERESINA - PI - 0387

Responsável: ESTEVES PEDRO COLNAGO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
8	015351	71098480001	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, 4X4, 2.8L. ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER E SISTEMA DE TRACAO, TRAVA ELETRICA PARA AS PORTAS, ALARME, VIDROS ELETRICOS, RADIO AM/FM COM CD PLAYER, DE AR CONDICIONADO, 2 ALTO-FALANTES INSTALADOS NA PARTE DIANTEIRA E 02 NA PARTE TRASEIRA E ESTEPE. - PLACA: JIL1561 - CHASSI: 9BG124JJOBC447228 - RENAVAM: 329198251 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	61.000,00
9	020277	71098480023	CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JJZ7878 - CHASSI: 8AJDY22G0D7001113 - RENAVAM: 531408051 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO POLAR	IRRECUPERÁVEL	119.095,00
10	026648		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4848 - CHASSI: 9BFLF49P9HB010843 - RENAVAM: HB010843 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
11	026649		CAMINHÃO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4868 - CHASSI: 9BFLF49P9HB010639 - RENAVAM: HB010639 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
Total (por Endereço):					1.231.931,24

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400109 - FUND. CEARENSE DE METEOROLOGIA E REC. HIDRICOS - FUNCEME - FUNCEME

Endereço: 10400055 - FUNCEME/CE - AVENIDA RUI BARBOSA, 1246 - ANA - FORTALEZA - CE - 0390

Responsável: EDUARDO SAVIO P. R. MARTINS

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	009028		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES COM CAÇAMBA, TRACÇÃO 4X2, 4X4 REDUZIDA, MODELO STANDARD (COD.: 4CSAC), CAMBIO MANUAL 5 MARCHAS A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JJE7511 - CHASSI: 8AJDR22G884007617 - RENAVAM: 954453400 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX S/C DX 4X4 MT AC - ANO FABRICACAO: 2006 - ANO MODELO: 2006 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	81.000,00
2	012090		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACÇÃO 4X4 MOTOR 2.6, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RÉ, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 2.910 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV N° 7774644270 - PLACA: JHWB162 - CHASSI: 9BG124J0AC442699 - RENAVAM: 200714600 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
Total (por Endereço):					151.120,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400110 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA - DNOCS - DNOCS

Endereço: 10400056 - AV. DUQUE DE CAXIAS Nº 1700 - CENTRO - ANA - FORTALEZA - CE - 0392

Responsável: ROBEISIA HERBENE MIRANDA DE HOLANDA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008263		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8018 - CHASSI: 941CG05318C000036 - RENAVAM: 981451780 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
2	008264		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8018 - CHASSI: 941CG05318C000011 - RENAVAM: 981428932 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
3	008265		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8058 - CHASSI: 941CG05318C000019 - RENAVAM: 981430201 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
4	009214		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: 4 X 4 CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. CRLV ORIGINAL Nº 7077848559 - PLACA: JGC6921 - CHASSI: 8AFER13PX8J168863 - RENAVAM: 968211186 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	73.681,82
5	009215		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: 4 X 4 CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. CRLV ORIGINAL Nº 7077848176 - PLACA: JGC6851 - CHASSI: 8AFER13P18J168884 - RENAVAM: 968204724 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	73.681,82
Total (por Endereço):					153.736,75

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400112 - INST. DE GESTAO DAS AGUAS DO RIO GRANDE DO NORTE - IGARN - IGARN

Endereço: 10400058 - IGARN/RN - RUA DO CALCÁRIO, Nº 1989 - BAIRRO DE LAGOA NOVA - ANA - NATAL - RN - 0393

Responsável: JOSIVAN CARDOSO MORENO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008141		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8048 - CHASSI: 941CG05318C000033 - RENAVAM: 981434223 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
2	008143		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8038 - CHASSI: 941CG05318C000007 - RENAVAM: 981444954 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
3	008145		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8028 - CHASSI: 941CG05318C000040 - RENAVAM: 981234783 - MARCA: FREE HOBBY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	BOM	2.124,37
4	009159		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIRECAO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JGC8911 - CHASSI: 8AFER13P98J188888 - RENAVAM: 988199801 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	73.681,82
5	009160		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIRECAO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO. - PLACA: JGC8871 - CHASSI: 8AFER13P78J188887 - RENAVAM: 988196322 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	73.681,82
6	022072		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAL, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8778 - CHASSI: 9BG148DK0EC430648 - RENAVAM: 01011056655 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
7	022279		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8529 - CHASSI: 9BG148DK0EC456479 - RENAVAM: 01031324841 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400112 - INST. DE GESTAO DAS AGUAS DO RIO GRANDE DO NORTE - IGARN - IGARN

Endereço: 10400058 - IGARN/RN - RUA DO CALCARIO, Nº 1989 - BAIRRO DE LAGOA NOVA - ANA - NATAL - RN - 0393

Responsável: JOSIVAN CARDOSO MORENO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
8	022280		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8526 - CHASSI: 9BG148DK0EC455916 - RENAVAM: 01031361984 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					537.525,01

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400113 - AGENCIA EXECUTIVA DE GESTAO DAS AGUAS DA PARAIBA - AESA

Endereço: 10400059 - AESA/PB - AV. MINISTRO AMERICO DE ALMEIDA, S/N - ANEXO AO DER - TORRE - ANA - JOÃO PESSOA -

Responsável: JOAO FERNANDES DA SILVA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008227		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8158 - CHASSI: 941CG05318C000021 - RENAVAM: 918225730 - MARCA: FREE HOBBSY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	SOM	2.124,37
2	008228		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8168 - CHASSI: 941CG05318C000023 - RENAVAM: 981235964 - MARCA: FREE HOBBSY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	SOM	2.124,37
3	008229		CARRETA RODOVIARIA - DESCRICAO: COM GUINCHO P/ CANOA DE 6,0 M. - PLACA: JHL8148 - CHASSI: 941CG05318C000022 - RENAVAM: 981237231 - MARCA: FREE HOBBSY - MODELO: 2008 - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COR: BRANCA	SOM	2.124,37
4	010499		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 16414180164. - PLACA: MNX8885 - CHASSI: 8AFER13P38J168885 - RENAVAM: 986560574 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	SOM	73.681,81
5	010500		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 16817805800. - PLACA: MNX9005 - CHASSI: 8AFER13P58J168886 - RENAVAM: 986562526 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	SOM	73.681,81
6	015341		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, 4 x 4, 2.6L. ACESSORIOS: PROTETOR DE CARTER, SISTEMA DE TRACAO, TRAVA ELÉTRICA PARA AS PORTAS, ALARME, VIDRO ELÉTRICO, RADIO AM/FM COM CD PLAYER, AR CONDICIONADO, 2 AUTO FALANTES DIANTEIRO E 2 TRASEIRO E ESTEPE. - PLACA: JIL0941 - CHASSI: 9BG138J08C445197 - RENAVAM: 323908543 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	SOM	64.800,00
7	020007		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5621 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64497 - RENAVAM: 527329193 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	SOM	121.982,63

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400113 - AGENCIA EXECUTIVA DE GESTAO DAS AGUAS DA PARAIBA - AESA

Endereço: 10400059 - AESA/PB - AV. MINISTRO AMERICO DE ALMEIDA, S/N - ANEXO AO DER - TORRE - ANA - JOÃO PESSOA -

Responsável: JOAO FERNANDES DA SILVA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
8	022074		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8772 - CHASSI: 9BG148DK9EC430039 - RENAVAM: 01011056574 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
9	022275		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8525 - CHASSI: 9BG148DK9EC434802 - RENAVAM: 01031362891 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
10	022276		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8517 - CHASSI: 9BG148DK9EC456167 - RENAVAM: 01031369969 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
11	026667		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA. ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7007 - CHASSI: WV1DB42H8HA009109 - RENAVAM: 01112731080 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					918.692,23

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400011 - COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HIDRIGOS EM FORTALEZA - COGERH

Endereço: 10400060 - COGERH - RUA ADUALDO BATISTA Nº 1550, BAIRRO CAMBÉBA. - ANA - FORTALEZA - CE - 0395

Responsável: JOAO LUCIO FARIAS DE OLIVEIRA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
8	023030		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8594 - CHASSI: WV1DB42H2EA050461 - RENAVAM: 01034045838 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
9	023031		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8603 - CHASSI: WV1DB42H1EA050323 - RENAVAM: 01034082172 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
10	023038		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8613 - CHASSI: WV1DB42H6EA047238 - RENAVAM: 01034076393 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					741.018,59

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400118 - AGUAS PARANA - AGUAS PARANA

Endereço: 10400076 - AGUAS PARANA - RUA SANTO ANTONIO, Nº 239 - ANA - CURITIBA - PR - 0428

Responsável: IRAM DE REZENDE

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	009755		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACÇÃO, 4X4 - PLACA: JGL2561 - CHASSI: 8AFER11PX9J206679 - RENAVAM: 120603985 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 11P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	64.500,00
2	009756		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACÇÃO, 4X4 - PLACA: JGL2561 - CHASSI: 8AFER11P49J215751 - RENAVAM: 120115367 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 11P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	64.500,00
3	009757		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, TRACÇÃO, 4X4 - PLACA: JGL2561 - CHASSI: 8AFER11P69J215752 - RENAVAM: 120600030 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 11P - ANO FABRICACAO: 2008 - ANO MODELO: 2009 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	64.500,00
4	015039		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: VEICULO TIPO PICK UP, CABINE SIMPLES, TRACÇÃO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO - PLACA: JIF6691 - CHASSI: 9BG124JJOBC447618 - RENAVAM: 309694531 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	61.000,00
5	015040		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: VEICULO TIPO PICK UP, CABINE SIMPLES, TRACÇÃO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO - PLACA: JIF0701 - CHASSI: 9BG124JJOBC443882 - RENAVAM: 309697891 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	61.000,00
6	015041		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: VEICULO TIPO PICK UP, CABINE SIMPLES, TRACÇÃO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO - PLACA: JIF0711 - CHASSI: 9BG124JJOBC444978 - RENAVAM: 309701007 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	61.000,00
7	015042		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: VEICULO TIPO PICK UP, CABINE SIMPLES, TRACÇÃO 4X4, TRAVA E VIDRO ELETRICO NAS PORTAS, ALARME, RADIO CD PLAYER E AR CONDICIONADO - PLACA: JIF0651 - CHASSI: 9BG124JJOBC444965 - RENAVAM: 309704820 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2011 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	61.000,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400111 - AGENCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH

Endereço: 10400081 - CPRH - RUA SANTANA Nº 367, BAIRRO CASA FORTE - RECIFE/PE - ANA - RECIFE - PE - 0396

Responsável: EDUARDO ELVINO SALES DE LIMA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	009219		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 7077848419. - PLACA: JGC6801 - CHASSI: 8AFER13P48J167910 - RENAVAM: 988203140 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.681,82
2	009220		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 7077848311. - PLACA: JGC6861 - CHASSI: 8AFER13P88J167909 - RENAVAM: 988201342 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.681,82
3	022079		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRAÇÃO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8781 - CHASSI: 9BG148DK0EC430562 - RENAVAM: 01011056698 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					275.293,06

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400118 - AGUAS PARANA - AGUAS PARANA

Endereço: 10400078 - AGUAS PARANA - RUA SANTO ANTONIO, Nº 239 - ANA - CURITIBA - PR - 0428

Responsável: IRAM DE REZENDE

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
8	021670		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8464 - CHASSI: 9BG148DK0EC455616 - RENAVAM: 01029359439 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
9	022158		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8446 - CHASSI: 9BG148DK0EC434631 - RENAVAM: 01029351730 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
10	022277		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8527 - CHASSI: 9BG148DK0EC456106 - RENAVAM: 01031360627 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					821.288,26

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000008 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS - FEMARH-RR

Endereço: 10400084 - AV. VILLE ROY, 4935, BAIRRO SÃO PEDRO, BOA VISTA - RR - ANA - BOA VISTA - RR - FEMARH-RR

Responsável: ROGERIO MARTINS CAMPOS

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020003		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JKO5571 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64491 - RENAVAM: 527324060 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022950		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8590 - CHASSI: WV1DB42H4EA050185 - RENAVAM: 01034063658 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
3	022955		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8607 - CHASSI: WV1DB42H1EA050001 - RENAVAM: 01034067565 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
4	026666		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA. ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PBA7009 - CHASSI: WV1DB42H8HA009045 - RENAVAM: 01112715921 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					585.145,00

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400125 - DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - DAEE-SP - DAEE-SP

Endereço: 10400086 - DAEE/SP - DEPARTAMENTO DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA - ANA - SÃO PAULO - SP - 0439

Responsável: GRE ARAUJO LOBO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	018597		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACÇÃO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO - PLACA: JUL8647 - CHASSI: 93XJNB8TDCC56274 - RENAVAM: 489049648 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	100.673,47
2	018598		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACÇÃO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA E AR CONDICIONADO - PLACA: JUL8637 - CHASSI: 93XJNB8TDCC58254 - RENAVAM: 489048708 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	100.673,47
3	022278		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8528 - CHASSI: 9BG148DK0EC456415 - RENAVAM: 01031326895 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					329.276,36

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000043 - AGENCIA REGULADORA DE AGUAS, ENERGIA E SAN. BASICO DO DF - ADASA

Endereço: 10400087 - ADASA/DF - AGENCIA REGULADORA DE AGUAS, ENERGIA E SAN. BASICO DO DF - ANA

Responsável: RAFAEL MACHADO MELLO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022015		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAL. ACOMPANHA SAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVT2129 - CHASSI: 9BG148DK0EC414001 - RENAVAM: 01005347988 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2013 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					127.929,42

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400128 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE SEMAS - PA

Endereço: 10400089 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO PARÁ - ANA - BELEM - PA - 0495

Responsável: LUIZ FERNANDES ROCHA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020004		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JKO5591 - CHASSI: 93XJNK88TDCC64485 - RENAVAM: 527325086 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022952		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8497 - CHASSI: WV1DB42H1EA047339 - RENAVAM: 01034113647 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,86
3	022957		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8495 - CHASSI: WV1DB42H0EA047235 - RENAVAM: 01034110664 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,86
Total (por Endereço):					390.760,35

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400129 - SECRETARIA DO MEIO AMB. E DOS REC. HIDRICOS, INFRAEST. CIDADES E ASSUNTOS METROPOL. -

Endereço: 10400090 - SECIMA - PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, PRACA CIVICA, CENTRO - ANA - GOIÂNIA - GO - 0493

Responsável: VILMAR DA SILVA ROCHA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022156		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8445 - CHASSI: 9BG148DK0EC455759 - RENAVAM: 01029353007 - MARCA: GM - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
2	022157		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8447 - CHASSI: 9BG148DK0EC455397 - RENAVAM: 01029341556 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					255.858,84

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000030 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - SEDAM-RO

Endereço: 10400092 - SEDAM/RO - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL - ANA - PORTO VELHO - RO

Responsável: VILSON DE SALLES MACHADO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	008614	90003640	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE SIMPLES, 4X2 D4-D 2.5 16V TB - PLACA: NDD8362 - CHASSI: 8AJDR22G874004585 - MARCA: TOYOTA - MODELO: HILUX - ANO FABRICAÇÃO: 2008 - ANO MODELO: 2008 - COMBUSTIVEL: DIESEL	BOM	73.869,56
2	020319		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKOB691 - CHASSI: 93XJNKB8TDCD67686 - RENAVAM: 532523113 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2013 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
3	022956		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8609 - CHASSI: WV1DB42H6EA047031 - RENAVAM: 01034117626 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
4	026664		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIREÇÃO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA. ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7006 - CHASSI: WV1DB42H7HA009358 - RENAVAM: 01112710989 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					524.625,68

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400134 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ACRE - SEMA/AC

Endereço: 10400098 - SEMA/AC - RUA BENJAMIN CONSTANT, 856, CENTRO - ANA - RIO BRANCO - AC - 0464

Responsável: CARLOS EDEGARD DE DEUS

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020002		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JKO5581 - CHASSI: 93XJNK88TDCC64471 - RENAVAM: 527321753 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022951		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8596 - CHASSI: WV1DB42HBEA036371 - RENAVAM: 01033893100 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
3	022958		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8597 - CHASSI: WV1DB42H4EAD42605 - RENAVAM: 01034038092 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					390.760,39

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400136 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS - SEMARH/TO

Endereço: 10400104 - SEMARH/TO - ESPL. DAS SECRETARIAS PRAÇA DOS GIRASSOIS - ANA - PALMAS - TO - 0473

Responsável: LUZIMEIRE RIBEIRO DE MOURA CARREIRA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020318		GAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: JKO8681 - CHASSI: 93XJNK88TDCD67682 - RENAVAM: 532740564 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2013 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022961		GAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8588 - CHASSI: WV1DB42H8EA046575 - RENAVAM: 01034038073 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
3	022962		GAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8602 - CHASSI: WV1DB42H6EA050303 - RENAVAM: 01034081079 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					390.760,39

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400139 - IMASUL/MS - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

Endereço: 10400106 - IMASUL/MS - R. DESEMB. LEAO NETO CARMO S/N QD. 03 - ST. 03 - PARQ. DOS PODERES - ANA -

Responsável: RICARDO EBOLI GONCALVES FERREIRA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	011614		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 163 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, CRLV ORIGINAL Nº 77743511036 - PLACA: JUU0801 - CHASSI: 8AFER13P9AJ285974 - RENAVAM: 193119653 - MARCA: FORD - MODELO: RANGER XL 13P - ANO FABRICAÇÃO: 2009 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ARTICO	BOM	73.900,00
2	022149		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8440 - CHASSI: 9BG148DKOEC433572 - RENAVAM: 01024781574 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
3	022150		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8442 - CHASSI: 9BG148DKOEC434760 - RENAVAM: 01024767881 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
4	022151		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8441 - CHASSI: 9BG148DKOEC455949 - RENAVAM: 01024772915 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
5	022984		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8586 - CHASSI: WV1DB42H2EA050122 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400139 - IMASUL/MS - INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

Endereço: 10400106 - IMASUL/MS - R. DESEMB. LEAO NETO CARMO S/N QD. 03 - ST. 03 - PARQ. DOS PODERES - ANA -

Responsável: RICARDO EBOLI GONÇALVES FERREIRA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
6	026653		CAMINHAO FECHADO TIPO BAU - DESCRICAO: TRACAO 4X4, MOTOR 150CV, DIRECAO HIDRAULICA, CAPACIDADE PARA 7 PASSAGEIROS, 4 PORTAS, AR CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, RODADO DUPLO NO EIXO TRASEIRO, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA DE 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E GUINCHO ELETRICO. ACOMPANHA CARROCERIA FECHADA MEDINDO 2,25 X 1,50 X 3,20 (L X A X P) - PLACA: PAT4873 - CHASSI: 9BFLF46P0HB010844 - RENAVAL: 1118327168 - MARCA: FORD - MODELO: F-4000 - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	273.769,00
Total (por Endereço):					865.846,14

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400142 - SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL - SEMA/RS

Endereço: 10400112 - AV. BORGES MEDEIROS 261, 12 ANDAR - CENTRO - ANA - PORTO ALEGRE - RS - 0487

Responsável: ANA MARIA PELLINI

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	023042		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW9589 - CHASSI: WV1DB42H5EA050728 - RENAVAM: 01034064875 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					134.388,88

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400141 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, CIENTIFICO E TECNOLÓGICO - SED

Endereço: 10400111 - RUA 82 S/N 2º ANDAR - PALACIO PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA - ANA - GOIÂNIA - GO - 0488

Responsável: ROSIDALVA LOPES FEITOSA DA PAZ

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020011		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELÉTRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKD5661 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64483 - RENAVAM: 527332526 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022968		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELÉTRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELÉTRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8496 - CHASSI: WV1DB42H5EA047800 - RENAVAM: 01034112292 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTÍVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					256.371,51

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400145 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - INEMA - INEMA

Endereço: 10400121 - AVENIDA LUIS VIANA FILHO, 6ª AVENIDA, Nº 600 - ANA - SALVADOR - BA - 0501

Responsável: MARCIA CRISTINA TELLES DE ARAUJO LIMA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	012088		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIRECAO HIDRAULICA. CRLV N° - PLACA: JHW8122 - CHASSI: 9BG124JJ0AC442350 - RENAVAM: 200713760 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
2	020008		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5631 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64492 - RENAVAM: 527330124 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
3	020009		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5641 - CHASSI: 93XJNKB8TDCC64499 - RENAVAM: 527330833 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
4	022080		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8784 - CHASSI: 9BG148DK0EC430261 - RENAVAM: 01011056728 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
5	022081		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8776 - CHASSI: 9BG148DK0EC430500 - RENAVAM: 01011056639 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					569.944,10

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400150 - AGENCIA PERNAMBUCANA DE AGUAS E CLIMAS - APAC - PE

Endereço: 10400182 - APAC/PE - AV. CRUZ CABUGÁ, Nº 1387 - SANTO AMARO - ANA - RECIFE - PE - 0581

Responsável: LUIZ BARTHOLOMEU BARBOSA LEAL

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	014263		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: S-10 TURBO MODELO COLINA, TRACÇÃO 4X4, 4 PORTAS, 6 LUGARES, POTENCIA 140CV. - PLACA: JIE9939 - CHASSI: 9BG138JJ0BC424799 - RENAVAL: 258035439 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2010 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	RECUPERÁVEL	64.800,00
2	014264		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: S-10 TURBO MODELO COLINA, TRACÇÃO 4X4, 4 PORTAS, 6 LUGARES, POTENCIA 140CV. - PLACA: JIE9959 - CHASSI: 9BG138JJ0BC425140 - RENAVAL: 258038241 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2010 - ANO MODELO: 2011 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO	BOM	64.800,00
3	020320		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACÇÃO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO8671 - CHASSI: 93XJNK88TDCD67678 - RENAVAL: 532732928 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
4	026658		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACÇÃO 4X4, DIREÇÃO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: PBA7001 - CHASSI: WV1DB42H1HA007332 - RENAVAL: 01112730637 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICAÇÃO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					445.967,24

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400132 - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE JANEIRO - INEA

Endereço: 10400216 - INEA/RJ - AV. VENEZUELA Nº 110 - SAUDE - INEA-RJ - INEA

Responsável: MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020321		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JDX9797 - CHASSI: 93XJNK84TDCD67691 - RENAVAM: 532232679 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022068	60098570372	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AR -CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAL. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8785 - CHASSI: 9BG148DK0EC430793 - RENAVAM: 01011056736 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
3	022069	60098570373	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AR -CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAL. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8773 - CHASSI: 9BG148DK0EC429369 - RENAVAM: 01011056562 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					377.841,47

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400144 - IGAM/BH - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM/BH

Endereço: 10400234 - IGAM/BH - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - ANA - BELO HORIZONTE - BH

Responsável: MARIA DE FATIMA CHAGAS DIAS COELHO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	013265		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, COM 2 PORTAS, TRACAO 4X4 MOTOR 2.8, POTENCIA MAXIMA DE 140 CV, TRANSMISSAO MANUAL DE 5 MARCHA A FRENTE E 1 A RE, CAPACIDADE DE CARGA 1.000 KG, PESO BRUTO TOTAL 1.680 KG, COMBUSTIVEL CAPACIDADE 80 LITROS, AR CONDICIONADO E DIRECAO HIDRAULICA. CRLV N° - PLACA: JUU1351 - CHASSI: 9BG124J0AC442150 - RENAVAM: 201781638 - MARCA: GM/CHEVROLET - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2010 - ANO MODELO: 2010 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	70.120,00
2	020015		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JK05701 - CHASSI: 93XJNK8TDCC64481 - RENAVAM: 527338524 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
3	022154		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8448 - CHASSI: 9BG148DK0EC456467 - RENAVAM: 01029339756 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
4	022965		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8606 - CHASSI: WV1DB42H9EA050201 - RENAVAM: 01034094707 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
5	023036		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8605 - CHASSI: WV1DB42H4EA050168 - RENAVAM: 01034084710 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400144 - IGAM/BH - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM/BH

Endereço: 10400234 - IGAM/BH - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - ANA - BELO HORIZONTE - BH

Responsável: MARIA DE FATIMA CHAGAS DIAS COELHO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
6	023039		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8587 - CHASSI: WV1DB42HXEA050756 - RENAVAM: 01034067912 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
7	026659		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7005 - CHASSI: WV1DS42H3HA008790 - RENAVAM: 01112717274 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
8	026663		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7008 - CHASSI: WV1DS42H3HA009082 - RENAVAM: 01112717967 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 10400144 - IGAM/BH - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM/BH

Endereço: 10400234 - IGAM/BH - INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - ANA - BELO HORIZONTE - BH

Responsável: MARIA DE FATIMA CHAGAS DIAS COELHO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
9	026665		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIREÇÃO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7004 - CHASSI: WV1DB42H9HA000157 - RENAVAM: 01112715395 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					1.306.352,52

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000009 - SEC. DO MEIO AMB. E DOS REC. HIDRICOS DO ESTADO DE SERGIPE - SEMARH-SE

Endereço: 10400275 - AV. HERACLITO ROLLEMBERG, 4444 - BAIRRO DIA - ANA - ARACAJU - SE - SEMARH-SE

Responsável: OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020010		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5651 - CHASSI: 93XJNK88TDCC64489 - RENAVAM: 527332011 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	022075		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8780 - CHASSI: 9BG148DK0EC430216 - RENAVAM: 01011056680 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					249.912,05

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000010 - SEC. DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS DO ESTADO DO PIAUI - SEMARH-PI

Endereço: 10400276 - RUA 13 DE MAIO, Nº 307, 5º ANDAR, CENTRO - ANA - TERESINA - PI - SEMARH-PI

Responsável: ZIZA CARVALHO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020005		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5601 - CHASSI: 93XJNKB8TDC64475 - RENAVAM: 527326208 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	023032		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: QZW8610 - CHASSI: WV1DB42H0EA047039 - RENAVAM: 01034100600 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
3	023037		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: QZW8612 - CHASSI: WV1DB42H5EA051040 - RENAVAM: 01034077268 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					390.760,39

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000012 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS - SEMARH-RN

Endereço: 10400277 - RUA DONA MARIA CAMARA, 1884, CAPIM MACIO, NATAL - RN - ANA - NATAL - RN - SEMARH-RN

Responsável: JOSÉ MAIRTON FIGUEIREDO DE FRANÇA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020006		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5611 - CHASSI: 93XJNKB8TDC64479 - RENAVAM: 527328146 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICACAO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	023029		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8604 - CHASSI: WV1DB42H9EA050795 - RENAVAM: 01034083527 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					256.371,51

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000024 - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMB. E REC. NATURAIS DO ESTADO DO MARANHÃO - SEMA-MA

Endereço: 10400304 - AV. DOS HOLANDESES, N 04, QD 06, EDIFÍCIO MANHATTAN - ANA - SÃO LUIS - MA

Responsável: MARCELO DE ARAUJO COSTA COELHO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	020013		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 170 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, ABS, AIRBAG, AR-CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ENGATE. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL. - PLACA: JKO5681 - CHASSI: 93XJNK8TDCC64495 - RENAVAM: 527336351 - MARCA: MITSUBISHI - MODELO: L200 TRITON GL - ANO FABRICAÇÃO: 2012 - ANO MODELO: 2013 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO ALPINO	BOM	121.982,63
2	023035		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8611 - CHASSI: WV1DB42H1EA047857 - RENAVAM: 01034105652 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
3	023040		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8606 - CHASSI: WV1DB42H3EA047214 - RENAVAM: 01034135080 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					390.760,39

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000031 - SECRETARIA DO ESTADO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAPA - SEMA - AP

Endereço: 10400328 - AVENIDA MENDONCA FURTADO N° 53 - CENTRO - ANA - MACAPA - AP - MACAPA - AP

Responsável: MARCELO IVAN PANTOJA CREA0

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022953	1527	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW9593 - CHASSI: WV1DB42H0EA050183 - RENAVAM: 01034060314 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
2	022959	1528	CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW9601 - CHASSI: WV1DB42HXEA050854 - RENAVAM: 01034079864 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					268.777,76

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000040 - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP

Endereço: 10400350 - IAP - RUA ENGENHEIROS REBOUCAS, Nº 1206 - ANA - CURITIBA - PR

Responsável: LUIS TARCISIO MOSSATO PINTO

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	021671		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8465 - CHASSI: 9BG148DK0EC433677 - RENAVAM: 01029360828 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICAÇÃO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					127.929,42

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000044 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - SEMACE

Endereço: 10400362 - RUA JAIME BENEVOLO, Nº 1400, BAIRRO DE FATIMA - ANA - FORTALEZA - CE - SEMACE

Responsável: JOSE RICARDO ARAUJO LIMA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022078		CAMINHONETE PICK UP - DESCRIÇÃO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIREÇÃO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS6779 - CHASSI: 9BG146DK0EC429499 - RENAVAM: 01011056671 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					127.929,42

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000045 - FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM

Endereço: 10400363 - AV. BORGES DE MEDEIROS, 261 - 1º ANDAR - ANA - PORTO ALEGRE - RS - FEPAM

Responsável: ANA MARIA PELLINI

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	021668		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8463 - CHASSI: 9BG148DK0EC433580 - RENAVAM: 01029356570 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
2	021669		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8462 - CHASSI: 9BG148DK0EC433491 - RENAVAM: 01029355018 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					255.858,84

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000047 - SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MEIO AMBIENTE - SUDEMA

Endereço: 10400386 - AV. MONSENHOR WOLFREDO LEAL, 181 - TAMBIA - ANA - JOÃO PESSOA - PB

Responsável: JOAO CARLOS DE MIRANDA E SILVA

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022073		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8774 - CHASSI: 9BG148DK0EC430804 - RENAVAM: 01011056590 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
Total (por Endereço):					127.929,42

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000048 - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SAO PAULO - CETESB

Endereço: 10400367 - AV. PROF. FREDERICO HERMANN JUNIOR, 345 - ALTO DE PINHEIROS - ANA - SÃO PAULO - SP -

Responsável: NELSON MENEGON JUNIOR

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Fiscal	Valor de Aquisição
1	021672		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8516 - CHASSI: 9BG144DK0FC400977 - RENAVAM: 01031369578 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	122.500,00
2	022071		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAL. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8783 - CHASSI: 9BG148DK0EC430747 - RENAVAM: 01011056710 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
3	022155		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE SIMPLES, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAIS. ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8487 - CHASSI: 9BG144DK0EC488039 - RENAVAM: 01029361948 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	122.500,00
4	026660		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, DIRECAO HIDRAULICA, FREIO ABS, AIR BAG FRONTAL, AR - CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, ALARME E TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE ESTACIONAMENTO COM CAMERA DE MARCHA RE INTEGRADA EM TELA LCD DE 7", KIT MULTIMIDIA, ESTRIBOS LATERAIS, ENGATE TIPO BOLA, GUINHO ELETRICO, TACOGRAFO, SUPORTE FIXO DE BARCO, SUPORTE FIXO DE MOTOR DE POPA, ACOMPANHA BAU EM ALUMINIO PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: PBA7002 - CHASSI: WV1DB42H9HA007420 - RENAVAM: 01112711560 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK SE - ANO FABRICACAO: 2016 - ANO MODELO: 2017 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	194.384,61
Total (por Endereço):					567.314,03

Relatório Analítico de Bens Móveis (Agrupado por Endereço)

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.G.: 443001 - ANA - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

U.A.: 100000050 - AGENCIA ESTADUAL DE RECURSOS HIDRICOS - AGERH

Endereço: 10400370 - AGERH - RUA DES. JOSÉ FORTUNATO RIBEIRO Nº 05, MATA DA PRAIA - ANA - VITORIA - ES

Responsável: PAULO RENATO PAIM

Item	Patrimônio	P. Antigo	Descrição	Situação Física	Valor de Aquisição
1	022070		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 200 CV, DIRECAO HIDRAULICA, ABS, AR -CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 2 AUTO-FALANTES E ESTRIBOS LATERAL, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OVS8775 - CHASSI: 9BG148DKDEC430108 - RENAVAM: 01011056620 - MARCA: GM - MODELO: S10 - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCO SUMMIT	BOM	127.929,42
2	023033		CAMINHONETE PICK UP - DESCRICAO: CABINE DUPLA, TRACAO 4X4, MOTOR 180 CV, DIRECAO HIDRAULICA, AR -CONDICIONADO, PROTETOR DE CARTER, FAROL DE NEBLINA, TRAVA ELETRICA NAS PORTAS, RETROVISORES E VIDROS ELETRICOS, SENSOR DE MARCHA RE, ALARME, SISTEMA GPS INTEGRADO COM TELA 7", CD PLAYER, RADIO AM/FM, 4 AUTO-FALANTES, ESTRIBOS LATERAIS E ENGATE TIPO BOLA, ACOMPANHA BAU PARA CARGA DE MATERIAL - PLACA: OZW8498 - CHASSI: WV1DB42H2EA047785 - RENAVAM: 01034114708 - MARCA: VOLKSWAGEN - MODELO: AMAROK - ANO FABRICACAO: 2014 - ANO MODELO: 2014 - COMBUSTIVEL: DIESEL - COR: BRANCA	BOM	134.388,88
Total (por Endereço):					262.318,30

ANEXO III – SOBRE BENS



Agência Nacional de Águas - ANA
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF
Coordenação de Recursos Logísticos - COREL
Divisão de Patrimônio - DIPAT

09/01/2018 10:05:49

Relatório Quantitativo de Materiais por Centro de Custo

Órgão: 001 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

Centro de Custo: 000001 - ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Material	Qtde.
100000013 - CAMINHONETE PICK UP	212
100000019 - CAMINHAO FECHADO TIPO BAU	22
100000021 - CARRETA RODOVIARIA	17
Total por Centro de Custo:	251
Total por Órgão:	251

VIAGENS REALIZADAS POR VEÍCULO

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
19310	09/06/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF	ASA SUL 515/516	16:25h	17:16h	30996	31004	00:51h	8
19311	12/06/2017	OZW-8614	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SFI	LOCALIZADA NO QUILOMETRO 4 DA DF	08:36h	14:26h	31004	31176	05:50h	172
19302	13/06/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF	SIA	15:14h	15:43h	31178	31183	00:29h	5
19629	03/07/2017	OZW-8614	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO-SIA	10:09h	10:40h	32367	32374	00:31h	7
19833	17/07/2017	OZW-8614	WESLEY RAMOS BARBOSA	SAF/DIREL	COMPLEXO (DESLOCAMENTO INTERN	15:42h	16:09h	32376	32378	00:27h	2
20064	02/08/2017	OZW-8614	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	SPO/SIA	15:15h	16:36h	32378	32387	01:21h	9
20145	08/08/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAG	BLOCO T DA ANA	14:40h	15:36h	32387	32389	00:56h	2
20173	09/08/2017	OZW-8614	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	16:30h	17:21h	32392	32395	00:51h	3
20174	09/08/2017	OZW-8614	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO BLOCO L	09:40h	11:18h	32389	32392	01:38h	3
20371	18/08/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SOF SUL LAVA JATO	15:25h	15:51h	32401	32406	00:26h	5
20369	18/08/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SOF SUL LAVA JATO	09:10h	09:21h	32396	32401	00:11h	5
20370	18/08/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SOF SUL LAVA JATO	09:10h	09:21h	32396	32401	00:11h	5
20730	12/09/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SDS CONIC (CARIMBOS)	14:59h	16:31h	37888	37917	01:32h	29
20755	13/09/2017	OZW-8614	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SOF SUL LAVA JATO	08:15h	08:22h	37918	37922	00:07h	4
20756	13/09/2017	OZW-8614	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SOF SUL LAVA JATO	17:00h	17:10h	37922	37926	00:10h	4
20786	13/09/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SOF SUL (OFICINA MECANICA)	10:00h	10:50h	37927	37939	00:50h	12
20813	15/09/2017	OZW-8614	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SOF SUL	08:53h	11:14h	37939	37957	02:21h	18
20809	15/09/2017	OZW-8614	HILDISON DA SILVA PEREIRA	SGH	POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/SPO	15:27h	16:14h	37958	37964	00:47h	6
20833	18/09/2017	OZW-8614	HILDISON DA SILVA PEREIRA	SAF/DIREL	SOF SUL QUADRA 09 (LAVA JATO)	10:10h	15:15h	37964	37973	05:05h	9
20855	19/09/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SGH	PF-SEDE	14:41h	15:36h	37973	37980	00:55h	7
20931	22/09/2017	OZW-8614	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO BLOCO U	15:10h	15:33h	37982	37984	00:23h	2
20952	25/09/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	SEDE SIA	10:25h	11:15h	3795	3799	00:50h	4
20953	25/09/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SGH	DESLOCAMENTO DENTRO DO COMPL	17:00h	17:47h	3799	3799,1	00:47h	9,99999999
21809	22/11/2017	OZW-8614	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	AUTO GLASS- S.I.A TRECHO 02 LOTE 8	09:58h	11:35h	42711	42719	01:37h	8
21810	22/11/2017	OZW-8614	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF	COMPLEXO DO CERRADO	17:20h	18:00h	42727	42728	00:40h	1
21837	23/11/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	CONECT SOF SUL QD 03	11:20h	11:50h	42728	42736	00:30h	8
21867	24/11/2017	OZW-8614	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	SPO-SOF SUL QD 03 SPO	13:30h	14:57h	42744	42752	01:27h	8
21888	27/11/2017	OZW-8614	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	SIA TRECHO 03/04	15:20h	15:50h	42752	42759	00:30h	7
22271	18/12/2017	OZW-8614	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF	SPO- POSTO-SIA-SPO	14:11h	15:10h	43177	43183	00:59h	6

TOTAL DE SOLICITAÇÕES: 29

TOTAL DE KM RODADOS: 359,1

VIAGENS REALIZADAS POR VEÍCULO

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
17609	24/01/2017	HKU-5923	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	11:28h	12:21h	41395	41403	00:53h	8
17602	26/01/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SIG	10:00h	10:54h	41420	41434	00:54h	14
19009	02/02/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	10:10h	11:05h	41434	41440	00:55h	6
19010	03/02/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	09:10h	10:03h	41440	41449	00:53h	9
19011	08/02/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:41h	15:25h	41451	41459	00:44h	8
19012	09/02/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	16:11h	18:51h	41459	41470	02:40h	11
19014	16/02/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:40h	15:15h	41491	41500	00:35h	9
19015	21/02/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SGH	MCT-INTERNO	16:00h	16:45h	41500	41505	00:45h	5
19016	23/02/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:37h	17:30h	41505	41545	01:53h	40
19017	24/02/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	14:58h	15:35h	41554	41558	00:37h	4
19018	02/03/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAG	ADASA	09:36h	15:20h	41560	41559	05:44h	99
19019	03/03/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	09:06h	11:16h	41559	41583	02:10h	24
19020	09/03/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:45h	16:06h	41591	41705	01:21h	14
19022	10/03/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	09:47h	11:20h	41720	41735	01:33h	15
19021	10/03/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	11:21h	11:44h	41705	41713	00:23h	8
19023	21/03/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	09:23h	10:21h	41737	41747	00:58h	10
19024	22/03/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:45h	16:20h	41747	41754	00:35h	7
19025	29/03/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	08:53h	09:33h	41754	41761	00:40h	7
19026	31/03/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:25h	16:00h	41761	41773	01:35h	12
19027	06/04/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:00h	16:49h	41776	41789	01:49h	13
19028	11/04/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:36h	15:22h	41791	41798	00:46h	7
19029	13/04/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	08:45h	10:28h	41798	41814	01:43h	16
19030	18/04/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	10:20h	11:30h	41814	41823	01:10h	9
19033	24/04/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	CGA/ASPAR	CENTRO CONVENÇÕES ULYSSES GUI	09:56h	13:06h	41825	41860	03:10h	35
19031	24/04/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:40h	14:59h	41860	41869	00:19h	9
19032	24/04/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	CGA/ASPAR	CENTRO CONVENÇÕES ULYSSES GUI	16:44h	17:48h	41876	41896	01:04h	20
19034	26/04/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:30h	15:05h	41896	41904	00:35h	8
19035	28/04/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	10:26h	11:18h	41923	41932	00:52h	9
19036	02/05/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:37h	15:37h	41941	41949	01:00h	8
19038	08/05/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SGH	SEDE - S.J.A	15:48h	16:26h	41956	41964	00:38h	8
19037	09/05/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	09:38h	10:28h	41964	41974	00:50h	10
19039	10/05/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:00h	17:15h	41977	41985	02:15h	8
19041	12/05/2017	HKU-5923	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	11:00h	12:10h	41986	41996	01:10h	10
19040	12/05/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SGH	SEDE - S.J.A	15:00h	16:15h	41996	42004	01:15h	8
19042	17/05/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	08:52h	10:00h	42004	42012	01:08h	8
19043	19/05/2017	HKU-5923	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	10:20h	11:08h	42014	42022	00:48h	8
19044	24/05/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	16:04h	16:30h	42022	42030	00:26h	8

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
19303	30/05/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO/ S.I.A	09:50h	11:17h	42036	42045	01:27h	9
19304	30/05/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	DESLOCAMENTO INTERNO NO SPO	14:21h	17:00h	42045	42062	02:39h	17
19305	31/05/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SIA	09:50h	10:31h	42064	42072	00:41h	8
19309	13/06/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	SIA	10:30h	10:50h	42083	42089	00:20h	6
19511	27/06/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SIA TRECHO 04	16:25h	16:55h	42092	42101	00:30h	9
19613	28/06/2017	HKU-5923	WESLEY RAMOS BARBOSA	SAF	ANA/POSTO SIA/ANA	15:20h	15:55h	042098	042109	00:35h	11
19613	28/06/2017	HKU-5923	WESLEY RAMOS BARBOSA	SAF/DIREL	ANA/POSTO SIA/ANA	15:20h	15:55h	042098	042109	00:35h	11
19749	11/07/2017	HKU-5923	WESLEY RAMOS BARBOSA	SAF/DIREL	SPO/PORTARIA PRINCIPAL	16:30h	16:49h	42114	42116	00:19h	2
19783	13/07/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	SPO/BLOCO U -BLOCO S	09:53h	10:51h	42116	42119	00:58h	3
19832	17/07/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	PREDIO DA ANA NO SIA	11:30h	11:55h	42122	42128	00:25h	6
19848	18/07/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SPO/ BLOCO "U"	15:33h	17:24h	42138	42147	01:51h	9
19847	18/07/2017	HKU-5923	WESLEY RAMOS BARBOSA	SAF/DIREL	SPO/PORTARIA PRINCIPAL ANA/SIA TR	09:40h	10:42h	42128	42138	01:02h	10
19865	19/07/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SIA TRECHO 04 LOTE 370	08:47h	09:35h	42147	42155	00:48h	8
19863	19/07/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	CGA/ASPAR	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇ	14:40h	15:10h	42157	42164	00:30h	7
19864	19/07/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	CGA/ASPAR	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇ	15:20h	16:10h	42164	42171	00:50h	7
19889	20/07/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	8º FORUM(AGUA)	SERVIÇOS INTERNOS NO COMPLEXO	16:15h	16:43h	42172	42175	00:28h	3
19901	21/07/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO BLOCO U	10:06h	11:25h	42175	42180	01:19h	5
19923	24/07/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	SIA POSTO BRASAL	10:46h	11:26h	42180	42187	00:40h	7
19924	24/07/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	SIA POSTO BRASAL	11:40h	12:10h	42187	42189	00:30h	2
20039	01/08/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF	ANA SPO	15:50h	16:20h	42202	42203	00:30h	1
20220	11/08/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SPO-BLOCO U	10:21h	11:30h	42212	42215	01:09h	3
20402	22/08/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	SIA	17:00h	17:33h	42227	42234	00:33h	7
20684	01/09/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO-SIA	14:38h	16:50h	42396	42425	02:12h	29
20683	01/09/2017	HKU-5923	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SPO-SIA	09:15h	11:00h	042372	042396	01:45h	24
20853	19/09/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SOF SUL (LAVA JATO)	10:00h	16:55h	42425	42433	06:55h	8
20932	25/09/2017	HKU-5923	HILDISON DA SILVA PEREIRA	SAF/DIREL	SPO/ED. BRASIL 21,SHS BLOCO A QUA	09:05h	10:17h	42435	42457	01:12h	22
20950	25/09/2017	HKU-5923	HILDISON DA SILVA PEREIRA	SAF	SIA	10:40h	11:10h	42457	42463	00:30h	6
21033	28/09/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO-SIA	14:48h	15:29h	42518	42527	00:41h	9
21102	03/10/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SIA-SOF -SUL	14:46h	16:23h	42527	42537	01:37h	10
21130	05/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SCS QD 02-SDS CONIC -SIA TRECHO 0	15:59h	16:56h	42537	42546	00:57h	9
21135	05/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/COREL	PRF	16:56h	17:50h	42546	42551	00:54h	5
21177	09/10/2017	HKU-5923	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SPO /COMPLEXO	14:30h	16:30h	42551	42555	02:00h	4
21289	17/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAG	BLOCO U	11:14h	16:54h	42557	42559	05:40h	2
21288	17/10/2017	HKU-5923	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	SPO-SIA	09:08h	11:00h	42555	42557	01:52h	2
21307	18/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SGH	DESLOCAMENTO DE EQUIPAMENTO D	09:20h	10:44h	42559	42561	01:24h	2
21310	19/10/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SGH	BLOCO U	10:22h	11:58h	42561	42563	01:36h	2
21348	20/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SPO COMPLEXO	09:20h	10:08h	42563	42566	00:48h	3
21401	24/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAG	BLOCO U	16:01h	16:43h	42566	42569	00:42h	3
21436	25/10/2017	HKU-5923	ADRIANO REIS	SAG	COMPLEXO DO CERRADO BL L PARA B	10:15h	10:50h	42569	42571	00:35h	2
21483	27/10/2017	HKU-5923	ADRIANO REIS	SAG	BLOCO U	09:40h	11:45h	42571	42574	02:05h	3
21480	27/10/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SIA-POSTO BRASAL	16:37h	16:52h	42574	42583	00:15h	9
21499	30/10/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO-SIA	15:00h	16:21h	42583	42598	01:21h	15
21556	01/11/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SGH	BLOCO U	14:25h	16:47h	42621	42625	02:22h	4
21555	01/11/2017	HKU-5923	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO-SIA	09:20h	11:11h	42598	42621	01:51h	23
21585	06/11/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SPO-SIA ANA-SPO	09:26h	11:24h	42625	42652	01:58h	27

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
21847	24/11/2017	HKU-5923	SÉRGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO-SIA	09:00h	09:50h	42691	42699	00:50h	8
21886	27/11/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SPO-SIA-ANA-SPO	08:42h	09:45h	42699	42707	01:03h	8
21887	27/11/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SPO-SIA-ANA-SPO	14:35h	16:22h	42707	42718	01:47h	11
21820	27/11/2017	HKU-5923	SÉRGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO-SIA	09:20h	10:20h	42664	42679	01:00h	15
21925	28/11/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO-COMPLEXO	09:30h	10:54h	42718	42728	01:24h	10
21941	29/11/2017	HKU-5923	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SPO-SIA-ANA	09:29h	10:38h	42728	42737	01:09h	9
21963	30/11/2017	HKU-5923	PAULO ROBERTO FERNANDES (7813.410)	SAF/DIREL	SPO-SIA	15:00h	15:30h	42737	42745	00:30h	8
22079	07/12/2017	HKU-5923	PAULO ROBERTO FERNANDES (7813.410)	SAF/DIREL	DO BLOCO T PARA O BLOCO L	14:40h	15:22h	42745	42747	00:42h	2
22222	14/12/2017	HKU-5923	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SPO-SIA-ANA-SPO	10:38h	11:19h	42747	42756	00:41h	9
22269	18/12/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	SIA	14:14h	15:40h	42756	42763	01:26h	7
22296	19/12/2017	HKU-5923	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	PREDIO-ANA/SIA	10:58h	11:26h	42763	42772	00:28h	9
22322	20/12/2017	HKU-5923	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	SIA	14:40h	16:15h	42772	42782	01:35h	10

TOTAL DE SOLICITAÇÕES: 94

TOTAL DE KM RODADOS: 992

VIAGENS REALIZADAS POR VEÍCULO

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
17593	04/01/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:35h	16:00h	1940	1948	01:25h	8
17592	04/01/2017	PAC-7540	PAULO ROBERTO FERNANDES (7813.410)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	09:30h	11:20h	1932	1940	01:50h	8
17594	05/01/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	10:00h	10:40h	1948	1956	00:40h	8
17595	05/01/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	10:55h	11:10h	1956	1964	00:15h	8
17596	23/01/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:18h	16:12h	1973	1983	00:54h	10
17598	24/01/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:30h	16:54h	1992	2002	02:24h	10
17599	26/01/2017	PAC-7540	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	11:32h	17:00h	2002	2018	05:28h	16
17600	31/01/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	08:10h	10:20h	2018	2021	02:10h	3
17787	10/02/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:18h	15:28h	2032	2041	01:10h	9
19005	10/02/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SGH	SEDE - S.J.A	14:48h	17:00h	2376	2395	02:12h	19
18996	07/03/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	14:30h	15:26h	2045	2052	00:56h	7
18997	08/03/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAG	J E M INSTALAÇÃO	15:05h	17:27h	2052	2096	02:22h	44
18998	09/03/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:26h	16:16h	2096	2103	00:50h	7
18999	21/03/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SUM	PAD-DF	07:30h	17:19h	2124	2297	09:45h	173
19000	27/03/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SGH	MCT-INTERNO	10:05h	10:57h	2299	2302	00:52h	3
19001	24/04/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:01h	15:45h	2319	2328	00:44h	9
19002	02/05/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SGH	MCT-INTERNO	09:06h	18:00h	2356	2361	08:54h	5
19003	05/05/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAG	SEDE - S.J.A	14:52h	16:05h	2361	2376	01:13h	15
19004	08/05/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRA	14:14h	17:00h	2376	2395	02:46h	19
18776	11/05/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAG	MCT INTERNO	09:50h	11:45h	2398	2404	01:55h	6
19006	12/05/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	08:46h	11:05h	2404	2420	02:19h	16
19007	17/05/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SEDE - S.J.A	15:00h	15:41h	2425	2433	00:41h	8
19008	25/05/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	POSTO DE GASOLINA	10:15h	10:42h	2442	2450	00:27h	8
19306	07/06/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO/ S.J.A	09:00h	10:11h	2453	2462	01:11h	9
19380	19/06/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO/ S.J.A	15:30h	16:18h	1992	2492	00:48h	500
19445	21/06/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO	15:20h	15:45h	2492	2499	00:25h	7
19705	07/07/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO-SIA	10:17h	11:47h	2513	2526	01:30h	13
19801	13/07/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	CGA/ASPAR	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO	08:50h	10:42h	2530	2538	01:52h	8
19802	13/07/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	CGA/ASPAR	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO	14:25h	15:20h	2538	2539	00:55h	1
19919	24/07/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	CGA/ASPAR	SAIS AREA 2 ABRASILIA DF	14:20h	16:04h	2539	2547	01:44h	8
19920	24/07/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	CGA/ASPAR	AREA 5 QD 3 BL A ASA SUL AEB SPO S	16:34h	16:40h	2547	2548	00:06h	1
20175	09/08/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	16:58h	17:18h	2553	2560	00:20h	7
20196	10/08/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	BLOCOS T.P. L	09:50h	10:13h	2567	2568	00:23h	1
20198	10/08/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	SPO-ANA SIA-SPO	10:38h	11:39h	2568	2577	01:01h	9
20199	10/08/2017	PAC-7540	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	MCT- INTERNO GIRO NO COMPLEXO	08:00h	08:29h	2560	2567	00:29h	7
20219	11/08/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT INTERNO	09:40h	10:09h	2577	2585	00:29h	8
20249	14/08/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT INTERNO	15:45h	16:07h	2583	2593	00:22h	10

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
20277	15/08/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF	MCT-INTERNO	07:51h	08:40h	2593	2601	00:49h	8
20278	15/08/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF	MCT-INTERNO	09:38h	10:45h	2601	2602	01:07h	1
20273	15/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO/SIA	15:00h	16:00h	2602	2609	01:00h	7
20306	16/08/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	08:30h	09:00h	2610	2619	00:30h	9
20378	16/08/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	17:30h	17:58h	2619	2627	00:28h	8
20388	18/08/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF	MCT-INTERNO	09:45h	10:50h	2629	2636	01:05h	7
20336	21/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO - SIA	09:40h	11:02h	2643	2662	01:22h	19
20337	21/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO - SIA	14:30h	15:31h	2662	2671	01:01h	9
20416	22/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	MCT-INTERNO	08:00h	08:18h	2671	2673	00:18h	2
20417	22/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	MCT-INTERNO	17:28h	17:42h	2673	2677	00:14h	4
20418	23/08/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF	MCT-INTERNO	08:53h	09:21h	2676	2684	00:28h	8
20419	23/08/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF	MCT-INTERNO	15:14h	15:34h	2684	2691	00:20h	7
20523	29/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	SIA	16:35h	17:05h	2699	2705	00:30h	6
20566	30/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	MCT-INTERNO	14:10h	14:44h	2705	2708	00:34h	3
20572	31/08/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	MCT-INTERNO	17:50h	18:10h	2708	2711	00:20h	3
20622	01/09/2017	PAC-7540	HILDISON DA SILVA PEREIRA	SAF/DIREL	SPO/SIA	10:20h	11:05h	2712	2719	00:45h	7
20623	04/09/2017	PAC-7540	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF	MCT-INTERNO	16:48h	17:01h	2720	2724	00:13h	4
20640	05/09/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	MCT-INTERNO	17:54h	18:10h	2724	2729	00:16h	5
20696	06/09/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	MCT-INTERNO	10:58h	17:30h	2729	2731	06:32h	2
20716	11/09/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	SPO BLOC T	09:43h	10:11h	2731	2733	00:28h	2
20735	12/09/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	15:00h	15:22h	2733	2737	00:22h	4
20761	13/09/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	18:20h	18:34h	2738	2743	00:14h	5
20788	14/09/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	17:15h	17:25h	2743	2748	00:10h	5
20845	18/09/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	17:35h	17:50h	2748	2752	00:15h	4
20856	19/09/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	SPO-SIA	09:00h	10:20h	2752	2780	01:20h	8
20900	21/09/2017	PAC-7540	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	09:15h	09:36h	2761	2767	00:21h	6
20930	22/09/2017	PAC-7540	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	08:16h	08:58h	2767	2773	00:42h	6
20951	25/09/2017	PAC-7540	HILDISON DA SILVA PEREIRA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO	08:25h	08:43h	2773	2781	00:18h	8
20977	26/09/2017	PAC-7540	ADRIANO REIS	SAF/DIREL	MCT-INTERNO (COMPLEXO DO CERRA	14:40h	15:00h	2783	2787	00:20h	4
20993	27/09/2017	PAC-7540	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO (COMPLEXO DO CERRA	08:27h	09:00h	2789	2798	00:33h	9
20992	28/09/2017	PAC-7540	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO (COMPLEXO DO CERRA	08:15h	08:24h	2787	2789	00:09h	2
21032	28/09/2017	PAC-7540	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	MCT-INTERNO (COMPLEXO DO CERRA	17:15h	17:30h	2798	2805	00:15h	7
21068	29/09/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	MCT-INTERNO (COMPLEXO DO CERRA	14:18h	14:34h	2805	2810	00:16h	5
21088	02/10/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	15:27h	15:52h	2811	2816	00:25h	7
21101	03/10/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	09:35h	09:53h	2818	2825	00:18h	7
21603	07/11/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	13:00h	14:04h	2831	2837	01:04h	6
21653	09/11/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	15:20h	15:45h	2844	2849	00:25h	5
21663	10/11/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	SAF/DIREL	SPO- SIA	09:30h	10:25h	2849	2858	00:55h	9
21697	13/11/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	15:08h	15:34h	2865	2873	00:26h	8
21696	13/11/2017	PAC-7540	PABLO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	09:55h	10:12h	2858	2865	00:17h	7
21719	14/11/2017	PAC-7540	JAZIEL MOURÃO DIAS	SAF/DIREL	COMPLEXO DO CERRADO	08:27h	08:42h	2873	2880	00:15h	7
22023	05/12/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	AG	TEATRO CULTURAL DA CEF.SBS QD 4	15:10h	16:37h	2880	2901	01:27h	21
22061	06/12/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	AG	TEATRO CULTURAL DA CEF.SBS QD 4	08:50h	10:24h	2901	2927	01:34h	26
22080	07/12/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	AG	TEATRO CULTURAL DA CEF.SBS QD 4	08:15h	10:42h	2927	2952	02:27h	25
22245	15/12/2017	PAC-7540	ANTÔNIO ROBERTO DA SILVA FARIAS	8º FORUM(AGUA)	SIA TRECHO 04 LOTE 370	10:40h	13:07h	2952	2976	02:27h	24

COD	DATA	VEÍCULO	MOTORISTA	UORG	DESTINO	SAÍDA	RETORNO	KM INICIAL	KM FINAL	DURAÇÃO	TOTAL KM
22270	18/12/2017	PAC-7540	SERGIO LUIZ RODRIGUES PAIVA	SAF	S/A	14:10h	14:52h	2976	2983	00:42h	7
22321	20/12/2017	PAC-7540	ADALBERTO BRAZ GALENO (7812.7229)	SAF/DIREL	SPO/S/A	10:05h	11:37h	2984	2992	01:32h	8
22335	21/12/2017	PAC-7540	GERSON OLIVEIRA MATIAS FILHO	SAF/DIREL	ANA - SPO	14:58h	17:12h	2992	3001	02:14h	9

TOTAL DE SOLICITAÇÕES: 85

TOTAL DE KM RODADOS: 1378